



TENSÕES TERRITORIAIS E TERRITÓRIOS TENSIONADOS PELO AGRONEGÓCIO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Frago	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

TENSÕES TERRITORIAIS E TERRITÓRIOS TENSIONADOS PELO AGRONEGÓCIO

1ª Edição

Fortaleza - CE

2016



Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio

*2016 Copyright by Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmio Miessa Ruiz

Revisor

Luiz Cruz Lima

Organizador

Luiz Cruz Lima

Projeto Gráfico

Juscelino Guilherme

Apoio



Ficha catalográfica

Thelma Marylanda Silva de Melo

V331T	Vasconcelos, Tereza Sandra Loiola Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio / Tereza Sandra Loiola Vasconcelos. – 1. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2016. 1 ebook. ISBN: 978-85-7826-490-1 1. Agronegócio. 2. Tensões territoriais. 3. Territórios tensionados. I. Título.
-------	--

CDD: 338.16

HISTÓRIA DO LIVRO

É habitual ouvir que a realização de uma pessoa se dá, completamente, quando deixa para a posteridade um filho, uma árvore e um livro. Embora essa ideia não comporte fixidez de comportamento, ela perfila o livro ao lado das duas importantes criações de nossa natureza. Assim, pode-se compreender que um livro tem sua história, sua gestação.

Sou testemunha do processo, a linda história de que resultou este livro, já bem apresentado pela Professora Guiomar Germani. Acompanhei os passos da autora, tanto em suas lides acadêmicas no mestrado como no doutorado, em suas buscas de dados, em fontes secundárias e primárias. Além disso, fui parceiro permanente, por dever de ofício, da filtragem do imenso arsenal de documentos, de informações, de fotos, de gravações e de dúvidas da autora. As minhas observações e críticas nem sempre, *incontinenti*, eram acertadas, senão com muita clareza e clarividência. Pude, desse modo, discernir a profunda dimensão de seu interesse na vida intelectual, ultrapassando a simples busca por um título acadêmico, mas em mergulhar no entendimento da teoria e da realidade. Essa postura intelectual provinha de sua preparação cotidiana com o método dialético. Sua ansiedade definia seguros propósitos de demonstrar, com responsabilidade científica, o que prometera em seu projeto, para revelar ao mundo onde se encontravam os conflitos e lutas dos produtores do espaço em estudo. Para tanto, entrava nos corredores do passado para melhor revelar o presente, o que lhe subsidiaria entender a história do espaço vivido.

Com esse procedimento metodológico, a autora conduzia suas preocupações com a categoria geográfica *formação socioespacial*, proposta por Milton Santos. Daí, ampliou seu campo para o estudo da reestruturação socioespacial do Ceará. Quando em estudo da periodização da formação socioespacial do Ceará, definira as diferentes formas de produção, de onde resultou sua proposta de adaptar as curvas de Kondratief para a história da produção do espaço cearense. Isso a armou de bases metodológicas para aproximar-se dos camponeses e indígenas, no afã de apreender como esses trabalhadores do campo forjam a arquitetura dos ambientes de vida. Como não só os arquivos lhe atendiam, impulsionou-se aos diálogos vivos com os atores do presente, os homens e mulheres da batalha cotidiana e da defesa do espaço da vida. Com essa decisão, passou a ter convívio com os indígenas Tremembé, com as várias comunidades de que fala o texto. Na amplidão desses caminhos, sob os cajueiros, nas ocas, nos salões das escolas indígenas ou nas modestas habitações dos camponeses, Tereza Sandra instalara seu laboratório maior, para dialogar com o espaço vivido, com o espaço da esperança.

O livro ia sendo delineado.

Em gabinete, em sala de aula, em suas elocubrações noturnas, nas discussões dos *workshops*, a autora aperfeiçoava as veredas metodológicas, a partir de uma boa base teórica, para em investidas cuidadosas chegar aos agentes de tantas tensões que revestem o subespaço de seu estudo. Nesses momentos, sozinha, palmilhava caminhos com riscos, especialmente para uma formosa jovem. Muitos foram esses enfrentamentos em trabalho de campo, num território com memórias de assassinatos, de perversidades contra aqueles que se impusessem aos detentores do poder. Na busca da

verdade, o pesquisador se inclui nesse risco, sujeitando-se às perseguições dos poderosos tão conhecidos na história do Nordeste da cana e do semi-árido. Não é fácil acreditar que, em terra de ridículo machismo, uma jovem como Tereza Sandra resolvesse enfrentar essas sendas arriscadas para agregar tantos saberes.

O livro, com a cara inicial de tese, ia sendo composto, no silêncio dessa luta solitária da pesquisadora, em cada conversa, em cada diálogo, em cada fotografia, em cada recanto pontuado no GPS, se traçava o mapa da bela história hoje transcrita no trabalho publicizado. A autora conviveu com os que participaram dos conflitos, nos palcos de luta, daí porque descritos com linhas realçantes. Por vezes, tive o prazer de conviver com esses homens e mulheres, ouvindo e registrando suas fantásticas histórias de luta pela terra, onde vivem e trabalham e, até, ouvindo seus planos de vida. Depois desses momentos de abraço com esses verdadeiros escultores da história de nossa terra, a autora logo se punha a traçar os capítulos e os subcapítulos para as discussões primorosas de horas de debate para aprimorar o estilo e o discernimento do vivido por esses valentes homens e mulheres da região Norte do Ceará.

Outra importante fonte poderia oferecer contribuições para o arcabouço do enredo: os “invasores” ou “os de fora”, como expressões para definir os que vinham para ocupar as terras dos índios Tremembé e demais camponeses. Eram, principalmente, empresários, sempre ligados aos gestores públicos ou a autoridades como as eclesiásticas, de quem sempre eram premiados por facilidades para o domínio das glebas de seus interesses, onde poderiam implantar seus coqueirais, invadindo os terreiros das casas modestas ou cercando os limitados territórios comunais, como está registrado no texto e nos mapas.

Não fora fácil à pesquisadora ser recebida por esses detentores do capital invasor, pois bem sabiam eles que se procurava evidenciar algo que poderia revelar suas artimanhas traiçoeiras contra os habitantes do lugar. Resistências se mantinham, por esses senhores, a recepcionar a pesquisadora e, mais ainda, a lhe repassar informações de suas empresas. Contudo, contribuições chegavam de funcionários e de algumas testemunhas para registrar como esses empresários se apossaram das terras dos camponeses e como estes eram tratados.

Há mais de meio século que a comunidade de pesquisadores criara, mantendo ainda, um dos mais importantes órgãos públicos do mundo, para apoiar os que se dedicam às investigações em qualquer área do conhecimento científico no país. Trata-se do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq. Tereza Sandra, conjuntamente com outros acadêmicos, conseguiu apoio para concluir esse importante trabalho que agora vem a público, com seus mapas preencher de dados catalogados e pontos de localização precisa. Na parte operacional do trabalho concluído, novas caminhadas, discussões técnicas, preocupações estéticas para melhor apresentar o resultado do que fora traçado com o cinzel da sensibilidade, do desempenho científico e da forte presença dos homens e mulheres que palmilham os territórios sombreados e assombrados pelos coqueirais das empresas, tentando sufocar o espaço da esperança que se realça cada vez mais altaneiro.

Nasce o livro.

Fortaleza, agosto de 2016

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima
Professor Titular da Uece

APRESENTAÇÃO

Tive a satisfação de acompanhar o processo de construção da tese de Tereza Sandra Loiola Vasconcelos que ora é traduzida na publicação deste livro. Uma satisfação que vira uma grande responsabilidade pelo convite recebido da própria Tereza Vasconcelos e do seu querido orientador, Prof. Luiz Cruz, para fazer a sua apresentação.

O que a autora nos apresenta nessa produção acadêmica preencheu e superou as exigências de uma Tese de Doutorado e é muito importante a sua publicação. É um trabalho com começo, meio e fim, mas não é um “trabalho fechado”, pois traz muitos elementos e levantam outros tantos sobre o que acontece no estado do Ceará. Isto faz deste trabalho um campo fértil para continuar trilhando os caminhos teórico-metodológicos que vêm sendo construídos no âmbito do grupo de pesquisa *Sistemas Técnicos e Espaço*, dando consistência analítica ao conceito de Formação e Reestruturação Socioespacial do Ceará. Suscita o debate, a curiosidade que anima e instiga a prosseguir em novas investigações; esta é a sua grande contribuição.

A sua capacidade em articular a pesquisa com originalidade, em uma análise densa e coerente, nos mostra um processo em que os indígenas e camponeses (posseiros e assentados) – dos territórios indígenas Tremembé; dos assentamentos de reforma agrária Várzea do Mundaú, Macaió, Córrego do Mato e Lagoa do Mineiro; e dos Projetos de Irrigação Baixio Acaraú e Curu-Paraipaba – vão sendo constituídos, se articulando e se conflitando. Também inspirada nos ensinamentos do Prof. Milton Santos, segue nos

mostrando como as horizontalidades e verticalidades se cruzam nos locais estudados e como estes sujeitos coletivos vão sendo (des)considerados pelas estruturas de poder em seus projetos de “desenvolvimento”.

A delicadeza e a firmeza com que Tereza foi tecendo a pesquisa – um trabalho de grande fôlego e de tirar o fôlego! – apresenta-nos os caminhos metodológicos de como foi “costurando” teoria e empiria que no final da “tecelagem” se apresenta como uma coisa só, uma unidade... Um lindo resultado que permite visualizar nas conflitualidades, luta e conflito; nos territórios tensionados e nas tensões territoriais, os espaços de esperança.

Uma opção onde fica clara a vinculação da pesquisa com o universo vivenciado da pesquisadora, sua história de vida, sua concepção de mundo, sua posição neste mundo, confirmando o que cita de Rubem Alves que “a escolha dos problemas é um ato anterior à pesquisa, que tem a ver com os valores do investigador”. Fica claro que é um tema que vem sendo tecido há mais tempo em sua vida, sendo envolvida e envolvendo-se com o mesmo no seu cotidiano social.

Aprendi muito sobre seu Ceará... sobre os Tremembé... muita vontade de conhecer a igreja de Almofala, outros lugares e pessoas, e também de conhecer Nossa Senhora da Libertação... Fui comparando com o que acontece em outros lugares, em especial na Bahia que acompanho mais de perto.

Entender a Formação Socioespacial do Ceará, e nesta, como os territórios tensionados (conflitualidade) e as tensões territoriais (conflitos), com o nível de detalhamento que a autora nos apresenta, exigiram um enorme trabalho de campo, uma aproximação com os sujeitos pesquisados

– construção de relações cimentadas com muita confiança e respeito. Cabe destacar como “espreme” os laudos e relatórios técnicos do INCRA... São documentos formais, mas que souberam garimpar e transformar em “ouro em pó”, no caso, em letras reveladoras.

Ousadia e coragem do recorte espacial da pesquisa que é muito amplo e disperso em sete municípios. Uma leitura onde o leitor pode até se perder, mas vai entendendo os elos de ligação, a relação de escalas que são estabelecidas do local com o Todo (que a autora escreve com maiúscula) num esforço contínuo da análise multiescalar e multidimensional.

Enorme esforço na produção de uma cartografia, localizando, espacializando e georreferenciando as áreas em estado de conflitualidade, ou de conflito explícito, que denominam de “áreas tensionadas”.

Como se o “lugar” (quer seja território indígena, assentamento, projeto de irrigação...) esteja sendo submetido ao mesmo processo de expropriação, de apropriação da natureza (terra, água, vento...) e da força de trabalho. Uma situação em que o vento não sacode só as “*paias* do coqueiro”, mas também as hélices das torres eólicas. E, tanto um quanto o outro, deixam de ser inspiração aos poetas românticos, servindo mais aos poetas realistas...

Um processo que se repete, em sucessivas fases, no tempo e no espaço... Mas as estratégias, apesar de irem se sofisticando, continuam igualmente com características e atitudes de intervenções truculentas. Desde o dito “descobrimento” até os projetos de desenvolvimento... da modernização...quer seja dos perímetros irrigados ou das agroindústrias de coco, turismo, da implantação das eólicas...

A autora vai explicitando a Formação Socioespacial do Ceará destacando a conflitualidade, luta e conflito que marcam todo o processo, desde ontem, antes de ontem, até hoje... Faz um debate teórico-conceitual da categoria formação socioespacial (trazendo Harvey, Lefebvre e Milton Santos). Categorias que adquirem concretude no enorme trabalho de campo, com inúmeras situações e sujeitos, onde os indígenas, camponeses e trabalhadores rurais adquirem protagonismo político na luta pela conquista e manutenção dos seus territórios e territorialidades.

Como os indígenas foram massacrados na “Guerra dos Bárbaros” de ontem e como essa guerra se estende até hoje. Como, nesse processo, a problemática indígena deixa de ser uma questão do controle do trabalho indígena para ser uma questão de terra, inserida num contexto mais amplo de uma questão agrária em sua dimensão territorial. Para o índio, perder a terra é perder as condições de reprodução da vida e o mesmo ocorre com o camponês, posseiro ou assentado. Neste sentido, embora em grupos diferentes, tanto indígenas quanto camponeses são colocados sobre o mesmo denominador comum da questão agrária. Expropriados da terra são expostos à subjugação pelo trabalho.

Mas também é muito interessante ver que, nessa história perversa, alguns personagens acabam “atrapalhando” ao não cumprirem o *script* que lhes foi imposto pelos poderosos (“atores” principais), sendo fadados a assumirem outros papéis (sempre subalternos) ou a saírem da cena da história.

O Ceará foi a primeira província brasileira a negar a existência dos indígenas em áreas de aldeamento, medi-

da complementada e apoiada pela Lei de Terras de 1850. Mas eis que os indígenas (que não decoraram bem o papel de serviçais que lhes deu o colonizador!) não só não desapareceram como reapareceram reivindicando seus direitos territoriais.

Os camponeses, que também estavam fadados ao desaparecimento “pela diferenciação interna” e a serem todos proletários ou trabalhadores rurais, acabam atrapalhando a cena dos projetos de modernização e de desenvolvimento por estarem na contramão, sempre brigando e insistindo para permanecer ou entrar na terra...

Tereza Vasconcelos nos traz a expansão do agronegócio do coco no Ceará. Mostra como tomar água de coco deixou de ser “*Oi! Trepá no coqueiro! Tira coco! Jipe, jipe! Nhéco, nhéco!*” da música de Carmélia Alves e se tornou um grande negócio (como tantos outros) que tem que ser submetido a outro ritmo, técnica, tecnologia e lógica na escala de produção. Assim como foi outrora com a implantação da indústria açucareira, o capital, com o apoio do Estado, dispôs as condições necessárias, em especial, terra, financiamento e inserção nos planos prioritários de desenvolvimento.

Foi a expansão da monocultura do coco que definiu o recorte espacial da pesquisa nos sete municípios cearenses – Paraipaba, Pentecoste, Amontada, Acaraú, Trairi, Itarema e Itapipoca –, onde se vê um processo violento a toda natureza, a destruição dos serrotes e o uso indiscriminado dos venenos do agrotóxico. A indústria do coco gera tensões internas e externas e produz o que a autora, inspirada em Vandana Shiva, apresenta como uma “monocultura da mente”.

O que se vê é que a história não é um dado de mão

única: é uma construção. Isto vai permitir que entre conflitos e conflitos, entre territórios tensionados e tensões territoriais, os autores vislumbrem a construção de “espaços de esperança”. Os “palmilhados” mostram um “passado inconcluso que lateja no presente”.

Quando Tereza Vasconcelos defendeu sua tese, em agosto de 2015, estávamos com mais de 40 universidades públicas federais em greve, exigindo melhores condições de trabalho e em defesa do ensino público e de qualidade. Estava em vigor a Constituição Federal de 1988 como marco legal dos direitos territoriais conquistados e também, em curso, as ameaças para o cerceamento desses direitos como a PEC 215 e tantas outras que apontam na mesma direção. Agora, neste ano de 2016, quando sai esta publicação, estamos vivenciando um estado de “golpe institucional”, um cenário onde todos os direitos historicamente conquistados estão ameaçados e cujas perspectivas estão sendo escritas a cada momento. Oxalá consigamos também escrever e construir nossos espaços de esperança.

Profª. Dra. Guiomar Germani
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

SUMÁRIO

HISTÓRIA DO LIVRO	5
APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	17
2. CONFLITUALIDADE, LUTA E CONFLITO NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ.....	25
2.1. Formação e Reestruturação Socioespacial: movimento no/do espaço geográfico.....	26
2.2. A reestruturação socioespacial do Ceará nos territórios e nas territorialidades	60
2.3. A luta na construção dos territórios	74
2.3.1. Territórios indígenas na/da formação socioespacial do Ceará	74
2.3.2. Camponeses e indígenas: a luta é pelo território na formação socioespacial do Ceará.....	93
3. A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO COCO NO CEARÁ.....	127
3.1. O agronegócio na modernização da agricultura.....	127
3.2. A monocultura do coco no ceará	135
4 REESTRUTURAÇÃO E TENSIONALIDADE.....	183
4.1 O agronegócio do coco no perímetro irrigado curu-Paraipaba	183
4.2 Conflitualidades às tensionalidades	205
4.3 Tensionalidades pronunciadas: canaviais aos coqueirais.....	216

5 OS MOVIMENTOS PELO TERRITÓRIO NAS TENSÕES TERRITORIAIS	243
5.1 Novas/Velhas faces da invasão, expropriação e do avanço sobre as terras e os territórios Tremembé	244
5.1.1 Perímetro Irrigado Baixo-Acaraú: o Estado e a “destruição” criada	279
5.2 O movimento das conflitualidades e dos conflitos: tensionalidades e tensões territoriais.....	297
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	337
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	344
SOBRE A AUTORA.....	377

1. INTRODUÇÃO

O capital agrícola, especialmente nas duas últimas décadas, avançou mais intensamente sobre as terras indígenas e camponesas no estado do Ceará, coadunado com as exigências neoliberais e as subseqüentes alterações no quadro político estadual, com a associação mais intensa e evidente entre Estado e iniciativa privada. Esse projeto já se modelava nas décadas de 1970 e 1980, sob os reforços e auspícios da ditadura militar, influenciado pelos ensinamentos da “Revolução Verde”.

No Nordeste brasileiro, tais “heranças” se materializaram, especialmente, a partir dos anos de 1970, com as políticas públicas de irrigação, à jusante das barragens, direcionadas discursivamente à agricultura de base familiar, o que se arrefeceu nas décadas seguintes e após a década de 1990, com a implantação de perímetros irrigados voltados aos interesses dos empresários do agronegócio, cujos produtos provindos principalmente da fruticultura, se destinam primordialmente à exportação para os países considerados “desenvolvidos”.

Assim, condições infraestruturais foram instaladas pelo governo, maximizando os interesses dos capitais internacionais, que adentraram as glebas cearenses. Intensificaram-se os fluxos, divulgando-se as elevadas cifras, por meio do Estado integrado aos ditames neoliberais. Nesse ínterim também se avolumaram as conflitualidades e os conflitos territoriais, sob diferentes dimensões e escalas.

No Nordeste brasileiro, o estado do Ceará vem se destacando com as expressivas plantações de coco, atualmente

com valor agregado pelas indústrias de produtos derivados que se propagam pelos mercados mundiais. A dinâmica dessa monocultura no Estado contribui para avantajá-lo no país no *ranking* mundial com essa *commodity*, dispondo o Nordeste de 80% das áreas plantadas e colhidas no Brasil, em que se apresentam intensamente, nessa perspectiva, os estados da Bahia e do Ceará.

Como no restante da América Latina, tais mudanças na agricultura acirraram os conflitos pelos/nos territórios des-
toantes do agronegócio, pois ao estarem envoltos ao modo de produção capitalista acabam, de alguma forma, agregando elementos próprios deste, entrando em dissonância com os elementos intrínsecos aos territórios. Castro (2006, p. 46) atenta que a busca pela homogeneização dos territórios está ligada aos anseios da sociedade ocidental, e que nem mesmo as comunidades onde ainda são destoantes as suas formas de sociabilidade se deslocam de tal fato, pois, num mundo relacional, “[...] por constrangido que tenha sido pelas condições adversas onde vicejou, jamais deixou de ser uma expressão da vida humana exatamente como qualquer outra. [...] – pois autêntico não é uma coisa que os humanos sejam”.

O Mapa 1 apresenta os municípios correspondentes aos 59% do total das áreas plantadas e colhidas com o coco no Ceará¹. Apresentando feições semiáridas e litorâneas com riquezas naturais, no que tange ao potencial fértil de suas terras e às singulares belezas paisagísticas, essa porção territo-

1 A metodologia para a elaboração do Mapa 1 referente ao recorte espacial estudado foi constituída a partir do cruzamento da base de dados. Nesta encontram-se os dados do IBGE, concernentes ao censo demográfico (2010) e os trabalhos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) correspondentes ao mapeamento das áreas do bioma caatinga que sofreram desmatamento para plantios diversos ou foram suprimidas para a expansão urbana.

rial tem despertado interesse não apenas dos empresários do agronegócio, mas também do turismo, dos empreendimentos de energia eólica e dos mais diversos ramos da indústria, provocando embates com os grupos indígenas, camponeses, pescadores e quilombolas, que construíram suas histórias de vida nesses lugares há séculos.

Assim vem ocorrendo com a entrada de agroindústrias relacionadas à produção, transformação e industrialização do coco. Embora tenha se ampliado, principalmente a partir da década de 1990, desde o final dos anos de 1970, o agronegócio vem se revelando como um dos agentes envolvidos no que denominamos de territórios tensionados e tensões territoriais, ao sublinharmos os caminhos percorridos pela monocultura do coco com suas entremeadas relações socioespaciais.

Antes dessa expansão do agronegócio, as plantações de coqueiros já floresciam nas pequenas propriedades, contribuindo para o desenvolvimento familiar. Muitos índios ainda hoje possuem como principais atividades a agricultura de base familiar, a pesca e o artesanato, possuindo como bases de reprodução social a vida em comunidade, características muito semelhantes ao campesinato. Para estes territórios, a terra e o mar são considerados lugares de produção, meios para gerarem os alimentos e também onde os homens e mulheres relacionam-se, portanto constituindo *terra de trabalho*, como nos indica Martins (1991), quanto *terra de alegria*, como nos presenteia Mariátegui (2010), em que podemos, do mesmo modo, acrescentar as relações com o mar.

Para os índios da etnia Tremembé, o trabalho e a alegria são constituídos pelas divindades e pelos “encantados”, figuras ancestrais que são representadas pelos animais, pelas plantas e frutas. Para as comunidades camponesas e para aquelas com traços de campesinidade, tais aspectos podem estar expressos nos ritos, religiosidades e nos fortes laços com a família e vizinhança. É assim, por exemplo, que os índios e camponeses conseguem com perspicácia relacionar a chuva aos cantos dos pássaros, identificar as horas do dia e da noite pela posição do sol e da lua, dentre outras formas de sapiência. É também desse modo que produzem os chás medicinais e o artesanato, que muitas vezes são analisados como parte integrante do “senso comum”. Conforme Alves (1981, p. 9-10),

Esta expressão não foi inventada pelas pessoas de senso comum. Creio que elas nunca se preocuparam em se definir. Um negro, em sua pátria de origem, não se definiria como pessoa “de cor”. Evidentemente. Esta expressão foi criada para os negros pelos brancos. Da mesma forma a expressão “senso comum” foi criada por pessoas que se julgavam acima do senso comum, como uma forma de se diferenciarem das pessoas que, segundo seu critério, são intelectualmente inferiores. Quando um cientista se refere ao senso comum, ele está, obviamente, pensando nas pessoas que não passaram por um treinamento científico.

Para os povos indígenas, é inquestionável seu direito à terra, versado, inclusive, na própria Constituição Federal Brasileira de 1988. É imprescindível, também, o direito que vem sendo construído historicamente pelos camponeses em busca da terra e por tudo que representa a reforma agrária (para além dos aspectos produtivos).

Para o desenvolvimento da presente discussão, partimos do seguinte percurso metodológico: levantamento bibliográfico e documental associado ao reconhecimento da realidade com visitas e entrevistas aos que conviviam com essas questões. O referencial teórico foi sendo construído com obras pertinentes à temática estudada.

A análise de documentos constituiu-se etapa importante, destacando-se: os laudos de vistoria técnica dos assentamentos de reforma agrária emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); as leis de irrigação; os pareceres acerca dos colonos do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, disponibilizados pela Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP); os planos de governo do Ceará de 1987 a 2014; e os arquivos jornalísticos. Os relatórios disponíveis pela Associação Missão Tremembé (AMIT), Comissão Pastoral da Terra (CPT Nacional e Fortaleza) e aqueles organizados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), se revelaram fontes imprescindíveis a este trabalho, associadas às informações obtidas nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e Sindicatos da Agricultura Familiar (SINTRAF).

Realizamos visitas institucionais, diálogos com os territórios e comunidades, registros fotográficos e fonográficos, participação em reuniões e assembleias, bem como o georreferenciamento para melhor espacializar a realidade estudada, possibilitando a aproximação das dinâmicas socioespaciais relacionadas à expansão do agronegócio do coco, evidenciando *pari passu* as heterogeneidades e possibilidades divergentes que se despontam.

Disponibilizamos excertos de algumas entrevistas, muitas destas com até duas horas de duração na íntegra. Ou-

tras, por não termos os consentimentos dos entrevistados, não foram gravadas ou não foram transcritas.

Conhecer e reconhecer o cotidiano dos “homens simples” de “tempos lentos”, fazendo alusão aos termos utilizados por Henri Lefebvre e Milton Santos, nos parece como fundamental ao tratar dos territórios indígenas e camponeses abordados erroneamente, por vezes, como subalternos, subjugados e/ou coadjuvantes na construção do processo histórico-geográfico do Ceará.

Os debates conceituais — tais como a Formação e Reestruturação Socioespacial, compreendendo os usos do tempo e do espaço, especialmente pelos territórios e territorialidades indígenas e camponeses no Ceará — delineiam-se no escopo do **capítulo 2**.

No **capítulo 3** tratamos da expansão do agronegócio do coco, com o olhar sobre o avanço da monocultura no estado do Ceará. Para tanto, fez-se necessário contextualizar o desenvolvimento do agronegócio associado às vias de modernização agrícola, por meio da industrialização, visando o aumento da produtividade e dos lucros através da acumulação.

A discussão sobre tais (des)ordens e normatizações influenciadas pelo agronegócio do coco constitui-se objetivo do **capítulo 4**, tendo o perímetro irrigado Curu-Paraipaba e a monocultura do coco como uma das suas expressões, a partir das metamorfoses inculcadas nos camponeses, posteriores colonos, muitos dos quais preservando características de campesinidade. Dos canaviais aos coqueirais, a reestruturação socioespacial esteve relacionada à reprodução do modo de acumular capitalista, que por sua vez tensionalizou e ten-

sionou os modos de vidas das territorialidades presentes no Vale do Curu.

É no **capítulo 5** que discorreremos acerca das conflitualidades e conflitos na perspectiva geográfica, traçando as características das tensionalidades e tensões territoriais a partir da invasão, expropriação e expansão do agronegócio do coco, que na busca por abarcar territórios indígenas e camponeses historicamente territorializados nos “palmilhados” desejados pela monocultura do coco podem possibilitar contra finalidades e, dessa forma, espaços de esperança.

2. CONFLITUALIDADE, LUTA E CONFLITO NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ

O presente espaço geográfico cearense resguarda nos seus interstícios marcas do passado. Elas constituem o que Milton Santos denomina como rugosidades, ou seja, as marcas e/ou testemunhos das construções sociais imprimidas no espaço, que apresentam temporalidades diferentes, formas expressas pelas produções materiais e imateriais das relações sociais. Conforme Santos (2008a, p. 140, grifo do autor),

Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...]. Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas.

Como compreender, então, essas formas sociais que se agregam ao espaço e por ele são agregadas? Como identificar as formações sociais no espaço? Quais são os sujeitos envolvidos? Diante disso, estaríamos perante destruições, incorporações ou, ainda, coexistências no espaço geográfico?

Deste modo, a formação socioespacial pressupõe a compreensão de como o espaço geográfico é delineado e as tramas sociais no seu processo de construção ao longo da história. Nessa perspectiva, considerar os meios e modos de produção torna-se essencial, ou seja, as condições em que foram produzidos e reproduzidos os objetos no espaço geográfico, bem como o próprio espaço como produto histórico.

2.1. Formação e Reestruturação Socioespacial: movimento no/do espaço geográfico

Para entender as diferentes formas que se interpõem no espaço geográfico e o dinamiza é proposta a categoria formação socioespacial por Santos (1980) como a expressão geográfica do conceito desenvolvido por Marx de formação econômico-social. Para Santos (1980, p. 192), “[...] é através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política”.

A “ordem espacial” referida por Santos (1980) é o arranjo, no espaço geográfico, dos fixos (objetos criados pela sociedade) e dos fluxos demandantes. Essa configuração é amalgamada pelos aspectos políticos, econômicos e culturais, o modo com o qual a sociedade organiza-se nos espaços-tempos específicos.

Assim, a formação espacial seria uma linguagem do modo de produção, enquanto “[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1982, p. 14). Tal compreensão também fora feita por Soja (1993, p. 7), ao nos convidar à leitura de um materialismo histórico e geográfico na busca pela “[...] reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e nas análises sociais contemporâneas”.

A inserção da variável “geográfica” enfatiza a importância de compreendermos o enlaçamento do tempo no espaço, conforme Soja (1993, p. 13), decorrendo do exercício em que

Devemos estar insistentemente cientes de como é possível fazer com que o espaço esconda de nós as consequências, de como as relações de poder e disciplina se inscrevem na espacialidade aparentemente inocente da vida social, e de como as geografias humanas tornam-se repletas de política e de ideologia.

As especificidades e virtualidades dos lugares não estão desconexas ou isoladas dos acontecimentos do todo. Suas características específicas não impedem que sejam agregados elementos próprios do movimento da história social, pois cada lugar e/ou território é formado por “homens totais” que, em permanente movimento com e na “sociedade total”, constroem as formações socioespaciais, conforme nos apresenta Lefebvre (1971, p. 104), que ao compartilhar das ideias acerca da totalidade e da interação dialética, considera a estrutura como enfática contribuição para envolver o todo, bem como as profundas relações que se dão no espaço geográfico:

Os momentos da atividade produtora se distinguem por meio da análise, sem que esta tenha o direito de separá-los. A incessante interação dialética, com as contradições que ela cria e desenvolve historicamente, faz a profundidade e a riqueza da vida social. É o homem que produz e se reproduz, este homem total que cria a sociedade total, onde aí se perde e se reencontra, se aliena e se reconhece.

A gênese e o reforço teórico proporcionado pelas apreciações da formação socioespacial na Geografia indi-

cam que o conceito resguarda abordagens de caráter teórico e empírico, que, a nosso ver, estão entrelaçados (CRUZ, 2003).

Disso, decorre a proposta de Lima (2008) de estudar a formação socioespacial do Ceará, subespaço do Estado-Nação, com ingredientes particulares motivados pelo curso do tempo no espaço, buscando desvendar os sujeitos envolvidos e suas relações internas e externas à realidade local. O geógrafo parte da premissa que “[...] o presente se faz no espaço produzido por gerações, tanto no uso do território vivido, como nas relações sociais e nos valores forjados no tempo. Isso pode se resumir como formação socioespacial, base para compreender o espaço social” (LIMA, 2008, p. 4).

As forças produtivas compõem o primado dos processos de produção e reprodução material da sociedade no espaço². Porém, como nos chama atenção Moreira (2012), estas incluem não apenas a dimensão técnica, como os instrumentos materiais de produção, mas também os elementos da ideologia, política, costumes, etc. Essas relações, associadas às instâncias infraestruturais (bases econômicas) e supraestruturais (bases jurídico-política e cultural-ideológica), materializam-se no âmbito do espaço geográfico. Assim, compreendendo a concepção dialética do termo “relação”,

2 De acordo com o *Dicionário do Pensamento Marxista*, “o conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam, porém, vários elementos cuja definição é discutida. Alguns autores encaram a própria ciência como uma força produtiva (e não apenas as transformações dos meios de produção que dela resultam), e há quem considere o espaço geográfico como uma força produtiva (Cohen, 1978, cap. II)” (BOTTO-MORE, 1983, p. 157).

o espaço não resguarda apenas a produção social, representando uma “espécie” de receptáculo, ou produto, da esfera econômica, mas é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, tendo em vista as outras dimensões da vida.

Então, reiteramos o entendimento do espaço geográfico como possibilidade de concretização dos aspectos materiais e imateriais, dinamizando-o, a partir da interação, entre a infraestrutura e a superestrutura. Moreira (2007, p. 62) clareia as ideias ao explicitar como essas estruturas se coadunam no espaço geográfico:

É fácil perceber-se, por exemplo, através de elementos do arranjo espacial (objetos espaciais), a fusão do espaço com as relações que compõem a estrutura da formação econômico-social, como a fábrica (relação econômica), o tribunal (relação jurídico-política) e a Igreja (relação ideológica). Fica evidente, portanto, que tais elementos do arranjo espacial não se encontram soltos no espaço, pois se inserem numa lógica de arranjo espacial que reproduz a própria lógica do modo de produção a que pertencem.

Na atual formação socioespacial do Ceará, a materialidade e imaterialidade apresentam-se na sua concretude a partir das forças contraditórias, de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1994a) travadas ao longo do tempo. Tais dinâmicas se movem num processo de construção, destruição/incorporação e reconstrução contínua, ou seja, um movimento dialético de continuidade e descontinuidade no espaço geográfico. Não ocorrendo linearmente, ou ainda, simultaneamente, representa um embate muitas vezes con-

flutuoso entre o que se projeta como “novo”, em detrimento do que já se encontra territorializado. Sereni (1973, p. 87), enfocando essa dinamicidade no espaço, porquanto agrega a produção e a reprodução social, esclarece:

Por baixo do aspecto histórico, por outra parte, um modelo de formação econômico-social - alicerça-se sempre na caracterização do modo de produção dominante - considerará, em particular, a importância de sua gênese, desenvolvimento, decadência; o reconstruirá, assim como as suas correspondentes relações sociais e fenômenos superestruturais nas concretas condições do ambiente geográfico, histórico-social, cultural, integrando e enriquecendo, desde esse ponto de vista, os elementos constitutivos do mesmo modelo³.

Esse embate e correlação de forças que envolvem a luta entre as horizontalidades e verticalidades revelam-se no espaço geográfico através da correlação entre infraestrutura e superestrutura, que reafirmam aspectos fundamentais no que tange à necessidade e à relevância da espacialização do conceito de formação econômico-social, portanto formação socioespacial e ao inerente enlaçamento das conflitualidades e dos conflitos, tensionalidades e tensões que se desvelam e se revelam no espaço geográfico, numa dialética territorial.

3 Tradução da autora. Original: “[...]. Bajo el aspecto histórico, por otra parte, un modelo de formación económico-social – fundándose siempre en la caracterización del modo de producción dominante – pondrá, en particular, de relieve su génesis, desarrollo, decadencia; lo reconstruirá, así como a sus correspondientes relaciones sociales y fenómenos superestructurales en las concretas condiciones del ambiente geográfico, histórico-social, cultural, integrando y enriqueciendo, desde este punto de vista, los elementos constitutivos del modelo mismo” (SERENI, 1973, p. 87).

Desse modo, Moreira (2012, p. 108) nos aponta que

Estruturalmente por isso a formação econômico-social organizar-se-á a partir de todas as formas de conflito que emanam desse quadro de relações internas, numa tarefa de aglutinação de interesses que mobiliza seja o todo da sociedade civil (os segmentos sociais das classes nucleares e os das demais classes), seja o todo da sociedade política (as relações jurídico-políticas e as ideológicas-culturais). O todo então da infraestrutura e da superestrutura passa a reger-se conjuntamente a partir da correlação de forças que assim se estabeleça, de modo que a totalidade da formação a cada momento assim se compõe de uma combinação de estrutura e conjuntura que é justamente o que vai convertê-la numa formação socioespacial.

A partir das relações de poder (assimétricas), os interesses divergentes se apontam na formação socioespacial e se amparam no sistema territorial (RAFFESTIN, 1993), configurado de acordo com as necessidades dos agentes sociais envolvidos. Para isso, tais agentes se valem de estratégias e ações intencionais com o objetivo de alcançar os intentos:

É através dessa possibilidade de poder distinguir e integrar pelo olhar das paisagens de cada formação socioespacial de qualquer época da História o caráter e o significado dos objetos que podemos chegar ao conhecimento do modo como a formação socioeconômica se organiza em sua totalidade. Essa totalidade se expressa através: a) do arranjo espacial econômico formado pelos objetos espaciais da produção, da in-

fraestrutura e da circulação em sua atenção voltada para o controle da geração e repartição da riqueza; b) do arranjo espacial político-administrativo formado pelos objetos espaciais de governo, do parlamento e do judiciário voltados para o controle das relações societárias da sociedade civil; c) do arranjo espacial policial-militar formado pelos objetos espaciais da polícia, das forças armadas e instituições correcionais voltados para o controle da ordem social; d) do arranjo espacial ideológico-cultural formado pelos objetos espaciais escolares, religiosos e midiáticos voltados para o controle simbólico das representações de mundo (MOREIRA, 2012, p. 114-115).

No percurso histórico-geográfico, tais intencionalidades e cobiças não foram despertadas pelos colonizadores de pronto para a apropriação e domínio do “Siará Grande”, como era conhecida a capitania do Ceará. Os principais argumentos estavam associados às intempéries relacionadas à escassez de água e à bravura dos povos originários⁴, denominados índios. As terras litorâneas de outros estados nordestinos, como Pernambuco e Bahia, através da exploração do pau-brasil e da cana-de-açúcar voltada à monocultura proporcionavam maiores apreços. A “tardia” colonização (século XVII) deveu-se, conforme a historiografia, à defesa do território cearense invadido, àquela época especialmente por franceses e holandeses, mas também como ponto estra-

4 Salientamos a importante observação do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012, p. 25), quando este nos esclarece: “Não confundir sociedades originárias com sociedades tradicionais. A expressão tradicional conclama ao seu par moderno e, assim, se inscreve numa hierarquização pelo eurocentrismo do tradicional ao moderno. Já a expressão originária recusa esse par e requer que seja vista por si e pelos seus próprios valores”.

tégico militar para a expulsão dos franceses que adentravam o vizinho Maranhão (GIRÃO, 1995).

De acordo com Girão (1984), a primeira tentativa de conquista deu-se em 1603, comandada por Pero Coelho de Sousa, que adentrou pelo Rio Jaguaribe. Para os seus propósitos foi recrutado Martins Soares Moreno. No território cearense, construiu às margens do rio Ceará a primeira empresa colonizadora, denominada “Nova Lisboa”. Não logrando êxitos, haja vista a reação dos povos originários e o conhecimento que detinham do semiárido, Pero Coelho de Sousa retornou ao Jaguaribe e, em seguida, ao Rio Grande, atual Rio Grande do Norte. As investidas de invasão ao “Siará Grande” continuaram em 1607, com a vinda dos missionários da Companhia de Jesus, rechaçada pelos índios Tacarijus e, em 1611, com o retorno de Martins Soares Moreno, quando se construiu mais um marco da invasão às terras cearenses: o forte de São Sebastião na Barra do Ceará, atual bairro de Fortaleza.

Desse modo, percebemos que o século XVII destaca-se pelas muitas investidas de invasão ao Ceará, com a construção de marcos que carregam consigo as violências físicas e psicológicas a que foram submetidos os povos originários ao longo de todo território brasileiro, conforme relata Capistrano de Abreu⁵:

Desde a Paraíba ao Norte até S. Vicente ao Sul, o litoral estava ocupado por povos fa-

5 Temos conhecimento que a obra *Capítulos de História Colonial (1500-1800)* foi escrita por Capistrano de Abreu, em 1907. No entanto, a edição divulgada pela Fundação Biblioteca Nacional (Ministério da Cultura) não apresenta o ano a qual se refere. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>. Acesso: 29 de agosto de 2014.

lando a mesma língua, procedentes da mesma origem, tendo os mesmos costumes, porém profundamente divididos por ódios inconciliáveis em dois grupos; a si próprio um chamava Tupiniquim, e outro Tupinambá. A migração dos Tupiniquins fora a mais antiga; em diversos pontos os Tupinambás já os tinham repellido para o sertão, como no Rio de Janeiro, na Baía de Todos-os-Santos, ao Norte de Pernambuco; em parte de S. Paulo, em Porto Seguro e Ilhéus, nas proximidades de Olinda; na **serra de Ibiapaba** [Ceará] havia, entretanto, Tupiniquins habitadores do litoral. Porque os Tupinambás se aliaram constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a seu favor os Tupiniquins, não consta da história, mas o fato é incontestável e foi importante; durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Maïr (franceses) (ABREU, s/d, p. 18, grifos nossos).

Das tentativas de invasão pelos portugueses e franceses, foi a imponência holandesa que buscou aproximar-se dos povos que aqui já estavam, construindo algumas relações de convívio que não perduraram, instalando-se de vez a colônia portuguesa (XAVIER, 2014). Desse período resultaram compêndios exploratórios da Geografia do Ceará, muitos ainda inacessíveis para grande parte da população, por estarem em museus e arquivos históricos internacionais. Maria Amélia Leite da Associação Missão Tremembé (AMIT) melhor nos elucida a presença “neerlandesa” no Brasil, em especial no Ceará:

Na época da invasão holandesa, por que foi uma invasão também, né?! Que no começo aqui tinha franceses, ingleses, holandeses, portugueses, né?! [...]. É porque os holandeses praticamente, aqui no Ceará, ficaram muito tempo nessa região do Aquiraz até Pacatuba até Santa Quitéria [municípios cearenses]. Porque daí pra lá os indígenas eram considerados “selvagens”. E amedrontaram, durante muito tempo toda essa população que tentava dominar aqui, né?! [...]. Os portugueses só se fixaram, depois de um certo tempo, quando expulsaram os holandeses, que foi o primeiro grupo, que, na verdade, ocupou esta terra e trabalhou a realidade com os seus cientistas, os artistas [...]. Então eles vieram pra cá no século XVII, né?! E o Maurício de Nassau era um homem que tinha contato com artistas, cientistas, historiadores e ele conseguiu juntar um grupo de pessoas com esse nível de informação, de conhecimento para gravarem a história, desenharem, porque, naquela época, não tinha fotografia, eram desenhos. [...]. O [rio] Jaguaribe foi o caminho dos portugueses. Agora, os holandeses, neerlandeses, eles tinham uma vontade muito grande, esse Maurício de Nassau, de conseguir entrar nessas terras, que eles chamaram: “as terras do Norte”. Naquele tempo, nem a Amazônia era uma relação possível. A relação deles começou por aqui mesmo. Então eles chamavam “Siará” e também chamavam de “Norte”. E veio lá da Alemanha [George Marcgraf: matemático e naturalista alemão responsável pelas primeiras publicações da geografia do Brasil] um jovem que era geógrafo, que era astrônomo, que era estudioso das plantas, dos bichos.

Ele soube dessa proposta de virem artistas e também cientistas, historiadores etc, porque esse jovem era “louco” pra conhecer, imagina, o que ele queria era conhecer as imagens, a realidade celestial dessa região: os astros, essa coisa da astronomia. Então ele veio e fez um estudo sobre os animais, sobre a flora e sobre os astros celestiais. Ele chamava “astros celestiais”. E esse estudo constou como o primeiro estudo natural dessas terras do Ceará. [...]. Esse estudo, é isso que eu digo, representou, durante muito tempo a única fonte sobre as plantas e animais, nessas terras do Brasil.[...]. Tem uma coisa interessante pra gente falar, é que os indígenas tanto apoiavam os portugueses como outros apoiavam os neerlandeses, né?! Os holandeses (informação verbal)⁶.

Durante o século XVIII, nas áreas litorâneas as monoculturas canavieiras logravam êxito, enquanto na interiorização do semiárido a pecuária se expandia, quebrando o exclusivismo da cana-de-açúcar, ao passo que a incrementava, pois ao gado cabia a utilidade de meio de transporte, alimento e couro aos engenhos canavieiros. O clima e a habilidade dos sertanejos, constituídos por índios, vaqueiros e homens “livres”, conforme aponta Pinheiro (2008), elementos contribuintes à entronização do sertão, somavam-se às ordens políticas instituídas pela metrópole portuguesa, onde aos criadores caberia distanciarem o gado a léguas da plantação de açúcar, conforme o Alvará de 27 de fevereiro de 1701, ampliando o de 1688, no sentido de que:

6 Maria Amélia Leite em Conversa paraElos: “Presença Neerlandesa no litoral do Siará, no século XVII: a relação com os indígenas, o meio ambiente, a fauna, a flora e as obras de arte”. 2º Encontro dos Povos do Mar, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012.

tivesse efeito não somente nas dez léguas do Recôncavo, mas em toda a parte onde chegasse a maré, correndo as mesmas dez léguas da margem dos rios pela terra a dentro e que em nenhum dos sítios, nem nas três capitânicas do Camamu [município localizado no litoral Sul do estado da Bahia], houvesse a inovação do gado de criar e só lhes fosse lícito terem o de serviço, fazendo as pessoas que o tivessem pasto fechado, com cercas tão fortes que ele não pudesse sair a fazer prejuízos às roças e lavouras vizinhas (VARNHAGEN, Visconde de Porto Seguro, História Geral do Brasil, 3ª ed., t. 3, p. 324, nº 78, de Rodolfo Garcia *apud* Linhares, 1996, p. 105).

Tal ordenamento territorial já denotava, com ressalvas ao tempo histórico, a vigência de um Estado voltado aos desejos do mercantilismo europeu, com a importância ressaltada do alimento-mercadoria direcionado à exportação. Mais do que isso, firmavam no espaço geográfico paisagens embebidas de intencionalidades e funcionalidades, conforme aponta Linhares (1996, p. 105, grifos da autora):

De fato, o decreto deixa transparecer uma política definida: a de limitar em áreas próprias e resguardar as três paisagens que passarão a configurar a economia rural da Colônia, isto é, a *grande lavoura* com seus campos definidos, incluída a área industrial, a *lavoura de abastecimento* que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes de Salvador [primeira capital da Colônia], devendo incluir a criação controlada de animais de tiro necessários ao transporte das mercadorias ao porto e, por fim,

a *pecuária extensiva* na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macro-modelo agrário.

Ao passo que a pecuária extensiva entronizava-se no interior do Ceará, a cana-de-açúcar expandia-se no restante do litoral nordestino, muito embora também tenha germinado na porção cearense da Chapada do Araripe e, tempos depois, em vales úmidos, a exemplo do Vale do rio Curu (MARTINS, 2008). Segundo os relatos da Comissão Científica de Exploração⁷ (CCE), a cana-de-açúcar “[...] é conhecida e cultivada no Ceará desde tempos mui remotos. [...]. O uso dos molinetes ou ‘torcedores’, com que expremem o sumo da cana para garapa, aguardente e rapaduras, é já bem antigo na província; mas o fabrico do açúcar é moderno, segundo me afirmou gente do País; [...]” (BRAGA, 2004, 322). Essas eram as feições do cultivo canavieiro no Ceará que, séculos depois, viera ser beneficiada nas fábricas de açúcar⁸.

Constituídas de oficinas de salga da carne bovina, as charqueadas surgem nos grotões do semiárido cearense no século XVIII, também estabelecidas, posteriormente, no estado do Rio Grande do Sul. O gado, ao percorrer longas distâncias, emagrecia perdendo o valor de barganha ao chegar

7 Constituída a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, a CCE era formada por engenheiros e naturalistas nacionais que, por meio das viagens exploratórias nas províncias consideradas menos conhecidas traçavam relatos descritivos no que tange à botânica, geologia e mineralogia, zoologia, astronomia, geografia e etnografia, através das narrativas de viagem (BRAGA, 2004).

8 “A indústria do açúcar apareceu no Ceará depois da seca de 1845. Antes se fazia mel, rapadura e aguardente” (BRAGA, 2004, p. 469). Vale destacar o trabalho de Martins (2008) acerca da expansão da cana-de-açúcar e do beneficiamento industrial no Vale do Curu (CE).

aos seus destinos, em grande parte as zonas litorâneas. Daí utilizar-se do couro para utensílios e da carne, que, salgada, fornecia o charque, dinamizando um comércio que se estruturava. No litoral do interior cearense, a pesca se despontava. Nas serras e suas encostas, cultivos agrícolas floresciam, tais como a cana-de-açúcar, café e a fruticultura, tal como ocorreu (e ainda ocorre) na Chapada do Araripe, Serra de Baturité e Uburetama, Chapada do Apodi e Planalto da Ibiapaba⁹. Já nas planícies ribeirinhas, as várzeas eram propícias para a plantação da agricultura de sequeiro. Dessa forma, os espaços iam sendo entronizados e ocupados, não raros invadidos.

Os rios possuem grande relevância nesse processo de ocupação e invasão do Ceará, por ser elemento vital frente à escassez hídrica, mas também pelas relações construídas entre os territórios indígenas e camponeses nos seus modos de vida, logo que a natureza é integrante, nessa perspectiva, do ser orgânico. Assim, às margens dos rios e riachos territorializaram-se povos originários, camponeses, agricultores familiares e pescadores. Nesse ínterim, tais paragens também serviram como pontos de descanso aos criadores e tangerinos¹⁰ que tangiam o gado. Essas paradas estratégicas despertaram a cobiça pela terra fértil alimentada pelas “veias” hídricas (rios, riachos, lagoas e/ou açudes), que recebiam significativos fluxos. Desse modo, constituíram-se

9 A riqueza natural e paisagística do Ceará está entrelaçada às diferentes regiões naturais e unidades geoambientais: litoral, superfícies pré-litorâneas e planícies de acumulação (litoral e várzeas); planaltos sedimentares e depressões periféricas úmidas e subúmidas (chapadas e pés-de-serras); maciços residuais; depressões sertanejas semiáridas (sertões) (LIMA, MORAIS e SOUZA, 2000).

10 O nome provém da expressão “tanger o gado”. Eram sertanejos ocupados em auxiliar os vaqueiros no transporte e cuidados com o gado.

fixos como as indústrias de salga de carne, conhecidas como casas de charques, fazendas e as primeiras vilas, atualmente importantes cidades, tais como Acaraú, às margens do rio Acaraú; Pentecoste e Paraipaba, entremeadas pelo rio Curu; Itapipoca e Trairi, permeadas pelos rios Mundaú e Trairi; Itarema, com importante influência dos rios Aracatimirim e Aracatiaçu, dentre outras¹¹.

Na metamorfose da apropriação ao domínio da natureza, tais “cenários” estão entrelaçados às muitas conflitualidades e conflitos do passado, que se desvelam no presente, como bem expressam Martins (2008), Diniz (2009), Vasconcelos (2010) e Freitas (2010). A partir das leituras dessas obras, percebemos o quão as autoras citadas coadunam com os estudos de Foster (2012, 2011) quando este destaca o conceito de “falha metabólica” ao tratar da quebra da relação sociedade e natureza, impulsionada pelos organismos de Estado a fim da promoção do agronegócio, por exemplo.

Em meados do século XVIII, o tropel da pecuária modificava as relações estabelecidas no sertão cearense, o que Capistrano de Abreu denominou de “civilização do couro”¹².

11 Segundo a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), entre as 11 bacias hidrográficas do Ceará estão a bacia do Acaraú (rio Acaraú), bacia do Curu (rio Curu) e bacia do Litoral (rios Mundaú, Trairi, Aracatimirim e Aracatiaçu). Para Nascimento (2006, p. 24), a bacia hidrográfica corresponde à “unidade de planejamento e gestão, que contribui sobremaneira ao ordenamento territorial/ambiental”.

12 De acordo com Capistrano de Abreu (s/d, p. 73) “Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

Na paisagem semiárida emergiam fazendas; novas condições sociais se estabeleciam e, assim, classes sociais iam se apresentando, desde vaqueiros a fazendeiros. A concorrência que se intensificava com as charquedas estabelecidas em outras capitanias - a exemplo do Rio Grande do Sul a partir das experiências no Ceará - e os acontecimentos históricos que se desenrolavam desde o final do século XVIII ao longo do século XIX estão entre as influências para a sobrepujança do algodão no Ceará, que se consorciou às atividades pecuárias. Para Girão (2000, p. 216),

Exsurge daí um marco de saliente interesse: no início do século passado já os agricultores cearenses exportavam anualmente, da sua produção algodoeira, de trinta a quarenta mil arrobas de pluma. As espécies cultivadas eram o crioulo ou inteiro [*Gossypium brasiliense*] e o quebradinho [*Gossypium purpureum*], ambos arbóreos. Bem vira Moreira Gomes [português que, segundo a historiografia, trouxera a cultura algodoeira ao Ceará] que, interrompidas as remessas da América do Norte, em virtude da guerra de sua independência, sentia a Europa premente necessidade do algodão de outras origens, valorizando-se assim dia a dia o seu preço, e que no Ceará eram propícias à sua cultura as mais favoráveis condições de clima e a natureza do solo.

Na efervescência da Revolução Industrial na Inglaterra, a Guerra de Secessão — ocorrida nos Estados Unidos entre os anos de 1861 e 1865 envolvendo os estados do Sul, que requeriam a secessão e independência dos demais estados norte-americanos - representou uma deficiência no po-

tencial industrial, haja vista serem estes grandes produtores de algodão direcionados às indústrias inglesas. Diante desse contexto, o Brasil torna-se via de exportação algodoeira, a partir do estado do Ceará, propício pelas condições naturais e sociais à prática agrícola.

Vale destacar que o cultivo do algodão era de conhecimento e prática dos povos originários e já no século XVII despertava interesse por parte dos colonizadores, conforme nos esclarece Girão (2000, p. 75):

O algodão nativo, o manim, amanyú, amandiyú ou manyú dos indígenas, era conhecido com a denominação de crioulo ou inteiro, de espécie arbórea. De excepcional interesse nos mercados da Europa, o aumento do seu plantio já era recomendado a Martim Soares, na resolução real de 8 de junho de 1621.

Esses interesses se avultaram séculos depois, com a entrada de outras espécies, tais como o algodão herbáceo e o mocó, mais resistentes às intempéries naturais e não consorciados a outros cultivos agrícolas, assim como o surgimento de “Estações Experimentais”, em que fazendas eram utilizadas para a plantação de algodão e de suas variações de espécies (GIRÃO, 2000).

Para Oliveira (1993), o que se destaca de fato é o controle que o capital internacional passa a exercer com mais intensidade sob os territórios sertanejos, a partir de antigas estruturas coronelistas, incentivando o vasto algodoeal e a monocultura, ao segmentá-la de outras culturas agrícolas. Desse modo, Oliveira (1993, p. 47) nos afirma: “A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura

de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros”.

Os fluxos se avolumavam com as estradas que se abriam e os trilhos férreos que iam se apresentando, enquanto a dinâmica do comércio se ampliava, de modo que o espaço geográfico ganhou conotações industriais que se arregimentavam por meio da arquitetura das residências, a feitura dos comércios e a movimentação dos transportes. Essa realidade altera-se com o retorno dos principais mercados exportadores à Inglaterra.

No Ceará, os anos vindouros do século XX dá-se com a insurgência de um Estado conduzido por políticas desenvolvimentistas, dentre as quais se destacam aquelas representadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A SUDENE¹³ criou caminhos para que, a partir da década de 1960, as ações políticas estivessem direcionadas à industrialização do território nordestino, alterando a dinâmica territorial. Assim fora em municípios cearenses como Itarema, Paraipaba e Trairi, com o advento de empresas¹⁴ subsidiadas por tais mecanismos, além de outras que se lo-

13 A SUDENE é criada a partir do relatório final produzido pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado em 1959 (BORSZTYN, 2008). De acordo com Brum (1999, p. 237), esses grupos de trabalho organizados, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) “[...] destinavam-se a atividades de assessoria, elaboração de projetos de lei ou de regulamentação de determinada matéria”.

14 Trata-se de agroindústrias de beneficiamento de coco que contaram com financiamentos subsidiados pela SUDENE para o crescimento e expansão econômica-territorial, com algumas destas empresas recebendo apoio do DNOCS com a concessão de uso das terras públicas dos perímetros irrigados.

calizaram em municípios como Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato. Destaca-se a instalação de indústrias subsidiadas nos artigos 34/18 e regulamentadas pelo Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR), lei de incentivos fiscais que garantia isenção de impostos sobre a renda das empresas nacionais e estrangeiras que viessem a se instalar no Nordeste. Assim, através da influência do Estado, a expansão hegemônica do capitalismo monopolista estava assegurada em nome do planejamento e do ordenamento territorial, de modo que “[...] os resultados do programa de industrialização, sob a égide do 34/18, são fartamente conhecidos no campo da transferência da hegemonia da burguesia internacional - associada do Centro-Sul para o Nordeste” (OLIVEIRA, 1993, p. 125).

Tais ações estão inseridas e, portanto, embebidas pela realidade oligárquica presente historicamente no Estado do Ceará. Nesse contexto, acerca das ações que acompanham à SUDENE, em conjunto com as do DNOCS¹⁵, Oliveira (1993, p. 55-56) considera que

Não é ocasional que o controle político do DNOCS tenha permanecido durante décadas nas mãos dos políticos particularmente os oligárquicos, do Estado do Ceará, talvez entre todos os Estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico. [...]. As primeiras grandes obras da IFOCS [Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, posteriormente DNOCS] e do DNOCS foram

15 Historicamente, a presença do DNOCS no estado do Ceará é expressiva, por meio das ações intervencionistas nas quais se destacam as políticas de açudagem e irrigação. O controle organizacional e administrativo de tais ações em escala nacional também se concentra no Ceará, tendo em vista que é em Fortaleza (capital do estado), até os dias atuais, que se localiza a sede central do DNOCS.

no Ceará, e daí por diante o controle desse organismo estatal, sua captura pela oligarquia algodoeira-pecuária, aprofundou-se e tornou-se completamente indistinta a linha divisória entre DNOCS e a mesma oligarquia. Falar do DNOCS no Ceará era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa.

Nesse contexto, a intervenção estatal por meio do planejamento se intensifica entre os anos de 1970 e 1980 com os auspícios da ditadura militar, que arrematava os moldes de uma modernização conservadora. Após a década de 1990, a presença forte e incisiva do neoliberalismo com a associação entre Estado e empresariado se torna mais eficiente, resguardando o poder oligárquico sob novas facetas. Para tanto, destaca-se a entrada incisiva no governo de políticos ligados à indústria e às organizações empresariais com o discurso autointitulado “Governo das Mudanças”, representado por Tasso Jereissati¹⁶ (1987-1991, 1995-1998 e 1999-2002) a partir dos ensinamentos já postos desde a década de 1960 pelo então governador Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982) (LEMENHE, 1995; FARIAS, 1997; VASCONCELOS, 2010).

Os desdobramentos da política neoliberal implantada no Ceará desenvolvem-se, ao longo desse século XXI. As próteses de engenharia e as armaduras do poder político-econômico se fortalecem com a construção de estradas, ferrovias, hidrovias e aeroportos, infraestruturas estas que

16 Tasso Jereissati “[...] trazia consigo as bases industriais do [Centro Industrial do Ceará] CIC e da [Federação das Indústrias do Estado do Ceará] FIEC e com elas recursos para financiar a campanha eleitoral, tinha visibilidade nacional como grande proprietário, o apoio de proprietários (locais e nacionais) de meios de comunicação e considerável prestígio junto aos setores emergentes das classes médias, conquistado como liderança empresarial progressista” (LEMENHE, 1995, p. 199).

servem, dentre outros interesses, às indústrias, ao agronegócio, por meio dos perímetros “públicos” de irrigação, agroindústrias e multinacionais, bem como às ações turísticas para fomentar os espaços direcionados ao turismo, além de ampliar a atração de empresas.

Nesse sentido, imbuída de “velhas-novas” estruturas amparadas pelo discurso da modernização e desenvolvimento, em detrimento dos territórios compreendidos como “tradicionais”, assim se apresenta a formação socioespacial do Ceará como parte do todo brasileiro, o que corrobora para que Lemenhe (1995, p. 237) teça as seguintes considerações: “Nesse sentido a modernidade assume o caráter de estratégia de poder e não a concretização de posturas orientadas por princípios ético-políticos genuínos. As oligarquias envelheceram mas deixaram seus herdeiros no poder. O drama não é cearense, é brasileiro”.

Desse modo, as conflitualidades e os conflitos que bem caracterizaram o processo de invasão do Ceará, denominados por muitos como “ocupação” ou “colonização”, estão inseridos nas veias da formação socioespacial do século XXI, com ranços de tempos pretéritos. Assim, o “novo”, movido pela velocidade do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008 b), não está desfragmentado e dissociado do passado.

Por vezes o poder simbólico¹⁷ exerceu controle espa-

17 “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...]. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das

cial através das representações, em conjunto com as ordens econômicas, político-administrativas e policial-militares, como nos expõe Moreira (2012), até que a conflitualidade se desponta e o conflito eclode com as tensões territoriais, quando a legitimidade do poder é posta em questão.

As palavras de Dona F. M. acerca do latifúndio e da luta pela terra no Ceará demonstram como tais controles, conflitualidades e conflitos são exercidos por meio da superestrutura e infraestrutura, quando estas caminham utilizando-se da ideologia e das representações revestidas da figura religiosa que se utilizava do poder econômico vestido pelo simbólico, haja vista que, além de possuir extensões de terras como herança, assumia os *status* de político e padre e aproveitava-se dessa condição para persuadir a população:

Esse herdeiro era o Padre A., que foi ele que batizou nós tudim daqui e a gente, Ave Maria, amava muito bem ele. Era muito bem aceito. Ele era político também. Aí na época da política ele vinha na casa da gente ou mandava chamar ali onde ele celebrava as missa no Miranda [comunidade próxima], né?! Aí mandava chamar a gente e dizia: “É pra votar no deputado fulano de tal, o prefeito tal”, e tudo nós fazia o que ele dizia. Como ele foi prefeito duas vezes [do município de Acaraú]. E nós aceitava bem bonzim. Pois bem, aí a gente fazia o que ele queria. O que ele mandava nós fazia num consenso muito bom. Porque nós amava ele, né?! Ele era muito bem aceito. Tudo que ele dizia nós fazia bem direitim (En-

palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

trevista realizada com Dona F. M. — Dona C. L. —, por Tereza Vasconcelos. Itarema/CE, setembro de 2013).

Essas estratégias de persuasão coadunavam-se à “limpeza dos territórios” partícipe nas fazendas para a prática do criatório, pastoreio e no agronegócio para a monocultura. Na capital cearense — concentradora das ordens administrativas e políticas —, a limpeza do território dava-se pelas práticas higienistas, conduzidas para e numa sociedade litorânea que esnobava a *belle époque* (1860-1930) como discutira Ponte (2014), o que se intensifica nos dias atuais com a concentração econômica, a divisão territorial entre classes sociais e a desigualdade socioespacial. Como parte das ações higienistas estava esconder a pobreza, os “vadios” (MARX, 1968; PINHEIRO, 2008) e civilizar os povos originários, criando aldeamentos que, atualmente, dão nomes a muitos bairros da cidade de Fortaleza, tais como: Paupina, Messejana e Parangaba como nos destaca Maria Amélia Leite (2012)¹⁸: “Os Paupina aqui de Fortaleza eles se dizem Guarani de Paupina. [...]. Naquela região de Messejana se você for andar por lá e viver por lá, [...], eu morei dois ou três anos na região de Messejana e a gente ouvia falar em Travessa Guarani, estrada Guarani, centro Guarani [...]”

No século XVI, com os primeiros “visitantes” europeus, franceses e holandeses, as sociedades originárias do “Siará Grande” não atinaram para seus objetivos de busca de recursos naturais para arregimentar os negócios da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (*West Indische Com-*

18 Maria Amélia Leite em Conversa para Elos: “Presença Neerlandesa no litoral do Siará, no século XVII: a relação com os indígenas, o meio ambiente, a fauna, a flora e as obras de arte”. 2º Encontro dos Povos do Mar, SESC, Caucaia/CE, 2012.

pagnie-WIC), o que brotaria as relações iniciais de comércio, entre os nativos e holandeses. Isso abria as conflitualidades e os conflitos que se sucederiam, entre europeus e entre estes e as sociedades originárias. Era o prólogo de uma história escrita com sacrifícios e sangue (HULSMAN, 2014).

A construção geográfica das sociedades integra um movimento dinâmico, sob o qual as conflitualidades e os conflitos estão emaranhados ao seio da formação socioespacial, mostrando-se com esferas e escalas de poder, em que se despontam os interesses assimétricos envolvidos. A partir dessa compreensão, a que reestruturação fazemos referência? Nesse caminhar, então o que rege tais reestruturações socioespaciais, demandando alterações nos fixos e fluxos geográficos nos territórios?

Consideramos que a reestruturação socioespacial possui significativo caráter metodológico nos estudos, envolvendo o espaço geográfico e os territórios, na busca de identificar os agentes influenciadores das dinâmicas socioespaciais, sejam elas políticas, econômicas e culturais, enlaçadas às ordens regentes locais e globais, o local ao mundo, como conexos e interligados ao movimento do tempo no espaço, por meio das crises.

As crises e o uso do/no espaço geográfico, correspondem a variáveis importantes quando analisamos a propriedade intrínseca ao espaço de reestruturar-se. A configuração espacial contribui para o processo de reestruturação, dada a interação dialética de seus componentes, por ser o espaço subordinado/subordinante, reproduzido/reprodutor, estruturado/estruturante, fato, fator e instância social, como bem nos alerta Santos (1980).

Esse mesmo autor (1980, p. 93) nos diz que “o estado de crise não é normalmente um testemunho de fraqueza. A crise é a prova do desajustamento do velho que deseja manter-se em face do novo que busca substituí-lo”, logo as reestruturações, representando intensas implicações nos subespaços do Estado-Nação interligadas à totalidade, relaciona-se, em grande parte, aos desajustes e estratégias para os ajustamentos do modo de produção dominante no espaço geográfico.

As inovações tecnológicas baseadas na divisão e apropriação do trabalho, os sistemas de transportes, auxiliando no fluxo de pessoas e mercadorias, as novas formas no e do espaço geográfico, correspondem às estratégias criadas para superar e fortalecer o modo de produção capitalista, ante as crises de ascensão, com um consumo acelerado e recessão, em que se verifica a balança desfavorável, entre produção e consumo. Diante dessa capacidade de reerguer-se, Harvey (2006, p. 43) chega a nos dizer que o “sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos”.

Para explicar a expansão, estagnação e recessão do capitalismo, que influenciaram nas revoluções e reestruturações no espaço geográfico, Ernest Mandel (1985) apoiou-se na teoria das “Ondas Longas” de N. Kondratieff, em que a cada período (sucessão de tempos longos ou curtos) de acumulação e crescimento acelerado, há, posteriormente, uma nova onda de crescimento desacelerado e de crises. Esse movimento em forma de ondas acompanha a totalidade dos acontecimentos globais do capitalismo, em que cada lugar

está inserido de modo diferenciado, possuindo, inclusive, resquícios de períodos antecedentes.

Buscando expandir-se e homogeneizar-se no espaço geográfico, o próprio engendramento do capitalismo cria ao que podem parecer contraditório, situações desiguais e combinadas, seja produzindo “novas” formas, seja criativamente destruindo o que parecem “atrasados” e “tradicionais” aos olhos dos “modernos”, com as inovações tecnológicas ou, ainda, buscando incorporar formas “antigas”, quando assim for conveniente aos detentores do poder político e econômico.

Se coexistências de formas persistem, há a necessidade de identificar e analisar os conteúdos e o modo de produção dominante, que as engloba ou busca englobá-las, no seu todo. É necessário, conforme as ideias de Herzog (1973), compreender como as diferentes temporalidades se interrelacionam e se contradizem. Diante disso, as contraposições das palavras “novo” e “velho” ou “arcaico” e “moderno” ganham dimensões mais amplas, profundas e complexas, sendo resignificadas.

A realidade é, efetivamente, coexistência de um conjunto de formas locais de características pré-capitalistas e capitalistas. Mas é também a interconexão destas formas, a dominante capitalista renovada através de processos que é preciso explicitar enquanto tais. De maneira que as formas chamadas pré-capitalistas não são exatamente formas “velhas”, mas sim adquirem um conteúdo novo (HERZOG, 1973, p. 199) ¹⁹.

19 Tradução da autora. Original: “La realidad es, efectivamente, coexistencia de un conjunto de formas locales de caracteres pre-capitalistas y capitalistas. Pero es también la interconexión de estas formas, la dominante capitalista renovada atra-

Segundo Amin e Vergopoulos (1977, p. 12), o conceito de formação social, também sob o olhar da formação socioespacial, “[...] implica na definição do conteúdo da expressão *dominação de um modo de produção*” e este não deve ser reduzido às análises estatísticas e economicistas da realidade. Isto se justifica, a nosso ver, pelas observações estanques muitas vezes conduzidas, não considerando as outras relações políticas e ideológicas, que se inserem em cada espaço-tempo, alterando e sendo alteradas pelo modo de produção pretendido como hegemônico.

Ainda sobre essa questão, Latour (1994, p. 15) enriquece o debate ao nos dizer que essa contraposição revela não apenas uma passagem e ruptura do tempo, mas também conflitos inerentes, em que os “vencedores” representam aqueles assentados sob o modelo capitalista de progresso e modernidade, enquanto os “vencidos” correspondem à parcela da sociedade destoante, heterogênea e diferenciada desses padrões.

O projeto de modernização no Ceará, empreendido pela iniciativa privada e fomentado pelo Estado, coaduna-se com a reestruturação, utilizando os espaços geográficos de modo desigual e combinado, ao mesmo tempo em que estes estão interligados aos acontecimentos globais, ou seja, num movimento de sincronia e assincronia. Soja (1993, p. 37) conclui que:

A modernização, tal como a vejo aqui, é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do es-

vés de procesos que es preciso explicitar en tanto tales. De suerte que las formas llamadas pre-capitalistas no son ya exactamente formas “viejas”, sino que adquieren un contenido nuevo” (HERZOG, 1973, p. 199).

paço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção. [...]. A modernização, como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias históricas bem diferentes nas diferentes formações sociais regionais.

Santos (2008c, p. 31) nos esclarece que cada modernização atrela-se a um período específico, portanto modernizações implicam a necessidade de se periodizar as dinâmicas do tempo no espaço, compreendendo que as dinâmicas internas estão entrelaçadas aos movimentos externos. Daí nos atermos à dinâmica do todo, isto é, da evolução do regime que busca nos governar.

No exercício metodológico de periodização, Mandel (1985) classifica o capitalismo em duas fases: a) concorrencial (resultado da Revolução Industrial com o desenvolvimento da máquina a vapor produzida manualmente, por exemplo) e b) capitalismo monopolista, ou imperialismo, marcada pelo desenvolvimento dos mercados internacionais, com a expansão das corporações multinacionais e a internacionalização do capital. Essa evolução do capitalismo se projeta com o incremento do capital constante (máquinas), em detrimento do capital variável (força de trabalho), o que resulta, em grande parte, em crises de desemprego ou, ainda, a transferência de postos de trabalho para a terceirização.

De acordo com Mandel (1985, p. 82), as três revoluções tecnológicas importantes para esse entendimento estão periodizadas na

[...] produção mecânica de motores a vapor desde 1848; produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utiliza energia atômica desde os anos 40 do século XX – tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial “original”, da segunda metade do século XVIII.

Celso Furtado, no clássico estudo sobre a *Formação econômica do Brasil*, designa e periodiza as atividades econômicas predominantes, que influenciaram o processo de ocupação territorial brasileira durante os séculos XVI ao XX, advertindo que realizou “[...] simplesmente a análise dos processos econômicos, e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (FURTADO, 2007, p. 22). Para o economista, destacam-se: a) economia escravista de agricultura tropical (séculos XVI e XVII); b) economia escravista mineira (século XVIII); c) economia de transição para o trabalho assalariado (século XIX); e d) economia de transição para um sistema industrial (século XX).

Lima (2008) periodiza momentos importantes da reestruturação, tendo como recorte espacial o estado do Ceará. Considerando as especificidades e virtualidades dos lugares, lança continuamente a interface entre os acontecimentos locais ao movimento da totalidade. Assim, o autor citado destaca: a) a fase das charqueadas, com a invasão portuguesa no Ceará; b) a cotonicultura, ante as demandas provocadas pela Revolução Industrial Inglesa (séculos XVIII e XIX) e com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (entre 1861

e 1865); c) as primeiras atividades industriais, utilizando-se do descaroçamento do algodão e os pequenos teares com a concorrência industrial do Sudeste e a criação da SUDENE; e d) a entrada de inovações e aparatos organizacionais, que aportam atividades econômicas como o turismo e o agronegócio enquanto expressão do neoliberalismo, contando, para tanto, do apoio estatal.

No espaço geográfico cearense essas dinâmicas se concretizam, desajustando as territorialidades expressas não apenas pelo conteúdo material da sociedade, mas também carregada de símbolos, vivências, identidades e experiências, que não podem ser desconsideradas. Fato pelo que Lima (2008) nos afirma:

A formação socioespacial oferece o arcabouço da sucessão dos modos de produção e dos ingredientes antropológicos que oferecem explicação do espaço geográfico atual. Assim, entende-se o espaço atual como herança de gerações passadas, com toda sua carga de formas e valores imateriais. Aclara-se, desse modo, o sentido de **reestruturação socioespacial** como renovação, com inserção de novos componentes que dêem sentidos a um modo de produção e consumo que viabilize a vida coletiva (grifos nossos).

A reestruturação produtiva está elencada na reestruturação socioespacial, porquanto esta última compreende as dimensões da reprodução das relações sociais de produção para além dos aspectos econômicos, contemplando as instâncias infraestruturais e superestruturais.

Nas palavras de Teixeira (2000, p. 71), a reestruturação produtiva revela uma intensa divisão social e territorial do trabalho, estando envolta pela apropriação de termos ideológicos como a “flexibilidade” e “qualificação” dos trabalhadores, que, na sua essência, são mais exigidos e sobrecarregados, sendo impostos a estes, além de suas tarefas individuais, a aceleração do trabalho combinado, de modo a resultar em processo produtivo aceitável:

[...] as empresas foram levadas a reconstituir, na prática, a unidade das diferentes formas de existência do capital, a reestruturação produtiva, com seus novos métodos e técnicas de contratação e gerenciamento, recompõe a unidade das diferentes fases do processo de trabalho, recriando um novo tipo de trabalhador coletivo combinado. Este não mais existe como unidade de diferentes trabalhos, realizados por distintos trabalhadores ligados entre si pelas malhas invisíveis da divisão técnica de ocupações. O novo trabalhador coletivo combinado existe agora na figura de cada trabalhador particular que, ao lado dos demais, encarna e realiza a unidade das diferentes fases do processo produtivo. Noutros termos, cada trabalhador individual é um trabalhador coletivo combinado.

De acordo com Harvey (2009, p. 39), a reestruturação produtiva tomada como um dos auxílios para as crises na busca por maior produtividade e consumo acelerado caracteriza a “destruição criativa”, que representa o

[...] “absurdo” do excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais urgentes mas não atendidas, de fome em meio à abundância, de desigualdades em rápido crescimento e da periódica destruição das forças produtivas antes criadas com que a burguesia buscou criar um mundo à sua própria imagem e semelhança.

No espaço agrário cearense, essa realidade se efetiva com a expansão do agronegócio, amplamente denominado como “agricultura modernizada” ou, ainda, “agricultura moderna”, representando o aumento da produtividade e a divisão territorial do trabalho agropecuário. Nas palavras de Elias (2007, p. 137), a “[...] difusão de novos sistemas técnicos agrícolas, fortemente alicerçados na ciência, tecnologia e informação, contribuem para a promoção de uma reestruturação produtiva no setor, que promove transformações significativas aos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária”.

Ainda na concepção e explicação de Elias (2007, p. 143), “[...] os espaços agrícolas escolhidos para receber as políticas públicas, os investimentos produtivos públicos e privados, nos quais há importante (re)organização dos espaços produtivos” compõem arranjos produtivos agrícolas constituintes de regiões produtivas agrícolas dinâmicas. Estas, na abordagem da pesquisadora, representam regiões funcionais e territórios corporativos encadeados na lógica do agronegócio, tendo em vista que correspondem aos

[...], novos focos de dinamismo da economia agrícola, nos quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontali-

dades, muito embora seja nestes que estas sejam extremamente dinâmicas, e que a solidariedade organizacional é preponderante sobre a solidariedade orgânica. Nos arranjos territoriais produtivos agrícolas, as grandes corporações atuantes nos complexos agroindustriais são os principais agentes produtores do espaço agrícola, processando-se, dessa forma, a produção de territórios corporativos inerentes ao agronegócio globalizado.

Na busca por contribuir com o debate do conceito de agronegócio e no que concerne aos papéis desempenhados pelos agentes produtores dos territórios em suas contraposições e heterogeneidades, Paulino e Almeida (2010, p. 75) nos dizem:

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o agronegócio divide-se em três partes:

- 1) Negócios agropecuários propriamente ditos. Envolvem a atividade dos produtores rurais, sejam eles agricultores ou pecuaristas, pequenos, médios ou grandes, constituídos na forma de pessoas físicas ou jurídicas;
- 2) Negócios pré-produção. Envolvem os setores industriais e comerciais que constituem o conjunto de fornecedores do chamado consumo produtivo, como equipamentos para infraestrutura produtiva, máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes insumos etc;
- 3) Negócios agropecuários pós-produção. Envolvem a compra, transporte, beneficia-

mento e venda dos produtos agropecuários desde os primeiros intermediários até os consumidores finais. Entre eles destacam-se transportadoras, supermercados e distribuidores de alimentos, indústrias calçadistas, têxteis, frigoríficos, abatedouros etc.

Quando esses processos produtivos concentram-se em grandes empresas do agronegócio, estas são denominadas de complexos agroindustriais (CAIs). Tais denominações e conceitos (agronegócio e complexos agroindustriais) estão atrelados às ideologias, conforme Oliveira (2007), que se apropriam de outros conceitos, como agricultura familiar. No contexto dessas ideologias, objetiva-se “sepultar”, enquanto existências sociais, o campesinato e as territorialidades indígenas.

Na reestruturação socioespacial do Ceará, essas estratégias são tomadas como ações para destruir, invisibilizar e/ou incorporar os modos de vida heterogêneos aos meios de produção que se pretendem hegemônicos. É a solidariedade organizacional se superpondo à solidariedade orgânica de que nos fala Elias (2007) com base em Milton Santos. Em outros termos, é a busca das forças externas de se imporem às forças internas.

Para Thomaz Jr (2010), é necessário ter conhecimento dessas estratégias territoriais do capital no campo, indo ao âmago da sua essência, tendo em vista que ainda existe um Brasil invisível, que se constrói e reconstrói muitas vezes imperceptível para grande parte da população. Muitos dos territórios tensionados e tensões territoriais são provenientes dessa construção invisível, cuja governança ou poder se busca exercer pela empresas acatadas pelo Estado.

Para tanto, é indispensável (re)conhecer o espaço geográfico no sentido político, “[...] intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial” (LEFEBVRE, 2008, p. 44) e analisar os sujeitos sociais, bem como as suas territorialidades nos é indispensável.

2.2. A reestruturação socioespacial do Ceará nos territórios e nas territorialidades

O território é a materialidade e arena dos interesses e das disputas dos sujeitos envolvidos, conforme nos apresentou Castro (2009). Quando os propósitos divergentes se atenuam no e pelo território os conflitos são iminentes. Nessa relação, há aqueles que, por meio do poder, buscam a dominação a qualquer custo, expressando a relação assimétrica, característica inerente ao território relacional, na abordagem de Raffestin (1993).

Nos últimos anos, especialmente a partir das políticas neoliberais, a discussão dos conceitos de território e territorialidades se ampliou de tal modo que seu uso foi muitas vezes, feito de modo deliberado e equivocado. Quando compreendido apenas enquanto sinônimo de governança e controle, tendo em vista as ações das políticas públicas, fomentando a criação de projetos como os “Territórios da Cidadania²⁰”, são muitos aqueles que os entendem como limite de áreas, regionalização, unidade e coesão de elementos homogêneos, equiparando-os como princípios identitários.

Tais profusões de pensamentos contribuíram para que autores como Haesbaert (2010, 2004), Saquet (2011, 2007) e

20 Ver: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais/one-community>>

Fernandes (2005) discutissem o conceito de território no seu âmago, propondo categorias como a multidimensionalidade e multiterritorialidade, tendo em vista as diferenças no que se apresenta, à primeira vista, como contínuo, uno e coeso.

Enquanto Fernandes (2009) aborda a multiterritorialidade a partir da escalaridade, Haesbaert (2004) a compreende por meio dos processos de (des)-(re)territorialização, ao ponto que Saquet (2011) o trata sob a perspectiva da dinâmica relacional. A partir dessa amplitude conceitual, Haesbaert (2004, p. 341) esclarece:

Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estatisticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço.

Diferentes são os olhares de como se expressa o poder territorial. Para Saquet (2011, p. 14), predominam nas pesquisas e estudos o envolvimento do conceito em quatro tendências e/ou perspectivas de território. Nestas, há uma discussão predominantemente econômica, outra pautada na dimensão geopolítica, a terceira estruturada na fenomenologia e, por fim, aquela que ganha força, especialmente a

partir dos anos de 1990, considerando as relações políticas de governança, sem deixar de envolver as outras instâncias.

Dentre as concepções clássicas, está a desenvolvida por Claude Raffestin (1993, p. 144), para quem “[...] o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. A abordagem influenciou os estudos brasileiros, que logo relacionaram o território à categoria poder. Analisando as dinâmicas territoriais Manuel Correia de Andrade (1994, p. 213) sinaliza que “[...], deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

Assim, percebemos as abordagens conceituais. Seja qual for a dimensão (econômica, política, cultural) das concepções acerca do tema, o poder e a possibilidade de conflitos se sobressaem. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 6) nos chama atenção para que

Explicitar o conhecimento e a prática que os homens têm das coisas é, involuntariamente, desnudar o poder que esses mesmos homens se atribuem ou procuram se atribuir sobre os seres e as coisas. O poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável. Falta-nos somente saber fazê-lo, ou então poderíamos sempre reconhecê-lo.

A necessidade destacada por Raffestin (1993) de desnudar o poder no sistema territorial entrelaça-se à ideia de

que durante muito tempo, se relacionou diretamente a “Geografia Política” à categoria Estado. Dessa forma, o conceito de poder era (e é, ainda por muitos) considerado sinônimo ao de Estado. Coadunando com o autor referenciado, é a população e sua organização/mobilização popular a fonte e o próprio fundamento do poder e por onde passam todas as relações, assim como ricamente expressam as palavras do cacique João Venâncio durante a festa pela demarcação da Terra Indígena (TI) Tremembé de Queimadas, em Acaraú/CE:

Meus amigo, eu quero dizer pra vocês aqui que “não se come um elefante de uma vez, nem um boi”. A gente come de pedacim em pedacim, e a gente vai vencendo o inimigo. Tem uma frase que eu sempre costumo dizer: que o povo Tremembé morre de atrevido, não de esmorecido. Essa luta é nossa. Temos que enfrentar, porque aonde a gente vai, a gente clama o nosso direito, a nossa história, a nossa realidade, o direito que nós temos a nossa terra, dos nossos antepassados. Eles já se foram, mas nós estamos aqui, levantando a bandeira de guerra, vestindo a camisa da história Tremembé pra lutar por aquilo que nós temos direito (Francisco Marques do Nascimento, “Cacique João Venâncio”. TI Tremembé de Queimadas, Acaraú/CE, maio de 2013).

Os princípios da multidimensionalidade e multiescalaridade constituem elementos que possibilitam analisar a totalidade dessas dinâmicas territoriais. A multidimensionalidade está relacionada à interação das variáveis que desenham e compõem os territórios, tais como a política, economia e a cultura. Assim, ainda que os mesmos estejam “recortados” em determinados enfoques, as dimensões estão correlacionadas. Quanto à multiescalaridade, esta corresponde às diferen-

tes escalas e variados usos e apropriações dos territórios, que podem, de acordo com as dimensões e/ou escalas, inferirem em conflitualidades e conflitos. É dessa forma, por exemplo, que podem ocorrer, entre comunidades camponesas e povos indígenas ou, até mesmo, entre os próprios integrantes dessas comunidades, como destaca o depoimento:

Isso é uma mensagem que eu deixo aqui pra você: a gente tem muitos companheiros, por aí a fora, que luta, que briga pra ter seus direitos, por seu território e quando tem, aí ele “bota no mato”, perde por via das briga do poder, briga de “puder”. Gente, num bota ninguém pra frente. O que nós temos que se organizar é pra lutar com um só pensamento, de mãos dadas, unidos, pra nós vencer o inimigo. Isso é o que é interessante pra nós (Francisco Marques do Nascimento, “Cacique João Venâncio”. Terra Indígena Tremembé de Queimadas, Acaraú/CE, maio de 2013).

Nesse sentido, coadunando com Fernandes (2008), compreendemos que há territórios materiais e imateriais. Os primeiros são construídos nos espaços físicos-concretos, enquanto os últimos são concebidos a partir dos pensamentos, do conhecimento e da ideologia. No entanto, a materialidade somente pode ser sustentada por meio da imaterialidade, porquanto o território material é indissociável do território imaterial. O autor, tomando por base os princípios intrínsecos ao conceito, propõe uma tipologia²¹ abrangendo três tipos de territórios: (a). O território constituído pelo país, estados da federação e municípios; (b). O território composto pelas propriedades privadas capitalistas e propriedades privadas não

21 Fernandes (2008, p. 9) nos faz atentar para a seguinte observação: “[...]. Não confundir a tipologia de territórios com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios”.

capitalistas; (c). espaços que são controlados por relações de poder que não necessariamente possuam como referência a propriedade privada, mas que são produzidos entre o primeiro e segundo território, a exemplo dos territórios dos traficantes, prostitutas, comércio informal, dentre outros.

A conflitualidade presente nesses territórios, segundo Fernandes (2008, p. 9), “[...] é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial”. O conflito é o conteúdo instituído, correspondendo um dos componentes da conflitualidade, que assim se apresenta por conter a unidade-diversidade, consenso-crítica, padronização-variedade, centralização-centralidades, regra-conflito e território-territórios, reportando disputas territoriais, ao mesmo tempo em que aborda os princípios da dialética. Esses princípios contribuem para Fernandes (1993, p. 794) considerar que

Nem sempre o conflito é perturbador das relações sociais. Libertando, por vezes, tensões, mantém essas relações. Através das suas instituições, o sistema social permite, dentro de certos limites, a manifestação de sentimentos hostis, evitando os efeitos mais explosivos. Há que ter em conta os conflitos que se dirigem à obtenção de um fim e os que se destinam à libertação de uma tensão. Mas há que atender, sobretudo à situação social e às normas culturais.

Dessa maneira, compreendemos que enquanto a conflitualidade corresponde ao território tensionado, o conflito instituído representa a tensão territorial entre os desejos de liberdade, segurança e autonomia. Para concretizar os seus intentos, os indivíduos ou grupos exercem o poder valendo-se desde a “[...] persuasão à manipulação, da ameaça de

uma punição à promessa de uma recompensa” (STOPPINO, 1991). Dessa forma, utilizando-se do poder, aqueles que estão envolvidos buscam a posse do território e o alcance de seus propósitos, como Castro (2009, p. 98) nos explica:

[...] o poder é considerado como a manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim (a vantagem ou o efeito desejado), mas a possibilidade de chegar a este fim supõe a existência de uma relação necessariamente assimétrica, ou seja, a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o efeito desejado.

Esses modos de exercício de domínio e os possíveis conflitos, por meio das conflitualidades, podem ser identificados em várias escalas, seja nas suas formas mais elementares²² ou, ainda, nas mais complexas. Citemos como exemplo referência de conflitos entre os países e a regionalização em blocos econômicos; entre os estados brasileiros e a busca desenfreada pela instalação de multinacionais ou transnacionais nas suas porções territoriais; as violências urbanas e as associações de bairros e favelas nas cidades do Brasil; e entre os grupos indígenas e as comunidades camponesas que lutam pela regularização de suas terras e a não invasão do agronegócio.

Os conflitos, conforme Santos (2008a), surgem do embate entre as forças locais, fundamentadas em regras localmente formuladas, e as forças exógenas que buscam impor-se com normas hierárquicas nos territórios. Enquanto as primeiras criam as horizontalidades nas quais as relações se

22 Conforme Claval (1979), todas as relações são mediadas por formas de poder. O autor esclarece suas ideias utilizando exemplos que vão desde a relação de poder e os conflitos vividos por uma criança e seus genitores até formas mais complexas instituídas na sociedade.

dão no cotidiano, as segundas são oriundas das verticalidades (im)postas de modo hierárquico, perturbando a vida de relações, como expressam as palavras do cacique João Venâncio ao reportar-se ao poder imanado pelos agentes exógenos (Estado, fazendeiros, latifundiários, empresários etc) no intento de desequilibrar as forças endógenas, que para resistirem necessitam estar alinhadas e mobilizadas no/pelo território:

Contem conosco que a gente tá com vocês, somando as forças, somando consequências, somando as dificuldades, é só gritar! A gente tá bem ali e a gente chega junto. E com certeza, daqui pra frente, agora é que o “negócio vai pegar” pra vocês e precisa que vocês se organizem [referindo-se ao processo do contraditório, ou seja, a contestação, por parte dos sujeitos exógenos ao território, bem como a desintrusão, ao que concerne à saída de não índios da Terra Indígena]. Precisa tá organizado, viu?! Porque agora o poder vai se organizar também pra querer derrubar vocês, mas a força do nosso Pai Tupã é muito mais melhor (Francisco Marques do Nascimento, “Cacique João Venâncio”. Terra Indígena Tremembé de Queimadas, Acaraú/CE, maio de 2013) .

As tensionalidades e tensões territoriais, dessa forma, são resultantes do embate entre as horizontalidades e verticalidades, as últimas desejando sobrepor-se à primeira, implicando necessidade da entrada de inovações externas e, por isso, sendo consideradas como elementos perturbadores das horizontalidades. Nas palavras de Santos (1994a, p. 50), as horizontalidades “[...] são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos. As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada”.

A autoridade, a ideologia²³ e as influências econômicas mediam esse avançar das verticalidades, no intuito de realizar seus desígnios nas territorialidades já presentes. Podem auxiliar, nesse sentido, o Estado, a Igreja e os organismos financeiros, a exemplo dos bancos com os créditos agrícolas, com o discurso da suposta “prosperidade” e da geração de emprego e renda.

Para Raffestin (1993, p. 183), essa territorialidade é expressa pela vida cotidiana, pelos hábitos, costumes e particularidades. O autor ainda considera que “destruir essa territorialidade é destruir toda uma simbologia cujo desaparecimento impede a manutenção de um diálogo com o meio espaço-temporal. É o fim de um diálogo multidimensional: somente o diálogo alto *versus* baixo é mantido. [...]. É evidente que isso faz parte da lógica do poder”.

Portanto, o território expressa a materialização da luta e, como tal, representa a busca contínua por sua apropriação e domínio, expressos na sua configuração histórica. Dessa forma, analisa Oliveira (2004, p. 40):

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação.

Assim, inferimos que as configurações dos territórios estão relacionadas aos diferentes usos, o que demanda relações materiais e imateriais. Esse “uso”, para Calabi e Indovi-

23 As ideologias “[...] formam-se como mascaramentos da realidade econômica, meio pelo qual a classe social dominante oculta os seus verdadeiros propósitos. Por outro lado, a ideologia pode servir como instrumento de luta, como sucede quando o proletariado toma o poder” (MORA, 1978, p. 134).

na (1992), está associado à produção e ampliação do sistema capitalista, tendo o mesmo como substrato geográfico para se reproduzir. Segundo Santos (1994b) e Santos *et al* (2006), compete ao território usado as diferentes territorialidades impressas ao longo do processo de territorialização. Assim, o uso do território pode ser conjugado pela apropriação quando é conduzido e motivado pelo pertencimento e pela identidade; por normas que muitas vezes são construídas pelas relações comunitárias. Na transposição ao domínio, o homem encontra-se estranhado ao território, que assume posição de valor e, desse modo, está submetido à troca, conforme as normas e leis impostas pelo mercado. A apropriação de que trata Santos (2006, 1994b) assume uma amplitude de significados, aqui bem expressa por Saquet (2011, p. 78):

A apropriação tem três significados principais: a) como posse, propriedade, controle, domínio individual e/ou coletivo por sujeitos presentes ou ausentes do espaço apropriado por meio de mecanismos e mediadores (i)materiais; b) significa delimitação com ou sem precisão, parcelamento, divisão e, c) uso, interferência e utilização dos objetos, instrumentos, máquinas, terras, ruas, edificações, homens (!), enfim, do espaço e da natureza. As apropriações e domínios do espaço, mais estáveis ou efêmeros, dependem das intencionalidades, dos desejos, das aspirações, das metas, enfim, das relações sociais e das práticas espacio-temporais-territoriais, todas realizadas nas relações sociedade-natureza (i) materializando-se nas paisagens e lugares.

Nesse compasso entre apropriação e domínio é que proprietários de terra, capitalistas, trabalhadores assalariados, bem como os indígenas e camponeses, se apropriam distintamente do território, conforme suas diferentes concepções de

propriedade e interesses. Assim, ao dialogarmos com o Sr. F. I. dos S. F., Tremembé do Território Indígena de Varjota (Itarema/CE) e Dona F. M. (Dona C. L.), camponesa do Assentamento Lagoa do Mineiro (Itarema/CE), compreendemos o conceito de território imbricado à luta, territorialidade e à identidade viva, enquanto possibilidade da diferença (Quadro 1):

QUADRO 1. Luta, Territorialidade e Identidade: pelas diferenças territoriais

Território? Já, já... Já ouvi falar. [...]. O território eu considero, assim, como que seja um terreno que é... vamo dizer assim... numa luta, que nós chamamos. O território que nós conhece, nós chama, né?

A diferença? Se eu for dizer tem muitas diferença, de eu pra você... O quê? Bom, vou dizer já, já. Primeira: Primeira porque, que eu quero dizer, que eu me identifico como índio e eu num sei se você se identifica como índia. Ou não, por aí já tem uma diferença, né? Porque eu assumo que sou índio, em todo canto. Agora você eu num sei se você se assume como índia. Agora eu me assumo, aí já tem uma diferença, nessa parte. A outra parte, que eu, né... Eu... Vamos dizer assim, eu sou uma pessoa que eu sou diferente de você, porque a minha luta... A minha luta pode até ser igual a sua, mas que eu acho que não é... Que a minha luta é uma luta minha pesada. E a sua pode também ser uma luta pesada, porque hoje tá você tá com nós aqui, né? Pra mim tá enfrentando uma luta. Quer dizer... Que aí, nessa parte de lutar, a nossa diferença é muito pouca (Entrevista com Sr. F. I. dos S. F., em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembléiada Povo Tremembé, julho de 2013).

Sou, Sou. Sou uma camponesa e tenho orgulho de ser camponesa porque a minha identidade eu não perco nunca. Eu quero que ela viva e sou um marco nessa terra, terra de muito conflito, né? Que houve.

Eu acho que sou camponesa, porque nasci no campo, nasci aqui no campo, né? Me criei ajudando meu pai. Meu pai, pescador de tarrafa e nós trabalhando na roça. Eu, minha mãe, meus irmãos e ele, também, né? Passava o dia trabalhando e cantando. A maniva, o feijão, o milho. Fazia os roçado, que na época ninguém não tinha “nada”. Como se diz assim pra fazer a natureza crescer, a gente fazia queimadas, antigamente, mas hoje não. Hoje não (Entrevista realizada com Dona F. M (Dona C.L.), por Tereza Vasconcelos, em setembro de 2013. Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema/CE)

Fonte: Sistematização por Tereza Vasconcelos, a partir dos trabalhos em campo.

A base econômica desponta enquanto meio pelo qual se relaciona a sociedade capitalista, mas não é apenas por essa dimensão que é possível compreender as territorialidades e territórios construídos no campo, sendo, portanto, necessário envolver e relacionar os aspectos políticos, econômicos e culturais daqueles envolvidos, que, por sua vez, possuem temporalidades diversas e que devem ser consideradas pela Geografia. Daí considerarmos o território enquanto multidimensional e relacional, como bem expressam as riquezas contidas nos depoimentos, nos quais se destacam a terra do trabalho, a saída com o ensejo do retorno ao território, a liberdade, segurança e autonomia no porvir (Quadro 2):

QUADRO 2. Territórios: multidimensional e relacional

Gosto! Eu gosto tanto, que hoje mesmo eu continuo. Eu saí da casa do meu pai com dezoito ano pra trabalhar nessa empresa [empresa de beneficiamento de frutas que se localizava, anteriormente, nas terras do assentamento]. Assinei minha carteira a primeira vez e aqui num existia essa palavra agricultura, mas chamava fruticultura. A minha carteira foi assinada pela primeira vez, tá escrito ali: trabalhador da fruticultura, quer dizer num foi como agricultor, mas trabalhador da fruticultura e durante essa temporada que eu morei ali no Córrego do Mato, **mermo trabalhano na parte de congelamento aqui na empresa, eu ainda tinha meu pedacinho de terra plantando na agricultura, numa “coroazinha” lá na beira do rio.** Aí, eu dei graças a Deus quando a gente conseguiu essas terra pra trabalhar. A gente ficou morando lá, antes de construí essas casa, a gente morava lá [Córrego do Mato, comunidade próxima ao assentamento], mas todo dia a gente vinha trabalhar aqui [na agroindústria]. E eu gosto! (Entrevista com Sr. A. G. L. de S., por Tereza Vasconcelos. Assentamento Córrego do Mato, Paraipaba/CE, setembro de 2012, destaques nossos).

Esse assentamento aqui representa uma grande coisa pra mim e pra minha família, porque eu nasci e me criei aqui e tou aqui, sempre trabalho aqui, mas sempre eu saio daqui. **Vou pras reunião e lá eu aprendo alguma coisa, trago pra cá,** porque toda vida eu gostei de andar nas reunião e assistir lá (Entrevista com Sr. C.B., por Tereza Vasconcelos. Assentamento Várzea do Mundaú, Trairi/CE, julho de 2012, destaques nossos).

É bom demais, graças à Deus, como o padre diz, estamos na santa paz de Deus. A gente não anda “caçando” briga e **aí num tem o patrão pra mandar a gente, a gente se manda, faz o que quer também, também tem isso. Porque o cara é liberto**, faz o que quer. Mas, o pai dela [referindo-se à sua esposa], era dessa época, o avô dela, que era dos pessoal que tinha o patrão e aí o caba botava uma carga de mandioca, dez litro numa carga. Dali lavava aquela. Se botasse dez carga, o “caba” tinha um alqueire de farinha, “mah”!. E aí, a gente lutava. Aí dava goma, aí os “besta” dava ainda. Quer ser bom, a gente dava uma goma pra eles lá. Lá o patrão, que Deus me perdoe porque já morreu, que é o R. V., o R. C., o finado R. C., tinha uma família. A família dele mora até em Itapipoca [Ceará]. Ele era dono de uma casa de farinha, que ele era empregado aí dum dono aí, de um terreno aí, tem mais cumpadre dele vivo hoje, que num sei o quê. Pobre é “besta” mermo. Tem um filho e dá pro fulano de tal. Pode ser até um dia que ele pode agradecer o afilhado [risadas] (Entrevista com Sr. E. S. e Dona M. do C., por Tereza Vasconcelos. Assentamento Várzea do Mundaú, Trairi/CE, julho de 2012, destaques nossos).

Rapaz, o território do assentamento pra mim, **a terra do assentamento pra mim é um grande futuro**. Eu sempre morei aqui. Tenho 61 anos. Participei da luta. Tem um grande fundamental pra mim, em vida, em produção, né? Porque aqui eu crio minha família, né? Criei meus filho tudo aqui, né? Meus pais moram aqui, como daqui e eu só vou sair daqui quando Deus num precisar de mim e me levar. Eu tava em Fortaleza, vai fazer um ano agora em agosto [2013], uma senhora chegou pra mim e me dava era uma casa, com um carro na garagem pra eu sair daqui. Eu disse: minha senhora guarde seu carro, que eu vou viver na minha terininha lá mesmo (Entrevista com Sr. Z. J., por Tereza Vasconcelos. Assentamento Várzea do Mundaú, Trairi/CE, julho de 2012, destaques nossos).

Gosto, né? **Só que pra uma pessoa ter um trabalho é meio difícil, né?** Porque muitos daqui saem pra fora trabalhar, porque... principalmente, os homem, né? Principalmente pra Fortaleza. Ficam, né? [as mulheres]. Porque aqui tem filho, que não pode sair. É, sou que eu sou assentada, né? Tenho minha casa num posso sair, né? Só que ele não pense em trabalhar lá eternamente, não! [Sobre o marido, que trabalha em Fortaleza]. Renda também, né?! [O artesanato, que participa da vida de muitas mulheres na/da região] (Entrevista com Dona R., por Tereza Vasconcelos. Assentamento Várzea do Mundaú, Trairi/CE, julho de 2012, destaques nossos).

Fonte: Sistematização por Tereza Vasconcelos, a partir dos trabalhos em campo.

Nesse contexto, a partir dos ricos olhares sobre a realidade, Sampaio (2007, p. 99 e p. 102, grifos nossos) relaciona a ideia da fragmentação dos conhecimentos produzidos nas universidades, que estão cada vez mais afastados da proposta que está (ou deveria estar) no seu cerne: a integralização dos saberes não isolados dos conhecimentos e sabedorias construídas pelos territórios nas práticas e *práxis* cotidianas:

[...] nos deparamos com as construções de saberes provenientes das **experiências populares**, que são denominadas de **conhecimento popular ou senso comum**. Os reflexos decorrentes deste tipo de conhecimento contribuíram e contribuem para as permanências de saberes técnicos, costumes, hábitos e culturas ao longo da história dos seres humanos e as relações de convivência com os demais seres vivos. Os saberes populares são ricos em experiências motivadoras de estudos e reproduções capazes de modificarem os hábitos dos seres humanos e dos animais através dos processos de domesticação, treinamentos e repetições que se manifestam em espaços e tempos diferentes e desiguais. (p. 99). [...]. As universidades devem fazer jus ao seu próprio nome. O **conhecimento universal**. [...]. Sendo assim as comunidades através dos seus saberes estarão em sintonia fina com as universidades, com os cientistas, ampliando e trocando experiências. As comunidades, os movimentos sociais as instituições não governamentais estão ávidas por troca de saberes que vão além das lutas entre os métodos naturais e sociais (id., p. 102).

O que podemos perceber, a partir das lutas indígenas e camponesas é a sua presença marcante, mesmo que com

novos conteúdos, na formação socioespacial do Ceará, desmoronando o “mito” da homogeneização do território e dos conhecimentos produzidos nos mesmos, contribuindo para provocar debates e embates teóricos profícuos que ganham grande ressonância na atualidade e colocam a questão indígena e camponesa num dos cerne das discussões, entre territórios tensionados e tensões territoriais, compostos por materialidades e imaterialidades, mas, sobretudo, enquanto possibilidades de transformações.

2.3. A luta na construção dos territórios

A construção dos territórios por “homens simples” de “tempos lentos”, aludindo aos termos utilizados por Henri Lefebvre e Milton Santos, para além do que aponta Martins (2011), como a “ideologização do conhecimento²⁴” concretiza-se na formação socioespacial do Ceará, enraizada por territórios indígenas e camponeses, abordados, muitas vezes, como coadjuvantes no processo histórico-geográfico.

Por meio desse mesmo processo histórico-geográfico compreendemos como tais sujeitos sociais e territórios protagonizaram lutas, conquistas e transformações. Ou, ainda, a permanência e resistência na busca por tais avanços.

2.3.1. Territórios indígenas na/da formação socioespacial do Ceará

A Guerra dos Bárbaros, ocorrida no Nordeste brasileiro se destaca como uma das lutas, territorialmente am-

24 Ver *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala de José de Souza Martins (2011).

pliadas dos povos indígenas no Brasil. Por muito tempo a literatura, ao tratar da questão indígena, limitava-se apenas ao indigenismo, não revelando a dimensão que os conflitos tomavam. Em grande parte, tais constatações estão relacionadas ao fato de que a história fora escrita e contada, desde os primórdios, pelos considerados como vencedores. Desse modo, os fatos não revelados por inteiro são escondidos, em detrimento dos “vencidos”.

Como uma estratégia de desvirtuar os olhares de um período de intensa efervescência conflituosa entre índios, colonizadores e as fundações religiosas, a visão romantizada aguçou-se, traduzindo o índio como o exótico, o patriota, o bárbaro. Puntoni (2002, p. 15), ao observar o papel relegado aos índios por vários intelectuais da literatura brasileira, chega a declarar: “A lengalenga indianista de nossos românticos, primevos historiadores, não vingara para além da pura afirmação do mito de um índio ancestral, espécie de elemento referencial na reconstrução historicista da literatura romântica e de símbolo privilegiado da pátria”.

A Guerra dos Bárbaros ocorreu no sertão nordestino protagonizada pelos índios tapuia (aqueles considerados mais “rebeldes”) que muitas vezes, para garantir seus ideais, confrontavam-se até mesmo com os outros índios, como os tupi, os “amansados” pela catequização. Dentre os principais motivos estava a “limpeza da terra” para a expansão da pecuária, processo que se deu mais intensamente entre os séculos XVII e XVIII (PUNTONI, 2002). Como recompensa, ofereciam-se aos desbravadores as terras conquistadas, por meio do assassinato dos índios.

À medida que se acentuava a pecuária extensiva, os conflitos tornaram-se mais aguçados. O movimento dos

criadores ascendia nas terras indígenas, pois o gado criado solto adentrava as terras das comunidades. Para saciarem as necessidades alimentares, os povos originários tinham o boi como espécie das matas, portanto, alvo de caça. Isso se tornou ponto de vários e contínuos conflitos, ao criminalizarem os indígenas, que foram enquadrados nas leis e costumes de Portugal. Assim, ao passo que o latifúndio ampliava os rebanhos no sertão nordestino, realizava-se a “limpeza dos territórios”, a fim de abrir espaços fins de criatórios, tal qual se observava na acumulação primitiva, com a expansão das pastagens destinadas às ovelhas na Inglaterra (MARX, 1968). Esse apontamento entra em consenso com a ênfase de Puntoni (2002, p. 45-46):

No sertão setentrional, muito ao contrário, as guerras aos índios neste momento, por razões estruturais da forma da evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de “limpeza do território”. Se houve expedições orientadas para a captura e escravização dos habitantes dos sertões, de maneira geral, o escopo era sempre a matança, seja para refrear a “insolência” de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente espaço para criações.

Inicialmente, os “bárbaros” se fizeram notar no Recôncavo Baiano, desde o final dos anos de 1555, intensificando-se entre os anos de 1651-1679 e a partir de 1687²⁵

25 Há divergências entre os historiadores quanto ao ano de início da Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte e Ceará. Taunay (2010, p. 33), baseado na carta expedida pelo Arcebispo da Baía Dom Frei Manuel da Ressurreição ao capitão

nas capitanias anexas de Pernambuco, formadas, naquele período, pelos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, até então conhecido apenas como Rio Grande. A guerra ocorrida no Recôncavo Baiano serviu como uma espécie de “laboratório de matanças”, pois serviu como modelo para os aniquilamentos que se deram nos anos seguintes.

Assim, fora no Rio Grande do Norte e no Ceará, às margens dos vales dos rios Açu (RN) e Jaguaribe (CE), que aconteceram as maiores tensões da Guerra dos Bárbaros, considerados como entraves ao “progresso”. Tão grande foi a mobilização que a historiografia considera até mesmo o ocorrido de uma confederação denominada “Confederação dos Cariri”, organizada e articulada por grupos indígenas, a fim de evitar a invasão dos colonizadores e a expansão do gado. O acontecimento teve os estados do Rio Grande do Norte e Ceará como pontos centrais dos conflitos e tinha os rios como marco de delimitação. A forte influência dessa passagem representativa da Guerra dos Bárbaros a faz ser amplamente conhecida apenas como “Guerra do Açu”, muito embora, vale salientar, a guerra ocorreu em muitos lugares do sertão nordestino, com suas importâncias e especificidades (PUNTONI, 2002; TAUNAY, 2010).

No recorte espacial do Recôncavo Baiano ocorreram os primeiros levantes com os índios Tupinambá, no final dos anos de 1555, especialmente no litoral. A construção

Manuel de Abreu Soares (dezembro de 1688), afirmava que “[...] parece fora de dúvida que se deve milisimar de... 1683 o início da longa *Guerra dos Bárbaros*, como foi chamada à maior pugna talvez, havido no Brasil, sem solução de continuidade, entre brancos e índios. Dos primeiros tempos dessa campanha pouco se sabe. De 1687 em diante assume ela aspectos de grande gravidade.”, enquanto Pedro Puntoni (2002) aponta os primeiros meses de 1687 como a retomada do movimento nas capitanias do Rio Grande e no Ceará, fundamentado no que há na maior parte dos documentos históricos, segundo o pesquisador.

da cidade de Salvador, a ocupação do Recôncavo Baiano acompanhada da expansão da cana-de-açúcar (litoral), do gado (interior), com o surgimento de senhores de engenho, fazendeiros, bem como as primeiras vilas, constituem os principais motivos e alvos das lutas, que se desdobraram pelos anos seguintes. Os conflitos foram debelados diversas vezes, contando para tanto com os massacres oferecidos pelos soldados e até mesmo por outros índios aldeados e civilizados, conforme os preceitos europeus das ordens religiosas. O movimento indígena cessa, mas a partir de 1657 retoma as reivindicações postas acima, ainda que sob grandes intervalos entre um levante e outro. A partir de então, destacaram-se três momentos: Guerra do Orobó²⁶ (1657-1659), Guerra do Aporá (1669-1673) e as Guerras no São Francisco (1674-1679), envolvendo, principalmente, os tapuia Payayá, Aporá e Anaio, respectivamente (PUNTONI, 2002).

Motivos semelhantes contribuíram para a expansão da guerra na ribeira do Açú (RN) em contato com o rio Jaguaribe (CE). A intensa ocupação, por parte de vaqueiros e fazendeiros com seus currais espinhava as relações entre estes e os indígenas que, no início, eram até amistosas, especialmente com os vaqueiros. O estopim da guerra se deu com a prisão de índios tapuia Janduí pelo governo geral. O fato contribuiu para que este sertão fosse “[...] palco das mais sangrentas batalhas e atrocidades cometidas ao longo das guerras dos bárbaros” (PUNTONI, 2002, p. 124).

26 Com a finalidade de um melhor entendimento o historiador Pedro Puntoni (2002, p. 98) reproduz uma pequena nota que esclarece a geografia local, naquele período. Para o pesquisador, “[...] o mais correto é entendermos que, no século XVII, a chamada “serra do Orobó” compreendesse de fato a região de serras que incluíam as serras de Santa Brígida (no município de Itaberaba), do Camisão (Ipuá) e de São Francisco (serra Preta), entre outras que compõem o planalto leste anterior à depressão do rio São Francisco”.

As negociações para a liberdade dos índios presos, durante a Guerra resultaram em proposições²⁷ de “paz” e, ao mesmo tempo, de obediência e submissão a Portugal (PUNTONI, 2002; OLIVEIRA e FREIRE, 2006).

Percebemos que as lutas foram sendo construídas pelos territórios por meio dos conflitos, em que estiveram envolvidos “tapuia” e “tupi” (seguindo as denominações e fragmentações criadas), vaqueiros, moradores locais, fazendeiros e missionários.

Estas guerras, protagonizadas por aqueles considerados bárbaros, não eram denominadas “guerras justas”, uma vez que atacaram o Estado e as ordens religiosas. Sob esse discurso, as missões religiosas, o governo geral e/ou, ainda, particulares, todos voltados aos seus interesses, intentavam o aldeamento indígena, que, conforme as explicações de Puntoni (2002, p. 54), correspondiam a povoados em que “[...], os índios deveriam ser isolados da sociedade colonial, para então poder voltar a integrá-la de forma controlada. De maneira geral, índios das mais diferentes nações eram reunidos num único povoado para serem submetidos a diversas formas de ressocialização e de aculturação”.

Não aconteceu por acaso a efetivação das Vilas dos Índios no século XVIII, com o Diretório Pombalino, conforme estudo de Silva (2005). Estaria, assim, criada uma reserva com delimitação territorial de força-de-trabalho que estaria, portanto, à disposição dos “povoadores”.

Para o sucesso dos seus propósitos, as missões religiosas se empenharam em aprender a língua indígena, tendo

27 Segundo Puntoni (2002), as proposições de “paz” estão reunidas no “Assento das pazes com os jandúis”, assinado no dia 10 de abril de 1692. O texto na íntegra, importante documento, encontra-se nos apêndices deste trabalho (p. 298).

em vista que, assim, se aproximariam. Tal aproximação vivia à catequese e ao “salvamento das almas”. Dessa forma, as missões se utilizavam de estratégias para além do cristianismo e das trocas de presentes, como nos expõe Maria Amélia Leite:

Porque os que não eram “selvagens”, eles [colonizadores] praticamente se comunicavam com a maior facilidade. [Os índios] se interessavam muito por facões, por armas e... Não era de fogo, né, mas armas que ajudavam nos trabalhos deles. Ninguém tinha esses facões que os estrangeiros traziam pra cá. Então, como era aqui essas terras do Ceará, como era aqui que os portugueses acreditavam e faziam também o que podiam para conseguir. Uma das suas missões: expandir a fé católica. Era uma proposta dos portugueses, né?! Todos nós sabemos disso. Eles conseguiram, por exemplo, destruir toda uma sabedoria, dos ancestrais, é... tá implícito, né?! Mas o que é... quem acabou com a religião indígena foi exatamente a perseguição junto dos pajés, pois eram eles que tinham a força de acrescentar para o próprio povo indígena a realidade. [...]. Porque a religião ainda hoje, quer a gente queira, quer não, é uma força cultural que tem um papel primordial nas nossas vidas, seja qual for a fé (informação verbal)²⁸.

No processo de aldeamento, era primordial a tentativa de integração desses povos e isso se dava, desde a conversão

28 Palestra de Maria Amélia Leite em Conversa paraElos: “Presença Neerlandesa no litoral do Siará, no século XVII: a relação com os indígenas, o meio ambiente, a fauna, a flora e as obras de arte”. 2º Encontro dos Povos do Mar, SESC, Caucaia/CE, 2012

dos pajés, por meio da pregação do evangelho até as práticas compensatórias como doação de sesmarias e pagamentos de salários, conforme ressaltam Oliveira e Freire (2006, p. 47).

Mesmo com as aparentes imagens da realidade, identificamos na Figura 1 a reprodução da primeira missa no Brasil a partir do olhar europeu, em que o símbolo do cristianismo (a cruz) encontra-se no centro, podendo ser observado sob qualquer ângulo; a submissão do indígena encontra-se em posição inferior na pintura; e o porte físico dos povos originários (índios e índias) do que se compreendia da *terra brasilis*.

FIGURA 1. A Primeira Missa no Brasil, óleo sobre tela de Victor Meirelles, 1860 (Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro)



Fonte: Oliveira e Freire, 2006.

Na verdade, dentre as preocupações principais des-

As ordens religiosas ao proporem os aldeamentos estava a contenção dos levantes indígenas e, para isso, era fundamental atingir a figura dos pajés, considerados fortes lideranças, conforme identificamos nas palavras contidas na carta²⁹ escrita pelos padres Ascenso Gago e Manuel Pedroso, missionários jesuítas, relatando os modos e costumes dos índios encontrados e aldeados na Serra da Ibiapaba, território que por muito tempo pertenceu ao estado do Maranhão e que foi, posteriormente, incorporado ao Ceará:

São supersticiosíssimos e crêem cegamente as mentiras dos seus pagés ou adivinhos; porém nesta parte vivem já muito emendados com a ajuda divina os que conosco assistem, porque muitas vezes os temos convencido com razões evidentes, mostrando-lhe as falsidades e embustes dos seus pagés, curando e dando são, por permissão divina, a muitos enfermos que os pagés nunca puderam sarar (PINHEIRO, 2011, p. 33).

Os índios que viviam no litoral nordestino foram envoltos ao processo de aldeamento, tendo em vista os desejos exploratórios advindos com a cana-de-açúcar. No entanto, em busca de mais riquezas e com a consolidação cada vez mais forte dessa atividade econômica baseada em relações sociais escravistas³⁰, os interesses dos ordenamentos religiosos expandiram-se e entronizaram-se no sertão. Os aldeamentos presentes no litoral persistiram sobre os índios denominados de “tupi”, principalmente com as missões je-

29 Trata-se da carta ânuca escrita em 1695, em nome do Padre Alexandre de Gusmão, por Padre Ascenso Gago e por Manuel Pedroso à Companhia de Jesus da província do Brasil (PINHEIRO, 2011, p. 33).

30 Muito embora, diante do modo em que eram aldeados os indígenas, ou seja, sem a propriedade de suas “almas”, possamos considerar que muitos eram escravizados.

suíticas, enquanto os “tapuia” foram integrados pelos holandeses, que encontraram numa suposta e limitada “liberdade” a estratégia para obterem a amizade dos índios e, em troca, garantir a defesa e domínio do território brasileiro. Estes, considerados índios arredios do sertão, dificultavam o processo de aldeamento.

Os tapuia possuíam diversidade linguística, influenciada pela situação geográfica em que estavam inseridos, pela diversidade territorial (composto por vários territórios) e por uma intensa dinâmica de migrações. De acordo com os dados de Puntoni (2002) e Taunay (2010), baseados em documentos, estes verificaram que os tapuia eram representados pelos Rodeleiro, Beijudo ou Lanceiro (Piauí); Paiaiase e Anaio (sertão baiano); Cariri (partindo da Bahia, margeando o Rio São Francisco e o Ceará); e os Tarairiú (Rio Grande do Norte, então Rio Grande e Ceará). O próprio território dos Tarairiú estava dividido em porções territoriais menores. Apesar de guardarem laços entre si, existiam disputas, o que nos faz lembrar as escalas do poder e, portanto, dos conflitos conferidos ao território (FERNANDES, 2009). Quanto a isso, o caso dos Tarairiú é significativo. Assim, nasceram, a partir dos mesmos, outros territórios, como dos Janduí, Canindé, Paiacu, Jenipapoçu, Icó e Caboré, que levavam os nomes de seus líderes, a exemplo dos Janduí, como influência de João Duim. No Ceará, os Tupi e Tapuia se apresentavam da seguinte maneira:

Agora os povos indígenas, eles dizem aqui que numa área de setenta léguas eles constavam 22 nações indígenas. Eu acho que eram muito mais. Eles dizem aqui de diferentes línguas, porque os portugueses trabalharam

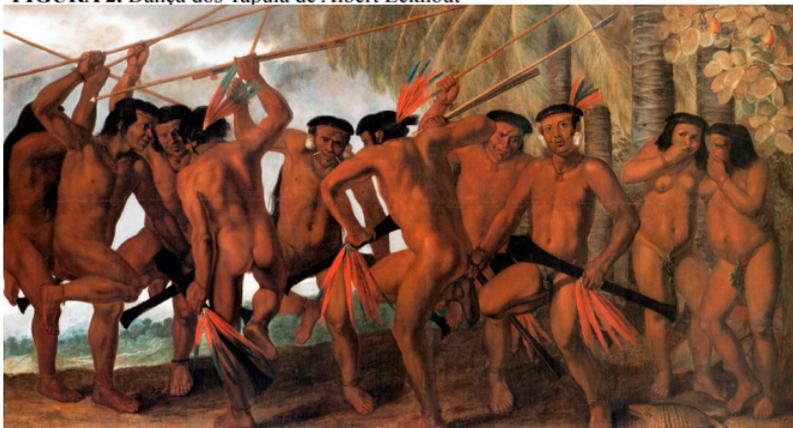
muito com os Tabajara e os Potiguar e eles tinham uma única língua, que é a língua Tupi, inclusive eles se falam aqui em Tupi-Guarani [...]. Os Paupina, ali de Fortaleza, eles se dizem Guarani e Paupina. [...]. Muitas guerras, os índios eram “infinitos”. [...] a gente sabe que estes tapuia de guerra eram os Tremembé, eram Cariri... Eixos que apontam diversas características sobre as populações indígenas e as suas diversidades étnicas e linguísticas e, em segundo, a existência de uma dicotomia, quer dizer, uma separação, entre os filhos da colônia e as nações de tapuia. Tapuia não eram nem chamados de índios. Podemos também falar de índios que “toleravam” os portugueses. O Jacaúna e seu povo. Jacaúna era um chefe de uma região indígena. E índios que não toleravam os portugueses, não só os portugueses, não toleravam os europeus, era os Tapuia de guerra. [...]. Eram índios que não pertenciam ao tronco indígena tupi-guarani e que possuíam costume de língua diferente. No Ceará as correntes indígenas que mantinham contato com os europeus, se dividiam em dois grupos, Tupi: Os Potiguar e os Tabajara; e um grupo indefinido de tribos ditas Tapuia. Mas nós só podemos identificar, com alguma certeza, os Tremembé, os Paiaçú, os Jaduim e os Jaguaribara (informação verbal)³¹

Os tapuia foram considerados por muito tempo em segundo plano pelos portugueses. Dentre os motivos estava o fato de não falarem a língua “geral” (o tupi) e a proximidade com os holandeses. Este último fator, inclusive, tornou-se

31 Palestra de Maria Amélia Leite em Conversa paraElos: “Presença Neerlandesa no litoral do Siará, no século XVII: a relação com os indígenas, o meio ambiente, a fauna, a flora e as obras de arte”. 2º Encontro dos Povos do Mar, SESC, Caucaia/CE, 2012.

justificativa para as violências contra os tapuia considerados bárbaros e infiéis ao governo português, em nome de uma “guerra justa”. Na Figura 2, o pintor holandês Albert Eckhout retrata de modo expressivo a apreciação estrangeira sobre os tapuia: nus, antropófagos e com armas nas mãos postos a guerrear.

FIGURA 2. Dança dos Tapuia de Albert Eckhout



Fonte: Puntoni (2002); Andrade (2005); Oliveira e Freire (2006)

Na verdade, o dualismo tupi e tapuia representou uma dupla barbárie. Com os tupi, aconteceu um etnocídio com profundas dimensões; aos tapuia, considerados os “outros”, um genocídio sem precedentes; com os dois grupos, um desequilíbrio nas relações sociais, mesmo estando estes envolvidos por uma mesma questão: a tomada do território pelos invasores estrangeiros (fossem franceses, holandeses e/ou portugueses) e pelos invasores locais — os latifundiários. Sobre a construção dessa alteridade, Puntoni (2002, p. 68-69) realiza a seguinte exposição:

Seu significado básico está associado a uma noção de barbárie duplamente construída. São bárbaros aqueles assim considerados pelos “outros” que podem ser integrados mais imediatamente à cristandade: os tupis. [...] a divisão entre tupi e tapuia compreendia uma noção de “dupla barbárie”, se assim podemos dizê-lo: a integração, ou aceitação abstrata dos tupis como a humanidade a ser incorporada (e, portanto, como elemento legítimo do Império cristão), implicava a inscrição do tapuia na barbárie. [...]. O processo de construção da alteridade, e de identificação do espaço da barbárie, caminhava pari passu ao de integração dos novos membros. **Afinal, não se dominam povos porque são “diferentes”, mas, antes, tornam-se estes “diferentes” para dominá-los [...]. A construção da diferença e a integração por meio do domínio são, portanto, as duas faces de um mesmo processo** (destaques nossos).

Os tapuia eram, como demonstra a literatura, povos “bárbaros” e valentes. Isso se traduz mesmo hoje, nos índios e nas índias, nos homens e nas mulheres sertanejas, como herança manifestada na formação socioespacial do Ceará.

Para Pompeu Sobrinho (2010) e Studart Filho (1963), os povos indígenas Tremembé se aproximavam das características tapuia, tendo em vista os levantes realizados contra a invasão portuguesa e até mesmo holandesa, com quem tinham feito certa aproximação. Assim, a partir dos relatos históricos, Messeder (1995, p. 27) relata que os Tremembé “[...] foram inscritos na categoria de índios inimigos, indignos de confiança e belicosos ‘por natureza’. Os historiadores

cearenses traçam um quadro de constante animosidade dos Tremembé em relação aos conquistadores”.

Por onde a história “oficial” caminhava, contada, a partir dos poderes econômico e político, os grupos indígenas se faziam notar e se territorializavam, ao seu jeito, ao seu modo.

Nesse ínterim, é relevante salientar as palavras de Ribeiro (2007, p. 25), que em seu estudo denominado *A Geografia do modo de produção comunista primitivo*, ressalta: “A história não começa com o Estado, exceto a história da dominação regulada politicamente de maneira classista. A história é o fluxo da prática social espacializante. Como seria possível se pensar tais sociedades como aistóricas e aespaciais?”

Os movimentos indígenas não se restringiram à Guerra dos Bárbaros, considerando, vale destacarmos, a sua importância a outros levantes no espaço geográfico. Os conflitos também não representaram apenas derrotas³². De acordo com Oliveira e Freire (2006), em todo o processo de formação do Brasil os índios estiveram presentes, fosse no regime dos aldeamentos missionários (1549-1755); entre o sistema colonial e imperial brasileiro (1755-1910); no regime tutelar (1910-1988), com os precursores do indigenismo no Brasil; e, ainda, num contexto que se abriu, a partir de então, como fruto do próprio movimento indígena, congregando mais estudos e pesquisas.

As presenças dos povos originários, evidenciadas por meio de suas dinâmicas, com seus modos de resistência,

32 Os pesquisadores Marques e Rodrigues (2013); e Oliveira e Freire (2006) organizaram interessante panorama dos movimentos de territorialização no Brasil, que contaram com a participação indígena, desde o século XVI ao XXI, baseados em documentos e numa vasta literatura.

ressaltam aspectos relacionados às suas raízes histórico-culturais, o que contribui para autodeclararem-se ‘indígenas’, mas, *pari passu*, demonstra a incorporação de alguns elementos do modo de produção atual absorvidos pelos mesmos ao longo do tempo, haja vista o histórico massacre a que foram submetidos e o não isolamento destes no sistema capitalista, ainda que haja, no século XXI, comunidades indígenas isoladas ou de pouco contato. Conforme os Povos Indígenas do Brasil (PIB),

[...] a idéia de que há índios isolados desde a chegada dos portugueses ou sociedades mantidas à margem de todas as transformações ocorridas desde então, é enganadora. Os grupos considerados isolados travaram, muitas vezes, relações de longa data com segmentos da sociedade nacional, tendo posteriormente optado pelo isolamento. [...]. Assim, o isolamento representa, em muitos casos, uma opção do grupo, que pode estar pautada pelas suas relações com outros grupos, pela história das frentes de ocupação na região onde vivem e também pelos condicionantes geográficos que propiciam essa situação. A noção de isolados, portanto, diz respeito ao contato regular, principalmente com a FUNAI³³.

Os interesses imprimem-se nos conflitos entre índios, posseiros, moradores locais, grileiros, fazendeiros, empresários dos ramos do agronegócio, extrativismo mineral e vegetal, bem como entre os próprios integrantes dos grupos indígenas que dividem opiniões e definem suas formas de resistência. Esse é o conflito desejado pelas verticalidades

33 Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/Indios-isolados>> Acesso em: 07 dez. 2012.

ao tentarem dominar as horizontalidades, que se relaciona, decerto, à histórica violência (física e psicológica) a que estiverem (e ainda estão) submetidos os povos originários, ao buscar a permanência em seus territórios. Para Rangel (2006, p. 11), estes

Até mesmo ocultaram suas identidades e referências culturais, dissimularam seus vínculos de pertencimento, como forma de proteção e estratégia de sobrevivência; afinal, a guerra empreendida contra eles exigiu a elaboração de táticas de recuo e avanço, em função do grau de violência e discriminação. Foi assim que povos desapareceram e reapareceram, com autodenominação modificada ou não; assim, muitos povos hoje em dia lutam por seu reconhecimento.

Na região Nordeste, enfatiza Arruti (2006) que houve dois ciclos de reivindicações por reconhecimento: (1) décadas de 1920 a 1940, em que práticas e rituais considerados proibidos foram reacendidos, como as danças; (2) pós 1970, com a forte instalação de um campo indigenista no Brasil, que se expandiu pelo Nordeste brasileiro e foi apoiado por religiosos pertencentes à Igreja Católica. Dessa vez, novos preceitos e ideologias são impulsionados pelos ideários da “Teologia da Libertação”³⁴. É quando surge o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). De acordo com o pesquisador (2006, p. 51), o destaque ao Nordeste deve-se

não apenas por ser a região de colonização

34 Recomendamos a leitura da tese: *A ação territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba*, de Marco Antonio Mitidiero Júnior (2008).

mais antiga e por ter tido todos os seus aldeamentos indígenas oficialmente extintos em um período de menos de 10 anos, entre as décadas de 1860 e 70, mas também porque foi nela que se registraram os primeiros grupos de caboclos reivindicando serem reconhecidos como indígenas.

As marcas dos conflitos estão imbricadas, por sua vez, às violências contra o patrimônio indígena, compreendendo os bens materiais — como residências, roçados, casas de farinha e de rezas, postos de saúde, escolas, dentre outros — e imateriais, a exemplo dos direitos autorais de imagem e de intelectualidade, contemplando os saberes, as artes e expressões religiosas, havendo, ainda, as violências contra a pessoa e por omissão do poder público.

Ao expressar por meio da memória as suas vivências e experiências Tremembé, o cacique João Venâncio enfatiza o embate entre as técnicas coletivas baseadas nos saberes da natureza e a tecnologia, muitas vezes posta a serviço do capitalismo, da modernização e da ganância pelos domínios territoriais:

Anteriormente a gente tinha pescador. Eu comecei a pescar com a idade de oito anos. Com oito anos eu já sustentava minha casa. A gente ia ao mar, a gente ia procurar. Os pescadores de hoje só vão pro mar com o navegador na mão [Global Positioning System-GPS]. Pois é... E a gente, no meu tempo de infância, e aprendi com meus antepassados. Eu não precisava disso e aquela base que eu aprendi no passado, eu tô passando hoje pra juventude aprender. E se hoje eu disser assim: Eu vou lá em de-

zesseis braça pegar umas bóia de peixe lá, eu vou sem navegador, porque eu tenho as base, eu tenho os camim, eu tenho a ciência, né?! De ir lá, né?! Sem precisar de nada me guiar. Eu vou, os outros tão sendo levado. Então, isso pra gente é uma grande riqueza. Então, a gente hoje como liderança tem uma preocupação muito grande exatamente com a educação do nosso aculturamento pra juventude cresça sabendo quem foi a sua origem, quem samos hoje e o que nós samo no mundo de hoje. O quê que nós queremos no mundo de hoje, porque se não tiver o preparo, nós vamo sofrer muito. Porque três coisa que tinha no passado que hoje tem muito, é três coisa: inveja, imbição e ganança. É o que tem hoje. É o que o pessoal sabe fazer. E os nosso antepassado antes num se preocupavam com nada, a única coisa que eles se preocupava era em ter a barriga cheia e o resto, né?! E hoje, essa modernização do mundo, né?! No mundo do modelo capitalista que aí está e isso se a gente não cuidar, vai se acabar (Entrevista com Francisco Marques do Nascimento, “Cacique João Venâncio”, realizada por Tereza Vasconcelos na praia de Almofala, Itarema/CE, em maio de 2013).

A espacialização dos conflitos no Brasil, territorializados com suas especificidades, veio acompanhada de importantes conquistas indígenas, mas também de fortes violências, de modo que os fatos se misturam aos direitos indígenas conferidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que diz: “**Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças etradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente

ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 2008, p. 37). Além disso, no que se refere ao artigo 13, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1989 e sancionada pelo Brasil em 2002 afirma:

1. Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação. 2. O uso do termo terras nos artigos 15 e 16 incluirá o conceito de territórios, que abrange todo o ambiente das áreas que esses povos ocupam ou usam para outros fins (BRASIL, 2011, p. 23).

No campo brasileiro, especialmente entre as décadas de 1940 e 1980, foi intenso o debate acerca da posse e do domínio da terra. A dimensão ia para além do debate econômico, transpondo a temática da terra como meio de produção e alcançando um aspecto primordial, o território. Assim caminhavam as lutas: ao discutir-se o direito à terra de trabalho (MARTINS, 1991) também terra de moradia, abordava-se o direito ao território.

No mesmo passo, os camponeses (moradores, posseiros, arrendatários, “parceiros”, foreiros), alinhados aos trabalhadores rurais, reivindicavam a consolidação dos direitos conquistados que até então não eram cumpridos. Desse modo, desde o seu embrião as lutas incitadas assumiram caráter político.

Mesmo após meio século, ainda são atuais as concepções de Julião (2009, p. 296)³⁵, para quem a explicação dessa característica peculiar às temáticas pautadas pelos grupos sociais com modo de vida camponês decorre do fato de que, no momento em que se reúnem, “[...] para lutar contra o preço da locação da terra, ou pela permanência nela, fere, de pronto, o cerne da questão, que é a propriedade privada. A luta, de imediato, passa do campo jurídico para o político e assume, aqui e ali, colorações mais vivas”.

2.3.2. Camponeses e indígenas: a luta é pelo território na formação socioespacial do Ceará

Muitos conflitos eclodiram no decorrer dos anos de 1940 a 1980. Muitos também foram os fatos históricos que contribuíram para isto. O estabelecimento de organismos mundiais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), instituições financeiras, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, bem como os efeitos após II Guerra Mundial foram sentidos ao longo das décadas no Brasil. A política de modernização veio atrelada aos preceitos da industrialização que, por sua vez, estava voltada ao capital internacional, cada vez mais influente no país. O pretensão nacionalismo foi substanciado pela ditadura militar, durante a qual as lutas no campo detiveram seu ápice, pois enquanto acontecia a abertura das estradas “as porteiras eram fechadas”, como afirma Fernandes (2001).

Carneiro e Cioccarri (2011) nos apontam que os anos de 1970 foram os mais críticos, tendo em vista serem consi-

35 Publicado originalmente em JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v.1).

derados os anos em que ocorreram maior número de prisões e assassinatos de lideranças.

Dentre as mudanças políticas trazidas pela instituição da “Nova República” e o fim do regime militar, em 1985, estava a “descentralização” do poder do Estado, conferindo uma maior autonomia à sociedade e aos poderes locais, frente a uma redemocratização do país. Ainda que seja um avanço a transferência do poder estatal às realidades locais nas pequenas cidades do Brasil, tal fato correspondeu ao maior controle da terra e das pessoas pela oligarquia rural formada pelos latifundiários. Esta situação está correlata às informações dispostas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1991), que apontou que entre os anos de 1985 e 1990 ocorreram 3.826 conflitos relacionados à terra e às ações trabalhistas, somando a isso 640 assassinatos, envolvendo 4 milhões de pessoas e 8 milhões de hectares (Tabela 1). No ano de 1990, no que tange os conflitos de terra a região Nordeste se sobressai, seguida pela região Norte, com 108 casos, e pelas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com 43, 40 e 36 situações, respectivamente.

TABELA 1. Conflitos no campo (1985-1990)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	TOTAL
CONFLITOS DE TERRA							
Número de conflitos	636	634	582	621	500	401	3.374
Assassinatos	125	105	109	93	56	75	563
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533	191.550	2.454.897
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	88.097.635
CONFLITOS TRABALHISTAS							
Número de conflitos	76	95	109	59	66	47	452
Assassinatos	14	17	24	9	9	4	77
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	366.069	1.673.941
TOTAL DE CONFLITOS							
Número de conflitos	712	729	691	680	566	448	3.826
Assassinatos	139	122	133	102	65	79	640
Pessoas envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513	557.619	4.128.838
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	88.097.635

Fonte: CPT, 1991.

Os dados organizados pela CPT passam a ser sistematizados e publicados anualmente a partir de 1985. Os números são significativos e demonstram, mesmo que parcialmente, as faces abertas pela ditadura e, *pari passu*, expõem também as dinâmicas e estratégias utilizadas pelos territórios ditos “tradicionalis”³⁶.

³⁶ Vale destacar que os livros *Conflitos no Campo Brasil*, desde a edição de 1985, estão disponíveis na página da CPT. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>>

Os assentamentos de reforma agrária, conforme as ideias de Oliveira (2001), são conquistas às comunidades para reporem-se e reproduzirem-se no seio da própria reprodução geral do capitalismo. Esses territórios são construções advindas de uma extensa e profícua caminhada aberta pela geografia indígena e camponesa, ainda que a realidade insista em nos apontar uma concentração fundiária e uma violência cada vez mais acelerada, conforme nos apontam os dados da CPT (2014), que apresenta 1.266 casos de conflitos por terra, água, dentre outros motivadores, ao longo do ano de 2013, contabilizando 34 assassinatos, em que estiveram envolvidas 573.118 pessoas e 6.228.667 hectares.

O caminho de volta ao passado permite vislumbrar que, no Ceará, as lutas atuais dos indígenas e camponeses possuem raízes fincadas e presentes, desde o passado, por meio da histórica territorialização das lutas. Nesse sentido, para Martins (1995, p. 16),

[...], esse “passado” só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse “passado” é uma arma de luta do presente. Esse “passado” só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente “no futuro”, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação.

Com o propósito de acesso à terra ou permanecer nela com melhores condições de trabalho, indígenas, cam-

poneses (posseiros, moradores, arrendatários, “parceiros” ou sitiantes) e trabalhadores rurais, a partir das conflitualidades mobilizaram-se, tornando o conflito o estopim para a (busca da) transformação daquela realidade convivida.

Nesse ínterim, as “fagulhas” motivadoras das conflitualidades, provocando as “chamas” dos conflitos, eram sentidas pelos territórios que, a partir das suas diferenças, tornavam-se uno, a exemplo do assentamento de reforma agrária Lagoa do Mineiro e o território indígena Tremembé da Varjota³⁷, ambos no Ceará, nos embates contra a desapropriação e expropriação conduzidas pela expansão do agronegócio do coco em Itarema (CE). Na medida em que são incitados a retirarem-se dos seus lugares não perdem apenas o chão que plantam os alimentos, mas, sobretudo, os referenciais históricos e geográficos que possuem.

Desse modo, estão relacionados no Quadro 3 os assentamentos criados no Ceará, a partir da luta histórica de “parceiros”, arrendatários, moradores e trabalhadores rurais descontentes com a situação de conflitualidade promovida pela violência em que estavam submetidos, por meio da perseguição e injustiça, dentre estas o pagamento da renda da terra ao “entregarem” parte da produção agrícola à latifundiários com largas e extensas glebas. Num desses casos, na comunidade Sabiaguaba (Amontada/CE), 13 proprietários detinham 4.468 hectares, correspondendo 1.200 hectares produtivos não utilizáveis, em detrimento de 58 famílias (786 pessoas).

37 “Por isso que a gente diz assim: A Lagoa do Mineiro lutou sozinha? Não! Ela teve parceria com os índios, teve parceria com todo mundo aqui da região. Nos nosso mutirão, nós ia pros mutirão deles. Mas a gente comunga com eles, todas as dificuldades, todos os nossos momentos, inclusive os ti [tio], a família aqui da Lagoa do Mineiro é tudo lá, os pai deles é tudo raiz aqui na Varjota” (Dona I. S., entrevistada por Tereza Vasconcelos. Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema/CE, setembro de 2013).

É importante destacar que a concentração de terras por famílias por meio das heranças e dos “espólios³⁸” conservava a situação de submissão em que estavam inseridos os indígenas, camponeses e trabalhadores rurais, mesmo muitos destes já residindo e trabalhando nessas terras há mais de 40 anos, alguns inclusive nascendo nas mesmas e territorializando-se com suas famílias. É dessa forma que famílias, tais como: os Andrade Sales, Rodrigues de Albuquerque, Romero Barros, Sales Giffone, Teixeira Barroso, Ferreira Gomes, Osterno, Rios, Aguiar, dentre outras, dominam e controlam os poderes político e econômico. É dessa forma também que muitas agroindústrias e estabelecimentos empresariais expandem-se, com o consentimento do Estado, quando não é ele mesmo proprietário de terras.

Assim se apresenta a formação socioespacial do Ceará embrenhada no sertão e/ou litoral da mesorregião Norte e Noroeste cearense. As raízes resguardam a conflitualidade, as lutas e conflitos desses territórios. A fertilidade e beleza das terras vascularizadas com córregos, lagoas e riachos associada ao *status quo* dos dominadores compunham o panorama de assassinatos³⁹ que, não raros, “estamparam” tais lutas, impregnando-se na formação socioespacial do Ceará. Referirmos, por exemplo, a grande parte dos indígenas Tremembé e camponeses, que aguardaram (e aguardam) esperançosamente a demarcação e regularização fundiária de suas terras.

38 Espólio “[...] é o conjunto de bens que integra o patrimônio deixado pelo “de cujus” e que será partilhado no inventário. Note-se que o espólio responde por todas as dívidas do falecido. Ele é representado pelo inventariante e, nos termos do artigo 991, I, do Código de Processo Civil, incumbe a este representá-lo ativa e passivamente, em juízo ou fora dele”. Disponível em: < <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/790/Espolio>> Acesso em: 12 out. 2014.

39 Não poderíamos deixar de mencionar os camponeses Francisco Barros de Araújo (assentamento de reforma agrária Lagoa do Mineiro, Itarema/CE); Manoel, Raimundo e Francisco Veríssimo (assentamento de reforma agrária Várzea do Mundaú, Trairi/CE), dentre outros assassinados na luta pela terra e pelo território.

QUADRO 3. Concentração e Conflitualidade no Ceará (Itapipoca, Amontada, Itarema, Pentecoste, Paraipaba e Trairi)

ATO DE CRIAÇÃO	IMÓVEIS DESA-PROPRIADOS	MUNICÍ-PIOS	ENVOLVIDO (S)	ÁREA DO IMÓVEL (HA)	ÁREA PRODUTIVA, MAS NÃO UTILIZADA (HA)	ASSENTAMENTO	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
ITAPIPOCA							
1987	Tabocas/Laginhas	Itapipoca	Proprietário (F. B. V.) e posseiros (65 famílias e 327 pessoas)	2.000,0000	-	Tabocas/Laginhas	77
1987	Fazenda Macaco	Itapipoca	08 Proprietários (G. de S. T.; N. de S. T; N. de S. T; T. T. B.; I. S. T.; J. A. de S. T.; M. S. T. de S.; F. S. T.) e moradores (100 famílias e 464 pessoas)	1.287,9955	300,0000	Macaco	80
1988	Fazendas Cágado, Mulungú e Capelão	Itapipoca	Proprietário (agroindústria), trabalhadores rurais e moradores (104 famílias)	3.664,0000	1.610,5000	Mulungú	60
1987	Fazenda Maceió	Itapipoca	Proprietários (herdeiros) e arrendatários (23 famílias e 103 pessoas)	1.598,5	740,0000	Maceió	355
1991	Fazenda Croatá/Ramada	Itapipoca	Proprietário (L. H.), vaqueiros e posseiros (13 famílias)	417,9700	229,4700	Croatá/Ramada	70
1995	Fazenda Rajada	Itapipoca	Proprietários (fazendeiros)	1.068,0000	-	Rajada	35

Tensões Territoriais e Territórios Tensionados pelo Agronegócio

1994	Escalvado/Santo Amaro de Baixo	Itaipoca	Proprietário (imobiliária agrícola) e trabalhadores rurais	473,9118	-	Escalvado	39
1997	Fazenda Córrego dos Cajueiros	Itaipoca	Proprietária (agroindústria de caju)	1.090,5433	238,0433	Córrego dos Cajueiros	31
1998	Fazenda Lagoa da Cruz	Itaipoca	Proprietários (herdeiros de J. de F. F.) e posseiros	654,7200	195,5200	Lagoa da Cruz	25
AMONTADA							
1987	Sabiaguaba (composta pelas comunidades: Pixaim, Matilha e Caetanos de Cima)	Amontada	Proprietários (herdeiros de E. R. B.) e "parceiros" (51 famílias)	864,5536	607,0000	Sabiaguaba	28
1991	Salgado Comprido (composto pelas seguintes comunidades: Melancias, Palmeiras, Picada e Salgado Comprido, Tabuleirinho e Fazenda Patos)	Amontada	13 Proprietários (A. A. S., N. de A. S.; E. S. G.; E. de A. S.; O. R. de A.; C. G. de A.; M. L. de A.; J. G. R. de A.; L. R. de A.; E. R. de A.; E. R. de A.; M. O. R. de A. A.; A. R. de A.) e posseiros (58 famílias e 786 pessoas)	4.468,2553	1.200,0000	Salgado Comprido	53
1995	Lagoa do Jardim	Amontada	Proprietários (herdeiros de R. R. de B.) e arrendatários, moradores e posseiros (41 famílias)	1.398,9064	582,20	Lagoa do Jardim	55
1995	Cachimbo ou Jardim	Amontada	Proprietários (herdeiros de A. R. de A.) e moradores	1.103,5895	-	Lagoa do Cachimbo	35

1995	Córrego das Aroeiras	Itapipoca, Amontada e Itarema	Proprietários (herdeiros de S. T. de M.)	1.975,4693	865,3693	Córrego das Aroeiras	56
1995	Fazenda Patos (conhecida pelos posseiros como "Bela Vista")	Amontada	07 Proprietários (E. R. de A.; L. R. de A.; M. L. de A., J. G. R. de A.; E. R. de A.; A. R. de A.; M. O. R. de A.)	887,9	737,9	Patos	31
1997	Fazenda Lagoa dos Veados	Amontada	Proprietário (F. A. F.) e posseiros (10 famílias e 36 pessoas)	851,8400	278,3400	Lagoa dos Veados	24
1997	Fazenda Vedóia	Amontada	Proprietário (agroindústria)	559,7539	469,8539	Vedóia	29
1998	Fazenda Marreacas	Amontada	Proprietária (A. A. V. A.) e trabalhadores rurais (06 famílias e 32 pessoas)	1.100,0359	622,0359	Marreacas	87
ITAREMA							
1987	Lagoa do Mineiro (composto por 11 comunidades: Córrego das Moças, Corrente, Córrego do Meio, Uburana, Barbosa, Arapuça, Mineiro Velho, Saguim, Cedro, Palmeiras e Canãa)	Itarema	Proprietários (herdeiros de F. T. A.), empresa imobiliária, agroindústria de coco e posseiros (130 famílias e 926 pessoas)	6.150,4000	-	Lagoa do Mineiro	135

1989	Fazenda São José	Itarema	Proprietários (herdeiros de M. S. M.) e moradores (40 famílias 265 pessoas)	2.600,8356	-	Capim Açú	52
1995	Pachicu	Itarema	Proprietário (empresa)	978,7882	614,0000	Pachicu	34
1996	Fazenda Melancias	Itarema	Proprietário (A. A. S.)	822,4272	335,9272	Melancias	30
1997	Fazenda Volta/Lagoa dos Negros	Itarema e Acaraú	Proprietário e trabalhadores sem terra	2.443,7680	-	Volta/Lagoa dos Negros	79
1997	Fazenda Macaco	Itarema	Proprietário (B. M. dos S. F.)	495,6709	404,9209	Macaco II	18
2007	Córrego Novo	Acaraú e Itarema	Proprietária (M. D. R. G.) e posseiros (04 famílias e 26 pessoas)	1534,1096	1481,6207		25
PENTECOSTE							
1997	Fazenda Lagoa Grande/Cachoeira/Serrinha	Pentecoste	Proprietário (L. G. N.) e posseiros (10 famílias e 36 pessoas)	1.545,2912	622,2912	Lagoa Grande	38
2006	Pantanal	São Luis do Curu e Pentecoste	Proprietário (DNOCS - Núcleo I do Perímetro Irrigado Curu/Pentecoste) e posseiros (mais de 100 famílias)	4.877,75	-	Pantanal	40
PARAIPABA							

2005	Zabele/Flores (composto por 06 comunidades: Vila Nova, São Miguel, Camburão, Zabelê, Carnaubinha e Macaco)	Paraipaba	Proprietários (DNOCS, 3ª etapa do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba) e posseiros (94 pessoas)	2.092,3774	-	Zabele/Flores	69
2007	Córrego do Mato	Paraipaba	Proprietário (DNOCS), agroindústria de acerola e Associação dos moradores da comunidade Córrego do Mato	151,1691	-	Córrego do Mato	24
TRAIRI							
1995	Fazenda Várzea do Mundaú	Trairi	Proprietário e empregados da Fazenda Várzea do Mundaú e posseiros (247 famílias)	2.566,0600	706,3600	Várzea do Mundaú	201
1988	Lagoa das Quintas	Trairi	Proprietário (empresa agrícola) e posseiros (11 famílias 37 pessoas)	535,2034	439,6000	Lagoa das Quintas	17

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014), a partir dos Laudos de Vitoria e Avaliação dos Imóveis para fins de Reforma Agrária (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA); e dos Projetos de Reforma Agrária, conforme fases de implementação até 31/12/2011.

Obs.: Algumas informações estão indisponíveis nos relatórios e laudos.

No Quadro 4 está sistematizado, em parte, o esquadrinhado de tensões territoriais de uma porção cearense que, a partir das conflitualidades e conflitos, conquistaram a terra ensejada e desejada pelo Estado, por grupos latifundiários e empresariais. A conflitualidade revela-se na tensionalidade apresentada no cotidiano das dinâmicas socioespaciais. Na organização e mobilização popular, o conflito se desvela no que denominamos tensão territorial.

QUADRO 4. Tensões territoriais: Conflitualidades, Lutas e Conflitos no Ceará

TERRITÓRIO	LOCALIZAÇÃO	TENSÕES TERRITORIAIS (CONFLITOS)
Terra Indígena Tremembé de Queimadas	Acaráú	“Foi intensa a luta do povo Tremembé em Queimadas (Acaráú-CE) para permanecerem em seus territórios. Ainda hoje estamos em luta para o prosseguimento de desintrusão e homologação de nossa terra, embora ela esteja reconhecida, delimitada e demarcada, junto com o apoio dos nossos parentes de Almofoala e Córrego João Pereira. Participamos, coletivamente para que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), por meio do Perímetro Irrigado Baixo Acaráú, não nos invadissem e nos dominassem por inteiro. Os Tremembé de Queimadas já estavam nessas terras, desde seus antepassados, muito antes da entrada do perímetro. Somos provas vivas disto, quando abrimos nossos travessões impedindo o DNOCS de entrar na nossa terra. Participamos de audiências, denunciamos nos meios de comunicação, além das cartas que foram encaminhadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), à Associação Missão Tremembé (AMIT), Ministério Público Federal (MPF), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), dentre outros órgãos, instituições e parceiros, resultando nos relatórios antropológicos realizados” (Carta construída coletivamente na Escola Indígena Tremembé de Queimadas, em Acaráú-CE, 28 de novembro de 2013, integrando o Dossiê Perímetros Irrigados do Nordeste).

TERRITÓRIO	LOCALIZAÇÃO	TENSÕES TERRITORIAIS (CONFLITOS)
Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Jardim	Amontada	<p>“Existia na área sério problema social que com o agravamento culminou com a desapropriação do imóvel. Os habitantes inconformados com a cobrança de renda de alqueire e meio por hectare, considerada muito alta resolveram por conta própria determinar o pagamento de renda de 10% da produção. Tendo o proprietário se negado a recebê-la, ainda proibiu os habitantes de sua propriedade, de realizarem novas brocas no terreno, no que não foi atendido. Insatisfeito o herdeiro e responsável Sr. C. A. R. entrou na justiça contra esses moradores conseguindo um mandado de citação suspendendo todo e qualquer trabalho de preparo de área para novo plantio. Como não possuíam outra alternativa senão a desobediência a ordem legal, e a única maneira de sustentar suas famílias seria a exploração de culturas na propriedade, recorreram a intervenção do INCRA para solução do problema” (BRASIL, 1993, p. 6).</p>
Assentamento de Reforma Agrária Maceió	Itapipoca	<p>“Existe conflito social grave no imóvel, comprovada pelas reuniões ocorridas antes desta vistoria ocorrida na sede do INCRA, em visita feita por colegas para testemunhar a coleta do coco e o pagamento da renda no imóvel. Realizamos reunião com os mesmos moradores, muitos estão apreensivos com o relacionamento com os herdeiros da propriedade, fazem severas críticas e acusações contra, principalmente, o Sr. J. C. como provocador e fomentador dos atuais problemas sociais (tensão) na área” (BRASIL, 1987c, p. IV).</p>
Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro	Itarema	<p>“Recentemente, o Sr. J. A., conhecido corretor de imóveis da região procurou os moradores das comunidades do imóvel propondo deslocá-los para uma faixa de terra inabitada, sob o pretexto que a propriedade tinha sido vendida a uma firma de Fortaleza e queria sua desocupação. Não propôs qualquer indenização referente ao acervo de benfeitorias existentes. Os moradores não aceitaram a proposta e mantêm-se inabalavelmente contra qualquer tipo de acordo que resulte em abandonar suas antigas moradas. [...] Diante dos fatos apresentados neste relatório, do clima de tensão social vivido por estas famílias de trabalhadores rurais, impossibilitados de exercerem na sua plenitude as atividades agrícolas, pelo confronto belicoso já havido na área por duas vezes, com possibilidades concretas de ocorrerem novos conflitos e por se tratar de um latifúndio improdutivo cujos proprietários sempre viveram ausentes, principalmente os herdeiros atuais, opinamos favoravelmente pela desapropriação de toda a área do referido imóvel” (BRASIL, 1986f, p. 8).</p>

TERRITÓRIO	LOCALIZAÇÃO	TENSÕES TERRITORIAIS (CONFLITOS)
Assentamento de Reforma Agrária Corrego do Mato	Paraipaba	“Em reunião com representantes do STR Paraipaba e com as famílias da comunidade do Córrego do Mato fizemos também o levantamento das famílias (Cadastro informal) com suas áreas de pretensão, [...], e chegamos a um total de 29 famílias, cuja maioria já tem algum tipo de exploração agrícola na área do imóvel [...]; destes, a grande maioria reside ali mesmo na comunidade, que se situa a menos de 1 km do imóvel” (BRASIL, 2007, p. 1)
Assentamento de Reforma Agrária Pantanal	Pentecoste	“Hoje existe mais de 100 famílias que ainda permanecem na área “urbanizada” do imóvel, nas imediações da sede do município, além das 8 que moram nas casas do DNOCS; fica evidente que o imóvel não comporta todas estas famílias e também que muitas delas, não são agricultores, mas utilizam o imóvel como “domicílio”. [...]. Como está hoje, é quase impossível a criação de um Projeto de Assentamento, já que se poderia beneficiar 40 a 50 famílias, e de imediato, já se teria um problema com mais de 100 “agregados” sob responsabilidade do INCRA” (BRASIL, 2005, p. 8).
Assentamento de Reforma Agrária Lagoa das Quintas	Trairi	“No que diz respeito à parte social informamos que os moradores da referida área estão sendo vítimas de ameaças físicas e suas cercas e plantações estão sendo destruídas pelo gerente da propriedade à mandado dos dirigentes da empresa em epigrafe. Outrossim informamos que apesar do clima de tensão e insatisfação que enfrentam os moradores, os mesmos estão dispostos a continuarem na referida área na expectativa que o INCRA venha resolver essa situação permitindo assim um melhor acesso e uso da terra” (BRASIL, 1987b, p. 23).

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014), a partir da Carta construída coletivamente na Escola Indígena Tremembé de Queimadas, em Acaraú/CE (2013); Brasil (1986f, 1987b, 1987c, 1993, 2005, 2007).

O misticismo caracterizou fortemente tais mobilizações populares. A espera por dias e condições melhores de vida era transferida à fé religiosa, característica ainda muito forte nesses territórios, que apresentam uma densa injustiça social no campo. Se por um lado simbolizava a crença no cristianismo, por outro representava o momento de encontro e sociabilidade e, portanto, caminhos para discussões mais amplas e críticas da realidade.

No assentamento de reforma agrária Lagoa do Mineiro, em Itarema (Ceará), a luta e os conflitos embrenharam-se às reflexões bíblicas sobre a terra liberta, com o surgimento da “Nossa Senhora da Libertação” (Figura 3).

FIGURA 3. Nossa Senhora da Libertação



Fonte: Alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Araújo Barros. Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema/CE.

A imagem constitui-se como imaterialidade permeada pelos aspectos materiais, concretude, memória coletiva e cultura⁴⁰, conforme podemos apreciar, a partir do relato de Dona L. S. integrante do Assentamento Lagoa do Mineiro:

Bom, a história da construção da igreja, aqui no assentamento, foi em 1988, né?! A igreja ela foi construída com a ajuda dos católicos da Alemanha e pós construída e também foi pós a luta. Os trabalhadores se reuniram e decidiram com o padre, o padre na época era Cleiton Teles, pároco aqui da nossa arquidiocese. Ele se reuniu bem democraticamente com todos os trabalhadores e perguntou qual seria o padroeiro que nós iríamos colocar na nossa igreja. Desde então, os agricultores já tinham uma prévia que seria São José, que é o padroeiro do Ceará, o protetor dos agricultores, trabalhadores rurais e que se identifica muito com a nossa realidade e, aí, outras famílias já na mesma assembléia, decidiram: “- Padre nós não poderíamos colocar Nossa Senhora da Libertação? Porque, assim, como Nossa Senhora é uma única, mas que ela tá entrelaçada com a realidade de cada pessoa no mundo, porque é que nós colocaríamos Nossa Senhora da Libertação?” Aí o padre disse: “- Como era que nós iríamos comprar a imagem de Nossa Senhora da Libertação, já que não existe no mercado, né?!” E, aí, de antemão os próprios agricultores disseram: “- Padre, vamos fazer uma camponesa, né?!”

40 Para Santos (2008a, p. 327), uma das vias explicativas para a amplitude e dimensão da sabedoria camponesa é que “[...]. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo”.

Uma imagem em que a mulher estaria de vestido, com um pano na cabeça, com as mãos abertas e com as correntes cortadas, chinelinho no pé, com o símbolo mesmo de camponesa e que simbolizaria a questão da luta, do rompimento da luta tão travada pelos trabalhadores, já que nós tivemos aqui muito sangue derramado, nessa luta”. E, aí, assim ficou. Já foi desenhado ali mesmo, no momento como seria a padroeira. As crianças já começaram a desenhar e o padre já levou o esboço para uma pessoa que trabalhava com imagens para já confeccionar a imagem e trouxeram depois a encomenda (Dona L. S. Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos. Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema/CE, setembro de 2013).

Esses movimentos tomaram proporções ainda maiores, tornando-se obstáculos aos coronéis, ao governo e aos militares. A importância e dimensão de movimentos como estes apoiados na religiosidade, portanto nos elementos materiais, atingia de tal forma a materialidade, os aspectos materiais daquelas realidades, que indubitavelmente transpôs o messianismo para o debate político, porque possuía no seu bojo essa necessidade. Daí Martins (1995, p. 31) suscitar críticas ao surgimento de diferentes interpretações sobre o que se definia como político: “[...]. O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo [...]”.

Nesses territórios, a experiência da propriedade de base familiar e, portanto, voltado à sua reprodução integrava-se aos anseios dos homens dos “espaços-tempos lentos”. Conforme Ribeiro (2007, p. 32),

O tempo é tido por lento e o espaço por fechado ou mais propriamente por delgado, trancado à exclusiva reprodução orgânico-material do grupo e sem que houvesse intenção do progredir material que trouxesse o interesse por mais elementos materiais e de subsistência que não os que já se tinha por costume (cultura) de cultivar. O que não significa crer que fosse prescindível a dinamicidade da relação têmporo-espacial, nem que a história e a geografia desses povos não pudessem ser refeitas: a curiosidade leva à descoberta e ela a novas noções e necessidades culturais (saber vem do sabor, do experimentar).

No sertão, as práticas dos favores eram (é) algo bastante comum, baseadas entre prestação de serviços e favores estabelecidos, de modo que, o direito dos camponeses e trabalhadores rurais constituía uma extensão dos direitos dos fazendeiros e coronéis. Evidentemente, nem todos os moradores e trabalhadores eram jagunços. Os agregados ou “moradores de favor”, como amplamente conhecidos, correspondiam aos camponeses que viviam em pequenos pedaços de terra das fazendas, praticavam agricultura de base familiar, onde o camponês e sua família cultivavam gêneros alimentícios, tais como milho, mandioca, feijão, dentre outros para consumo próprio, ao mesmo tempo, que tratavam dos cuidados e vigília da terra. O pagamento, a consubstanciação da troca dava-se por diferentes maneiras, de modo que a renda da terra podia ser paga por meio do trabalho, no trato da terra pelo camponês; no sistema de “parceria”, em que havia cessão de parte dos produtos cultivados; e em dinheiro, onde era determinado o preço para a permanência dos camponeses na terra.

Os caminhos para a instalação de muitas fazendas foram abertos pelos camponeses, quando não pelos povos originários. Tais propriedades não eram habitadas pelos fazendeiros e/ou coronéis, estes considerados absenteístas, por deterem a propriedade da terra, mas não a trabalharem e cultivarem, papéis destinados a outros. Todo o trato e manutenção, o que as tornavam cumprindo sua função social, era realizado pelos camponeses e/ou índios (conhecidos pelos “agregados”). No entanto, os vínculos entre estes eram para além das relações econômicas, pois se ressaltavam sentimentos como a honra, lealdade e gratidão, o que fez muitos sujeitos sociais, inclusive, dedicarem/ofertarem seus filhos no sistema de compadrio com os fazendeiros, portanto ligações muito difíceis de serem desfeitas.

Diante dessas discussões sobre os movimentos de disputas territoriais, percebemos que o passado confunde-se ao presente. Isso porque ao analisarmos a Formação e Reestruturação Socioespacial do Ceará entrelaçada às lutas indígenas e camponesas compreendemos o quão os propósitos dos movimentos socioterritoriais permanecem bastante atuais, bem como o processo de expropriação e espoliação a que, ainda hoje, estão submetidos esses territórios, como esclarece Lencioni (2012, p. 3):

Isso posto, o que se busca afirmar é que para se compreender a sociedade contemporânea é preciso atentar para o seguinte fato: não é porque o trabalho assalariado se generalizou e nem porque o capital domina todas as esferas da vida que impera absoluta a reprodução capitalista. Se pensarmos na formação dessa sociedade veremos que ela é resultado de uma produção de capital que

não se baseou apenas em formas e relações sociais de produção especificamente capitalista e nem se expandiu mundialmente apenas a partir do processo de reprodução do capital. Ela se constituiu na conjugação da acumulação primitiva com a reprodução do capital. Sua dinâmica revela que essa conjugação não ficou no passado, mas faz parte, também, do presente.

Na verdade, o que ocorrera, tomando a consideração de Oliveira (2001, p. 186), é que, “[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos [...] em proprietários de terra, em latifundiários”. Com isso, os pequenos e médios proprietários foram arrastados a usos de novas técnicas e novas relações de produção.

As mudanças nos territórios indígenas e camponeses são, também, identificadas, ao passar do tempo, porquanto não estão isoladas no processo histórico. Mesmo assim, a sociedade camponesa não abandonou os objetivos de atender as necessidades da sociedade local ou regional.

No Brasil, por longos anos, a palavra: “camponês” foi considerada proibida, pois era logo referenciada às Ligas Camponesas, haja vista que, a partir de então, há uma maior amplitude do campesinato como categoria política compreendida numa estrutura de classes sociais. Francisco Julião (2009) interpõe o campesinato com a simplicidade dos homens e mulheres do campo, entrelaçado ao radicalismo, que, apesar das inúmeras interpretações equivocadas, possui no seu âmago o sentido de transformação estrutural

da sociedade, seja pronunciado por meio das lutas corporais e/ou ideológicas.

Desse modo, embora o termo camponês tenha sido cunhado em outros países, no Brasil ganha notoriedade, em outros tempos históricos, sob as influências do antigo Partido Comunista, a partir de suas experiências estrangeiras e adquire identidade, por meio do histórico processo de territorialização das lutas camponesas. Nasce sob essa especificidade e, dessa forma, não ser possível limitá-lo aos aspectos econômicos pelo forte caráter político-ideológico que a palavra encerra.

As interpretações que partem dos estudos clássicos são diversas, questionando o papel dos territórios camponeses e indígenas, além da sustentação desses modos de vida, ao mesmo tempo em que se diferenciam nesse limiar. Os escritos de Marx (2008, 1985, 1981, 1968), por exemplo, nos permitem compreender que o estudioso, ao analisar a reprodução e acumulação do capital, identificava as forças produtivas como o motor de progresso no qual o trabalho assalariado caracterizaria sua versão mais atual, sendo a mola mestra do modo de produção capitalista. Assim, Marx (1981, p. 109) explana:

[...] a transformação de dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que tenha separado as condições objetivas do trabalho, tornando-as independentes, e as volta contra os trabalhadores. Entretanto, desde que o capital e seu processo existam, conquistam toda a produção e provocam e acentuam, por toda a parte, a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho

e as condições objetivas de trabalho. Subsequente desenvolvimento mostrará como o capital destrói o trabalho artesanal, a pequena propriedade de proprietários que trabalham, etc., e até a si mesmo, nas formas em que não se mostra em contradição com o trabalho: no pequeno capital e nos tipos intermediários ou híbridos, situados entre os modos de produção antigos (ou as formas que estes assumam em função de sua renovação à base de capital) e o modo de produção clássico, adequado, do próprio capital.

Uma leitura apressada dessa passagem, isolada e descontextualizada da realidade, poderia nos fazer concluir que não há futuro aos povos indígenas e territórios camponeses, porquanto estes estariam destinados ao trabalho assalariado, à homogeneização preterida para fazer avançar o sistema capitalista. A contradição, como princípio importante e integrante do método desenvolvido pelo próprio Marx (1968, p. 866), se faz revelada, quando este nos diz: “Por outro lado, essa **classe camponesa reaparece constantemente**, embora mais reduzida e em pior situação” (destaque nosso).

Oliveira (2004) compreende que esse movimento faz parte da dialética entre a “territorialização do capital monopolista na agricultura” e a “monopolização do território pelo capital”. A territorialização se dá mediante a aliança do capitalista industrial e do proprietário fundiário, em que estes acabam assumindo o mesmo papel. Dominando desde a produção à circulação, territorializam-se sobre as terras dos camponeses e indígenas que, expropriados, muitos retornam enquanto trabalhadores assalariados. Na monopolização,

não representam os donos da terra, no entanto criam condições para “envolver” as produções camponesas, dominarem a propriedade real, utilizando-se de estratégias como o arrendamento e “parceria”, relações estas tipicamente não capitalistas. Sobre este aspecto é necessário atentarmos para o que diz Vergopoulos (1977, p. 47):

Enfim, a agricultura camponesa está longe de encontrar-se em vias de desaparecimento. O capital e o Estado zelam, ao contrário, pela sua consolidação; se durante os últimos anos houve um êxodo rural importante, isto se explica unicamente pelo aumento da demanda de mão-de-obra industrial e, sobretudo, como reação dos camponeses ao regime de sobre-exploração, que são obrigados a suportar. Claro que a agricultura camponesa constitui, em consequência, não um resíduo pré-capitalista, mas uma forma recriada pelo capitalismo moderno, a ele articulando-se de modo exemplar.

No entanto, ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia durante o século XIX, Lênin (1988) afirma que há o reforço quanto à ideia da “inevitável” proletarianização e/ou aburguesamento da sociedade. Essas eram as linhas motrizes da “diferenciação do campesinato”, pois aos classificá-los como camponeses pobres, intermediários ou ricos, dependendo do poder econômico e político estariam condicionados à proletarianização ou à burguesia, num processo de “descampenização”.

Mesmo concordando sobre as mais diferentes dificuldades enfrentadas no campo brasileiro, o que contribuiu para, por exemplo, camponeses nos assentamentos de refor-

ma agrária ocuparem atividades extras à agricultura e índios trabalhareem nas agroindústrias⁴¹, a imediata correlação dos índios e camponeses a uma situação de pobreza os reduz às abordagens economicistas e limitadas sobre o que de fato correspondem o campesinato e os territórios indígenas enquanto também caracterizados pelos seus modos de vida. Assim, Moura (1986, p. 69) explica:

Ora, o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida.

Carvalho (2012) considera que no que toca a outros momentos da história, nas relações sociais do “camponês contemporâneo no Brasil” são nítidas as alterações e especificidades. De acordo com o autor, pelo menos dois fatores contribuem para essa análise: a intensa urbanização e os aportes tecnológicos, portadores de ideologias e intencionalidades, que possibilitam cada vez mais uma aproximação do campesinato às ordens proferidas pelo mercado. No en-

41 Estamos nos reportando aos casos evidenciados no interior do estado do Ceará, onde nos foi possível identificar assentados desenvolvendo outras atividades, a exemplo de vigilantes noturnos nas escolas da prefeitura, por não possuírem renda suficiente para a reprodução da agricultura de base familiar, bem como verificamos índios em territórios reconhecidos pela FUNAI trabalhando em agroindústrias de coco, da qual derivam vários conflitos com os povos indígenas da etnia Tremembé.

tanto, Carvalho (2012) atenta para o fato de que isso não significa o prenúncio do fim das relações sociais que interligam e caracterizam os camponeses (e, acrescentamos, os povos indígenas), mas apenas constata-se que houve mudanças nas formas e graus de intensidade entre elas. Todavia, Shanin (1980, p. 44) já apregoava essas interações em que estavam e continuam sujeitos tais agentes sociais:

Para começar, “um camponês” não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. [...]. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos.

A concepção do não isolamento desses sujeitos produtores dos territórios é reforçada por Paulino (2003). Para a pesquisadora, eles influem e são influenciados pelas condições circunvizinhas. Assim, não se trata de uma autonomia absoluta, mas “Antes, deve-se pensar numa autonomia que se manifesta na maneira com que os camponeses, agregados em unidades familiares e comunitárias, controlam seu tempo e seu espaço de forma absolutamente contrastante com a lógica dominante”.

Muitas palavras surgiram para designar o camponês. De acordo com Martins (1995), caipira, caiçara e caboclo são as mais proferidas nas regiões do Brasil, mas acrescentamos os fundos e fechos de pastos e faxinalenses, comunidades camponesas presentes nas regiões Nordeste e Sul, entre os estados da Bahia e Paraná, respectivamente. Além disso, há

ainda a denominação genérica de “agricultor familiar”. Se por um lado essas denominações muitas vezes foram criadas e utilizadas no sentido de caracterizá-los como ingênuos, atrasados e/ou preguiçosos, por outro lado correspondem às identidades que os próprios camponeses vão construindo conforme as mais diferentes e heterogêneas realidades brasileiras, não representando ofensa ou muito menos os descaracterizando enquanto camponeses.

Aos primeiros povos do território brasileiro, os ameríndios, foram erroneamente denominados de índios, depois chamados de bárbaros, silvícolas e bugres. A ideia de que estes povos são preguiçosos e atrasados ainda hoje estão incutidas em grande parte da sociedade. No entanto, a concepção de índio não designa um indivíduo, mas a sua coletividade, que constrói os territórios baseados, principalmente, nos laços de parentesco, vizinhança e espiritualidade, o que destoa do pensamento ocidental moderno-individual.

A necessidade premente de definir as situações da realidade parte muitas vezes dos pesquisadores e do Estado, e não exatamente dos povos indígenas e camponeses. Eles se (re)conhecem como tais a partir da relação com a terra, com a natureza, dos laços que os unem aos seus territórios, na sociabilidade que possuem com seus vizinhos, no sabor e saber provenientes das festas, que representam momentos de encontro. Assim, é necessário esclarecer que é no campo, efetivamente, que conseguimos discernir sobre a amplitude dos conceitos.

A importância dos conceitos está entrelaçada à resistência dos territórios indígenas e camponeses, atrelados ao pressuposto da existência e passa, antes de tudo, por ela (resistência-existência). Ou seja, diante das disputas territo-

riais e das muitas concepções acerca da evolução do sistema capitalista, esses territórios se veem no imperativo de comprovarem suas existências e permanências, a fim de que não sejam expropriados ou, ainda, consigam se apropriar daquilo que foi construído pelos mesmos, por direito legitimado ou adquirido.

Desse modo, as inquietações prementes acerca do que apresenta a teoria face à realidade Neves (2007, p. 233) ressalta que “Não cabe aos cientistas sociais decidirem sob que condições políticas o emprego do termo é legítimo, mas sob que condições tão diferenciadas ele aparece como designação, como metáfora ou como sentido de ações políticas”. Nessa perspectiva, Castro (2006, p. 48) nos indica que “[...] à questão de quem é índio cabe às comunidades que se sentem concernidas, implicadas por ela”, enquanto Almeida (2003, p. 222) esclarece:

[...] não podemos esquecer que falar em classe camponesa é apenas uma estenografia conceitual, porque é no trabalho empírico que demonstramos e definimos quem são os camponeses. Lembramos também que o mesmo vale para o proletário, ou seja, nossos trabalhadores urbanos dificilmente se identificam como proletariado, trata-se também de uma estenografia conceitual.

Não adentrando a discussão de cunho antropológico⁴², acerca das diferenciações (ou não) entre camponeses e indígenas, nos referimos à luta no Ceará dos camponeses pelo cumprimento dos direitos historicamente construídos, enquanto os povos indígenas buscam consolidar o direito

42 Recomendamos a leitura do artigo de Castro (2006).

inato, por meio do indigenato⁴³, o direito congênito. Barbosa (2007, p. 373) nos reforça esse entendimento:

A existência de um direito indígena sobre seu conhecimento e sobre os recursos naturais existentes em suas terras independe mesmo da patente em nome dos índios, pois esse direito já é deles congenitamente, da mesma maneira que os territórios independem da demarcação administrativa. A demarcação é somente providência do Estado sobre um direito que já é válido e existente, visando maior garantia.

Decerto os debates conceituais relacionados às temáticas indígenas e camponesas dividem posicionamentos, mas, sobretudo, concepções ideológicas que foram emergindo por dentro das lutas engendradas pelos territórios. Dentre estes debates estão aqueles que se dedicaram e/ou ainda se dedicam ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) ou ao Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para Fernandes (2008, p. 14-15),

O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. [...]. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações

43 “O indigenato, no Brasil, é o conceito que reconhece a diferença dos autóctones com relação aos demais povos e pessoas de origem européia, isto é, de origem ocidental. Através deste conceito, o direito dos povos indígenas não precisa ser dito ou declarado, uma vez que ele sempre existe anteriormente aos demais direitos que compõem o sistema legal do país” (BARBOSA, 2007, p. 367-368).

não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas.

Desse modo, a formação socioespacial do Ceará embrenhada à questão agrária transborda a questão agrícola baseada nos aspectos econômicos e tecnológicos da produção, algo já dimensionado pelo geógrafo Orlando Valverde (1985, p. 232, grifos do autor), quando este nos diz: [...] não é a produção agropastoril que determina a existência ou não de um problema agrário; mas sim, antes de tudo, a resposta a esta pergunta: Qual é a situação do *homem rural* no contexto socioeconômico do país?”

Atualmente, no Ceará, a agroecologia⁴⁴ é uma das alternativas e propostas utilizadas pela e para a (re)produção social dos/para os povos do campo, correspondendo à produção de alimentos mais saudáveis, cultivados em pequenas propriedades e comercializados nas feiras comunitárias. Consorciando a policultura à criação de pequenos animais, produzem os nutrientes indispensáveis à alimentação diária dos homens e mulheres do campo e da cidade.

De acordo com as Figuras 4 e 5 é possível verificarmos a função social atribuída à terra desempenhada por indígenas e camponeses que, territorializados, produzem para suas famílias e para outras.

44 Conforme Fernando R. Funco-Monzote, na palestra proferida durante o XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Uberlândia (MG), a agroecologia “[...] promove técnicas economicamente viáveis, fazendo ênfase no uso do conhecimento indígena, a biodiversidade agrícola e os recursos locais, evitando assim a dependência de insumos externos”.

A importância da produção alimentar realizada nos estabelecimentos familiares reporta à existência e resistência desses sujeitos sociais na formação socioespacial do Ceará embebida de conflitualidades, lutas e conflitos. Nesse contexto, afloram e se expandem os movimentos socioterritoriais indígenas e camponeses, que se dinamizam e possuem como base de reprodução o espaço geográfico, envolvendo as dimensões política, econômica e cultural. É imprescindível essa apreciação, fato que contribui para que Fernandes (2005, p. 279) proponha a categoria movimento socioterritorial na Geografia, porquanto essa ciência nos possibilita uma análise mais esclarecedora, tendo em vista que “[...], além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos”.⁴⁵

45 É importante a seguinte observação de Fernandes (2005, p. 279-280): “Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica”.

FIGURA 4. Quintais produtivos na Terra Indígena Tremembé de Queimadas (Acaráú/CE). Senhores L. e E. colhendo alface para a comercialização



Fonte: <http://tremembedeacarau.blogspot.com.br/2011/07/quintais-produtivos-os-primiros.html>.

FIGURA 5. No sistema Mandala, Sr. Z. J. e Dona T. criam galinhas no Assentamento Várzea do Mundaú



Fonte: Tereza Vasconcelos. Trairi/CE, julho de 2012.

Essas diferentes dimensões do poder se traduzem nas conflitualidades e nos conflitos, nos interesses em questão e nos instrumentos de lutas. O final do conflito, muitas vezes, se dá mediante a eliminação e a “limpeza dos territórios”, como forma de resolver o problema que antecipou o conflito. Em tantas outras situações, o conflito é impulsionador dos levantes e gerador de alternativas e estratégias. A conflitualidade e o conflito, portanto, podem associar-se a caminhos e às transformações. Nesses territórios tensionados e nas tensões territoriais as comunidades e os territórios buscam alternativas.

Ao passo que o trabalho assalariado torna-se cada vez mais real no campo brasileiro, os territórios indígenas e a reprodução do campesinato também são cada vez mais presentes. O que os move e contribui para o reconhecimento dos seus territórios? As suas ancestralidades, os laços de parentesco, as práticas de sociabilidade e as conflitualidades, como princípio dialético das diferenças próprias de cada indivíduo, consciente que é um, mas, ao mesmo tempo, é o todo.

A nossa reflexão perscruta o envolvimento dessas dinâmicas no modo de produção, contrariando a tese do desaparecimento do campesinato pela diferenciação interna, conduzida por uma total proletarianização e na sua transformação em “pequenos burgueses” (LENIN, 1988), algo **não diferente do que se difunde** desde o Relatório Provincial de 1863, definindo como “extinta” a população indígena do estado do Ceará (VALLE, 2009). Segundo Ribeiro (1973, p. 15),

Há ainda, quem espere e confie que elas venham a dissolver-se por assimilação no conjunto da população nacional como gente indistinguível das demais. Os que alimen-

tam, ainda, estes projetos ocidentalistas, não devem esquecer que os indígenas sobreviventes nas Américas são gentes que, de algum modo, resistiram à brutalidade compulsiva da civilização européia ao longo dos séculos. Contra eles foram utilizadas todas as armas de extermínio, de desenraizamento e de degradação nas guerras de extermínio mais cruéis e nos atos de genocídio mais espantosos que registra a história humana.

Dessa forma, compreendemos que os debates devem considerar os elementos que traduzem as heterogeneidades, tais como os objetivos da produção, comercialização, a utilização da técnica e, especialmente, os laços com a atividade agrícola, a propriedade da terra e as alternativas germinadas, assim como o histórico das lutas sociais, raiz da formação socioespacial do Ceará.

Assim, como dialoga Porto-Gonçalves (2012, p. 64, grifos do autor) “[...] — todos temos direito à igualdade — sem que nos indaguemos acerca dos *diferentes modos de sermos iguais*, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam”.

No processo de reestruturação socioespacial, o modo de produção dominante busca hegemonizar-se sob as formas de organização social que possuem bases de reprodução diferenciadas e se materializam no espaço geográfico, imprimindo, dessa forma, territórios tensionados e tensões territoriais ante o embate entre as horizontalidades e verticalidades, forças internas e externas, endógenas e exógenas. Esse embate e diferenciações contribuem para elencar as alterações nos territórios indígenas e camponeses, mas também possibilitam o identificar dessas territorialidades e de

suas estratégias, na perspectiva de uma Geografia dialética que se apresenta na formação socioespacial do Ceará. (Re)conhecer os elementos que palpitam as conflitualidades e inflamam os conflitos, na perspectiva da expansão do agronegócio no Ceará, nos desafia.

3. A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO COCO NO CEARÁ

A *Expansão do Agronegócio do Coco* está associada às vias de modernização agrícola, por meio da industrialização, visando o aumento da produtividade e dos lucros através da acumulação. No Ceará, a expansão dos coqueirais acompanha essa “lógica” capitalista, num compasso em que vai criando (des)ordens, por meio das suas especificidades. A formação de tais territórios busca conjugar-se à terra cearense, estreitando relações em grande parte econômicas, desतोando dos meios e intentos/intencionalidades dos territórios já presentes. A “chegada do estranho” (MARTINS, 1993), portanto, representa o provocar de tensionalidades, verticalidades, assim denominadas por Milton Santos, que buscam sobrepor-se às horizontalidades.

3.1. O agronegócio na modernização da agricultura

A modernização da agricultura coaduna-se com as mudanças que se deram pelo mundo, especialmente após a década de 1950. Nesse momento de pós-guerra, o mundo reconstruía o que fora desmontado, e os países centrais controlavam essa reorganização, visto que tinham o poderio hegemônico mundial e, assim, buscavam universalizar sua ideologia, seus moldes políticos e, principalmente, seu modo de acumulação.

O crescimento econômico baseou-se na expansão dos mercados, na produção e no consumo em massa. Os representantes do Estado lançavam estratégias para assegurar investimentos intensivos em obras públicas e a ideia de Estado do Bem-Estar Social, ou *Welfare State*. Segundo Sandroni (1999, p. 220), este era um “[...] sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais”.

Nesse período, com o discurso ideológico de resolver o problema da fome, disseminam-se, mediante políticas públicas, os “pacotes tecnológicos” compostos por insumos, fertilizantes e produtos químicos. Iniciando-se na década de 1950, especialmente nos Estados Unidos e expandindo-se por regiões da África (Sul do Saara), Ásia, América Latina e Oriente, esse movimento ficou conhecido por “Revolução Verde”, sob o comando, conforme Pinazza e Araújo (1993), do geneticista norte-americano Norman Borlaug, contribuindo para a criação do termo *agribusiness* por Ray Goldberg.

A exigência de trabalhadores cada vez mais especializados e a divisão técnica e social do trabalho a partir dos moldes do fordismo ampliam-se com a “Revolução Verde”, que se desenvolveu, segundo Porto-Gonçalves (2004, p. 212, grifos do autor),

[...] procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A Revolução Verde tentou, assim, despolitizar o

debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O *verde* dessa revolução reflete o medo do *perigo vermelho*, como se dizia à época. Há com essa expressão *Revolução Verde* uma *técnica* própria da política, aqui por meio da retórica.

Com essa dinâmica, o surgimento das corporações industriais de insumos e de processamento, conjuntamente com outros ramos industriais, possibilitou a formação de complexos agroindustriais (CAIs). Conforme Silva (1998, p. 31),

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de [19]70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura.

Periodizando as mudanças no campo, Kageyama (1996) e Silva (1998) enfatizam que os CAIs foram antecedidos pelo complexo rural e cafeeiro, sucedidos pela entrada de uma incisiva industrialização, compondo o processo de modernização agrícola. Esses autores destacam que o período compreendido entre 1850 e 1890 apresenta as alterações nas dinâmicas das fazendas com a Lei de Terras de 1850, a proibição do tráfico negreiro e a transição para o trabalho livre, potencializando consumidores e força de trabalho ao mercado.

Estando o café como um dos principais produtos agrícolas voltados à exportação à época, recebeu conotações nacionais e internacionais, principalmente entre as décadas de 1890 e 1930, emergindo outros setores, tais como os de

maquinários, o de equipamentos agrícolas e as agroindústrias. Essas transformações impulsionaram a ampliação das atividades tipicamente urbanas. O Sudeste era, de fato, o centro produtor e exportador cafeeiro. No entanto, embora com intensidades distintas e conservando relações que se davam no interior das fazendas, no Nordeste brasileiro a plantação cafeeira também obteve destaque. No estado do Ceará, especialmente no Maciço Residual de Baturité, a suntuosidade dos prédios históricos e as linhas férreas constituem rugosidades que bem expressam os fluxos e fixos surgidos em meio ao comércio e às relações urbanas que começavam a despontar, influenciadas pelo cultivo e comercialização agrícola.

As décadas de 1930 a 1960 demarcam a fase da industrialização da agricultura arregimentada em bases industriais e nas relações de trabalho que a estas estavam impostas. O Estado, coadunado com os interesses privados, fomentava o mercado interno e a integração aos mercados externos.

Conforme nos exemplifica o Quadro 5, tais integrações industriais colaboraram para a reestruturação dos espaços geográficos, haja vista que ao comercializarem os insumos e bens de produção (“defensivos” agrícolas, máquinas, motores etc) para a produção agropecuária, os empreendimentos contribuem para o processamento e transformação em mercadorias a serem circuladas, distribuídas e consumidas no mercado interno e externo por meio das feiras, restaurantes, supermercados, dentre outros.

QUADRO 5. Elementos do Complexo Agroindustrial

FORNECEDORES DE INSUMOS E BENS DE PRODUÇÃO	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	PROCESSAMENTO E TRANSFORMAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO	
Sementes	Produção animal	Alimento	Restaurantes, hotéis	C O N S U M I D O R E S
Calcário		Têxteis		
Fertilizantes	Lavouras permanentes	Vestuário, calçado	Bares, padarias	
Rações		Madeira		
Defensivos agrícolas	Lavouras temporárias	Bebidas	Feiras	
Produtos veterinários		Álcool		
Combustíveis	Horticultura	Papel, papelão	Supermercados	
Tratores		Fumo		
Colheitadeiras	Silvicultura	Óleos, essências	Comércio atacadista	
Implementos				
Máquinas	Extração vegetal			
Motores	Indústria rural		Exportação	
SERVIÇOS DE APOIO				
Veterinários – agrônomos – P&D – bancários – <i>marketing</i> – vendas – transporte – armazenagem – portuários – assistência técnica – informação de mercados – bolsa de mercadorias – seguros – outros				

Fonte: Araújo, Wedekin e Pinazza (1990).

Para a “engrenagem” fluir no espaço geográfico, os serviços de apoio (Quadro 5) também denominados terciários (SANTOS, 1982) proporcionam a vascularização e velocidade das informações e circulação das pessoas, mercadorias e ideias, que associadas à artificialização da natureza e à produtividade imbricam-se aos fixos e fluxos que se originam⁴⁶. Portanto, ao considerarmos que essas ações

46 Conforme Milton Santos (1982, p. 58), “Em nossos dias a definição do terciário não se limita àquelas duas áreas tradicionais, a saber: resposta às necessidades dos indivíduos, isolados ou em grupo, e atividades de intercâmbio, indispensáveis à circulação de pessoas, produtos e ideias. O terciário, hoje, permeia as outras instâncias (primário e secundário) cuja definição tradicional esmigalha e, sob formas particulares em cada caso, constitui o elemento explicativo da possibilidade de existência

compõem o todo no espaço geográfico, enfatizamos o que Marx (2008, p. 256) enunciava:

A conclusão a que chegamos não é de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos; concluímos, sim, que cada um deles é um elemento de um todo, e representa diversidade no seio da unidade. Visto que se determina contraditoriamente a si própria, a produção predomina não apenas sobre o setor produtivo, mas também sobre os demais elementos; é a partir dela que o processo sempre se reinicia. E evidente que nem a troca nem o consumo podiam ser os elementos predominantes. O mesmo se verifica em relação à distribuição tomada como distribuição dos produtos; e se a tomarmos como distribuição dos agentes de produção, ele é um momento da produção. Por conseguinte, uma dada produção determina um dado consumo, uma dada distribuição e uma dada troca; determina ainda as relações recíprocas e bem determinadas entre esses diversos elementos. Sem dúvida que a produção em sentido estrito é também determinada pelos outros elementos. Assim, quando o mercado – esfera da troca – se expande, a produção aumenta de volume e divide-se ainda mais. Quando o capital se concentra, ou quando se modifica a distribuição dos habitantes entre a cidade e o campo, etc., a produção modifica-se devido a essas modificações de distribuição. Por último, as necessidades de consumo influem na produção. **Existe uma interação de todos estes elementos: isto é próprio de um todo orgânico** (grifos nossos).

com êxito de inúmeras atividades, sobretudo daquelas mais importantes”.

De acordo com as leituras de Elias (2002), os efeitos da “Revolução Verde” destacaram-se no Brasil em três momentos: (1) Inicialmente, na década de 1950, com a mudança na base técnica e as inovações químicas e mecânicas; (2) em meados dos anos de 1960, com a industrialização da agricultura, gerando os complexos agroindustriais e a entrada das multinacionais; e (3) em meados de 1970, quando se centralizam os capitais industriais, a biotecnologia e as políticas públicas, a exemplo dos perímetros irrigados, germinados pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Enquanto as décadas de 1950 e 1960 apontam os ditames da República brasileira, com destaque para a industrialização e a abertura de mercados, a década de 1970, conforme aponta Vasconcelos (2010), desvela a criação de órgãos e políticas públicas definidas e decididas pelo Regime Militar, direcionadas à agricultura.

Com efeito, os maiores beneficiados foram (e são) os grupos empresariais (dentre os quais estão as multinacionais), que, com o consentimento do Estado, adentraram as terras indígenas e camponesas, subjugando-as a ceder à industrialização e à modernização da agricultura. Muitos desses grupos empresariais atuavam em atividades rurais e outros setores diversos, além de deterem glebas de terras.

No concerto nacional, as primeiras vias de acesso da intensa atividade agrícola irrigada ocorreram na “Região Concentrada” (SANTOS; SILVEIRA, 2008), composta pelo Sudeste e Sul. Na região Nordeste, a irrigação intensificouse, especialmente por meio dos perímetros públicos irrigados, fixos geográficos construídos dentro dos princípios estabelecidos pelo PIN, regido pela Lei nº. 6.662, de 25 de

junho de 1970, com o objetivo do “aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada” (BRASIL, 1979, p. 3).

Percebemos o incentivo à entrada das agroindústrias já nas intencionalidades concernentes à construção dos primeiros perímetros irrigados, auxiliando o domínio das terras para aqueles que detivessem recursos financeiros, conforme nos apresenta o Artigo 11 do Plano Nacional de Irrigação (1979, p. 7):

[...] o poder executivo concederá financiamento ou estabelecerá linhas de incentivos aos projetos de irrigação que vierem a ser executados por iniciativa de empresas privadas, cooperativas e produtores rurais isolados, desde que os respectivos projetos tenham sido aprovados pelo Ministério do Interior [organismo responsável naquele período].

As alterações instituídas no Plano Nacional de Irrigação em 2013 (Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013) revelam com mais incisão as intencionalidades da modernização da agricultura brasileira, com o apoio à expansão do agronegócio nas infraestruturas públicas fomentadas pela política do Estado neoliberal, com associação cada vez mais intensa aos interesses empresariais nacionais e internacionais, em detrimento da agricultura de base familiar. Assim, o Capítulo III (Artigo 4º) da coeva Política Nacional de Irrigação relaciona os seguintes objetivos:

I — incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis;

II — reduzir os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, principalmente nas regiões sujeitas a baixa ou irregular distribuição de chuvas;

III — promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos;

IV — concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda;

V — contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos, de fibras e de energia renovável, bem como para a geração de excedentes agrícolas para exportação;

VI — capacitar recursos humanos e fomentar a geração e transferência de tecnologias relacionadas a irrigação;

VII — incentivar projetos privados de irrigação, conforme definição em regulamento⁴⁷.

Essas estratégias correspondem à constante modernização. No Ceará, a busca da inserção nos mercados brasileiros, em especial do Nordeste na teia do agronegócio, utiliza-se, para tanto, da base alimentar, no ensejo de torná-la cada vez mais lucrativa por meio do aumento da produtividade, em um menor tempo de produção, a exemplo do agronegócio do coco.

3.2. A monocultura do coco no ceará

No Ceará, a expansão do agronegócio do coco vem se destacando após a década de 1990 através de duas conjugadas facetas: (1) a monocultura, com o domínio e invasão de

47 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm. Acesso em: 16 jun. 2014.

terras; e (2) a entrada de agroindústrias de beneficiamento e transformação do coco, em produtos diversos, com destaque às indústrias de alimentação e bebidas direcionadas ao comércio nacional e exportação, conforme o Quadro 6.

QUADRO 6. Variedade de produtos provenientes do coco

- Água de coco;
- Coque;
- Prótese óssea;
- Leite de coco;
- Revestimento;
- Bancos e encostos de cabeça;
- Óleo de coco;
- Cosméticos;
- Indústria de móveis;
- Polpa (endocarpo);
- Carvão ativado (filtro);
- Artigos de decoração;
- Leite e água de coco envasados;
- Pastilhas de freio;
- Copa;
- Iogurte;
- Sabão e detergentes líquidos;
- Placa de energia solar;
- Óleo de coco extra virgem;
- Fibra;
- Isolamento acústico;
- Aperitivos (bebida pina colada);
- Estirpe;
- Colchões;
- Chocolates;
- Mantas para proteção de taludes/encostas;
- Balas de colágeno.
- Coco ralado industrializado;
- Vinagre;

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2012), por meio da XX Semana Internacional da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria (FRUTAL), pela agroindústria COHIBRA (Amontada-CE).

Utilizando-se da tecnologia da irrigação e de inovações organizacionais no processo produtivo, a matéria-prima agrícola destinada ao abastecimento agroindustrial do coco provém das propriedades dessas agroindústrias, mas também é oriunda de relações de produção como a “parceria”, arrendamento e/ou compra de outros produtores, por meio de “atravessadores”, tendo em vista atender a produtividade exigida pelo mercado, como nos expõe Sr. R. F. do assentamento Maceió, em Itapipoca/CE: “[...] os cocos produzidos no assentamento, muitos deles são vendidos pra D. [agroindústria de coco]. São vendidos pra atravessadores, que vendem pra D. [agroindústria de coco]”⁴⁸. Já **para Sr. C., funcionário de uma agroindústria de coco em Paraipaba/CE**, “a figura do atravessador é enraizada”, haja vista que os pequenos produtores “[...] não tem transportes, tem vínculos ao atravessador, pois eles têm o corte e oferece o adubo”⁴⁹. Essa realidade insere-se nas relações que permeiam o agronegócio do coco no estado do Ceará. Para melhor compreendê-las, Oliveira (2004, p. 40) nos esclarece que

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente relações não capitalistas de

48 Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Itapipoca/CE, fevereiro de 2012.

49 Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Paraipaba/CE, em setembro de 2012.

produção e trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento.

Apesar de originário dos países asiáticos, a expansão do coqueiro (*Cocos nucifera L*) no litoral brasileiro, onde as condições ambientais eram favoráveis no Nordeste, foi de tamanha dimensão que logo as frutas ficaram amplamente conhecidas como coco-da-baía, por ter sido a Bahia uma das primeiras “portas” de entrada para a cultura agrícola no Brasil.

Siqueira, Aragão e Tupinambá (2002) apontam a ocorrência de pelo menos cinco expedições para o ingresso dos coqueiros nas terras brasileiras. Inicialmente no século XVI, pelos portugueses aportando no estado da Bahia. Séculos depois, no final da década de 1930, sementes e mudas de coqueiros procedentes da Costa do Marfim foram trazidas pelos viajantes Paulo Burle e Carlos Browne para o litoral do Rio de Janeiro. No ano de 1978, a Bahia, mais uma vez fora local de plantio, por intermédio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Na década seguinte, em 1981, uma empresa agroindustrial (SOCOCO) aportou no Pará com espécies agrícolas também procedentes da Costa do Marfim, o que contribuiu para que a agroindústria ainda hoje detenha o domínio de extensos hectares de terras cultivadas com a monocultura do coco, especialmente nos estados do Pará e Alagoas. Posteriormente, pesquisadores da EMBRAPA mais especificamente do Centro Nacional de Pesquisa de Coco (CNPCo), traziam consigo as experiências dos cultivos asiáticos para Sergipe, no Nordeste brasileiro (Quadro 7).

QUADRO 7. Expedições para a entrada dos coqueirais no Brasil: origens, procedências, importadores e destinos (1553-1983)

ANO	ORIGEM	PROCEDÊNCIA	IMPORTADOR	LOCAL DE PLANTIO
1553	Índia ou Sri Lanka	Ilhas de Cabo Verde	Portugueses	Bahia
1939	Kuala Lampur (Malásia)	Costa do Marfim	Paulo Burle e Carlos Browne	Cabo Frio (RJ)
1978	Sudoeste Asiático	Costa do Marfim	CEPLAC	Una (BA)
1981	Sudoeste Asiático	Costa do Marfim	SOCOCO	Mojú (PA)
1983	Sudoeste Asiático, Malásia, Taiti, Salomão, Fiji, Tonga e Vanuatu (ex Novas Hébridias)	Costa do Marfim	CNPCo	Neópolis (SE)

Fonte: Siqueira, Aragão e Tupinambá (2002)

Os fatores climáticos e pedológicos contribuíram ao avançar da produção de cocos secos e cocos frescos (cocos verdes), de onde se extraem, por meio do consumo *in natura* e/ou industrial, a fibra para fabricação de esponjas e jarros, polpas para o uso comestível, mas, sobretudo, a água de coco que abastece principalmente o mercado europeu e norte-americano, compondo a relação de “sucos” produzidos no Brasil⁵⁰. A amplitude dos produtos provenientes do coco e a possibilidade de lucros diversificados estimularam o interesse dos empresários.

Embora a monocultura do coco se amplie em vastas extensões territoriais, os coqueiros também florescem nos quintais das produções familiares com uso diferenciado para consumo local, enquanto as monoculturas visam transformar

50 Conforme Sr. C., funcionário da agroindústria presente em Paraipaba/CE, a água de coco encontra-se na relação de sucos e outros derivados do coco. Além da água de coco “in natura” envasada, há a água de coco saborizada com suco de frutas (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Paraipaba/CE, setembro de 2012).

essa *commodity* em produtos para amplos mercados a partir de uma financeirização e organização químico-industrial, visando à acumulação e reprodução capitalista. Andrade (2005, p. 138), por meio de suas observações, já indicava as diferentes formas em que se apresenta o cultivo do coco no campo:

Como planta de “fundo de quintal” para uso doméstico, sobretudo para fornecer “água de coco verde”, tem tido grande aceitação. Muitas vezes, o coqueiro é cultivado em pequenas propriedades de 20 a 30 metros de frente, de testada para o mar, estendendo-se por centenas de metros para o interior, outras vezes forma verdadeiros latifúndios explorados por grandes proprietários.

O cotidiano vivenciado no campo cearense vai ao encontro das palavras do referido geógrafo⁵¹. Assim, também despontam o germinar e florescer dos coqueiros, entremeados à policultura, autonomia sobre a terra/território e a fatura, associada ao alimento, como expressam as palavras do Sr. F. C. M. J., professor da Escola Indígena Tremembé da Varjota, em Itarema, ao tratar da presença do coco, dentre outros alimentos na refeição escolar:

Olha, tem um bucado [de alimentos] que é na comunidade, por exemplo, a goma. É um produto nosso e, aí, é comprada na comunidade o coco também. Teve uma época até que a gente tava fornecendo peixe, mas

51 Ao relacionar as culturas agrícolas no Ceará, a Comissão Científica de Exploração (CCE) já havia identificado a presença dos coqueirais. Assim, destaca o coco como uma das plantas “auxiliares na alimentação popular”: “Pelos tabuleiros arenosos à beira-mar estão estas árvores por todo o ano indefectivelmente carregadas de grande quantidade de enormes frutos. Deles aproveitam, enquanto verdes, a água; seja para bebida, seja para confecção de vários manjares e doces; e, depois de maduros, a substância como alimento, ou para extração do seu excelente azeite” (BRAGA, 2004, p. 319).

agora não. Teve uma época que a gente tava fornecendo galinha caipira, aí a gente solicitou que fosse comprado da nossa granja. Era um projeto né, da comunidade que ensinava a fazer a granja (Sr. F. C. M. J. do Território Indígena de Varjota, Itarema/CE. Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, em julho de 2013 em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembléia do Povo Tremembé).

Na atualidade, as grandes extensões de terras misturaram-se e transmutam-se sob a denominação de fazendas do agronegócio ou, ainda, do *agribusiness*. É dessa forma que empresários do agronegócio de várias partes do Brasil e do mundo instalam-se em terras cearenses: compram fazendas, montam unidades fabris, recebem auxílio governamental por meio dos incentivos fiscais, cultivam coqueirais e/ou compram cocos de pequenas produções pelo preço que determinam e exportam as “suas” mercadorias.

As palavras do Sr. C. revelam os artifícios mercadológicos, referindo-se à agroindústria de coco presente em Paraipaba/CE e ao controle da produção agrícola, ao se determinar o preço de mercado e ao selecionar-se a circulação, distribuição e consumo das mercadorias, a partir do coco: “Não tenho intenção de produzir coco. Eu só trabalho a água. A água não chega ao comércio [local], pois não desenvolve o mercado interno. É uma estratégia de negócio nosso”⁵². Do mesmo modo, utiliza-se de tais mecanismos a agroindústria de coco em Itapipoca/CE, que além de possuir suas próprias fazendas, compra cocos aos “atravessadores” das produções advindas, por exemplo, de assentamentos de reforma agrária:

52 Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Paraipaba/CE, em setembro de 2012.

Muito. O assentamento produz muito coco, muito coco. Olhe, porque o coco varia, né? De tempo... E, aliás, eles [empresários das agroindústrias] ditam o preço aqui, né? Quando eles têm muito coco, eles baixam, né? Aliás, eles num querem nem comprar, né? Quando eles não têm, aí eles vão em busca de coco e aí elevam o preço, né? Mas o coco esse ano [2012], ano passado [2011], no período do verão, que é o período que mais tem coco, chegou a R\$ 0,80 (oitenta centavos) a unidade (Entrevista realizada com Sr. R. F. do Assentamento Maceió. Por Tereza Vasconcelos, em fevereiro/2012, Itapipoca/CE).

Dentre os destaques escolhidos pelo mercado internacional está a água de coco, com a comercialização crescendo a passos largos nos últimos anos. A industrialização e o envase em embalagens contribuem para que o produto percorra largas distâncias até chegar aos principais mercados consumidores: Estados Unidos, Holanda e Canadá (Tabela 2). Segundo o Anuário Brasileiro da Fruticultura, 2012 (Kist *et al.*, 2012, p. 73), “[...] o Estado do Ceará destacava-se na liderança nacional nessa operação, excetuando os produtos de laranja, e divulgava avanço de US\$ 9,2 milhões a US\$ 29,6 milhões entre 2006 e 2010, citando a participação e a expansão da água de coco”. Dessa maneira, a dinâmica do agronegócio do coco no estado cearense contribuiu para avantar o país no *ranking* mundial da produção e também industrialização dessa *commodity*.

TABELA 2. Mercados dos produtos exportados pelo Brasil, 2013 (Produto: 0801 - castanha do Pará, castanha de caju e cocos)⁵³

IMPORTADORES	EXPORTAÇÃO PELO BRASIL (MIL US\$)	QUANTIDADE EXPORTADA (TONELADAS)
Estados Unidos	66.504	10.889
Holanda	25.678	3.487
Canadá	13.189	2.010
Libano	6.341	746
México	5.149	834

Fonte: International Trade Centre (ITC/Trademap), adaptado por Tereza Vasconcelos (2014).

De acordo com os dados organizados pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2010), a China, Índia e o Brasil estão entre os três principais produtores mundiais de frutas⁵⁴. Segundo Martins e Jesus Júnior (2011), no *ranking* da produção de cocos o Brasil destaca-se abaixo da Indonésia, Filipinas e Índia (Tabela 3).

TABELA 3. Produção e área colhida dos principais produtores de coco (2008)

PAÍS	ÁREA COLHIDA (Ha)	PRODUÇÃO (1.000 T)
Indonésia	2.950.000	19.500.000
Filipinas	3.379.740	15.319.500
Índia	1.940.000	10.894.000
Brasil	287.016	2.759.044
Sri Lanka	394.840	2.210.800
Tailândia	245.725	1.483.927
México	178.500	1.246.400

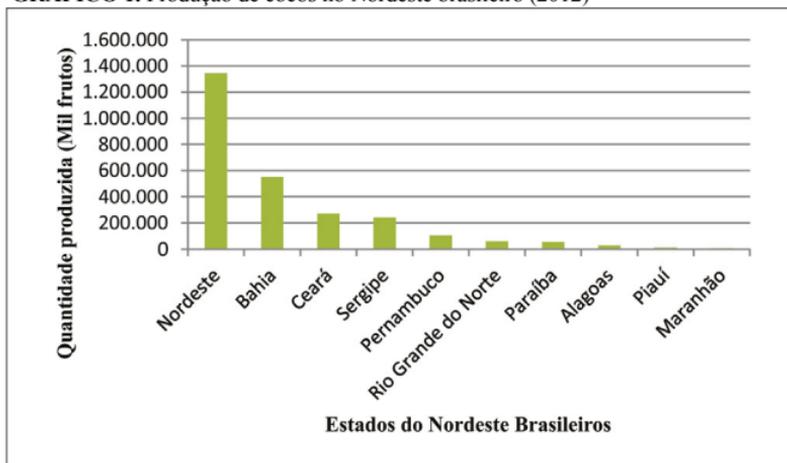
53 Vale destacar que a ITC/Trademap não distingue os cocos secos dos cocos verdes, assim como não os separa dos dados referentes à castanha do Pará e castanha de caju.

54 De acordo com os da FAO (2010), suas produções chegaram a: China (122.350 t), Índia (75.121 t) e Brasil (38.793 t).

PAÍS	ÁREA COLHIDA (Ha)	PRODUÇÃO (1.000 T)
Vietnã	138.300	1.086.000
Papua Nova Guiné	203.000	677.000
Malásia	174.000	455.408
Outros	1.339.505	5.081.057
MUNDO	11.230.626	60.713.136

Fonte: Martins e Jesus Júnior, 2011 apud Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU), 2011.

Com base nos dados sistematizados pelo IBGE, o Nordeste brasileiro representa **80%** das áreas plantadas e colhidas no Brasil com o cultivo do coco, preponderando na Bahia, enquanto o Ceará ocupa a segunda posição na quantidade de frutos produzidos e nos lucros da produção nordestina (Gráfico 1). Desse modo, o IBGE relaciona os seguintes dados, referindo-se à quantidade de frutos produzidos no Brasil e Nordeste brasileiro, 2012: Brasil (1.954.354); Nordeste (1.345.962); Bahia (553.759); Ceará (272.060); Sergipe (242.852); Pernambuco (106.625); Rio Grande do Norte (62.293); Paraíba (57.456); Alagoas (29.287); Piauí (12.681); e Maranhão (8.949).

GRÁFICO 1. Produção de cocos no Nordeste brasileiro (2012)

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014) por meio do IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2012

No estado do Ceará, em 2013, as exportações provenientes do agronegócio representaram 41,1 % do total exportado, considerado pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S. A. (ADECE) como um dos principais produtos exportados pelo estado, estando o setor calçadista em segunda posição, entre as exportações (Tabela 4).

TABELA 4. Exportações cearenses (2013)

PRODUTOS	2013
	JAN-DEZ (US\$ FOB ⁵⁵)
AGRONEGÓCIO	
Couros e peles	194.111.759
Fruticultura (1)	117.037.815
Castanha de Caju	109.803.348
Cera de Carnáuba	53.029.585
Sucos de Frutas	42.978.583

Lagosta	42.070.296
Extrato Vegetal (LCC) (2)	7.757.645
Mel de abelhas	7.280.129
Peixes	4.035.824
Flores/Prod. Floricultura	3.974.780
Camarão	1.803.682
Hortaliças	314
Total exportado do agronegócio	583.883.760
DEMAIS EXPORTAÇÕES	
Calçados	325.169.051
Combustíveis minerais	247.687.803
Têxteis	57.457.649
Máquinas e equipamentos elétricos	38.982.395
Produtos Minerais	31.298.071
Máquinas e equipamentos mecânicos	11.806.405
Confecções	5.365.283
Móveis	1.731.857
Demais setores	118.885.737
Total das demais exportações	8.383.842.51
Total exportado	1.422.268.011

Fonte: Elaborado pela ADECE (2013), com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC) 55

- (1) Frutas secas e elaboradas, exceto castanhas, amêndoas, avelãs, nozes e frutas rijas;
 (2) L.C.C. - Líquido da Castanha de Caju.

55 A expressão *Free On Board* (FOB) trata do valor das mercadorias exportadas e, geralmente, vem após a cifra da moeda norte-americana. Conforme as explicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o FOB significa que o exportador é responsável pelo transporte das mercadorias até as suas entradas no navio, no porto indicado pelo comprador. Tais produtos, já devem ter sido fiscalizados nas alfândegas locais e estarem livres para o deslocamento. Daí, a expressão *free*. (http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23)

Vale destacar, que alguns desses produtos relacionados ao “agronegócio”, muitas vezes, são provenientes de pequenas produções, que possuindo subsídios governamentais e/ou créditos bancários são enquadrados no modelo denominado por “agronegocinho”, assim como nos indica o Sr. R. F. ao relacionar agroindústrias com “economias solidárias”, a partir de empreendimentos instalados, por meio de ações direcionadas à agricultura familiar e aos trabalhadores rurais em Itapipoca:

Bom, a grande maioria dessas agroindústrias elas são comunitárias, né? Dificilmente tem uma é... Digamos, empresa mesmo, empresa mesmo é a D. [D. S/A, agroindústria de coco direcionada à exportação], né? Às vezes são empreendimentos e podemos, até dizer, que há um investimento aqui, até uma discussão com relação à questão da economia solidária. Então, são empreendimentos solidários, né? Empreendimentos coletivos, onde, na sua grande maioria, são frutos, é claro que da organização dos trabalhadores mais o recurso do São José [Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará – PCPR], do PECOP [Programa Estadual de Combate as Perdas], que alguns deles são governamentais. Agricultura familiar também (Entrevista realizada com Sr. R. F. do Assentamento de reforma agrária Maceió. Por Tereza Vasconcelos, em fevereiro/2012, Itapipoca/CE).

A produção de mel de base familiar integrada à Associação de Apicultores do município de Trairi, por exemplo, nos chama a atenção ao confrontar a realidade vivida pelos

sujeitos sociais com as intencionalidades apresentadas por meio dos números e estatísticas⁵⁶ dos territórios, necessitando, para tanto, do olhar aguçado e apurado do que representa e diferencia o modo de vida e a organização dessas comunidades e territórios das práticas estabelecidas pelo agronegócio. Nesse ínterim, são elucidativas as palavras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2006), ao enfatizar:

É comum vermos artigos e reportagens cantando em prosa e verso as belezas do agronegócio. Alguns intelectuais, inclusive com origem na esquerda, defendem que a saída para a pequena agricultura seria também entrar no agronegócio. Sindicalistas já copiaram mal essa idéia e chegam a falar em “agronegocinho”. Não percebem que, de fato, há uma luta entre dois modos de organizar a produção agrícola em nossa sociedade. O modo do agronegócio, que já descrevemos acima, e de outro lado, a agricultura camponesa, baseada em estabelecimentos agrícolas familiares, menores, que se dedicam à policultura (produzem vários produtos) de alimentos, dão trabalho a milhares de pessoas, da família e de fora dela, que produzem e desenvolvem o mercado local e interno⁵⁷

Para alavancar o agronegócio, no sentido de contribuir com a fluidez das mercadorias, desde o processo de produção até o consumo final, dinamizando o circuito espacial

56 Oliveira (2004, p. 43) cita a seguinte frase de autoria do economista José Juliano de Carvalho Filho: “A estatística é a arte de torturar os números até que eles confessem”.

57 Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/2951> > Acesso em: 17 dez. 2014.

da produção (SANTOS, 2008 d), criam-se infraestruturas e modernizam-se as já existentes por meio das informações midiáticas, normas territoriais e da viabilidade de estradas, aeroportos, infovias, fontes de energia e dos portos. As condições infraestruturais oferecem, desse modo, os substratos materiais das ordens preestabelecidas pelas superestruturas e, assim, desde o seu momento criativo possuem intencionalidades, ainda que estas se escondam atrás das aparências dos objetos geográficos⁵⁸.

O porto do Pecém, localizado no município de São Gonçalo do Amarante (Região Metropolitana de Fortaleza/CE), iniciou suas atividades em 2001. É um dos exemplos dos fixos geográficos inseridos nas relações subordinadas ao agronegócio e controladas pelo Estado. Os dados, dispostos na Tabela 5 são bastante esclarecedores, como o porto do Pecém, durante o ano de 2013 destacou-se no *ranking* brasileiro, principalmente nas exportações de frutas e castanhas, enquanto o porto cearense do Mucuripe, ainda que com uma capacidade mais reduzida, também teve êxito e, junto ao porto do Pecém, contribuiu para movimentar o total de exportações do agronegócio oriundas, principalmente, dos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Norte, dentre outros estados, direcionado os mais diferentes destinos internacionais: Holanda, Estados Unidos, Grã Bretanha, Espanha, dentre outros países.

58 As condições infraestruturais correspondem às instâncias econômicas, enquanto as superestruturais relacionam-se às instâncias políticas, jurídicas e ideológicas.

TABELA 5. Exportações de produtos do agronegócio pelos Portos do Ceará (2013)

PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO	PORTO DO PECÉM (SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE)		PORTO DO MUCURIPÉ (FORTALEZA/CE)	
	US\$	RANKING BRASIL	US\$	RANKING BRASIL
Frutas e Castanhas	211.118.372	1º	95.275.804	4º
Pescados	48.118.242	1º	3.792.846	8º
Peles e Couros	17.815.901	9º	150.485.041	4º

Fonte: Elaborado pela ADECE (2013), com base nos dados da SECEX/MDIC e adaptado por Tereza Vasconcelos (2014)

Dentre as exportações de frutas produzidas no Ceará ao longo de 2013 apontam-se o melão, a banana, melancia, manga, mamão, abacaxi e o coco, conforme os dados relacionados na Tabela 6⁵⁹.

TABELA 6. Exportações de frutas produzidas no Ceará (2013)

FRUTAS	VALOR US\$ FOB
Melão	88.714.408
Banana	11.437.107
Melancia	7.630.137
Manga	4.561.997
Mamão	801.305
Abacaxi	46.279
Coco	32.314
Outras frutas	3.814.268
TOTAL	117.037.815

Fonte: Elaborado pela ADECE (2013), com base nos dados da SECEX/MDIC e adaptado por Tereza Vasconcelos (2014).

59 Segundo a ADECE, os estados da Bahia (US\$ 138.758.508), Pernambuco (US\$ 122.046.151) e Ceará (US\$ 117.037.815) caracterizam-se como importantes exportadores brasileiros de frutas ao longo do ano de 2013.

Ante a expansão da monocultura do coco⁶⁰, foi definido o recorte espacial da pesquisa, compreendendo os territórios dos municípios cearenses de Paraipaba, Pentecoste, Amontada, Acaraú, Trairi, Itarema e Itapipoca, representa, de acordo com os dados do IBGE, **59%** das áreas plantadas e colhidas no Ceará (45.202 hectares); **52%** da quantidade de frutos produzidos (272.060 frutos); e **46%** dos lucros obtidos com a produção agrícola (R\$ 56.072 reais) (Tabela 7). Destacam-se os seguintes projetos de irrigação: Baixo Acaraú, Curu-Paraipaba e Curu-Pentecoste, que correspondem grande parte das áreas plantadas e colhidas com o coco, ainda que consideremos relevantes as produções agrícolas advindas de outros cultivos, à exemplo dos praticados nos assentamentos de reforma agrária.

TABELA 7. Área plantada, área colhida, quantidade produzida e lucros com a produção da lavoura permanente (coco-da-baía), por município (Ceará, 2012)

Municípios (Ceará)	Variáveis				Produtividade (Frutos/ Ha)
	Área destinada à colheita (Ha)	Área colhida (Ha)	Quantidade produzida (Mil frutos)	Produção (Mil Reais)	
Paraipaba *	1.362	1.362	17.071	8.781	12,53
Pentecoste *	1.302	1.302	12.875	7.865	9,88
Amontada	2.230	2.230	13.405	4.923	6,01
Acaraú *	5.112	5.112	24.459	8.700	4,78
Trairi	7.373	7.373	35.139	12.456	4,76
Itarema	5.559	5.559	23.480	8.049	4,22
Itapipoca	3.725	3.725	15.378	5.298	4,12

60 Dentre os principais produtores de coco no Ceará, enfocando área destinada à colheita, área colhida, produção e lucros relacionam-se: Paraipaba, Pentecoste, Cascavel, Beberibe, Camocim, Amontada, Aquiraz, Paracuru, Acaraú, Trairi, Itarema, Itapipoca e Caucaia (IBGE, 2012).

Municípios (Ceará)	Variáveis				Produtividade (Frutos/ Ha)
	Área destinada à colheita (Ha)	Área colhida (Ha)	Quantidade produzida (Mil frutos)	Produção (Mil Reais)	
RECORTE ESPACIAL	26.663	26.663	141.807	56.072	5,31
CEARÁ	45.202	45.202	272.060	121.171	6,01
NORDESTE	208.977	207.991	1.354.962	579.899	6,51
BRASIL	259.737	257.742	1.954.354	897.678	7,58

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014), por meio do IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2012.

* Municípios com perímetros irrigados.

Nesses espaços cearenses, identificamos, especialmente, a partir da década de 1990, uma elevação crescente da produção agrícola relacionada ao coco, conforme nos apresenta a Tabela 8, numa escala temporal até o ano de 2012. Dentre esses municípios, apenas em Itapipoca houve um decréscimo nos últimos anos, *ranking* influenciado pela forte atividade industrial envolvida com o coco e com outros setores, fazendo com que a produção agrícola, de fato, se alargasse pelos municípios contíguos por meio de fazendas, muitas destas relacionadas às indústrias localizadas em Itapipoca. Já o município de Pentecoste, por exemplo, ao longo das décadas atingiu uma produção de cocos 40 (quarenta) vezes maior, num acréscimo contínuo.

TABELA 8. Quantidade produzida de frutos, 1990 a 2012: Paraipaba, Pentecoste, Amontada, Acaraú, Trairi, Itarema e Itapipoca (coco-da-baía/mil frutos)

MUNICÍPIO (CE)	ESCALAS TEMPORAIS (ANOS)					
	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Paraipaba	850	2.880	10.185	25.300	16.806	17.071
Pentecoste	270	1.200	1.464	1.540	13.331	12.875
Amontada	12.500	6.840	11.484	13.241	13.263	13.405
Acaraú	7.500	11.200	22.500	21.020	22.881	24.459
Trairi	16.000	15.200	37.700	29.839	32.074	35.139
Itarema	7.500	10.217	22.500	21.173	21.902	23.480
Itapipoca	17.400	12.420	18.560	13.049	14.860	15.378

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014) por meio do IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2012.

A produção agrícola e o aumento da produtividade estão associados à fertilidade natural das terras e ao movimento da entrada de agroindústrias do coco, que impulsionadas pelas políticas neoliberais e incentivos fiscais que açambarcam o comércio agroalimentar, investem no processo de produção, transformação e comercialização dos frutos e mercadorias relacionadas. Sobre isso, Pinazza e Araújo (1993, p. 150) num olhar aguçado ao agronegócio, expõem:

No período de 1970 a 1990, o comércio agroalimentar cresceu cinco vezes, de 50 bilhões de dólares para 250 bilhões de dólares. Os produtos processados foram os que apresentaram o melhor desempenho, sextuplicando seu faturamento de 25 bilhões de dólares para 150 bilhões de dólares. Já os produtos semi processados e *in natura* tiveram comportamento semelhante, saindo de 20 bilhões de dólares para 50 bilhões de dólares cada um.

Entre os municípios destacados, identificamos pelo

menos quatorze agroindústrias⁶¹ relacionadas com a produção e beneficiamento do coco e de seus derivados, como expressa o Quadro 8. Algumas destas estão localizadas em terras dos perímetros públicos de irrigação, sejam em áreas correspondentes à gerência do DNOCS, seja em lotes agrícolas, a exemplo da P./P. agroindustrial e I. N. Beneficiamento de Produtos Naturais Ltda no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, respectivamente, enquanto outras, como a D. S/A, expandem-se na região por meio de fazendas, além das unidades fabris, como a situada em Itapipoca.

QUADRO 8. Agroindústrias de Coco (Trairi, Paraipaba, Itarema, Itapipoca, Acaraú e Amontada)

AGROINDÚSTRIAS	MUNICÍPIOS	ANO DE INSTALAÇÃO	PRODUTOS
D. S/A: Itarema (Fazenda S. G., Fazenda P., Fazenda A. e Fazenda B.); Itapipoca (Fazenda “D.” – Lagoa das Mercês); e Camocim (Fazenda B. E. e Fazenda B.)	Itapipoca; Camocim; Itarema	1982	Leite de coco, coco ralado, água de coco, sobremesas em pó e óleo de coco
I. Ind. e Comércio de coco Ltda.	Itarema	2003	Coco ralado desidratado
Fazenda C.		-	Coco e subprodutos do coco
M. T. Coco		-	Coco e subprodutos do coco

61 Enfatizamos que, ao longo do trabalho, denotamos apenas as letras iniciais das agroindústrias relacionadas ao coco no recorte espacial estudado. Trata-se de metodologia adotada que foi destacada na Introdução deste trabalho.

AGROINDÚSTRIAS	MUNICÍPIOS	ANO DE INSTALAÇÃO	PRODUTOS
Fazenda B.	Trairi	-	Coco verde
A. Coco		2008	Água de coco, óleo de coco, coco ralado desidratado, polpa de coco, coco ralado congelado in natura, fibra de coco e substrato.
T. Industrial de Coco		-	Coco e subprodutos do coco
A. Agro. Ind. de Fruticultura (Fazenda C.)		-	Coco e subprodutos do coco
C.	Amontada	2002	Sementes e mudas de cocos híbridos (gigante X anão)
Fábrica C. (Agroindústria D. Ltda.)		2008	Coco e subprodutos do coco
D. agroindustrial	Paraipaba	2003	Coco ralado, coco flocos, coco congelado, água de coco, leite de coco e óleo de coco
P./P. agroindustrial		2003	Água de coco, polpa de coco e beneficiamento das fibras de cascas de cocos verdes
I. N. Beneficiamento de Produtos Naturais Ltda.		2008	Fibra de coco e pó de coco
Agroindústria E. Ltda.	Acaraú	2012	Coco ralado, óleo de coco, polpa e água de coco

Fonte: Pesquisa em campo e acesso à web sites das agroindústrias.

Obs. (-) Informações indisponíveis.

Com a ascensão de empresários ao governo do estado do Ceará, em 1986, consolidou-se a entrada de investimentos maciços de capital externo, atrelando o desenvolvimento cearense às transformações nacionais que seguiam às novas diretrizes do capitalismo financeiro internacional. Nesse período, se germinava as facetas de um Estado, que se apresentava como democrático, mas que abria frente à iniciativa privada sob a ideologia de “menos Estado” enquanto falsa consciência, como nos ensinou Marx (2008). Nesse sentido, o discurso de posse do ex governador Tasso Jereissati (1994, p. 7) é representativo:

No entanto, para que os programas sejam executados com eficiência e produzam os resultados esperados, há que fazer-se verdadeira mudança na forma e no conteúdo do Governo. Da mesma forma, uma mudança cultural se faz necessária para que governo e sociedade, juntos, realizem a grande tarefa do nosso desenvolvimento. Nessa linha, o papel do Estado será redefinido. Continuarão as mudanças iniciadas em mil novecentos e oitenta e sete, agora voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos e para o aumento da capacidade de realização do Governo. Vamos, todos os que fazem o Governo do Estado, aprender com a nossa própria experiência e também com a experiência de outros Estados, do Governo Federal e de outros Países, e mesmo do setor privado, para extrair as lições que nos indiquem os requisitos para o sucesso das ações governamentais.

Durante a década de 1990, a expansão do agronegócio no estado se dá de modo mais intenso, com a associação

incisiva dos representantes do Estado à iniciativa privada, ligação sempre presente na história cearense, como nos aponta Vasconcelos (2010, p. 86):

[...] analisando as frentes de atuação dos planos de governo, percebemos que dois momentos situam o Estado do Ceará na busca intensiva por essa adequação à modernização, de formas mais bem estruturadas. No primeiro momento, com as vigências de Virgílio Távora e, posteriormente, as de Tasso Jereissati, logo que os demais governos acabaram por dar continuidade aos propósitos dos governadores ora citados.

A política de modernização instituída estava direcionada, desde então, aos mercados externos, priorizando as atividades econômicas relacionadas ao turismo e à industrialização, no que se insere também o ramo do agronegócio, com o beneficiamento e a transformação industrial da matéria-prima agrícola, bem como a utilização de insumos químicos e fertilizantes. Essas prioridades estavam contempladas nos objetivos propostos pelos planos de governo do estado do Ceará desenvolvidos, ao longo dos governos de Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Lúcio Alcântara e Cid Gomes, entre o final da década de 1980 aos anos 2000 (Quadro 9).

QUADRO 9. Planos e metas de Governo relacionadas ao agronegócio (1987-2014)

PLANO DE GOVERNO	METAS DE GOVERNO
<p>“Plano das mudanças” Governador: Tasso Jereissati Vice-governador: Francisco Castelo de Castro Vigência: 1987-1991</p>	<p>“Programa de Agroindústria: sendo a agroindústria responsável por uma maior aproximação entre o produtor rural e a industrialização, objetiva-se com este programa garantir um mercado para os produtos de origem agropecuária do Estado e ampliar as oportunidades de emprego, em particular no interior” (p. 120).</p>
<p>“O Ceará melhor” Governador: Ciro Gomes Vice-governador: Lúcio Alcântara Vigência: 1991-1994*</p>	<p>Criação do “pacto de cooperação empresários/governo”, canal do trabalhador e incentivos a industrialização.</p>
<p>“O Ceará melhor” Governador: Francisco Aguiar Vice-governador: - Vigência: 1994-1995*</p>	<p>Criação do “pacto de cooperação empresários/governo”, canal do trabalhador e incentivos a industrialização.</p>
<p>“II Plano das mudanças e Plano de Desenvolvimento Sustentável” Governador: Tasso Jereissati Vice-governador: Moroni Torgan Vigências: 1º mandato 1995-1999 2º mandato 1999-2002 Continuação do 2º mandato 2002-2003 (Governador: Beni Veras)</p>	<p>“Este programa visa a aumentar a produção e a produtividade agrícolas, desenvolver a agroindústria e ampliar o abastecimento alimentar e a criação paralela de empregos estáveis na área rural. Serão oferecidos incentivos à implantação de áreas com potencial para a irrigação com vistas ao surgimento de agroindústrias” (p. 72).</p>
<p>“Ceará cidadania: Crescimento com inclusão social” Governador: Lúcio Alcântara Vice-governador: Maia Júnior Vigência: 2003-2007</p>	<p>“A decisão de promover o desenvolvimento do agronegócio com base na agricultura irrigada fundamenta-se na característica multifacetada dessa atividade com os setores e áreas como: a indústria de insumos agrícolas; a agroindústria; a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas; a geração e manutenção da rede de infra-estrutura básica (porto, aeroporto, terminais, estradas, estações, ferrovia e energia elétrica); a educação; a ciência e tecnologia; a logística dos transportes e das comunicações (uso do computador, da Internet, do Sistema de Posicionamento Global-GPS, dos satélites); os serviços; a comercialização e a exportação” (p. 71).</p>

<p>“Da coligação, Ceará vota para crescer” Governador: Cid Gomes Vice-governador: Francisco Pinheiro Vigência: 2007-2011</p>	<p>“DESENVOLVIMENTO RURAL - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir estratégias de desenvolvimento rural com base na descentralização, na regionalização, na inclusão social e no incentivo à agroecologia; - Desenvolver programas estratégicos para viabilizar infra-estrutura logística e comercial à agricultura; - Fortalecer a agricultura irrigada, com ênfase na fruticultura e floricultura, pelo aumento da área irrigada, em parceria com o DNOCS; - Proporcionar aos agricultores a adoção de experiências tecnológicas, instrumentos e métodos exitosos que possibilitem a convivência com o semi-árido; - Articular a convivência da agricultura familiar com o agronegócio nos perímetros de irrigação; - Fortalecer a Cadeia Produtiva do Avestruz; incentivando e apoiando a implantação de pólos regionais de criação (estruticultura); - Rever e fortalecer a política de implantação de mini fábricas, no Estado do Ceará, tais como: Mini Fábricas de Beneficiamento de Castanha e Pedúnculo de Caju, Produção de Farinha e Fécula de Mandioca; - Buscar as condições de implantação de uma política de preço mínimo para os produtos da agricultura familiar; - Aprimorar os sistemas de produção da agricultura familiar, valorizando a diversidade produtiva e as relações sociais solidárias; - Estabelecer mecanismos de estruturação de cadeias produtivas e arranjos produtivos para a organização da agricultura familiar cearense” (p. 43). <p>“INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS (BID, BIRD, KFW, dentre outros), GOVERNOS ESTRANGEIROS E TERCEIRO SETOR - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adotar política ousada de parcerias para melhor aproveitamento do potencial das agências multilaterais, governos estrangeiros e terceiro setor. <p>PROPOSTAS DE AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar e aprofundar as relações com as instituições multilaterais e governos de outros países, visando alavancar investimentos em áreas estratégicas de desenvolvimento do Estado; - Desenvolver parcerias com o objetivo de fortalecer as iniciativas do terceiro setor que contribuam para o projeto de desenvolvimento que o Ceará merece” (p. 51).
--	---

“POVOS INDÍGENAS - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Implantar uma nova política indigenista no Estado, com a participação dos povos indígenas.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Manter uma formação continuada para profissionais de saúde, com sensibilização para uma abordagem ética, respeitando as diversidades, os valores pessoais, a liberdade individual e a decisão informada;

- Criar condições para que os Índios proponham e executem projetos econômicos, educacionais, sociais e culturais voltados para a proteção e desenvolvimento das comunidades, com base no modo próprio do povo indígena de se organizar;

- Promover a troca de experiências entre as comunidades indígenas, no que se refere as formas de produção e comercialização, de organização da produção feminina e de uso de novas tecnologias;

- Fortalecer a educação específica diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, respeitando a diversidade cultural e étnica” (p. 20).

“AFRODESCENDENTES E QUILOMBOLAS - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Viabilizar a transversalidade nas diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas e compensatórias, geradoras de igualdade racial.

PROPOSTAS DE AÇÕES

- Realizar censo demográfico e sócio-cultural buscando mapear, quantificar e qualificar a participação do negro na economia e na cultura cearense;

- Elaborar campanhas de conscientização da afro-descendência ressaltando uma nova visão da presença negra no Ceará;

- Implementar um serviço de defensoria pública especializada no combate ao racismo, baseada na legislação vigente, referenciada no Programa SOS Racismo do Governo Federal;

- Implementar a Lei 10639 que regula o ensino do conhecimento afro-brasileiro na escola pública;

- Criar condições para os quilombolas e comunidades afro-religiosas proporem e executarem projetos econômicos, sociais e culturais de proteção e desenvolvimento das comunidades, com base no modo próprio do povo negro de se organizar;

- Implantar ações de auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades;

- Implementar o sistema de quotas para negros a partir de ampla discussão com a comunidade acadêmica e cearense em geral”(p. 20-21)

<p>“Da coligação, Por um Ceará melhor para todos”</p>	<p>“DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL E INCLUSÃO SOCIAL</p>
<p>Governador: Cid Gomes</p>	<p>- Aprimorar e fortalecer as políticas públicas de desenvolvimento da economia urbana e rural, ampliando a riqueza, reduzindo acentuadamente as disparidades de renda e riqueza entre as pessoas e as regiões;</p>
<p>Vice-governador: Domingos</p>	<p>- Ampliar e fortalecer as ações articuladas com o Governo Federal, Governos Estaduais, especialmente do Nordeste, e governos municipais, visando à consolidação de programas e projetos estratégicos para a economia e o desenvolvimento regional e local, tais como a refinaria, a siderurgia, a ZPE, a Transnordestina, a usina de Itataia, a exploração econômica de minérios e a interligação do Rio São Francisco;</p>
<p>Gomes de Aguiar Filho</p>	<p>- Ampliar e fortalecer as ações e projetos de melhorias da infra-estrutura hídrica, energética, de transporte e comunicação, de logística, habitação e saneamento ambiental;</p>
<p>Vigência: 2011-2015</p>	<p>- Ampliar e fortalecer as políticas de desenvolvimento regional;</p>
	<p>- Ampliar e fortalecer as políticas públicas de geração de emprego e renda;</p>
	<p>- Ampliar e fortalecer as políticas públicas no setor agrícola, especialmente a agricultura familiar, com introdução de novas tecnologias, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações rurais;</p>
	<p>- Incentivar e fortalecer as ações de pesca e aquicultura;</p>
	<p>- Fortalecer e expandir, de forma descentralizada, a base industrial do Ceará, visando a dinamização da economia como um todo, com apoio na pesquisa e na inovação;</p>
	<p>- Ampliar e apoiar políticas que induzam a modernização do comércio e dos serviços;</p>
	<p>- Ampliar e fortalecer as políticas públicas voltadas para o turismo no Ceará, com ações e projetos que melhorem a infra-estrutura turística;</p>
	<p>- Ampliar e fortalecer as políticas públicas indutoras do desenvolvimento da economia do Estado por meio das micro e pequenas empresas;</p>
	<p>- Ampliar e fortalecer as políticas indutoras do desenvolvimento da atividade de fruticultura, visando o mercado nacional e internacional” (p. 8-9).</p>

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014) dos seguintes planos de governo: Ceará (2011), Ceará (2008), Ceará (2003), Ceará (1995), Ceará (1991) e Ceará (1988).

*Francisco de Paula Rocha Aguiar, presidente da Assembléia Legislativa, à época, assumiu o período que antecedia o governo de Tasso Jereissati, em decorrência do afastamento de Ciro Gomes e do seu vice, Lúcio Alcântara.

Com o passar de três décadas, percebemos que os governos do estado do Ceará mais se integravam aos interesses externos, por meio, por exemplo, dos incentivos industriais, em prol do que denominavam (e denominam) como “planos de desenvolvimento”. Nos dois últimos mandatos representados por Cid Gomes (2007-2014), a política de modernização via industrialização e o fomento à iniciativa privada e à exportação foram temas intensamente presentes. No que tange ao fortalecimento do agronegócio por meio da fruticultura, destacam-se o estímulo ao aumento da área irrigada, em parceria com o DNOCS e a formação de cadeias e arranjos produtivos, contando, para tanto, dos apoios políticos e financeiros de governos estrangeiros e das “instituições multilaterais” como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e *Bank aus Verantwortung* (KfW) ⁶². Desse modo, a parceria entre Estado e organismos bancários - traça a face mais consolidada do modo de produção capitalista com a integração entre capitais internos e externos, em que o capital financeiro dita as ações e estratégias dos planejamentos.

Nessa engenharia política em busca de um projeto de desenvolvimento no meio agrícola, o que mais se resulta é a pretensa “junção”, por meio do estímulo à “convivência”, entre agricultura familiar (ou de base familiar) com o agronegócio, agroecologia e os padrões agrícolas estruturados e exigidos nos perímetros irrigados e, principalmente, o (des)

62 Banco de fomento do Governo alemão no Brasil, responsável pelo financiamento de alguns projetos no Brasil, à exemplo das “energias renováveis no Brasil Copa Solar, 2014”. Disponível em: <<http://www.brasilalemanhanews.com.br/Noticia.aspx?id=422>> Acesso em: 13 nov. 2014.

envolvimento dos povos indígenas e comunidades quilombolas num modelo que se propõe homogeneizante e civilizador (CEARÁ, 2011). Decerto, essa perspectiva acompanha os comandos nacionais e internacionais. Assim, se desvelam e revelam-se os ditames neoliberais no estado do Ceará, associando desenvolvimento e progresso à modernização, sem considerar, muitas vezes, as conflitualidades e os conflitos, nesse caminhar. Essa realidade entra em consonância com que Costa (2005, p. 170) analisa, ao associar as imagens e representações das “novas/velhas” elites cearenses:

Os empresários-políticos conseguiram construir tipos opostos de imagens que passam a fazer parte das representações sociais da população e a render-lhes generosos dividendos políticos: a imagem das velhas elites que seriam culpadas pela miséria do povo e atraso do Ceará (e do Nordeste) e a das novas elites, comprometidas com a efetivação da mudança e da modernidade, empenhadas na redenção dos pobres e, portanto, adequadas aos novos tempos.

Numa observação superficial da realidade, essa aparente perfeição da engrenagem movida pelo Estado direcionado ao agronegócio abre frestas para uma análise harmoniosa da configuração e reestruturação do espaço geográfico, em que todos os aparatos necessários são convocados para preparar o espaço à fluidez do capital. Assim, para cada ação demandada por essa dinâmica é orquestrado um fixo geográfico, induzindo novos fluxos e vice-versa. No entanto, ao passo que esses mesmos fixos relacionados ao agronegócio do coco instalam-se no Ceará, os fluxos implicados voltam-

se à mesma atividade econômica, no processo inerente à reprodução do capitalismo na agricultura. Isso não se dá de modo abrandado, representando a conflitualidade elemento perturbador ao movimento de reestruturação socioespacial, resultando nas tensionalidades e, em alguns casos, o estopim em tensões, haja vista que os municípios supracitados compreendem também territórios ricos em expressões indígenas e camponesas, territorialidades e temporalidades destoantes daquelas representadas pelo agronegócio.

Historicamente, os “palmilhados”⁶³, seguidos pela monocultura do coco, apresentam a prática do cultivo do coco associada a outras culturas agrícolas. Na policultura, os frutos eram consumidos pelas famílias indígenas e camponesas e uma parte comercializada, muitas vezes, nas feiras municipais, diretamente e/ou por meio de atravessadores. Essa “sobreposição” de diferentes territorialidades e temporalidades provocou as tensionalidades e a iminência de conflitos. As passagens apresentadas pelos Laudos de Vistoria Técnica sistematizados pelo INCRA e apresentados no Quadro 10 demonstram as possibilidades de tensões daquele período, haja vista os diferentes meios de produção agrícola, que, nas situações evidenciadas, denotam as condições econômicas as quais os sujeitos sociais envolvidos estavam submetidos:

63 De acordo com o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (versão digital) o verbo palmilhar, dentre outros significados, indica: 1. Percorrer ou andar a pé; 2. Fazer trajeto palmo a palmo. No contexto utilizado, ao tratarmos dos “palmilhados seguidos pela monocultura do coco”, abordamos os caminhos percorridos pelo agronegócio do coco, aludindo o trajeto realizado pelo Estado, pelas agroindústrias e pelos demais envolvidos.

QUADRO 10. Nas raízes dos palmilhados da monocultura do coco: territorialidades e temporalidades (1980-1990)

A produção agrícola do coco na policultura	Monocultura e produção industrial do coco
<p>“Podemos observar plantios de cajueiros e coqueiros, sendo que os moradores exploram em maior escala a castanha de caju que são comercializados por intermediários” (BRASIL, 1986 f, p. 6).</p>	<p>“Com relação ao coco da Bahia, a região conta com a Cia Industrial “Du coco” que emprega até 350 homens/dia e opera com 800 ton/mês. Seu mercado alcança todo o Estado do Ceará, também há comercialização com outros Estados da Federação, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia” (BRASIL, 1994 a, p.6).</p>
<p>“As famílias estão distribuídas em diferentes localidades e suas casas na minoria são de taipa, cobertas de telhas, piso de barro batido em precárias condições de moradia. Com exceção das casas sedes, as demais foram construídas pelo trabalho e administração dos próprios moradores, que exploram culturas de subsistência (milho, feijão e mandioca), além do aproveitamento da castanha de caju e do coco” (BRASIL, 1986 e, p. 12).</p>	<p>“A exploração agropecuária representa a atividade de maiores expressões econômicas do município. Dentre as indústrias existentes a indústria de transformação de produtos agrícolas, como o coco, tem um papel significativo na oferta de empregos na região, além de estimular os plantadores da cultura do coqueiro para um aumento cada vez maior da área cultivada, com vista a atender a capacidade instaladas das indústrias de transformação do município, que tende a ser cada vez maior” (BRASIL, 1986 b, p. 5).</p>
<p>“Na área são cultivadas as culturas de subsistência, tais como milho, feijão e mandioca e pequenos plantios de algodão herbáceo. A maior cultura é o cajueiro e em segundo lugar o coqueiro, haja vista os solos apresentarem aptidão para exploração destas culturas. O sistema de plantio utilizado é o mais rudimentar possível, não usam fertilizantes, corretivos e todas as operações de plantio e colheita são feitas manualmente, sendo a produtividade agrícola bastante baixa” (BRASIL, 1986 e, p. 12).</p>	<p>“No que diz respeito a produção agrícola da região de Itapipoca, esta totalizou, em 1991, 379.125 toneladas, representando aproximadamente, 13% da produção total do Estado. Dentre as culturas existentes na Região, destacam-se o coco-da-baia, com 50.100 frutos (35% do total do Estado)” (p. 17) Fazenda Rajada</p>
	<p>“No setor agrícola destaca-se a produção de castanha de caju, coco-da-baia, mandioca, milho e feijão. As três primeiras são produzidas basicamente na região litorânea e representam as de maior rentabilidade para o produtor, pois alcançam bons preços e têm mercado garantido. A castanha “in natura” é adquirida por intermediários locais que revendem para as indústrias de Fortaleza. Enquanto toda a produção de coco pode ser absorvida em Itapipoca, que dispõe de uma grande indústria de transformação, produzindo coco ralado, leite de coco e demais derivados. O milho e o feijão, resguardada as parcelas destinadas ao consumo familiar e dos animais, são conduzidas para o mercado de Itapipoca onde são comercializados em feiras livres ou armazéns” (BRASIL, 1995 b, p. 5)</p>
	<p>“Muitos produtos, dentre eles o pescado e o coco-da-bahia são comercializados para os grandes centros consumidores, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro, onde no tocante ao coco, a DUCOCO é responsável por uma produção de 45 ton/dia e mantém contratos de venda” (BRASIL, 1995 e, p. 6).</p>
	<p>“A comercialização dos produtos agropecuários é realizada nas feiras e mercados dos municípios e pela rede de intermediação nas sedes. Os produtos industriais, como o coco-da-bahia, a mamona, a castanha do caju, contam com amplo mercado. A companhia industrial DUCOCO, emprega cerca de 400 homens/dia e produz cerca de 1000 ton/mês, alcançando, a nível de mercado, todo o Estado do Ceará e ainda outros como Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro” (BRASIL, 1995 e, p. 9-10).</p>

Tensionalidade: a iminência da Tensão

“As condições sociais reinantes no imóvel, bem como as relações de trabalho, e o clima na área, nos faz concluir que existe um potencial bastante considerado na iminência de explosão com maiores conseqüências, se não houver uma imediata interferência do poder público” (BRASIL, 1997 b, p. 17)

“Os contratos são verbais e quase na sua totalidade não são obedecidos pelos moradores. No caso da castanha do caju, corresponde a cinquenta por cento da produção. Em se tratando da mandioca, todas as operações, desde o desmatamento da área até a colheita são realizadas pelos parceiros e estes pagam uma renda correspondente a 160 litros de farinha por cada hectare colhido” (BRASIL, 1988 b, p. 6).

“A equipe constatou fortes conflitos sociais existentes entre as famílias que pertencem à Comunidade e o proprietário. Estes conflitos surgiram por volta de 1985 quando da venda de parte da área para um grupo japonês com a finalidade de se implantar a cultura da jobjoba. Em 1986 a comunidade destruiu parte das cercas do proprietário e uma casa. Neste mesmo ano, ocorreu o assassinato de um membro da comunidade, por um morador do proprietário, tendo o proprietário se solidarizado com o assassino, fato este que só contribui para acirrar mais o conflito. Desta maneira, o proprietário evita transitar na área da comunidade e prefere a desapropriação do imóvel como forma de solucionar a questão” (BRASIL, 1988 b, p. 7).

“As condições sociais reinantes na área, bem como as relações de trabalho nos leva a concluir um potencial bastante considerado na iminência de explosão com maiores conseqüências, se não houver uma imediata interferência do poder público. De uma parte os proprietários com proibições de expansão das áreas de plantio dos moradores e da outra parte dos trabalhadores, todos no anseio de expandirem suas áreas em busca do sustento de suas famílias, acarretando um clima tenso, capaz de a curto prazo gerar sérios conflitos” (BRASIL, 1986 e, p. 13).

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014) de BRASIL, 1997b; BRASIL, 1995e; BRASIL, 1995b; BRASIL, 1994a; BRASIL, 1988b; BRASIL, 1986f; BRASIL, 1986e; BRASIL, 1986b.

Percebemos os coqueirais consorciados a outras produções agrícolas e, *pari passu*, à monocultura e à atividade industrial do coco. Em grande parte, na mesma terra “conviviam” latifundiários (ainda que muitas vezes absenteístas), empresários, agroindústrias e — como “parceiros”, rendeiros e/ou arrendatários — índios, camponeses e trabalhadores rurais, produzindo de modo familiar. Tais latifúndios foram — e ainda são — palcos de violentos conflitos e, não menos, de muitas libertações. Envoltos ao agronegócio do coco, o recorte espacial estudado ressalta-se em meio a esse passado inconcluso, que lateja ainda no presente.

Desse modo, inferimos que a destacada expansão do agronegócio do coco, por meio das estatísticas que dão ênfase à produção agrícola do Ceará, especialmente na exportação de frutos e produtos industriais associados, está, de certo modo, ligada a essa raiz.

Assim, ao recorrermos às solicitações de Datas de Sesmarias, ao longo do século XVIII, às ribeiras do rio Aracatiaçu, identificamos um dos primeiros proprietários da Fazenda São Gabriel, em Itarema, atualmente de posse da agroindústria de coco D. S/A, solicitando três léguas de terra, tendo como marco limítrofe o Riacho do Meio em proximidade com a fazenda, a fim de “recreatório” para seus gados, herança aos descendentes e, especialmente, não “inquietar seu sossego e tranquilidade” com os riscos de posse por outros, conforme melhor destaca a seguinte passagem:

Diz Virgínio Francisco Braga morador na sua fazenda Gabriel, Ribeira do Aracati assú, que nas ilhargas das suas terras, corre hum riacho denominado do meio, o qual nasce do Nascente, corre para o Poente, e dezagoa no Riacho do Gabriel, e por que o dito riacho do meio he seco, tem capacidade com algum beneficio fazer se agoada, e com este interesse pode outro qualquer sujeito por ambição, o inquietar do seu socego e tranquilidade vir tirar data do dito riacho allegando pretexto frivolos, e menos verdadeiros por estarem ate ao prezente as terras delle devolutas; e como ao Supplicante nehua conta faz que no dito riacho Sevá aquartelar pessoa alguma, por quanto nelle reque Sevão recrear os seus gados nestes termos recorre a Vossa Senhoria, para que attendendo ao que relatado fica se

sirva por equidade conceder ao Supplicante tres legoas de terra no dito riacho assima até onde findar em as ditas tres legoas de terra, com meia legoa para cada banda, para si, e seus herdeiros na forma do estilo; portanto Pede a Vossa seja servido mandar por seu venerando Despacho que o suplicante possa tomar posse judicial das referidas terras servindo lhe este requerimento para a todo tempo constar José de Faria, 2/7/1791 (Data de Virgínio Francisco Braga, de tres leguas de terra no riacho do Meio, na ribeira do Aracatiassú, concedida pelo Capitão-mor Luiz da Motta Feo e Torres, em 2 de julho de 1791, às folhas 169 a 170 v. do Livro 13 das sesmarias) (**DATAS de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928/ Fortaleza-CE: 2006, nº 664 p. 109).

Ao retratar a histórica concentração de terras nos “palmilhados do coco”, as memórias de Dona F. M. são lúcidas quanto a essa “convivência” à *priori* aparentemente pacífica, demonstrando quem seriam esses sujeitos “ambiciosos”:

É, eu e muitos moradores, muitos mesmo. Era um dono que dizia que era um dono, mas parece que era a terra “voluntária”, que ele tinha se apossado, mas era uma pessoa boa que nós achava ele muito bom. O nome dele era F. T. de A.. Ele não tinha filho. A mulher dele era uma pessoa muito boa. Dava as galinha pra gente criar. A gente criava as galinha, devolvia os ovo pra ela, a metade das galinha, né? Era desse jeito

e ele na semana tinha que tirar um dia na roça dele, né? Pra fazer os trabalho dele e a gente acerava⁶⁴ o mato e pagava, que tinha a queimada, nessa época, acerava. Pagava no apuro do dia, né? No apurado da colheita (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos. Itarema/CE, setembro de 2013).

Conforme Barreira (1992), o proprietário de terra considerado como “protetor”, “orientador” e “prestador de serviços”, configurava a dominação quase que natural e familiar, instituindo um modelo de ordem social. As leis estabelecidas consuetudinariamente encobriam, de certa forma, as relações de trabalho estabelecidas, tais como as formas de arrendamento exigidas e ainda não obsoletas nos séculos XX e XXI, muito embora com algumas alterações nestas, à exemplo do arrendamento por dinheiro, em detrimento do pagamento por trabalho e produção, como nos revela Dona F. M.:

Era, a renda. Aí, quando ele faleceu ficou na mão dos herdeiro. Faleceu ele e a esposa. Ficou na mão dos herdeiro. Era vinte e cinco herdeiro. Aí, ficou na mão deles. Aí, quanto a nossa área ficou com o Padre A. de A. S., que era sobrinho da esposa do F. T.. Ficou pra ele ser o herdeiro daqui, dessa terra. Pois bem, ele colocou outra pessoa pra fazer, é... recolher as renda. Aí, as renda não passaro mais a ser assim. Depois da colheita, era no acero, acerava no dinheiro. Aí, tinha que pagar era o dinheiro. É, era no acero. Chama-se a “renda paga no acero”. Aí, como era que nós tinha condições de

64 O verbo “acerar” corresponde o ato de “brocar” a terra.

pagar? No acero? E quando era na colheita a gente tinha, porque colhia, porque pagava no milho. Se faltasse no milho, pagava no feijão. Se faltasse no feijão, nós pagava na roça, na farinha, na goma. Aí, fiquemo sem condições de pagar. Aí, e agora, como é que nós vamo fazer? (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos. Itarema/CE, setembro de 2013).

A reprodução da dominação não se configurava apenas pela força física, mas, principalmente, pelos mecanismos ideológicos, através da aceitação, reconhecimento, gratidão e até mesmo subjugação. Para desvendar tais relações ditas “tradicionais”, necessitam-se ver além da aparência, a fim de alcançar a essência dos processos e, assim, entender o gerar das conflitualidades aos estopins dos conflitos. Assim como foi no Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema, destacando-se a forma de cobrança da renda da terra e, em seguida, a entrada de grupos empresariais interessados na instalação da agroindústria de coco D. S/A nas terras do assentamento de reforma agrária, conforme nos apresenta com riqueza de detalhes Dona F. M.:

Era. E o nome do Homi era J. B., o que vinha fazer o acero. Era o que dizia: “- Fulano tal dia eu venho fazer a medida dos aceros pra o pessoal brocar”. Quando foi, todo mundo ficou na maior dificuldade, meu Deus. O quê que a gente vai fazer agora, meu Deus? Aí, quando foi o dia o homi veio, aí: “- Hoje é o acero do mato” [J. B.]. Aí, acerou. “- Aí, agora o dinheiro” [J. B.]. “- O dinheiro eu não tenho” [esposo de Dona C. L.]. “- Mas você tem o quê que dá pra repor umeno

uma parte?” [J. B.]. “- Rapaz eu num tenho nada não e o que eu tenho é um jumento de carga pra carregar a mandioca” [esposo de Dona C. L.]. Aí, ele foi e disse: “- Ora, pois eu recebo o jumento com a cangalha, com os arreio tudo e até uma cela em troca” [J. B.]. Aí, ele [esposo de Dona C. L.] deu o jumento com os arreio, com cela, com tudo. Os mantimento da carga e a cela ele deu por essa renda e ficou devendo ainda. Aí, a gente foi. Uns num tinha de jeito nenhum. Aí, uns ficaro sem o cavalo. Aí, quem num tem um jumento, um cavalo, um porco, é o jeito não brocar. Mas aí como é que o povo ia viver, né? Aí, bem. Quando foi um dia nós tivemos a notícia: “- Ora, diz aí que não vai ter como ficar com a terra desse jeito. O povo num tem como pagar a renda e num tem como ficar uma terra desse jeito não. Aí, vem uma firma e o padre [herdeiro A. S.] vai vender a terra pra firma” [J. B.]. Aí, foi mermo que “matar” todo mundo. Construtora Meta, mas aí quando se instalou aqui era a [agroindústria de coco] D. [D. S/A], né? Aí, fui e disse assim: “- Vala me Deus e agora?”. Aí eu disse assim: “- E acumé que nós vamo passar seu, R. [um dos 25 herdeiros]?” Aí ele disse: “- **Minha fia, cana num passa na engenhoca? O baço? Pois é, a mesma coisa vai acontecer com vocês**” [R.]. Quando foi com oito dias que ele tinha andado aqui, foi que veio o chamado pra todos nós ir na reunião no Miranda [comunidade]. Nem era época de reunião nem nada. O chamado era pra num faltar nenhum morador, nessa reunião (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos. Itarema/CE, setembro de 2013, destaques nossos).

A “engenhoca, cana e o bagaço” representavam a entrada das verticalidades e as ordens instituídas incitadas com a expansão do agronegócio do coco sobre as comunidades, devastando-as e provocando, nas palavras do Cacique Tremembé João Venâncio, o “riso e o choro”, ao promover as conflitualidades, gerando desequilíbrios entre os integrantes do território, haja vista o discurso da geração de emprego renda sustentado pela base industrial. Desse modo, João Venâncio afirma: “Tem uma proposta pra isso, porque pra nós viver aqui, nós num precisa de coqueiro, porque a gente sabe que a plantação de coqueiro, principalmente como a D. [agroindústria de coco] tá fazendo hoje, dá pra rir e dá pra chorar”⁶⁵.

Para Porto-Gonçalves (2012, p. 278, grifos do autor), as conflitualidades envolvendo os territórios indígenas, camponeses e o agronegócio são, de fato, rebatimentos das diferentes temporalidades e territorialidades, que podem influenciar em outras conflitualidades a partir das relações intra-territoriais e na constituição dos conflitos. Isso porque, conforme o autor,

A temporalidade do capital, sobretudo nesse período técnico-científico e informacional, com sua velocidade em permanente *frenesi*, relativiza de tal forma a relação que cada povo e cada cultura estabelece com o espaço, com o tempo, com a natureza em geral e com sua manifestação em cada ser específico e por suas relações entre si, que termina por tornar obsoleto qualquer sistema de normas, antes mesmo que tenha sido

65 Entrevista com Francisco Marques do Nascimento, “Cacique João Venâncio”. Praia de Almofala, Itarema/CE, maio de 2013, por Tereza Vasconcelos.

assimilado por cada um dos que seriam responsáveis por estabelecê-lo. [...], não há palavra mais apropriada, por uma lógica imperativa que se acha, ela mesma, o próprio tempo, daí *time is money*: tempo é dinheiro.

Conforme os Povos Indígenas do Brasil (PIB)⁶⁶, no que denominamos como “palmilhados do coco”, apesar dos etnocídios e genocídios a que foram submetidos, os índios Tremembé no Ceará se concentram às margens dos rios Acaraú e Aracatimirim, em terras de Amontada, Itarema, Itapipoca e Acaraú, como uma das 14 (quatorze) etnias, entre as outras paragens cearenses. Por meio dos assentamentos de reforma agrária também se presenciam os territórios camponeses nesses municípios. Os dados sistematizados pelo INCRA e expostos na Tabela 9, apontam o quantitativo de famílias assentadas por áreas ocupadas nos assentamentos de reforma agrária nos municípios do recorte espacial estudado⁶⁷.

Os incentivos fiscais e a fertilidade natural das terras fortaleceram a marcha dos grupos empresariais para se imporem nessas áreas, que conjugada à possibilidade de exploração da mão-de-obra indígena e camponesa ampliavam a visão exploradora dos grupos empresariais. Essas condições da realidade comprovam a teorização exposta por Santos (2008a, p. 247-248), quando este nos diz que a “[...] diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos,

66 Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tremembe/1065> Acesso em: 25 mai. 2011.

67 Esclarecemos que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, não identificamos nos documentos do INCRA e nos trabalhos de campo assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA no município de Acaraú, integrante do recorte espacial estudado. No entanto, ficamos abertos à contribuições, nesse sentido.

em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral)”, contribuem para a localização desses empreendimentos.

TABELA 9. Assentamentos de reforma agrária no recorte espacial (2014)

MUNICÍ-PIOS	ASSENTA-MENTOS	FAMÍ-LIAS ASSEN-TADAS	ÁREA OCUPADA (HECTARES)	ÁREA OCUPADA (Ha)/FA-MÍLIAS
BRASIL	9.128	956.543	88.101.001,2065	92,10
CEARÁ	450	25.651	910.136,6351	35,48
RECOR-TE ESPA-CIAL	38	2.336	70.585,1244	30,21
Itapipoca	11	810	17.024,1975	21,01
Amontada	11	449	16.203, 2177	36,08
Itarema	6	337	13.174,3410	39,09
Pentecoste	5	360	14.059,1059	39,05
Paraipaba	2	113	4.696,0697	41,55
Trairi	3	267	5.428,1926	20,32

Fonte: Adaptado dos dados do INCRA (2014), por Tereza Vasconcelos (2014). Dados atualizados até 29.04.2014. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf

Os fatores locais possuem significativa relevância para a seletividade dos espaços no Ceará por parte das agroindústrias de coco. Foi assim, por exemplo, com a Fazenda B. (Figura 6), ocupando 2.600 (dois mil e seiscentos) hectares no município de Trairi, expandindo-se até o município de Paraipaba, contando para tanto dos incentivos fiscais e creditícios do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

FIGURA 6. Visão parcial da extensão de terras (Fazenda B.; Trairi/CE)



Fonte: Tereza Vasconcelos, julho/2012

Essa fazenda instalada em Trairi, desde 1974, domina 1.200 (mil e duzentos) hectares com 40.000 (quarenta mil) pés de coqueiros irrigados. Anteriormente, de uso das comunidades pesqueiras, 1.400 (mil e quatrocentos) hectares de áreas, com dunas e lagoas, estão de posse dessa Fazenda como áreas “reservadas”, como nos aponta cidadão de Trairi e participe do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trairi:

Tinha sim, antes [tinham comunidades]. Era conhecido até por “Estrondador”, antes. Tinha outros proprietários que empregavam, mas de forma menor, né? A exploração dela era menor e aí... Agora comunidade só tinha os pescadores nativos próximos à praia, que nem eu te falei. Era em torno de, não sei exatamente, mas era em torno de umas 30 [trinta] pessoas, que tinha suas casinha. 30

[trinta] famílias, que tinha as suas casinha simples, que muitas dela era até de palha ainda né? ... de barro. Só que eles viviam da pesca bem próximo à praia e que viviam lá muito tempo e que ela [Fazenda B.] terminou cercando tudo, depois de ter comprado. E num processo existia um acordo, mas a gente sabe que esse acordo, muitos deles não queriam, foi um acordo “forçado” e terminaram saindo de lá e indo viver de outras formas, porque num deu mais pra pescar, porque ficou muito distante, né? Eles moram [atualmente] à margem da própria fazenda. Você foi, aqui tem um portão, aí tem uma estrada que segue arruando a fazenda, aí lá na frente a gente segue pra direita, eles deram um pedaço de terra do outro lado da estrada, num tem água, num tinha nada plantado. Elas continuam lá hoje. Quando eles vieram, eles vieram com a promessa que iam morar lá, iam ter condições de fazer uma casinha melhor e que trabalhariam na fazenda, tirar seu sustento de lá. Só que hoje não trabalham mais na fazenda. A parte de lá vive abandonado (Entrevista por Tereza Vasconcelos com Sr. L., morador do município de Trairi/CE e funcionário do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trairi, julho/2012).

Essa propriedade é de domínio de um grupo de espanhóis⁶⁸ que controla, no Ceará, outros empreendimentos relacionados à agricultura na Chapada da Ibiapaba (municípios de São Benedito, Ubajara e Carnaubal), ao turismo e, nos últimos anos, envolveram-se em negociações para projetos de energia eólica nessa extensão de terra.

68 Enfatizamos, conforme exposto na metodologia, que se evitará a exposição dos nomes dos entrevistados e empresas.

Como estratégia de mercantilizar o máximo possível os recursos naturais, tais agroindústrias enviam aos seus países os lucros obtidos, a partir, especialmente, das formas tomadas pelo agronegócio: expropriação, exploração e precarização da força de trabalho. Na Fazenda B., ao longo dos últimos anos os proprietários, alegando problemas de gestão financeira, realizaram demissões de trabalhadores rurais, muitos destes compondo, atualmente, grupos que buscam no Ministério do Trabalho a efetivação dos seus direitos trabalhistas, como as rescisões contratuais.

A entrada dessas agroindústrias influenciou o estabelecimento de tensionalidades nos territórios e tensões territoriais, a partir, também, das relações trabalhistas. Assim, diante dessa realidade, percebemos que tais verticalidades provocaram alterações nos territórios com tensionalidades intensas e fortes, entre os trabalhadores da agroindústria. A presença da tensionalidade cotidiana encorpa o estopim da tensão territorial, ante as demissões.

O ingresso em ações judiciais aponta as lutas pelos direitos territoriais, sob os quais o Trabalho é parte integrante do Território, como nos chama atenção Raffestin (1993), e pode possibilitar ardor na tensão territorial, a partir da tomada de poder e decisão dos trabalhadores.

Inerente ao processo dialético, a conflitualidade, as lutas, o conflito e a transformação no/pelo território nos convoca a busca por compreender as tensionalidades e tensões territoriais, em que os embates e as lutas são elementos intrínsecos. Ademais, nos permite relacionar que tais dinâmicas não são lineares e, portanto, podem provocar novas crises, num movimento cíclico e, assim, outras tensionalida-

des e tensões territoriais apresentarem-se, a partir de outros embates e lutas, escalas e agentes sociais envolvidos.

Por meio das palavras de um desses trabalhadores, envolvidos na tensão territorial analisamos o quão as estratégias de permanência desses territórios formados por essas agroindústrias prolongam o ardor dos conflitos e a possibilidades de novas conflitualidades:

A antiga gestão [da Fazenda B.] e essa gestão é a mesma, porque lá não foi vendida nada. Se você tirar a matrícula aqui no cartório, lá se está um cartório ali, na Dona M., você vai ver que na matrícula a Fazenda B. é do mesmo dono, dos mesmos [grupo espanhol] P., não foi vendida. Eles alegaram dizendo que tinha sido vendida pra esse D.. Isso aí é só história pra “boi voar”. Não existe isso aí. São mentiroso. Eles são uns pessoal totalmente mentiroso, só usam de má fé. O negócio deles é enganar todo mundo, até quem não tem nada haver com isso. A Fazenda B. é do mesmo grupo, do P.. A Fazenda B. era de três dono. Já faleceu, me parece, os três, agora é dos herdeiro, dos filhos dos três donos. Continuou com a mesma família, com o mesmo grupo, o Grupo P.. Até mesmo porque a Fazenda B., ela tem umas dívida grande, tanto com o banco, como com o trabalhador, como com receita federal. Ela tem uma dívida muito grande, a Fazenda B. e não é qualquer pessoa que quer chegar lá pra comprar não, porque a dívida é grande! Essa história de dizer que foi vendida tudo é passado e tudo é mentira. O Grupo P. é de três irmão. Eles estão na Espanha e eles têm fazenda na Espanha. Família rica na Espanha. Essa “passada” aqui que tá

abandonada aqui, pra dizer que não tem dinheiro pra tocar isso daqui, isso tudo é história! É porque a dívida aqui no Brasil cresceu demais. Aí, eles tocaram os negócio deles lá na Espanha e deixaram isso aqui desse jeito. Inclusive eles deve também muito dinheiro nos bancos exterior que foi feito projeto pra dentro. Deve muito! Por isso é que tá daquele jeito ali. Se eles quiser tocá ali, eles toca, é lógico! Eles num tocam, porque eles num vão trazer os dinheiro dele de lá pra jogar aqui dentro, se tem uma dívida grande aí. Num tem interesse de fazer isso.

A essas agroindústrias cabem beneficiarem-se da natureza, que lhes oferece produtos e a efetivação de maior volume de capital. Assim, enquanto favorável condição natural, a partir da apropriação e domínio é extraída a renda diferencial I. Completando o “tripé” dos fatores locais, tais como o Porto do Pecém e o apoio infraestrutural do DNOCS, “premia-se” ao capitalista com a renda diferencial II (MARX, 1978). Para Martins (1980, p. 47),

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Por isso, a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital. [...]. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital.

Dessa forma, são esclarecedoras as palavras do funcionário da agroindústria de beneficiamento de coco instalada em Paraipaba, com concessão de uso de uma das áreas do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, ensinando a sujeição da renda da terra: “Tem a questão da fonte da matéria-prima, a questão da logística, por conta do porto do Pecém e o apoio do DNOCS, que é o nosso tripé. De 10 cidades, a única que nós tivemos apoio de alguém foi Paraipaba e esse alguém foi o DNOCS”⁶⁹. A empresa P./P. agroindustrial é uma das três implantadas nesse município cearense direcionadas à produção agrícola e à transformação em produtos derivados do coco. Instalada em 2003 é resultante da associação, entre capital suíço e brasileiro, cujos sócios proprietários são advindos de outras experiências com o agronegócio, tais como a Nestlé S/A (Suíça) e a Água de Coco Itapoã Ltda (Salvador-BA).

Possuindo concessão para utilizar a área do DNOCS⁷⁰, foram utilizados 1.500 (mil e quinhentos) m² para a instalação da unidade fabril da P./P. agroindustrial, além de deter seis lotes agrícolas no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, onde trabalhadores rurais produzem 60.000 (sessenta mil) frutos/mês dos quais 5% para a produção agroindustrial, tendo em vista que os frutos irrigados servem como “estoque regulador” a serem empregados numa necessidade emergencial⁷¹.

Assim, a agroindústria detém unidade fabril (indús-

69 Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Paraipaba/CE, em setembro de 2012.

70 De acordo com entrevista realizada em setembro/2009, em Paraipaba-CE, com representante da Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP), o DNOCS concede o uso dos lotes agrícolas, por contrato de concessão à empresas.

71 Segundo funcionário da P./P. agroindustrial, em entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Paraipaba/CE, em setembro de 2012.

tria) e lotes agrícolas (produção agrícola), em Paraipaba/CE. Apesar disso, conforme já destacado anteriormente, é interessante denotar que tal empresa não abastece o mercado local, alcançando no mercado nacional somente o estado de Minas Gerais, o que é explicado pelo representante da agroindústria da seguinte forma: “A água não chega ao comércio, pois não desenvolvemos o mercado interno. É uma estratégia de nosso negócio”⁷². A agroindústria de coco se dedica a abastecer com seus produtos às empresas que detém marcas patenteadas no mercado internacional. Dessa forma atende as marcas como: Vita Coco e ZICO (Estados Unidos), Cocowell (Alemanha) e a Coco, nacional patenteada pela própria agroindústria. A Vita Coco, por exemplo, elabora o *layout* das embalagens, encaminhadas à Tetrapark, que, por conseguinte, acompanha o processo de esterilização e envase ocorridos na P./P. agroindustrial, fornecendo-os maquinários e suporte técnico. A água de coco (natural e saborizada) e a polpa estão, dentre os principais produtos comercializados e transportados pelo porto do Pecém, especialmente aos Estados Unidos e países europeus⁷³.

Nessa circunstância, o lugar assume papel de mediador para os interesses e desejos externos, pois as ordens não são articuladas por e para agentes locais. Para garantir a eficiência da engrenagem, o controle e as normas laboratoriais fazem-se necessários, associadas à qualidade fitossanitária, mas, também, à produtividade.

A entrada da P./P. agroindustrial não se deu de modo pacífico no perímetro de irrigação, tendo em vista que pro-

72 Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, Paraipaba/CE, em setembro de 2012.

73 <http://vitacoco.com/>; <http://zico.com/>; <http://www.cocowell.eu/>

vocou tensionalidades nos territórios constituídos por irrigantes, alguns destes camponeses metamorfoseados em colonos, que participaram de momentos de conflitos envolvendo cooperativas, “atravessadores”, Estado (DNOCS) e agroindústrias. Nesse movimento, construíram-se territórios em tensão, motivados, especialmente, pelos seguintes elementos tensionadores: o domínio de terras públicas, a subordinação e a comercialização da produção agrícola ditada pela empresa, correspondendo a interesses privados, em que se associaram, especialmente, representantes do agronegócio e Estado.

Trilhando os caminhos do poder, identificamos que as diferentes temporalidades e territorialidades contribuíram para a construção de territórios tensionados e territórios em tensão. As históricas tensionalidades estimuladas pelo agronegócio do coco associado aos ditames do Estado evocam as territorialidades indígenas e camponesas no construir de tensões territoriais, embora nem sempre os territórios em tensão respondam às tensionalidades de modo imediato. Nesse embate, provocado pela entrada das verticalidades já se fazem evidenciadas as metamorfoses e alterações, por meio das conflitualidades.

4 REESTRUTURAÇÃO E TENSIONALIDADE

Reestruturação e tensionalidade discute as des/orde-
dens influenciadas pelo agronegócio, tendo o Perímetro Ir-
rigado Curu-Paraipaba e a monocultura do coco como uma
das suas expressões, a partir das metamorfoses incutidas nos
camponeses, posteriores colonos, muitos dos quais preser-
varam características de campesinidade. Dos canaviais aos
coqueirais, a reestruturação socioespacial esteve relacionada
à reprodução do modo de acumular capitalista, que, por sua
vez, tensionalizou e tensionou os territórios e as territoriali-
dades presentes no Vale do Curu.

Essas discussões nos permitem compreender que as
tensionalidades estão relacionadas aos embates provocados
pela entrada do “estranho” (MARTINS, 1993). O “convívio”
— não harmonioso — resplandesce a (des)(re)territorializa-
ção, conduzidas e materializadas, dentre outros, pela históri-
ca expropriação e exploração, subjugadas pela insegurança,
pelo medo e violência nessa porção do Ceará.

4.1 O agronegócio do coco no perímetro irrigado curu-Paraipaba

Aos vales fluviais do Ceará convergem-se, historica-
mente, intencionalidades. O Vale do Jaguaribe, por exem-
plo, fora espaço de lutas sanguíneas na tomada dos territórios
Janduí. Nesse contexto, a “Guerra dos Bárbaros” estampa o
uso do território pelos indígenas e a busca pelo domínio do
poder colonial. No Vale do Acaraú, a “limpeza” dos territó-

rios indígenas e camponeses foi conduzida com as tropas de gado, onde se despontavam os criatórios, a subserviência de territórios e a opulência do latifúndio.

No Vale do Curu, enquanto território usado⁷⁴ (SANTOS, 1994 b) comunidades camponesas apropriavam-se da fertilidade das terras e dos rios e riachos existentes. Em condições de arrendatários, quer fossem como meeiros e/ou “parceiros”, moradores e/ou sitiantes, camponeses e trabalhadores rurais compunham o quadro engendrado pelo latifúndio naquela porção do Ceará.

Desse modo, os vales influenciados pelos três maiores rios no Ceará — rios Jaguaribe, Acaraú e Curu — ao passo que apresentavam riquezas naturais, destoavam o agravante estado de concentração de terras e a presença de trabalhadores afincos na esperança de “terras de trabalho” distintas das “terras de negócio”. Na concepção de Martins (1991, p. 55, grifos do autor):

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve

74 Para Milton Santos (1994 b), “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (p. 15). Desse modo, “o território são as formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (p. 16). Acerca da análise do conceito desenvolvido por Milton Santos, especialmente, território usado vale destacar a obra de Moraes (2013, p. 112) para quem se considera que “Podemos interpretar que o território é uma materialidade cumulativa, porém seu uso é historicamente particularizado, o que sustenta a necessidade de redefinições periódicas”.

para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

Esses elementos, que apontam características naturais e sociais — natureza, latifúndios e trabalhadores — influenciaram, decerto, a intervenção do Estado no território, por meio do ordenamento. Assim, conforme as ordens estatais o espaço geográfico (natureza e sociedade) foi e é (re)organizado, convocando a (re)organização dos sujeitos sociais, haja vista compreendermos o espaço geográfico enquanto condicionante e condicionador, produto e produtor das relações sociais⁷⁵. Esse movimento no/do espaço geográfico é arrematado pelos sujeitos envolvidos e se fez (e se faz) evidenciar-se no território cearense.

Entre as décadas de 1960 e 1970 a política de modernização da agricultura, em que se baseou o planejamento e implantação dos perímetros irrigados, demonstra como os fixos foram (e são) embebidos de intencionalidades. Nesse período, a ditadura respinga seus ideários nos projetos de ordenamento territorial promulgados pelo desenvolvimen-

75 Partimos da compreensão que, à medida que o espaço é produzido, ele é consumido e reproduz relações. A produção ocorre no espaço, enquanto o próprio espaço é objeto de produção e estabelece novas produções e produtos. Dessa feita, coadunamos com as leituras de Marx (2008, p. 246), quando o mesmo autor dialoga, acerca do consumo produtivo, sob o qual o estudioso compreende que produção e consumo estabelecem-se como pares: “O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. Parece bastante claro que na alimentação, por exemplo, que é uma forma de consumo, o homem produz o seu próprio corpo; mas isso é igualmente certo em qualquer outro gênero de consumo que, de um modo ou de outro, o homem produza”.

tismo sob o viés da industrialização, considerados, assim, sinônimos de desenvolvimento e progresso.

Para tanto, era preciso que todos os ramos e serviços, desse modo, se convertessem. Nesse ínterim, a agricultura de base familiar compreendida por parte das bases políticas e industriais como “atrasada” representava o empecilho e impedimento ao “moderno”. As justificativas se apoiavam, especialmente, nos discursos da “ausência” de aparatos tecnológicos (maquinários, insumos etc), da insuficiência da produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e, sobretudo, da necessidade de abertura dos produtos nacionais ao mercado externo. Para Gonçalves Neto (1997), o interesse pela modernização via industrialização da agricultura incrustava-se na política, por meio da bancada ruralista que ia compondo o Congresso Nacional que, por sua vez, não estava dissociada dos interesses estrangeiros.

No entanto, o Estado e a economia que se forjavam não alteravam as condições históricas de concentração de terra e renda. Assim, a reforma agrária continuava uma necessidade premente e a modernização se dava de modo pontual e seletivo. Diante desse contexto, a pressão dos movimentos sociais fazia-se, cada vez mais, presente. Nesse ínterim, o Estado via-se na necessidade de amortizar as reivindicações dos movimentos, ao passo que se fortalecia ao lado dos interesses econômicos hegemônicos, comportando-se como “compatibilizador da variedade de interesses” nos dizeres de Gonçalves Neto (1997)⁷⁶.

76 “Desta forma, trabalha com o objetivo primordial de manter a ordem burguesa estabelecida, uma responsabilidade sempre difícil, diante dos conflitos cada vez mais complexos que se estabelecem entre as classes, e das lutas intestinas, nem sempre reportadas, que ocorrem constantemente no seio mesmo da coalização que ocupa o poder. O papel do Estado, à proporção que se desenvolve a sociedade e

Para abafar os reclames dos movimentos sociais, a colonização constituía-se a base da reforma agrária idealizada pelos Governos militares. Ademais, a década de 1970 representou a ebulição de políticas voltadas à agricultura, que possuíam nos seus cernes o incentivo à produtividade, à inserção nos mercados e à financeirização dos territórios, por meio dos créditos bancários. Isso se dava acompanhado, por exemplo, da permanência da concentração de terras e do mercado instaurado sobre o qual as terras eram vendidas pelos latifundiários ao seu *bel* prazer ao Estado e/ou a outros compradores.

No que tange à política de irrigação, esta pode ser analisada em quatro momentos complementares. O **primeiro**, nos idos do século XIX, com a política de açudagem e construção de barragens, representando a fase hidráulica do DNO-CS. Tais ações continuaram, ao longo do século XX, acompanhando o planejamento estatal voltado à irrigação. Assim, na **segunda** fase, entre o final dos anos de 1960 e a primeira metade de 1980, as proposições do GTDN e da SUDENE foram importantes como basilares para a formação do Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA) com a criação de programas nacionais, a exemplo do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), em 1969; do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970; e do Plano Nacional de Irrigação (PNI) com ações comandadas pelo setor público, mas com estímulos à iniciativa privada. Para concretizar a entrada do empresariado nos perímetros públicos, nesse período foram concebidos o Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PRO-

se ampliam o volume e o tom das reivindicações, tanto dos setores no poder com os que se encontram fora dele, é várias vezes potencializado. Caberá ao Estado encontrar respostas que apaziguem os ânimos interclasses e atendam ao apetite dos que se encontram no coração do poder” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 230-231).

VÁRZEAS) e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR). Consolida-se a **terceira** fase, a partir de 1985 com a “nova República” com a constituição do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e o Programa Nacional de Irrigação (PRONI). A abertura ao neoliberalismo contempla a **quarta** fase, a partir dos anos de 1995, em que o agronegócio é considerado enquanto prioridade e enfoque na política nacional de irrigação (BRASIL, 2008).

Os perímetros irrigados planejados pelo DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) no Nordeste brasileiro nascem sobre essa atmosfera, instituídos, especialmente, pela Lei de Irrigação de 1979⁷⁷. Com o discurso da reforma agrária via colonização, incitava-se a produtividade na perspectiva de integração entre mercados sob o viés de uma pretensa “modernização agrícola” baseada em pacotes tecnológicos. Tais perímetros tratam-se de estruturas formadas por canais de irrigação abastecidos por águas represadas, alimentadas por rios de significativas extensões. Os canais de irrigação, por sua vez, irrigam as produções agrícolas cultivadas nos lotes, por meio de tecnologias, a exemplo, do gotejamento, micro-aspersão e/ou gravitação.

Destarte, os primeiros projetos de irrigação foram arrematados nos Governos militares e forjados sob o sustentáculo da agricultura familiar com incentivos ao empreendedorismo e a integração das agroindústrias. Posteriormente, o Estado neoliberal dá seguimento à expansão do agronegócio nos idos dos anos de 1990 com a inserção mais

77 Vale destacar que a Lei de Irrigação de 1979 (Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1970) foi alterada em 2013 (Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013). Ressaltamos que, dentre as alterações, destaca-se o auxílio ainda mais intenso do Estado à expansão do agronegócio nas terras brasileiras (BRASIL, 1979; 2003).

intensa, entre o “público e o privado”. Assim, cada vez mais, empresas nacionais e multinacionais instalaram-se nos perímetros irrigados numa abertura ao mercado de terras, bem como a estrangeirização das riquezas naturais e sociais do Ceará, em conformidade com o que aponta, como visão de “futuro” (já presente!) o documento sistematizado pelo Ministério da Integração Nacional-MI (BRASIL, 2008, p. 13):

Adicionalmente, os estudos apontam como visão de futuro para o agronegócio da irrigação o seguinte cenário:

- Irrigação como negócio empresarial;
- A irrigação como política de desenvolvimento;
- Projetos como Estruturadores de Pólos (âncoras);
- Escala como fator de viabilização;
- Atração do investidor para a cadeia produtiva;
- Avançado Sistema de Contratos;
- Interferência do Governo na Informação (Redução dos Custos de Transação);
- Identificação de Novos Negócios (Mercados Eletrônicos);
- Avançado Sistema de Classificação e Padronização de Produtos;
- Processadoras como Prestadoras de Serviços⁷⁸.

78 O presente documento é resultado dos estudos desenvolvidos acerca do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem por empresa contratada para o Projeto de Cooperação Técnica BRA/00/007 – Implementação das Ações de Irrigação, sob os Novos Marcos Legal e Conceptual – elaborado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (INCA).

Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4acec1ad-1463-40fd-8a71-e05f6a29d55c&groupId=10157> Acesso em: 21 jun. 2015.

Desde a concepção, o planejamento e a instalação no Ceará as conflitualidades e os conflitos estiveram envoltos aos perímetros irrigados, haja vista a condução das desapropriações e as indenizações, pois grande parte dos atingidos por tais projetos eram camponeses e trabalhadores rurais detentores da posse, mas sem a titulação da terra, além disso, não apresentavam “perfil” para serem incluídos nos perímetros irrigados. Ademais, a própria atuação dos perímetros, ao longo das décadas, conforme constatado por Silva (1989)⁷⁹ e pelo Dossiê dos Perímetros Irrigados no Nordeste⁸⁰ (2014), fortalece a condução das tensionalidades e tensões territoriais. Desse modo:

Os ‘programas especiais de desenvolvimento’ inserem-se no quadro em que o Estado visa a criar novas formas de acumulação de capital (e de legitimidade), ao mesmo tempo em que as antigas são preservadas. A estratégia tem sido a da transformação localizada de ‘unidades camponesas’ em ‘agricultura capitalista’, sem afetar a estrutura arcaica circundante (BURSZTYN, 2008, p. 52).

79 José Graziano da Silva ao realizar pesquisas em perímetros irrigados situados às margens dos seguintes vales úmidos: Vale do Gortuba (MG), Vale do Moxotó (PE), Vale do Baixo e Médio Jaguaribe (CE), Vale do Médio e Norte Gurguéia (PI), Vale do Fidalgo (PI), Vale do Piranhas-Açu (PB e RN) e Vale do Sub-Médio São Francisco (BA e PE) evidenciou que “Os projetos de irrigação demonstraram que, em geral, as áreas desapropriadas para a sua implantação eram ocupadas principalmente por pequenos proprietários e pequenos posseiros. Os grandes proprietários raramente foram atingidos” (SILVA, 1989, p. 75).

80 Trata-se de documento organizado conjuntamente por pesquisadores, movimentos sociais e comunidades, acerca das violações de direitos no semiárido influenciadas pela atuação dos perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo. Recomendamos o acesso ao site: <http://dossieperimetrosirrigados.net/>

Como os demais projetos de irrigação no estado do Ceará construídos na década de 1970, o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba concatena-se ao (des)ordenamento territorial promulgado pelo desenvolvimentismo. A especificidade que regeu esse perímetro, dentre os demais presentes no sertão cearense, foi a exigência pela monocultura desde o seu nascedouro, voltado às agroindústrias instaladas por empresários locais. Mas, sobretudo, o que demarca e singulariza o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba é sua intrínseca relação com a formação socioespacial do Vale do Curu, haja vista o entremeado entre a instalação do fixo e a construção e constituição da cidade de Paraipaba. Nos dizeres de Vasconcelos (2011, p. 79-80):

Concebido na esteira dos acontecimentos que marcaram o brusco rompimento da ordem democrática pós-64, o Projeto de Irrigação Curu-Paraipaba se deu em circunstâncias similares a de outros projetos de irrigação implantados pelo DNOCS, resguardadas algumas singularidades. Uma peculiaridade que merece ser destacada, pelo peso de seu registro na memória dos colonos, é que não foi uma seca que motivou a construção da área irrigada. A enchente de 1964 é que consta como motivação para dinamização do espaço rural. Há registro, ainda, de uma compartilhada gratidão aos feitos de família do local. De fato, a proeminência atribuída a famílias, como os Bragas, os Meireles, os Sousas, os Azevedos, os Barrosos, os Paivas, etc., insinua que o peso dessas famílias influenciou fortemente a escolha do local do projeto. A interveniência de Francisco Batista de

Azevedo – “Seu Batista” – liderança política de larga influência na região e bem articulado com o governo federal, tece papel preponderante na construção da cidade e na constituição do perímetro irrigado, quase simultaneamente implantado, com o objetivo de alimentar a população e de dinamizar a economia da cidade nascente [...]. Destaque-se que o DNOCS teve participação ativa na construção da nova Paraipaba, tanto na construção de casas, como com as máquinas abrindo as ruas.

A “velha Paraipaba”, como os colonos se referem, localizava-se às margens do rio Curu. O antigo Distrito do município de Paracuru denominava-se “Passagem do Tigre”. Com as chuvas intensas no ano de 1964, as águas do rio Curu atingiram a comunidade, contribuindo para que muitos habitantes se deslocassem para os domicílios de parentes na região. As Figuras 7 e 8 são emblemáticas quanto à situação em que ficaram as casas e a igreja da comunidade.

A “nova Paraipaba” construiu-se entrelaçada às dinâmicas relacionadas à enchente do rio Curu na década de 1960, que afetou as condições de moradia da população, mas, sobretudo, por meio da influência política e econômica das famílias ditas “tradicionais”, associada ao DNOCS, que já se fazia presente, através das ações de açudagem.

FIGURA 7. As casas na enchente do rio Curu (1964)



Fonte: <http://jornalparaipaba.blogspot.com.br>

FIGURA 8. A igreja da “velha Paraipaba” (1964)



Fonte: <http://jornalparaipaba.blogspot.com.br>

A histórica concentração de terras enraizada na formação socioespacial, ao longo dos palmilhados percorridos

pela monocultura do coco, fizeram-se sentir mais presentes durante o processo de ocupação do município, pois os camponeses sem terra, muitos vivendo como posseiros, arrendatários, moradores de condição, sitiantes e/ou “parceiros”, viram na “nova Paraipaba” a oportunidade de melhores condições de vida, em que teriam a possibilidade de terras para o trabalho e a reprodução familiar, tendo o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba como uma dessas oportunidades, conforme a seguinte memória nos revela:

Na terra dos outros, Ave Maria! [...]. A gente plantava lá no terreno do homi, né?! Nós lá, pra mim era um cativoiro. A gente morava num terreno dum homi, lá... o seu A. Viana. Lá o terreno dele era muito bom, mas lá tudo o que a gente ia fazer, tinha que pagar. Tudo era dez por cento da produção e ainda tinha dois dias que nós era sujeito a ele. Era segunda e terça. Trabalhava pra ele. Aí num dava nada, não! E quem quisesse comer, que se virasse (Entrevista realizada com Sr. O. P, colono do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, acerca das suas antigas moradias. Por Tereza Vasconcelos, dezembro de 2013, Paraipaba/CE).

Assim, encontramos nos depoimentos dos colonos do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba as memórias das chamadas, dos deslocamentos e da seleção, tanto para o povoamento do município quanto para adentrar o perímetro, situado na Fazenda Camurupim de propriedade da família Barroso.

Obra e produto se entremeiam, pois as teias de relações entre a cidade e o perímetro irrigado extravasam-se do

ponto de vista do ordenamento territorial e das dinâmicas entre o que se projeta enquanto rural e urbano. A imagem de satélite (Figura 9) nos possibilita uma visão dos traçados do perímetro irrigado, por meio dos esquadrinhados e da produção agrícola, bem como da aglomeração urbana.

FIGURA 9. A cidade e o/no perímetro irrigado: Paraipaba e o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba



Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) do Google Earth (2015).

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba administrado pela Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP) foi implantado no ano de 1975, tendo como fonte de suprimento hídrico o rio Curu, perenizado pelos açudes públicos General Sampaio, Pereira de Miranda, Frios e Caxitoré. Conforme o Quadro 11, as áreas desapropriadas foram de 12.347 hectares, dentre as quais 4.347 hectares compreendem áreas de sequeiro de uso de assentamentos de reforma agrária, a exemplo do Córrego do Mato e Zabêlle Flores, enquanto 8.000 hectares representam as áreas utilizadas (ou a serem utilizadas) com irrigação.

QUADRO 11. Áreas desapropriadas para o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba

Uso das desapropriações	Hectares (ha)
-------------------------	---------------

Área de sequeiro	4.347,00
Área irrigável	8.000,00
Área desapropriada	12.347,00

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014), por meio dos dados sistematizados pelo DNOCS. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce/curu_paraipaba.html> Acesso em: 22 mar. 2014.

A territorialização inicial do perímetro formou-se, principalmente, por posseiros e/ou “moradores de favor”, que se deslocaram da “velha Paraipaba” e de municípios vizinhos, no intuito de conquistarem lotes para produções agrícolas e suas residências. Assim, identificamos camponeses vindos de Itapipoca, Paracuru, Pentecoste, dentre outros. Nesse ínterim, também relacionamos filhos de camponeses que saíram do Ceará em busca de oportunidades em outros estados brasileiros, a exemplo, de São Paulo, e retornaram ao perímetro.

Conforme Vasconcelos (2011), no que tange às desapropriações, tanto para a construção da “nova Paraipaba”, quanto para o projeto de irrigação, foram “doadas” terras de fazendeiros e políticos locais ao DNOCS. Daí compreendermos o significativo adensamento das terras que não cumpriam as funções sociais, improdutivas pelo latifúndio. Os conflitos e as tensões territoriais desvelaram-se com a decisão dos camponeses e trabalhadores rurais pela saída das terras dos “patrões” que, como estratégias, espalhavam o temor aos camponeses pelo que se apresentava enquanto nova condição. No entanto, o deslocamento para o perímetro irrigado, embora contendo as incertezas e inseguranças que representavam as reterritorializações, apresentava-se como a oportunidade deslumbrada das “terras prometidas”.

Conforme os dados da ADICP, cada lote agrícola

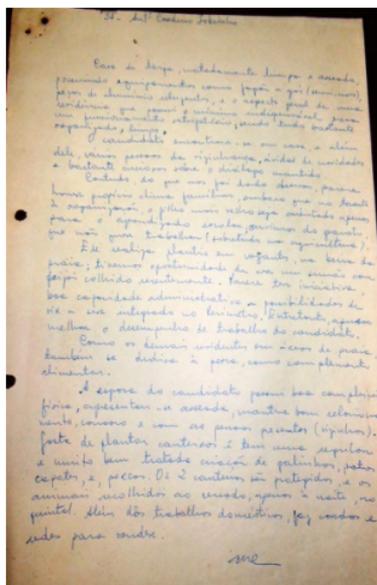
entregue aos colonos do perímetro correspondia a uma unidade agrícola, em média, de 3,00 hectares e uma unidade habitacional de 0,72 hectares. No total, 643 lotes perfazem a estrutura do perímetro, distribuídos entre a primeira etapa (setores B, C1, C2, D1 e D2) e segunda etapa, construída na década de 1990 (setores E, G e H).

Primeiramente, numa fase experimental, foram construídas 16 casas e 16 lotes no setor D1. No entanto, apenas 13 famílias ocuparam o perímetro, denominados Irrigantes de Origem (I.O.). Para a seleção inicial, eram primordiais os conhecimentos basilares no trato com a agricultura, ser o “chefe” da família a se inscrever, uso da mão de obra familiar, não ser proprietário de terra, ter vindo das áreas circunvizinhas ao projeto de irrigação, bem como saber ler, dentre outros critérios.

Nas visitas domiciliares para a seleção dos possíveis colonos, observava-se o espaço da casa e toda a organização familiar, conforme revela o parecer emitido pelas extensionistas do DNOCS após análise na residência do Sr. A. C. S., morador da comunidade de Camboas (Paraipaba), camponês e pescador nascido em 1930, na ocasião com quarenta e quatro anos. O documento, referente à Figura 10, descreve desde a feitura da casa às habilidades manuais, ocupações de trabalho aos aspectos considerados “morais”. No documento, por exemplo, tecem-se juízos de valores, concernentes ao que representa “o mínimo indispensável para um funcionamento satisfatório” de uma residência e de um “clima familiar”; a “compleição física” necessária às mulheres da casa; e, sobretudo, a ênfase dada à orientação direcionada pelos pais ao filho mais velho “apenas” ao aprendizado escolar. Destacamos, nesse contexto, que este possuía, à época, dez

anos de idade⁸¹.

FIGURA 10. Parecer das extensionistas, após visitas domiciliares



Sr. A. C. S.

Casa de taipa, notadamente limpa e asseada, possuindo equipamentos como fogão a gás (semi-novo), peças de alumínio reluzentes, e o respeito geral de uma residência que possui o mínimo indispensável para um funcionamento satisfatório; tendo tudo bastante organizado e limpo.

O candidato encontra-se em casa, e além dele, várias

81 De acordo com a ficha de inscrição de A. C. S., presente nos arquivos da ADICP, a relação de dependentes era formada pela esposa, duas filhas mais novas e o primogênito C. A. C., nascido em 15.04.1964. Compreendemos que grande parte dos filhos, mesmo em menores idades, contribuía na mão de obra familiar no trato com a agricultura. O que destacamos, no caso em tela, é o enfoque dado aos pais à importância dos estudos e, em contrapartida, a concepção dos representantes do Estado, em busca de “braços” voltados à produtividade agrícola, modelo projetado pelos perímetros.

pessoas da vizinhança, ávidas de novidades e bastante curiosos sobre o diálogo mantido.

Contudo, do que nos foi dado observar, parece honrar propício clima familiar, embora que no tocante à organização o filho mais velho seja orientado apenas para o aprendizado escolar; ouvimos do garoto, que não quer trabalhar (sobretudo na agricultura).

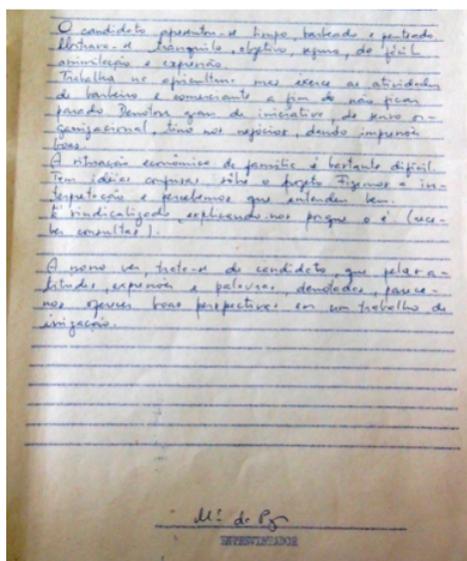
Ele realiza plantio em vazantes, na beira da praia; tivemos oportunidade de ver [...] feijão colhido recentemente. Parece ter iniciativa, boa capacidade administrativa e possibilidades de vir a ser integrado no Perímetro. Entretanto, apurar melhor o desempenho de trabalho do candidato.

Como os demais residentes em áreas de praia, também se dedica à pesca, como complemento familiar.

A esposa do candidato possui boa compleição física, apresenta-se asseada, manteve bom relacionamento conosco e com as pessoas presentes (vizinhos). Gosta de plantar canteiros [...] e muito bem tratada criação de galinhas, patos, capotes, e, porcos. Os 2 canteiros são protegidos e os animais recolhidos ao cercado, apenas à noite, no quintal. Além dos trabalhos domésticos, faz cordas e redes para vender.

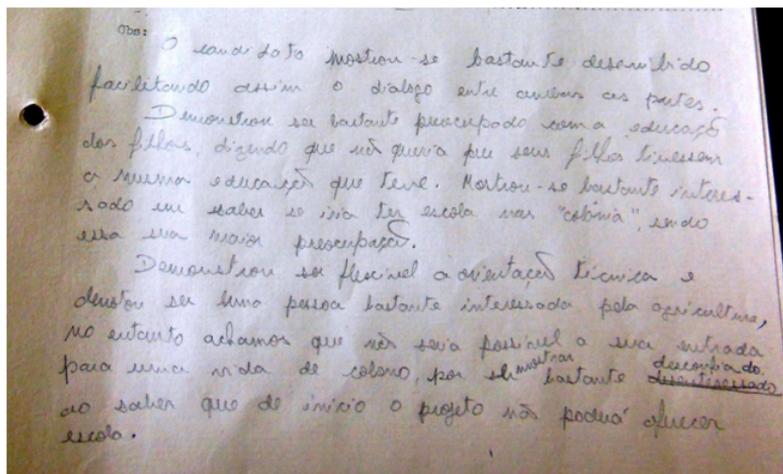
Fonte: Arquivos do DNOCS organizados na ADICP.

FIGURAS 11, 12 e 13. Pareceres da ficha de inscrição e questionário para a seleção dos colonos



O candidato apresentou-se limpo, barbeado e penteado. Mostrava-se tranquilo, objetivo, seguro, de fácil assimilação e expressão. Trabalha na agricultura mas exerce as atividades de barbeiro e comerciante a fim de não ficar parado. Denotou grau de iniciativa, de senso organizacional, tino nos negócios, dando impressões boas. A situação econômica da família é bastante difícil. Tem ideias confusas sobre o projeto. Fizemos a interpretação e percebemos que entendem bem. É sindicalizado, explicando-nos porque o é (receber consultas). A nosso ver, trata-se de candidato, que pelas atitudes, expressões e palavras denotadas, parece-nos oferecer boas perspectivas em um trabalho de irrigação.

Fonte: Arquivos do DNOCS organizados na ADICP.



O candidato mostrou-se bastante desinibido facilitando assim o diálogo entre ambas as partes. Demonstrou ser bastante preocupado com a educação dos filhos, dizendo que não queria que seus filhos tivessem a mesma educação que teve. Mostrou-se bastante interessado em saber se iria ter escolas nas “colônias”, sendo essa sua maior preocupação. Demonstrou ser flexível a orientação técnica e denotou ser uma pessoa bastante interessada pela agricultura. No entanto achamos que não seria possível a sua entrada para uma vida de colono, por ele mostrar bastante desconfiado ao saber que de início o projeto não poderá oferecer escola.

Fonte: Arquivos do DNOCS organizados na ADICP.

Nº 35 Atualização Curricular
 Departamento de Apoio Técnico

O candidato apresentou-se um
 candidato, bem limpo e arrumado, bem
 desinibido e com relacionamento positivo
 com os outros membros presentes na
 dinâmica da entrevista.

De início nos fez algumas perguntas
 sobre o projeto e depois, dentre as outras
 mais a grande preocupação do candi-
 dato em relação a educação dos
 filhos. Foi denotado que o candidato é
 possuidor de uma boa visão pa-
 rante sua família.

Tendo em vista, a não existência
 de escolas no início do projeto,
 observamos ~~que~~ o candidato se mostrou
 um pouco desanimado em relação
 ao mesmo.

Demonstrou ser flexível a orienta-
 ção técnica e denotou por uma
 pessoa bastante interessada pela agri-
 cultura, no entanto achamos que
 não seria possível a sua entrada
 para uma vida de colono, por
 se mostrar bastante desconfiado ao
 saber que de início o projeto não po-
 derá oferecer escolas.

Paraipaba, 3 de novembro de 1974.

Agricultor: Antônio Roberto
 Assessor Técnico: Antônio Roberto
 Presidente: Antônio Roberto

O candidato apresentou-se na entrevista, bem limpo e arrumado. Sua desinibição e seu relacionamento positivo foram fatores contribuintes para a boa dinâmica da entrevista. De início nos fez algumas perguntas sobre o projeto, dentre elas notamos a grande preocupação do candidato em relação a educação dos filhos. Foi denotado que o candidato é possuidor de uma boa visão perante sua família. Tendo em vista a não existência de escolas no início do projeto, observamos que o candidato se mostrou um pouco desanimado em relação ao mesmo. Demonstrou ser flexível a orientação técnica e denotou por uma pessoa bastante interessada pela agricultura, no entanto achamos que não seria possível a sua entrada para uma vida de colono, por se mostrar bastante desconfiado ao saber que de início o projeto não poderá oferecer escolas.

Paraipaba, 3 de novembro de 1974.

Fonte: Arquivos do DNOCS organizados na ADICP.

Diante disso, para a seleção, outros critérios também eram levados em consideração, tais como o modo, enquanto os camponeses e suas famílias se apresentavam no que tange as vestimentas e os comportamentos, o “senso organizacional” e o “tino para os negócios” para que se tornassem empreendedores. Ademais, os vizinhos nas comunidades de origem eram consultados a respeito dos comportamentos dos inscritos. Essas observações eram sistematizadas pelas extensionistas, assistentes sociais e pelos agrônomos após a análise das fichas de inscrições, dos questionários e das entrevistas, tais como destacam os pareceres apresentados, por meio das Figuras 11 a 13.

À medida que o perímetro irrigado ia sendo ocupado, complementavam-se os critérios para as inscrições e classificações, conforme esmiúça a Portaria nº 382 de 08/10/1987 (BRASIL, 1987d). Aos poucos se buscava introjetar nos camponeses e trabalhadores rurais selecionados moldes e metamorfoses:

O MINISTÉRIO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE IRRIGAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 20, do Decreto 89.496, de 29 de março de 1984,

RESOLVE:

I – Estabelecer, para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), os seguintes critérios básicos para a seleção de irrigantes:

CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO – A seleção dos irrigantes deverá ser antecedida pela fase de inscrição dos interessados, os quais deverão atender às seguintes condições:

ter nacionalidade brasileira;

ter idade entre dezoito (18) e sessenta (60) anos;
não ser proprietário rural, salvo de alguma área minifundiária;
não ser funcionário público, até a data do assentamento;
não ser proprietário de estabelecimento de indústria ou comércio;
ter sanidade física e mental; e
ter bons antecedentes.

CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO –

Os critérios para classificação dos inscritos não poderão estabelecer distinções em razão de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, devendo contemplar, dentre outros, os seguintes:

ser trabalhador rural ou demonstrar que pode exercer atividades rurais;
ser chefe ou arrimo de família;
ter vinculação com a área do projeto de irrigação (ex-proprietário, parceiro, rendeiro, assalariado, etc);
ser agricultor em áreas circunvizinhas do projeto de irrigação.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE – Para decidir possíveis desempates no processo de classificação, poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes critérios, dentre outros, os seguintes critérios:

experiência em agricultura; e
força de trabalho da família (BRASIL, 1984, p. 01).

Essa integração, aos moldes do projeto de irrigação, não se deu de modo menos conflituoso, pois, ainda que o perímetro se mostrasse como oportunidade para assegurar a terra e o território, a pretensa nova condição representava

mudanças nos modos de vida. A territorialização, nesse sentido, forjava-se com as orientações do DNOCS e o “chefe” da família passava do camponês para o Estado.

Desse modo, o embate, entre o “novo” que se projetava ao “velho” e o “moderno” que se incrustava no “tradicional” apontava para as tensionalidades no/do território do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, pois, ao identificarem-se como colonos, necessitavam eliminar os traços de campesinidade. Até que ponto? Eis os colonos da Paraipaba.

4.2 Conflitualidades às tensionalidades

A busca pela hegemonia do agronegócio no território não se dá de modo unilateral. É parte inerente ao modo de produção capitalista o desenvolvimento desigual e, assim, a coexistência de temporalidades históricas no/do espaço, numa dialética territorial ao dinamizar-se no e, por muitas vezes, pelo território, apresentando confrontamentos e relacionamentos.

Nessa perspectiva, a formação e a reestruturação socioespacial se revelam como constructo teórico e metodológico para se compreender o segmento do processo histórico (a formação econômico-social capitalista) e o conjunto do processo histórico (MARTINS, 1996; VASCONCELOS, 2012). Essa dupla significação nos conduz ao entendimento da totalidade e, por conseguinte, a unidade na diversidade. Coadunamos com a interpretação de Martins (1996), quando este compreende que o uno e o diverso estão arrolados, respectivamente, à TEMPORALIDADE histórico-espacial no TODO, também, histórico-espacial.

Com essa forma-conteúdo, a diversidade não significa apenas o que é diferente, contraditório e necessariamente contemporâneo por ser também processo histórico sobre uma base material que, na sua concretude, possui imaterialidade, dinamizando-se ao se relacionar às unidades-temporalidades. Assim, seria equivocada a concepção de que o sistema capitalista desenvolve-se de modo igual, homogeneizando o espaço geográfico e todas as relações sociais. Isso porque, além de não possuir processos com as mesmas datações históricas, tratam-se, em grande parte, de estratégias para a engrenagem dos processos da reprodução do capital.

Também seria equivocado compreender que nesse avançar de articulações capitalistas não houvesse as diferenças, não como artimanhas do modo de produção, mas como característica e elemento dos modos de vida interligados às territorialidades para além das produções econômicas e “nessa retomada, há também uma certa concepção da relação entre espacial e o temporal, entre o espaço e a História” (MARTINS, 1996, p. 18).

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, como vimos, surge, sobretudo, emaranhado às intencionalidades políticas e econômicas com o discurso de seu nascedouro vir acompanhado de “tragédias naturais”, tal como ocorreu com a enchente do rio Curu, desvelando a fragilidade de como residiam as famílias e revelando a organização espacial e política local. Assim, os interesses políticos e econômicos locais uniram-se fortemente às ordens externas. Nesse contexto, as famílias de camponeses e trabalhadores rurais, ávidos por melhores condições de vida, foram integradas ao projeto de irrigação. Daí, a vinculação deste à “solução” dos problemas agrários no Ceará.

De fato, o perímetro corroborou com a reestruturação socioespacial do Ceará à medida da instalação dos fixos e a vinculação aos fluxos no vale do Curu, desde a década de 1970, conforme analisou Martins (2002, p. 144-145):

Aumentou a população urbana, embora muitos permanecessem com ocupações agrícolas. Desenvolveram-se as atividades comerciais, impulsionando a monetarização da economia local. As famílias passaram a ter acesso, embora precário, a serviços, infra-estrutura e meios de comunicação. Adquiriram outras necessidades de consumo, novos costumes e valores, observando-se a ruptura com as ricas tradições. Surgiu um tipo de migração até então desconhecida no Vale do Curu: o nomadismo pendular. Homens, mulheres e crianças perambulavam pelas estradas, em busca de remuneração temporária. Para sobreviver, deslocavam-se de suas casas para o corte da cana, morando em barracões, meses a fio. No inverno, retornavam a seus municípios de origem para plantar.

Nesse compasso, a reestruturação, que não se deu apenas no âmbito econômico, fez-se apresentar na alteração dos modos de vidas, quando da busca pela metamorfose dos camponeses e trabalhadores rurais em colonos e irrigantes, bem como na organização espacial e nas territorialidades.

Dessa feita, a partir dos projetos de irrigação e no caso em tela — o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba — ao Estado transfere-se o papel de “chefe” da família, ordenando e controlando as ações numa posição paternalista, através do DNOCS. Assim, cada ação passa a ser comandada pelo

DNOCS, desde a seleção à manutenção dos colonos, diante das normatizações, acerca do comportamento das famílias, até os tipos e variedades de produções agrícolas a serem cultivadas no perímetro irrigado.

As memórias de alguns dos primeiros colonos e suas famílias, ao chegarem ao perímetro irrigado, estão expressas no Quadro 12. No setor D1, as esposas de colonos já falecidos, a exemplo da Sra. M. A. C. e Sra. M. V. C, bem como a Sra. R. P. apontam para a insegurança que possuíam ao decidirem ir ao projeto de irrigação. No entanto, tal decisão foi tomada, principalmente, pela necessidade de acompanharem seus esposos, pois os “caminhos tinham que ser começados por eles” e, pela busca da terra para moradia, alimentação e reprodução familiar, logo que muitos viviam nas “terras dos outros”. A ênfase nos comportamentos morais reitera a condição de paternalista representada pelo Estado, a quem caberia julgar, mediante os valores sociais vigentes, o que corresponderia como apropriado ou inapropriado.

QUADRO 12. As (des)ordens do Estado: paternalismo e normatizações no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba

Tinha os exame. Fazia a mulher, os filho tudo, o marido. Era, fazia que era pra saber se era sadio. **E também quem botava “chifre” nos marido não queriam aqui, não!** [Eu] ia, ia pro lote também. Apanhava feijão, os tomate. Fazia as coisa que precisava tudim. Fazia as coisa em casa e deixava a maiorzinha [filha] de nove anos com os dois [filhos] e ia pra lá [lote]. **Aí, depois botaram a escola e eu fui lá ensinar lá um tempinho.** Eu já ensinava lá há um tempo. Só deixei quando eu fui pro [município de] Paracuru. Aqui,

quando eu ensinava era no Mobral [sistema de ensino], num tem o mobral? Aqui tinha uma “carrada” de colono, que não sabia escrever nem o nome. Aí, quando eles aprenderam a fazer o nome. Até dez hora eles iam pro lote, porque tinham uma irrigação e eles tinha que vir dez hora. Aí, os home era muito cansado. Aí, quando aprendero a fazer os nomes não quiseram mais estudar. Aí, eu entreguei o curso do Mobral (Sra. M. A. C., Paraipaba/CE, setor D1, dezembro/2013. Destaques nossos).

Pessoas que tinha passage de presidio, negócio de crime, eles não queria. Esses negócio de roubo eles não queria aqui. **A pessoa tinha que ser “bem casada”, ser bom vizinho.** Estudo não tinha muito exigência não, mas todo mundo que chegou aqui tinha que botar os filho pra estudar. Ora, porque a gente já tinha as pessoa pra dar orientação, tinha as “tencionistas” [extencionistas] pra fazer as reuniões e quem tinha mal vizinho, ia dar queixa mesmo, lá no distrito [de irrigação]. **Mas de início eu num queria vir não. Era muita exigência e eu num sou acostumada com essas coisa.** Eu num quiria vir, não. Não tinha muita vontade de vir, não. **Mas como ele [o esposo] queria vir, eu vinha, que o caminho tinha que ser começado por ele, né? Que era o responsável da família, né?** Aí eu vim. E hoje tô aqui. E se as coisa complicou tanto fora, aqui a viagem é aquela, daqui é só praquela viagem que um dia cada um de nós tem que fazer. Tinha muita vontade não, né? [de ir para o perímetro irrigado]. Tinha muito interesse não, **mas quer saber de uma coisa? É melhor a gente ir também, por que aqui [onde moravam antes] a gente tá na terra dos outros.** Tinha muita exigência. Isso aí! Era a exigência que eu não pensava muito em vir pra cá. Tinha as coisa boa, mas também tinha

isso aí. **Vê a pessoa da família da gente passando necessidade e num poder dá. Ter o leite, mas num poder passar pra dar. Isso aí num dava pra mim, não.** Passei [dificuldades], porque eu sou duma família muito pobre. [A família] entendia. A gente dava um jeitim... Levava escondido, né? Um “litrim” de leite, uma coisa que não desse muita “bandeira”, porque tinha um guarda lá na entrada e hoje é onde é a entrada da cidade [de Paraipaba] (Sra. M. V. C., Paraipaba/CE, setor D1, dezembro/2013. Destaques nossos).

Era. Tinha guarda. Tinha guarda aqui pra Paraipaba e tinha outra no D1 [setor], que era num passar pra lá. A gerência que eles fizeram foi lá. **Tinha um rapaz lá de propósito que eles botaro.** Era de dia ou era de noite, ele num saía de lá que era **pra num deixar passar** (Sr. O. P., Paraipaba/CE, setor D1, dezembro/2013. Destaques nossos).

Não, não podia levar, não [os excedentes para a família]. Era. A gente, às vezes, tinha um conhecido e queria dar. Quando nós num morava aqui, nós dava, mas aqui, não. **No começo, foi até difícil, mas nós fomo nos acostumando. Aí, nos acostumemo e pronto** (Sra. R. P., Paraipaba/CE, setor D1, dezembro/2013. Destaques nossos).

É porque o pessoal conversava demais e dizia que quem vinha pra cá nem o pai e nem a mãe podia vir visitar, que era tipo uma prisão, mas não era não. **Era só conversa do pessoal.** Vinha quem queria. Quem queria vinha visitar, num tinha problema não. [...] Era proibido, não podia [doar um pouco do leite]. Era errado. Disse a eles [da cooperativa] que era um erro muito grande. Eu tive uma filha que ela morava ali no Córrego do Mato [comunidade na Paraipaba] e teve uma criança. Aí, eu levava um litro de leite pra ele [neto] e eles [cooperativa] chegaram pra impatar e todo dia eu tirava

litros de leite. Todo dia botava pra cooperativa. Eu digo: “- **Doutô, eu num to roubando e nem tirando escondido, eu to levando pra uma filha minha que teve uma criança e mora no Córrego do Mato e eu não vou deixar de dar o leite pra ela não que eu não to roubando. Um litro de leite não faz falta nem a mim e nem a você, não. E eu não vou deixar de levar, não**”. Aí, eles foram abrindo a mão, mas num era pra dar nada a ninguém. Naquela época aqui não se podia dar nada a ninguém (Sr. F. G. F., Paraipaba/CE, setor D1, dezembro/2013. Destaques nossos).

Fonte: Trabalhos de campo desenvolvidos por Tereza Vasconcelos. Paraipaba/CE, setor D1, dezembro/2013.

Nas ricas memórias, tanto dos colonos, quanto das esposas, enfatiza-se a concepção que possuem, acerca do alimento, associando-o à família, vizinhança, à saúde e, até mesmo, à carência da comida. Essa foi uma das dificuldades para se “acostumarem” com as exigências e vigilâncias no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, que possuía outras normatizações e ordens sobre o controle da produtividade agrícola e pecuária que, para os “recém-colonos” não estava fragmentado da solidariedade orgânica a contragosto da solidariedade organizacional⁸². Ao tratarem da produção leiteira, por exemplo, evocavam o desejo de dividirem parte dos ali-

82 “A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação. No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, é a organização que é produto da solidariedade. A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A *razão* universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a *informação* que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a *comunicação*” (SANTOS, 2008a, p. 338-339, grifos do autor)

mentos com familiares a contragosto do DNOCS que tecia uma série de proibições, dentre estas a negativa de divisão, mesmo do excedente, com os parentes.

O “acostumar-se” mencionado pelos sujeitos associa-se às conflitualidades e, decerto, a antever os conflitos, dados os embates entre as horizontalidades e verticalidades. Assim, no forjar do território do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, tentar se ajustar sobre aquela situação de (des)ordenamento territorial inculca tensionalidades nas territorialidades e, desse modo, na formação de territórios tensionados.

Na perspectiva de Gramsci (2000, p. 23), essa realidade integra-se aos moldes civilizatórios do Estado. Na sociedade política, a tarefa educativa e a moralidade exercida sobre as classes sociais dão-se pela coerção consentida, que se conjuga à pretensa coletividade e ao consenso da sociedade civil apresentada, como aparente conformismo social:

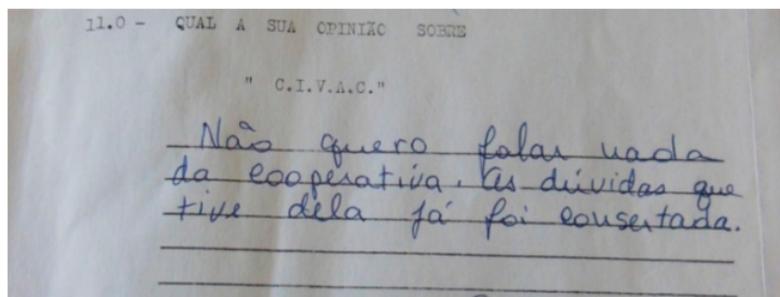
§ 7. Questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social”. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.

Essas práticas (i)materiais ideologicamente propagadas pelos aparelhos do Estado, a partir do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba se expandiram, por meio das representações, nos hábitos, costumes, modos de vidas dos envolvidos às práticas políticas e econômicas. Para tanto, o Estado não

possui um discurso unificado. Desse modo, estrategicamente ajusta-se às classes sociais às quais se direciona. Para os grupos dominantes, por exemplo, utiliza-se, nas palavras de Poulantzas (1980), de “discursos-confissões de organização”, enquanto que, para os não detentores dos meios de produção, dentre eles a terra, justapõe-se à figura paternalista⁸³.

Sob controle e para o ordenamento do DNOCS, a Cooperativa dos Irrigantes do Vale do Curu (CIVAC) surge, trazendo consigo as tensionalidades e tensões territoriais. As ordens instituídas provocaram conflitualidades, entre os colonos e representantes da cooperativa. Alguns colonos evitavam as discordâncias com a CIVAC diretamente ao DNOCS, conforme nos apresenta parte de um parecer social de acompanhamento dos irrigantes (Figura 14).

FIGURA 14. Qual a sua opinião sobre a CIVAC? Parecer social de acompanhamentos dos colonos (Sr. A. C. T.)



Fonte: Arquivos do DNOCS organizados na ADICP.

83 No documento de viabilidade para a 2ª etapa do Perímetro Irrigado Curu-Parai-paba há a seguinte informação: “A organização do Projeto resulta num conjunto de normas e regras que poderiam ser absorvidas por duas vias: a da **aceitação** e da **imposição**. É óbvio, a curto prazo, o caminho mais fácil parece ser o da imposição, acreditando que os aspectos positivos da experiência de irrigante façam futuramente a compensação. Há, porém, aí um limite que é o dos objetivos a longo prazo e é em função destes que analisamos a questão” (BRASIL, S/D, p. 26, destaques nossos).

Essa “atmosfera” permanecera porque a comercialização dos produtos agrícolas, dentre outras funções, cabia à cooperativa. A esta, portanto, caberiam as negociações, mas também o controle sobre a monocultura, a pecuária leiteira, o criatório, o modo de produzir e a organização do território familiar. Dentre as maiores insatisfações estava o entrelaçamento da CIVAC com a Companhia Agroindustrial do Vale do Curu (AGROVALE), em detrimento dos interesses dos colonos, bem como o autoritarismo, (i)materializado pelo que se apresentava como mais um instrumento do Estado instalado. Desse modo:

Financeiramente, a grande maioria dos sujeitos, apesar de reconhecer a organização da cooperativa, considera que a entidade os prejudicou em demasia. Não apenas por ter um maior interesse em colaborar com a AGROVALE, mas, sobretudo, por não ter definido uma diretiva de assegurar a sobrevivência das famílias, que eles próprios haviam selecionado (VASCONCELOS, 2011, p. 75).

Nesse período, a exigência pela monocultura da cana-de-açúcar foi estimulada aos colonos para que essa matéria-prima abastecesse as agroindústrias, como a Ypióca e, principalmente, a AGROVALE. A primeira destinava-se à produção de aguardentes, enquanto a última direcionava-se à produção de álcool, contando, para tanto, dos subsídios do Governo.

Por meio das cooperativas, a AGROVALE, de propriedade do empresário João Grangeiro, comprava a produção canavieira, ao mesmo tempo em que fornecia infraestruturas e insumos a empréstimos com juros subsidiados⁸⁴.

84 Segundo Martins (2008, p. 137), “Em sua longa história, o Vale do Curu apresen-

Segundo Martins (2008; 2000), o açúcar no sertão se transformou em “fel”. Ainda que até o ano de 1988 o plantio com cana-de-açúcar representasse 43% das áreas irrigadas, a proliferação de cooperativas, o arremate de programas governamentais como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Proálcool, bem como os problemas relacionados à recessão do produto no mercado, contribuíram para o declínio da produção agrícola, o desestímulo dos colonos e o surgimento de conflitualidades com a iminência de conflitos. Isso porque, somada a essas problemáticas, o endividamento dos colonos (integrantes das cooperativas) era bastante significativo⁸⁵.

Nessa fase, a monocultura da cana-de-açúcar que homogeneizava a paisagem do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba abre espaço à monocultura do coco. Assim, se consolida, mais uma vez, as feições do perímetro irrigado sob as vertentes do agronegócio, enquanto a vida entre guaritas permanecia aos colonos⁸⁶. Os sinais de tensões territoriais

tou-se como um espaço típico do semi-árido nordestino. Produziu carne, couros e peles, lã e caroço de algodão, cera de carnaúba, milho, feijão, farinha, goma de maniçoba, mamona, rapadura e mel. Entre 1964 e 1997, desafiando a natureza e as tradições culturais, uma empresa fabricou açúcar e álcool nesta área. Na propaganda oficial, seu proprietário, João Grangeiro, teria realizado o milagre de vencer a seca”.

85 Cooperativa Central dos Irrigantes do Vale do Curu Ltda. (COCIVAC); Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais do Setor “B” Ltda. (COAPROL); Cooperativa Agropecuária do Setor “C” Ltda. (COSEC); Cooperativa dos Produtores Rurais do Setor “D” Ltda. (COSED); Cooperativa Agropecuária dos Produtores do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba do Setor “E” Ltda. (COAPI) (MENDES, 2011). Vale salientar que, atualmente, muitas dessas cooperativas estão desativadas.

86 Vasconcelos (2011) utiliza a expressão “um viver entre guaritas” para destacar o controle dos irrigantes e de suas famílias, por meio do DNOCS e seus representantes, a exemplo da CIVAC. Trata-se das guaritas que se localizavam na entrada do município de Paraipaba e no caminho oposto, vindo de Fortaleza. As duas delimitavam o território do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba.

provenientes de conflitos abafavam-se, perante normas e vigilâncias, muito embora evocassem conflitualidades e imanassem a possibilidade de conflitos. Desse modo é que, do verdejante da cana-de-açúcar aos interesses do agronegócio do coco, se pronunciam “novas/velhas” tensionalidades, que “sobem” dos canaviais aos coqueirais, por vezes conservando os interessados, mesmo que sob outras roupagens .

4.3 Tensionalidades pronunciadas: canaviais aos coqueirais

As memórias dos colonos demarcam as temporalidades envolvidas à reestruturação socioespacial materializando os tempos históricos no espaço geográfico. Desse modo, o atual “tempo do coco” contrapõe-se ao “tempo da cana”.

Na monocultura da cana-de-açúcar estavam as lembranças do período militar, que apresentava suas facetas com o planejamento e as ações políticas, dentre as quais se projetara o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, o incentivo ao cooperativismo controlado e a política creditícia, o IAA, Proálcool e os incentivos aos empresários das agroindústrias da cana, grande parte detentores do poder econômico e político local.

Os estímulos ao agronegócio do coco associavam-se à emergência pós-ditadura militar alvitado à pretensa democracia. De certo, essas “rupturas” contribuíram para que alguns colonos enfatizem, por exemplo, a produção agrícola do coco como uma decisão dos próprios irrigantes, enquanto saída para os endividamentos e a escassez de comercialização com a cana-de-açúcar, emitindo traços de uma projetada

soberania, como um traduzir de reações, mesmo que diminutas, tendo em vista ainda a subordinação às exigências do mercado, assim como nos apresenta Sr. F. G. F. do setor D1:

Aqui até hoje era pra ser plantação de cana. Aqui o primeiro que plantou coco foi o Seu C. P. Ele é “mei doido” e plantou coqueiro no quintal e sem a orde do doutor. Aí, o técnico chegou aqui e viu e foi falar pro doutor, que o rapaz tinha plantado coqueiro no quintal. O doutor disse pra ele: “- Amanhã ocê vá lá e diga pra ele arrancar os pé de coqueiro tudinho, que lá não é pra ficar nem um pé de coqueiro. Se ele não arrancar, eu mando passar os trator em cima”. Quando foi no outro dia o técnico veio dizer: “- Seu C., o doutor mandou o senhor arrancar os pé de coqueiro tudinho, porque o senhor plantou sem as ordem e aqui não é pra tá plantando coqueiro não senhor. Se o senhor não tirar ele disse que vem mandar passar o trator em cima”. Aí, o Seu C. P. é “mei doido” e disse: “- O senhor diga pro doutor, que se ele quer mandar o trator passar, que ele venha junto com o tratorista, porque eu vou matar ele. Se não, eu vou ter que matar o pobre do tratorista que tá só cumprindo os dizê dele. Diga que sou eu que tou falando, Seu C. P.. Mande ele vir que eu vou matar ele! Porque num tem home no mundo que arranque os meus coqueiro. Eu quero matar ele e ele que venha!” Eu só sei que esses coqueiro ficaro e ficaro. E de lá pra cá, todo mundo plantou coco. E hoje o projeto só tá de “pé” aqui, agradeça aos coco, abaixo de Deus só os coco (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com Sr. F. G. F.. Parai-paba/CE, setor D1, dezembro/2013).

O que podemos perceber, a partir desse depoimento é que os coqueiros plantados no quintal não possuíam a mesma intencionalidade que o agronegócio do coco, por meio da monocultura que se expandiu, posteriormente, no perímetro irrigado. Apesar da relevância da tomada de decisões para a variedade agrícola, compreendemos que o avançar do agronegócio do coco deu-se intensamente motivado por ordens externas acompanhando o movimento da economia nacional e internacional, o que pode explicar, em parte, a aceitação por parte do “doutor” para o cultivo dos coqueirais mencionado pelo colono, Sr. C., produções incorporadas pelo DNOCS e pelas agroindústrias de coco.

A adaptabilidade dos coqueiros à natureza, a possibilidade de gerar lucros, por meio da renda, com maior produção em menor espaço e tempo nos lotes agrícolas (produtividade), os equipamentos que influenciaram nos fluxos e fixos, com a circulação de ideias, pessoas e mercadorias somaram-se aos investimentos do Estado e as necessidades criadas para a transformação da matéria-prima (coco) em produtos industrializados (água de coco envasada, coco ralado, dentre outros). Desse modo, de acordo com Vasconcelos (2011, p. 193-194):

De fato, a “febre do coco” no Curu Parai-paba começa concomitante à expansão do desejo dos consumidores por este produto, ou melhor, por produtos que se associem à saúde, qualidade de vida etc. O aumento do consumo da água de coco em todas as regiões do País aumentou como reflexo da preocupação das pessoas em consumirem alimentos naturais. A água de coco ocupa um espaço privilegiado nesse mercado segmentado.

Ademais, não bastassem as necessidades criadas pelos “tempos velozes” conduzidos pelo meio técnico-científico-informacional, como bem expressou Milton Santos, a industrialização possibilitaria conservar e condicionar por um maior período a consistência de tais produtos e, por sua vez, a comercialização destes pois, assim como compreende Luxemburgo (1970, p. 12-14):

Aqui, a responsabilidade pelas dificuldades em que tropeça o processo da reprodução não provém das intromissões despóticas de ninguém na vida econômica. Longe disso, a reprodução nesses casos não depende somente das condições técnicas, mas de uma condição puramente social: a de que se produzam aqueles artigos que podem contar com a segurança absoluta de encontrar comprador, de ser trocados por dinheiro, e não de qualquer modo, mas com um lucro de tipo usual. O lucro como fim útil e determinante é, pois, o fator que preside, nessa sociedade, não só a produção, mas também a reprodução, não só o processo de trabalho e distribuição dos produtos, mas também a questão de saber a dimensão, o alcance e o sentido em que o processo de trabalho há de renovar-se, uma vez terminado o período anterior de trabalho.

Se por um lado os colonos se sentiram mais autônomos ao desligarem-se, de certa forma, da CIVAC e AGRO-VALE, por outro, se submeteram, pelas circunstâncias, aos preços fixados pelos atravessadores responsáveis pela deruba, negociação e transporte dos frutos, bem como pelas próprias agroindústrias. No entanto, vale destacar que, para os colonos, os lucros com os cocos passaram a ser mais

frequentes em detrimento da cana-de-açúcar, que se dava anualmente⁸⁷.

Nesse contexto, percebemos que os “tempos” contrastados revelam as relações e intensionalidades entrelaçadas à produção agrícola, pois desvelam que, por vezes, estão concatenadas às ordens externas ao lugar, contribuindo para a reestruturação socioespacial nessa porção do estado do Ceará, observada pelas alterações na configuração espacial e nas relações sociais entremeadas a esta, conforme nos explica Vasconcelos (2011, p. 75):

A implantação da cultura do coco ampliou as esperanças de ocupações, fosse pelo emprego em atividades como decascadores e apanhadores de coco, fosse pela expectativa de trabalho nas nascentes indústrias de beneficiamento. Por outro lado, Paraipaba, sede do município, crescia, ampliando as ofertas de empregos para os mais jovens, especialmente nos serviços públicos, no comércio, nos transportes e nas atividades ligadas ao turismo.

Atualmente, a cana-de-açúcar ainda possui representatividade no projeto de irrigação, o que é comercializado, especialmente, à agroindústria Ypióca Agroindustrial Ltda. No entanto, é a fruticultura irrigada do coco o principal cultivo no perímetro, conforme podemos observar na Tabela 10.

87 “Mudou pra melhor, porque naquele tempo era só cana. Mudou pra melhor, porque todos mês a gente tem aquele dinheiro e a cana era de ano em ano. A gente só plantava o que o DNOCS mandava: era só cana!” (Entrevista realizada, em Paraipaba-CE, em setembro/2012, com o Sr. E., colono do setor C1, há 30 anos); “A gente só pegava no dinheiro final de ano. Os coco é mio de se lutar do que com a cana” (Entrevista realizada, em Paraipaba-CE, em setembro/2012, com o Sr. F., esposa de colono do setor C1).

TABELA 10. Produção agrícola do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, 2013

	ÁREA (HECTARE)	PRODUÇÃO *
Abacate	1,60	-
Acerola	31,40	469.730
Banana	3,20	12.300
Batata-doce	3,00	7.200
Caju	28,61	8.570
Cana-de-açúcar	137,68	3.310
Capim	41,51	2.278.200
Coco	2.549,29	32.378.100
Feijão	93,00	45.600
Goiaba	5,75	5.600
Graviola	36,30	252.700
Laranja	0,25	-
Limão	0,40	-
Macaxeira	102,70	1.005.600
Mamão	21,92	505.500
Mandioca	13,00	28.000
Manga	5,14	-
Maxixe	3,20	10.300
Melancia	3,70	7.000
Milho (grão)	0,50	-
Pimenta	5,90	2.180
Sapoti	2,00	2.000
Tomate	1,00	5.000

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) de Oliveira, Guazzelli e Carneiro (2014).

* Frutas, hortaliças, grãos, tomate, amendoim, pastagem, cana-de-açúcar, sementes, algodão, silagem e oleaginosas (Unidade: Kg); Coco verde, flores e milho verde (Unidade: Um) Obs: (-) Dados indisponíveis.

A partir dos dados, observamos a prevalência da monocultura do coco, em detrimento da produção das demais frutas e legumes mais diretamente voltados ao consumo da população local. Nas unidades familiares, a produção do coco é, muitas vezes, consorciada a outras produções agrícolas, ainda que haja uma predominância da primeira sobre as outras.

Nessa perspectiva, dentre os perímetros irrigados por estados do Nordeste, a fruticultura e, especificamente, os coqueirais se apresentam significativamente no Ceará⁸⁸. No que tange ao coco, o estado cearense destaca-se, seguidamente, pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Pernambuco, quanto às áreas cultivadas, produção e lucros (R\$) ratificando a relevância dos perímetros irrigados do DNOCS na produtividade agrícola dos coqueirais (Tabela 11).

88 Perímetros Irrigados do Nordeste: **Ceará** (Araras Norte, Ayres de Souza, Baixo-Acaraú, Curu-Paraipaba, Curu-Pentecoste, Ema, Forquilha, Icó-Lima Campos, Jaguaribe-Apodí, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiro de Russas e Várzea do Boi); **Piauí** (Caldeirão, Fidalgo, Gurguéia, Lagoas do Piauí, Platôs de Guadalupe, São Bernardo, Tabuleiros Litorâneos do Piauí e Várzea do Flores); **Rio Grande do Norte** (Baixo-Açu, Cruzeta, Itans, Pau dos Ferros e Sabugi); **Pernambuco** (Boa Vista, Cachoeira II, Custódia e Moxotó); **Bahia** (Brumado, Jacurici e Vaza-Barris) e **Paraíba** (Engº Arcoverde, São Gonçalo e Sumé). **Fonte:** Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) de Oliveira, Guazzelli e Carneiro (2014). Destaques nossos.

TABELA 11. Áreas cultivadas, produção e lucro dos Perímetros Irrigados (DNOCS) por Estados (frutas e cocos verdes, 2013)

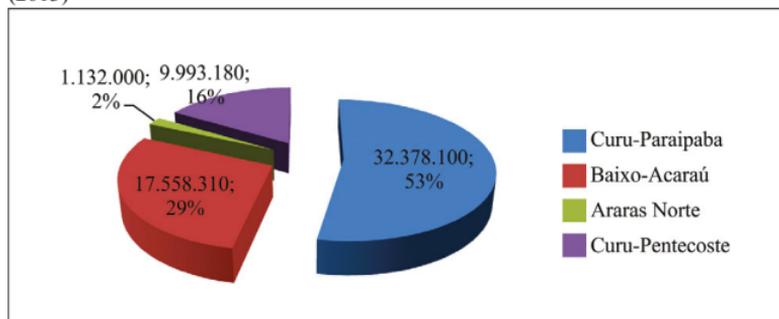
POSIÇÃO	ESTADOS (POR PERÍMETROS IRRIGADOS)	ÁREAS CULTIVADAS (Ha)	PRODUÇÃO (Kg e UNIDADE)	VALOR (R\$)
FRUTAS*				
1°	Ceará	13.521,48	123.463.548	140.174.270,00
2°	Bahia	4.815,58	5.979.977	23.877.608,00
3°	Piauí	1.845,55	31.041.579	30.264.773,40
4°	Paraíba	1.158,64	3.781.158	1.782.489,00
5°	Rio Grande do Norte	1.052,30	17.571.460	7.660.804,00
6°	Pernambuco	513,03	6.678.280	2.522.658,65
-	Total	16.594,17	188.516.002	206.282.603,05
COCO VERDE**				
1°	Ceará	4.748,59	61.338.320	25.603.181,05
2°	Paraíba	1.012,88	11.624.000	5.812.000,00
3°	Rio Grande do Norte	102,20	574.380	232.440,00
4°	Piauí	92,80	1.748.591	1.652.641,45
5°	Bahia	30,40	638.091	170.591,00
6°	Pernambuco	20,04	548.550	658.260,00
-	Total	6.006,91	76.471.932	34.129.113,50

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) de Oliveira, Guazzelli e Carneiro (2014).

* Frutas, exceto cocos verdes (Produção: Kg) ** Cocos verdes (Produção: Unidade)

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba está entre aqueles que apresentam significativas produções agrícolas do coco no Ceará, como o Baixo Acaraú, Curu-Pentecoste e Araras Norte. Essa realidade entra em consonância com o contexto histórico e geográfico em que se destacam as influências às monoculturas, tanto da cana-de-açúcar quanto do coco no Curu-Paraipaba, contribuindo para a representação de 53% da produção de cocos verdes no ano de 2013, frente aos demais, segundo o Gráfico 2.

GRÁFICO 2. Produção de cocos verdes (unids.) dos Perímetros Irrigados no Ceará (2013)



Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) de Oliveira, Guazzelli e Carneiro (2014)

Com a irrigação e o agronegócio, ainda que se utilizando, por vezes, de bases familiares de produção, muitos estabelecimentos comerciais e agroindústrias estão localizadas em terras “públicas” de posse do DNOCS. A rodovia turística CE- 085, denominada “Sol Poente”, é um caso emblemático de como o perímetro irrigado entremeia-se à cidade de Paraipaba, tendo a estrada como marco fronteiro entre o setor agrícola D2 e o polo de serviços e comércio, estimulando o fluxo para os centros urbanos e comerciais.

FIGURA 15. *Marketing agrícola municipal: “Receba o nosso caloroso abraço verde. Paraipaba, a Terra do Coco”*



Fonte: Tereza Vasconcelos, Paraipaba (CE), setembro de 2012

Desse modo, “dos canaviais aos coqueirais” o espaço geográfico foi se engendrando, açambarcando e sendo açambarcado pelas dinâmicas envoltas à monocultura do coco. As agroindústrias do coco acompanharam esse processo. Assim, a concentração destas em Paraipaba é destoante nos “palmilhados do coco”, segundo relacionamos e denominamos a expansão da monocultura sob os fetiches do agronegócio. As instalações do perímetro, os incentivos fiscais, a possibilidade de força de trabalho e condições naturais contribuíram para os interesses do empresariado do agronegócio.

A entrada de tais agroindústrias do coco no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba não se deu de modo amainado. O domínio de terras públicas, por parte de interesses privados e o controle sobre a comercialização, com a definição dos preços a serem pagos à produção agrícola advinda, em parte, dos lotes de colonos, por meio de “atravessadores”, alguns

de outros estados brasileiros, constituem-se elementos tensionadores entre empresários, territórios reconstituídos pelos colonos e o Estado, como nos identifica o Sr. E., colono do setor C1: “Pra lá [agroindústria] eu sei que as negadas leva. Eu mermo num dá certo. Quando chega lá na indústria é bem quinze, vinte carro. Tem dia que é vinte e oito carros. Tem dia que passa sete, oito dias pra ser atendido. É o atravessador mermo que levam” (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, setembro/2012, Paraipaba/CE). Essas palavras nos fazem compreender a dinamicidade socioespacial, a partir do fixo geográfico representado pela agroindústria do coco, enquanto influência para os fluxos que se interpodem com o transporte de mercadorias e capital (Figuras 16 e 17).

FIGURA 16. Abastecimento de caminhões *containers* direcionados ao Porto do Pecém



Fonte: Tereza Vasconcelos, Paraipaba (CE), setembro de 2012.

FIGURA 17. Vista do Centro Gerencial da ADICP: circulação dos caminhões containers



Fonte: Tereza Vasconcelos, Paraipaba (CE), setembro de 2012.

Essas demandantes conflitualidades resultaram no estabelecimento de tensões territoriais entre produtores do perímetro irrigado e a P./P. agroindustrial instalada nas terras do projeto de irrigação Curu-Paraipaba. Reuniões foram sucedidas nas intermediações da ADICP para tratar dessas questões no que, para um desses produtores, acerca das buscas de negociação, por parte da agroindústria, tratava-se do que afirmou um dos agentes envolvidos: “É um jogo. Eles tão vendo que vai faltar coco em todo lugar e tão dando uma de bonzinho”⁸⁹. Isso em referência às condições climáticas e adversidades na irrigação, o que gerou uma escassez na produção agrícola do coco no segundo semestre de 2012.

Os produtores se sentiam descontentes com os pre-

⁸⁹ Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, setembro/2012, em Paraipaba/CE. Com Sr. R. N. S., conhecido por Sr. J..

ços pagos pela agroindústria supracitada, que tem negociado, principalmente, com atravessadores de outras partes do Brasil, especialmente dos estados de Pernambuco e Paraíba, em detrimento da produção agrícola do perímetro, ainda que instalada em terras públicas cearenses, como nos indicam os seguintes relatos:

Hoje eu tou vendendo pra atravessador. Nós temos uma empresa aí [P./P. agroindustrial], uma fábrica aqui no centro gerencial, que ela compra nossos cocos, mas ela compra, mesmo pra dizer, o coco de “segunda”, o refugo e aí não compensa. A água é pouca que vai nesse refugo e o preço deles é menos ainda. Aí quase não compensa. Compra o coco, mas, aí, o irrigante aqui nem tudo bota pra lá, aliás aqui é a minoria, porque não compensa, né? Hoje ela tá pagando R\$ 1,10 o litro da água do coco e o coco hoje pra dá um litro é preciso quase 4 coco, devido falta d’água no pé do coqueiro, então dá pouca água no fruto. Então, não compensa. É melhor você vender um coco desse à R\$ 0,60, do que vender 4 coco desse pra fazer R\$ 1,10.⁹⁰

A qualidade exigida por essas agroindústrias de coco relaciona-se aos produtos transformados a partir dos frutos, grande parte destes voltados à exportação. As exigências de mercado seguidas pelo agronegócio fazem com que representantes da agroindústria de coco possam nos afirmar: “Falta ao colono a noção administrativa de um negócio. O colo-

90 Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, em Paraipaba/CE (setembro/2012), com o Sr. W.

no não entende essa palavra: sazonalidade⁹¹. A sazonalidade mencionada trata-se das oscilações de mercado conferidas aos preços dos frutos e produtos a partir de, por exemplo, aspectos naturais, técnicas e gerenciais, que podem influenciar na produtividade agrícola exigida. Desta feita, demonstra o modo de inserção dos colonos no mercado sobrepujado pelas empresas de coco dominadas pelo agronegócio no que concerne, dentre outros elementos, à competitividade e à maior vulnerabilidade frente a fatores como a escassez hídrica e deficiência de apoio técnico, conforme podemos observar na Figura 18. Como a matéria jornalística nos aponta, dentre essas questões, a heterogeneidade presente no perímetro, a partir da relevância dos colonos e dos derrubadores de coco.

91 De acordo com as informações recebidas, durante a entrevista realizada em setembro de 2012, em Paraipaba/CE, com funcionário da P./P. agroindustrial, a maturação do coco é de 25 dias, no intuito de se obter o máximo de água e o mínimo de polpa, interesses para a comercialização. Durante esse período, há uma maior variação dos preços. Os atravessadores (e agroindústrias) conhecedores dessa dinâmica do fruto e das condições naturais e técnicas locais aproveitam-se dessas circunstâncias e determinam seus preços. Os colonos e irrigantes, perante as limitações de competitividade e comercialização, tornam-se “refêns” de tais situações. Assim, diante dessa situação, um dos efeitos são os diminutos preços dos frutos, pois aos colonos cabem as seguintes decisões: vendem-os ou, então, assistem a produção secar nos coqueirais.

FIGURA 18. Escassez de água causa queda de 35% na produção de coco no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba

Escassez de água causa queda de 35% na produção de coco

04.05.2014

Com o colapso do Açude Pentecoste, os perímetros irrigados da produção de coco acumulam perdas



Colono do Perímetro Irrigado Curu-Pentecoste, produtor Francisco Lopes, diz que a alternativa tem sido captar água dos poços profundos

FOTOS: NATINHO RODRIGUES

Paraipaba Em mais um ano de poucas chuvas, a produtividade associada ao manejo agrícola que demanda muita água está em tempos mais difíceis. Mas isso representa a maioria dos perímetros irrigados do Ceará. Produtores reclamam dos órgãos de governo pela redução ou mesmo corte no fornecimento de água. As instituições, por sua vez, explicam que, com tão pouca água, a prioridade é o abastecimento humano. A intenção é de que, pelo menos em períodos como o atual, a fatia de água para consumo doméstico seja maior em muitos açudes do que a disposta para a produção irrigada de alimentos.

Tem coco, mas com a escassez de água o produto está mais caro e menor. "Aqui, só o que aumenta é o preço", diz o agricultor Antônio José do perímetro irrigado Curu-

Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/escassez-de-agua-causa-queda-de-35-na-producao-de-coco-1.1008277>

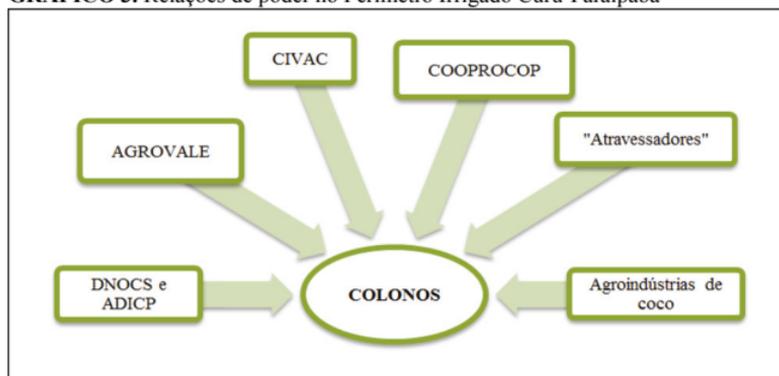
Acesso em: 11 jun. 2014

Ao longo dos anos, nesse movimento de expansão da monocultura no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, aos colonos coube a necessidade de se integrarem aos moldes do agronegócio e comandos do Estado. Sob essas condições, as tensionalidades não cessaram e os sujeitos sociais, embora alterassem suas denominações, possuíam interesses entre si que convergiam para a força de trabalho dos camponeses e trabalhadores rurais metamorfoseados em colonos, nem sempre também irrigantes⁹² (Gráfico 3). Desse modo, os su-

⁹² Enfatizamos que nem todos os colonos, atualmente, são também irrigantes, haja vista alguns destes não utilizarem irrigação. Dentre os motivos, encontram-se re-

jeitos envolvidos: DNOCS, ADICP, agroindústria da cana-de-açúcar AGROVALE, CIVAC e Cooperativa dos Produtores de Coco de Paraipaba (COOPROCOP), atravessadores, agroindústrias de coco e os colonos estão entremeados em relações de poder no(s) território(s), assim como nos explica Raffestin (1993).

GRÁFICO 3. Relações de poder no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba



Fonte: Tereza Vasconcelos (2015), baseada em Gonçalves Neto (1997), Bursztyn (2008), Martins (2008; 2002; 2000), Vasconcelos (2011) e Mendes (2011).

A relação conflituosa entre os envolvidos nos conduz à reflexão de que as tensões territoriais, ou seja, os conflitos nos/pelos territórios possam estar secundarizados, perante às tensionalidades, compreendendo, nessa perspectiva, as tensões territoriais enquanto possibilidades de transformações às horizontalidades que, para tanto, necessitam do diálogo e, muitas vezes, de mediações.

lacionados os altos custos, à dificuldade de apoio técnico e a escassez hídrica significativa na região, diminuindo a capacidade dos reservatórios, que abastecem os canais de irrigação e os lotes agrícolas. Alguns destes colonos arrendam seus lotes agrícolas ou vende-os a terceiros, ocupando apenas a unidade habitacional. Outros recorrem ao manejo manual de pequenas produções de sequeiros.

Nesse processo de lutas de e pelo poder, a permanência das conflitualidades, diante das estratégias do agronegócio do coco, transverte-se, *à priori*, por meio das trocas comerciais. No Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, o evocar das tensionalidades transborda-se no espaço geográfico conjecturando-se nos territórios, não apenas no modo de produzir, mas, também, na permanência de modos de vida e no que se apresenta como diferente.

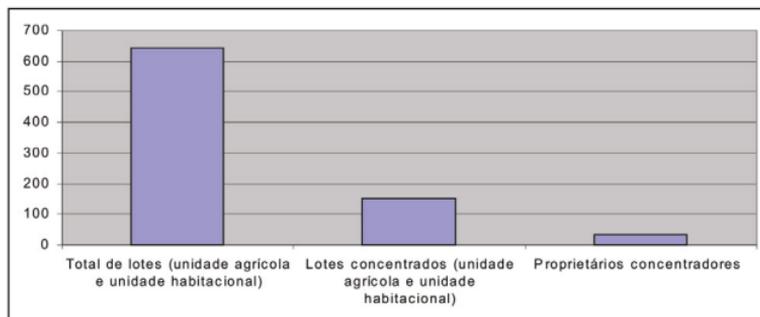
A cada des/re/territorialização ou “clivagem”, como Vasconcelos (2011) denomina, incitaram-se conflitos e desencadearam-se “novas” conflitualidades. Para algumas situações, evidenciam-se algumas relações, se comparadas ao passado histórico de autonomia, ainda que essa realidade possa se estremecer, quanto à própria condição de colonos.

Compreendemos que a condição anterior de sem terras vivendo nas glebas de outrem, como muitos se recordam, contribui, de certa maneira, para uma aparente “aceitação” da tensionalidade dado o receio do passado, mesmo com as dificuldades do presente. Portanto, ao presente mistura-se o passado e, assim, a tensionalidade atual é um *mister* da conflitualidade passada e presente, com rupturas.

Atualmente, muitos dos primeiros colonos faleceram. Outros venderam os seus lotes agrícolas, por vezes por não terem se adaptado às normatizações impostas, alguns permanecendo com as unidades habitacionais. Essa realidade nos leva às palavras de Woortmann (1990, p. 49): “O conflito entre a racionalidade do projeto e a moralidade camponesa explica porque a permanência no projeto é, geralmente, de apenas alguns anos. Para muitos ‘irrigantes’, trata-se mais de uma estratégia: ganhar dinheiro para poder, mais tarde, comprar seu próprio sítio”.

Com as vendas de terras ocorreu uma crescente re-concentração das mesmas no perímetro irrigado. Por meio do Gráfico 4 identificamos que dos **643** lotes existentes entre a primeira e segunda etapa, compreendendo unidade agrícola (“lote”) e unidade habitacional (“quintal”), **151** destes estão concentrados entre **35** proprietários, dos quais 1 (um) chega a deter 11 lotes⁹³. Diante dessa realidade, podemos inferir que há uma concentração de terras não direcionadas à produção familiar, voltadas ao aumento da produtividade agrícola, logo que os lotes agrícolas, nessa condição, estão agrupados em torno de um pequeno número de pessoas.

GRÁFICO 4. Concentração de lotes agrícolas no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba (2012)



Fonte: Tereza Vasconcelos, por meio dos dados da ADICP.

Nos dias de hoje, atividades como derrubadores, descascadores de cocos, funcionários das agroindústrias e atravessadores também se expandiram entre os filhos e netos

93 Vale destacar que, conforme a Política Nacional de Irrigação, ao colono cabe a titulação de apenas 1 (uma) unidade agrícola com unidade habitacional. Porém, muitas vezes as titulações não condizem com a realidade, estando em nomes de “terceiros” destoantes dos proprietários que, de fato, apropriam-se e dominam a terra e ou a unidade habitacional. A venda e compra desses lotes, muitas vezes, se dá no campo e sem intermediação da ADICP e do DNOCS.

dos colonos⁹⁴. Assim, ao longo do ano de 2008, conforme a Tabela 12, das 538 famílias presentes no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, apenas 306 vinculavam-se aos Irrigantes de Origem, ou seja, entre aqueles dos lotes iniciais, destacando o setor D1, enquanto o primeiro a ser ocupado no perímetro (VASCONCELOS, 2011).

TABELA 12. Descontinuidade de Irrigantes de Origem, por venda de lotes (2008)

SETORES *	Nº DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE IRRIGANTES DE ORIGEM	% DE LOTES VENDIDOS
D1	68	42	38.23
D2	59	33	44.06
C1	83	46	44.57
C2	66	37	43.93
E	138	86	37.68
B	124	62	50,00
TOTAL	538	306	43.12

* Os dados referem-se aos setores D1, D2, C1, C2 e B (primeira etapa) e E (segunda etapa). Portanto, conforme metodologia da autora, não participam os setores G e H (segunda etapa).

Fonte: Vasconcelos (2011)

Nesse caminhar, evidenciamos no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba heterogeneidade dos sujeitos sociais envolvidos que, com intencionalidades diferentes, corroboram

94 Essa situação, cada vez mais intensa no perímetro, instigou pesquisadores acerca das perspectivas desses jovens com a atividade agrícola ou, ainda, os seus distanciamentos. As pesquisas relacionam, como uns dos elementos, a dinâmica capitalista na agricultura, a intensa urbanização a que estão sujeitas cidades locais, em proximidade com centros urbanos e com atividades industriais e turísticas e, especialmente, a escassez de políticas públicas de aproximação entre a Universidade e esses grupos sociais, que possam denotar outras possibilidades. Sugerimos as leituras de ADICP (2007), Vasconcelos (2011) e Mendes (2011).

para a abertura de tensionalidades. Assim, de acordo com as informações da ADICP (2007, p. 5), o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba abrange:

- (1). O irrigante tradicional que mora no lote habitacional e explora o lote agrícola de onde tira sua sobrevivência;
- (2). O microempresário, que geralmente não mora no lote habitacional e não vive necessariamente da agricultura irrigada;
- (3). O irrigante que, embora tenha sido selecionado pelo DNOCS, vendeu a área agrícola (alguns deles até continuam morando no lote habitacional);
- (4). O irrigante que não é identificado como microempresário, mas possui vários lotes. Nesse caso, os lotes extras são colocados em nome de outras pessoas ou permanecem em nome do irrigante de origem;
- (5). O irrigante que não utiliza a infraestrutura de irrigação de uso comum;
- (6). O produtor de área de sequeiro – posseiro.

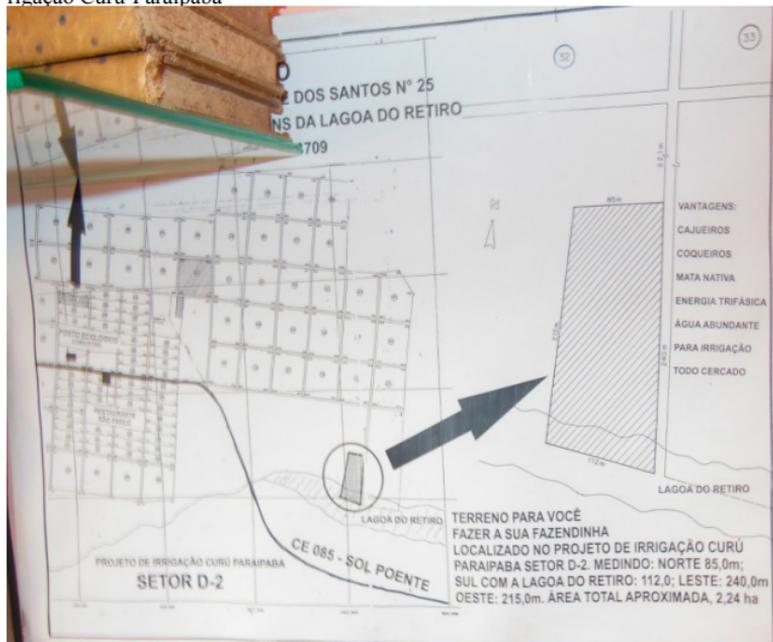
Essa heterogeneidade, decerto, nos é apontada ao adentrarmos o perímetro irrigado, quando identificamos o mercado de terras, por meio, por exemplo, da especulação instaurada e dos anúncios divulgados na cidade de Paraipaba (Figura 19), há a presença de pontos comerciais e o transporte de coco, com o fluxo dos caminhões, muitos de propriedade de atravessadores.

FIGURA 19. Especulação, por meio do mercado de terras na 2ª etapa do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba



Fonte: Tereza Vasconcelos, dezembro de 2013 em Paraipaba/CE

FIGURA 20. “Terreno para você fazer a sua fazendinha localizado no Projeto de Irrigação Curu-Paraipaba”



Fonte: Tereza Vasconcelos, dezembro de 2013 em Paraipaba/CE

No Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba estruturas de uso comum, tais como igrejas, escolas, postos de saúde e campinhos de futebol misturam-se ao *marketing* agrícola ao publicizar os venenos, também conhecidos como “defensivos agrícolas”, tão utilizados na produção do coco. *Pari passu*, o cultivo da agricultura de sequeiro e a criação de animais, o cotidiano do “tempo lento”, bem como outras sociabilidades, entre os vizinhos e a família expressam territorialidades vívidas, entre os colonos.

As Figuras 21 e 22 apresentam, embora gerações diferentes, “homens lentos”, nos dizeres de Milton Santos, ao associá-los à acurada relação, que possuem com o território⁹⁵. Sr. Chico Caipira, um dos primeiros colonos do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, nos apresenta sua casa, ao passo que denotamos, a partir da unidade habitacional a reprodução da sua família, utilizando-se do quintal para construir as casas dos filhos, além dos espaços de uso familiar e da comunidade, a exemplo da casa de farinha, mesmo que, atualmente, em desuso. Nessa perspectiva, ainda nos apresenta a vaca “Capota”, fornecedora do alimento. O colono é um dos produtores de coco do perímetro e, também, de agricultura de sequeiro, especialmente feijão e milho. Assim, percebemos a associação da realidade observada às palavras de Woortmann (1990, p. 43), quando nos diz: “Vê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e

95 Milton Santos define o que considera “homens lentos” a partir do(s) olhar(es) sobre a cidade: “Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens ‘lentos’, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações” (SANTOS, 2008a, p. 325).

o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família”.

FIGURA 21. Neto de colono do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, setor D1, apresenta a vaca “Capota”



Fonte: Tereza Vasconcelos, dezembro de 2013 em Paraipaba/CE

FIGURA 22. Sr. Chico Caipira, colono do setor D1 nos apresenta sua residência



Fonte: Tereza Vasconcelos, dezembro de 2013 em Paraipaba/CE

Desse modo, compreendemos a permanência da campesinidade, que desvela, ainda mais, a heterogeneidade de interesses no perímetro e, portanto, de conflitualidades exercidas, nesse campo, que nem sempre acarretam a eclosão imediata de conflitos/tensões territoriais.

O real nos imputa à compreensão de que, embora transmutados em colonos/irrigantes/produtores do perímetro e, ainda que “inseridos” no agronegócio do coco, permanecem modos de vidas conjugados à campesinidade. Se estrategicamente o modo de produção capitalista na agricultura apoia-se sobre essas estruturas para, a partir destas reproduzir-se, por meio da exploração e expropriação, essas mesmas estruturas, parafraseando Woortmann (1990, p. 17), atribuem à tradição a seguinte perspectiva: “Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”.

Nesse percurso, o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba imbuído de territórios, temporalidades e territorialidades, impõe a necessidade de olhares cuidadosos do que, nessa perspectiva, a tensionalidade/conflitualidade revela, perante as tensões/conflitos territoriais. Desse modo, aos colonos:

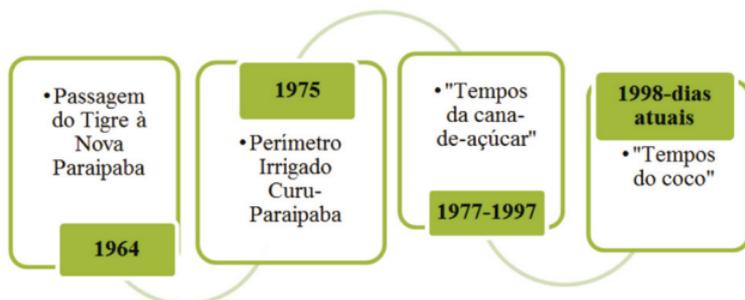
Transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a campesinidade. Noutro extremo, contudo os mesmos tempos modernos produzem como que um deslocamento face à tradição: o sitiante se torna negociante ou pecuarista.

Tem-se, então, dois usos do tempo histórico, ao mesmo tempo, no interior do mesmo grupo. [...]. São sujeitos-objetos distintos de uma mesma história (WOORTMANN, 1990, p. 19).

A entrada do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e as dinâmicas territoriais contribuíram para a reestruturação socioespacial no Ceará a partir das necessidades do agronegócio da cana-de-açúcar e, atualmente, do coco. Inicialmente, evocado pelas ordens políticas-econômicas locais associadas às ordens externas, as discussões surgem na transição da “Passagem do Tigre” à “Nova Paraipaba” nos meados da década de 1960. Uma vez implementado no ano de 1975, as des/re/territorializações vivenciadas pelos camponeses e trabalhadores rurais na busca por terras de trabalho inserem-se na monocultura da cana-de-açúcar, periodizando o que ficara denominado pelos “tempos da cana”⁹⁶, entre 1977-1997. As tensionalidades aportadas tempo a tempo e que culminam com a expansão do agronegócio do coco presenciaram, desde os idos dos anos de 1990, a periodização dos “tempos do coco” demarcado no espaço geográfico, conduzido pelos interesses neoliberais alimentados e que, ainda hoje, alimentam a monocultura do coco sob a faceta do agronegócio.

96 De acordo com Martins (2008) e Vasconcelos (2011), considera-se o período compreendido entre as primeiras plantações de cana-de-açúcar no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e a falência da AGROVALE.

GRÁFICO 5. Dinâmicas socioespaciais, envolvidas à expansão do agronegócio do coco no Vale do Curu



Fonte: Tereza Vasconcelos (2015), baseada em Martins (2008; 2002; 2000), Vasconcelos (2011) e Mendes (2011).

Desse modo, ao periodizarmos os “palmilhados da monocultura do coco” no Vale do Curu, apreendemos que a des/re/territorialização e a reestruturação socioespacial estão vinculadas aos intentos da reprodução do modo capitalista de produção sob o viés do agronegócio do coco. Daí, Rosa Luxemburgo (1970, p. 11-12) nos explicar o processo de renovação da produção ao reestruturar do próprio espaço geográfico e de suas relações:

Reprodução, no sentido literal da palavra, é simplesmente produção nova, repetição, renovação do processo de produção. E, à primeira vista, parece que não se vê a necessidade de distinguir o conceito de reprodução do conceito de produção, para todos compreensível, nem por que se deve empregar para designá-lo uma expressão especial. Mas, justamente, a repetição, a renovação constante do processo de produção é que comporta um elemento especial, muito importante. Em primeiro lugar, a repetição regular da produção é a base e condição geral do consumo regular e, portanto, da

existência cultural da sociedade humana em todas as suas formas históricas. Nesse sentido, o conceito da reprodução encerra um elemento histórico cultural. A produção não poderia repetir-se, a reprodução não poderia ocorrer, se, como resultado dos períodos de produção anteriores, não fossem de pé determinadas condições tais como instrumentos, matérias-primas, força de trabalho. Mas, nas fases primitivas da civilização, quando o homem começa a dominar a natureza exterior, essa possibilidade de renovar a produção depende em maior ou menor escala do acaso. Enquanto a caça e a pesca constituem a base principal da existência da sociedade, a repetição regular da produção vê-se frequentemente interrompida por períodos de fome geral.

Nesse contexto, associadas à reestruturação e às diferentes territorialidades, a conflitualidade/tensionalidade abriga em si a proeminência de conflitos/tensões territoriais, ao passo que relacionam as alternativas cotidianas para a permanência numa (con)vivência, por vezes, não harmônica, que agrega traços do “passado” no “presente” com vistas ao “futuro”.

Reestruturando para reproduzir e reproduzindo-se para tensionalizar, os meandros pelos quais se expande o agronegócio do coco desvelam, assim, para além das aparências que as conflitualidades desvendam, também, temporalidades.

5 OS MOVIMENTOS PELO TERRITÓRIO NAS TENSÕES TERRITORIAIS

À medida que o agronegócio do coco se expande, caminhos de tensionalidades e tensões territoriais vão se abrindo ainda mais e ampliando-se pelas trilhas do poder nas feições litorâneas e/ou semiáridas do Ceará. No bojo, relações intermediadas por ordens externas buscam apoderar-se dos territórios que, muitas vezes não adequados a essas estratégias, horizontalmente buscam se reafirmarem. Na essência, os movimentos nos territórios implicam históricas relações de poder, escalas, intencionalidades, embates, mediações e alterações, que, a depender do desenrolar dos processos, podem ser “convidativas” aos objetivos das verticalidades ou, por reação, às horizontalidades.

Discorreremos acerca das conflitualidades e conflitos na perspectiva geográfica, traçando as características das tensionalidades e tensões territoriais a partir da invasão, expropriação e expansão do agronegócio do coco que, associados às históricas relações de poder, buscam abarcar territórios e territorialidades indígenas e camponeses construídos ao longo desses “palmilhados” desejados. Nesse processo, a formação dos movimentos socioterritoriais pode possibilitar, de certa forma, espaços de esperança. É assim que ensejamos apresentar — *Os movimentos pelo território nas tensões territoriais*.

5.1 Novas/Velhas faces da invasão, expropriação e do avanço sobre as terras e os territórios Tremembé

Historicamente, destoam-se pelo restante do Brasil os discursos ideológicos acerca do aniquilamento total dos povos originários. Essa concepção ainda não foi alterada. Daí, a importância dos estudos, envolvendo a formação e reestruturação socioespacial do Ceará para melhor compreendermos a coexistência de temporalidades e territorialidades na atualidade, revelando as suas permanências, ainda que com alterações. Nesse sentido, as categorias supracitadas nos aportam não “apenas” como auxílio para o entendimento do real, mas, sobretudo, como instrumentos para fortalecer os territórios conhecidos por “tradicionais”, a exemplo dos indígenas e camponeses.

Dentre os territórios indígenas dispostos no Quadro 13 constituintes da formação socioespacial cearense estão o dos Tremembé⁹⁷. Perante as diásporas pelas quais passaram, Pompeu Sobrinho (1951, p. 259) aponta que os “Taramembé” ou “Terembé”, como eram denominados, se aportaram, em grande parte, do litoral nordestino, especialmente

97 Desde os estudos de Thomaz Pompeu Sobrinho estavam presente os Tremembé. Vale destacar os demais territórios indígenas também constituintes da Formação Socioespacial do Ceará: “No terço setentrional da chapada da Serra da Ibiapaba viviam em numerosas aldeias índios TUPIS da tribo TABAJARA, em boas relações com os TAPUIAS circunvizinhos. Por isso, visitavam trechos dos sertões contíguos e o litoral próximo, praias do Camucim, Acaraú etc. O litoral cearense, ao norte, talvez até o Rio Mundaú, era o habitat dos índios TREMEMBÉS, tapuias que ainda não foram bem determinados. Para leste, o litoral era periodicamente percorrido por outras tribos tapuias e pelos PETIGUARAS, tupis do Rio Grande do Norte e da Paraíba. No sul, ocupando as terras frescas do vale do Cariri e imediações, habitavam os CARIRIS, que se estendiam pelos sertões da Paraíba e Pernambuco, Rio São Francisco e trechos das caatingas baianas. Entre estes e o litoral, estava o vastíssimo domínio dos TARAIRIÚS, seccionados em numerosas tribos espalhadas do Piauí às margens do São Francisco” (POMPEU SOBRINHO, 2010, p. 22-23).

nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Acrescenta o autor que isso ocorrera por terem sido “expulsos pelas numerosas hordas tupis, seus inimigos irreconciliáveis, concentrando-se nas praias dos Lençóis, delta do Parnaíba, e estuário dos rios Timonha, Camocim e Acaraú, que lhes proporcionavam abrigo relativamente seguro”.

QUADRO 13. Territórios indígenas e a formação socioespacial do Ceará

ETNIAS	TERRITORIALIZAÇÕES
Tabajara	Serra da Ibiapaba
Tremembé	Litoral Norte até o rio Mundaú
Petiguara	Litoral Leste
Cariri	Região Sul do Ceará

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) de Pompeu Sobrinho (2010).

Atualmente, apesar dos etnocídios e genocídios a que foram submetidos, a etnia Tremembé se concentra às margens dos rios Acaraú, Aracatiaçu e Aracatimirim, embora se reconheça a presença de grupos em outros locais. Nesse sentido, as palavras de Maria Amélia Leite⁹⁸ são esclarecedoras, quando enfatiza a localização dessa etnia na metrópole de Fortaleza influenciada, em grande parte, pelas diásporas vividas historicamente pelos Tremembé:

No Conjunto Palmeiras [bairro em Fortaleza] tem uma presença muito forte dos Tremembé, porque quando eles foram expulsos, desde longas eras, eles correram para Fortaleza. Aqui tem bairros que são só Tremembé, como: Serviluz, Lagoa dos

98 Entrevista realizada, em novembro de 2009, com Maria Amélia Leite, missionária junto aos povos indígenas no Nordeste, desde 1978. Criou a Associação Missão Tremembé (AMIT) em 1989 e, atualmente, é secretária geral da diretoria da AMIT, desde 1995.

Corações, Praia do Futuro, Pirambu, toda região litorânea. A gente tem o endereço de mais de 100 famílias aqui na cidade, porque eles foram expulsos. A década de [19]70 foi o grande terror.

Conforme o Quadro 14, no município de **Itarema**, os territórios indígenas Tremembé são identificados nas localidades de Almofala, agregando: Barro Vermelho, Lameirão, Panã, Praia, Camboa da Lama, Mangue Alto, Aningas do Mulato, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Curral do Peixe, Urubu e Boa Vista; Varjota: Tapera, Batedeira I e II, Praia do Caboré e Camundongo; Córrego João Pereira: São José, Capim Açú e Cajazeiras. Organizados espacialmente, dessa forma, agrupam em Itarema o Território da Praia (Almofala), Território da Mata (Varjota) e Território do Sertão (Córrego João Pereira).

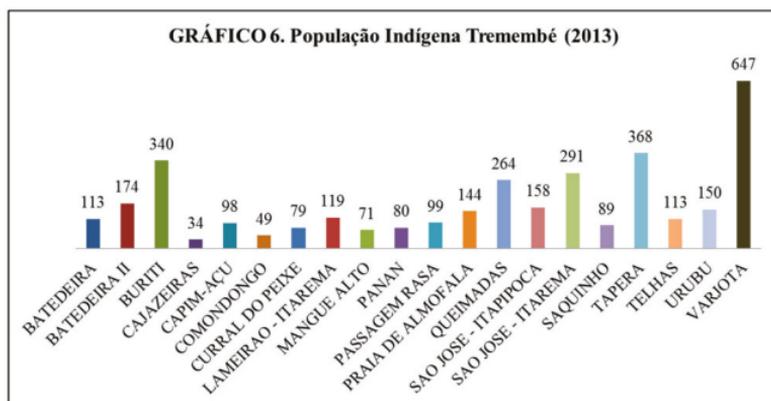
Nos territórios indígenas em **Acaraú**, apresentam-se os núcleos de Queimadas e Telhas, enquanto em **Itapipoca**, São José e Buriti são conhecidos por “Tremembé da Barra do Mundaú” (Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza/CDPDH, 2011; Povos Indígenas no Brasil, 2011).

QUADRO 14. Os Tremembé no Ceará

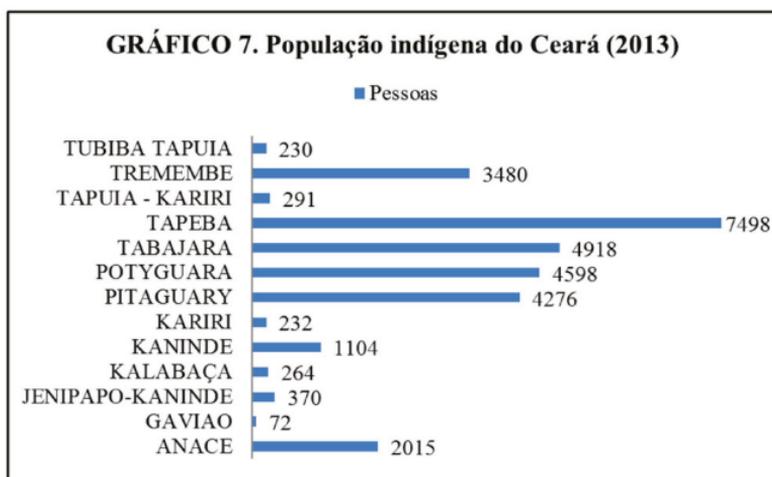
MUNICÍPIOS	TERRITÓRIOS TREMEMBÉ	
Itarema	Almofala	Barro Vermelho, Lameirão, Panã, Praia, Camboa da Lama, Mangue Alto, Aningas do Mulato, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Curral do Peixe, Urubu e Boa Vista
	Varjota	Tapera, Batedeira I e II, Praia do Caboré e Camundongo
	Córrego João Pereira	São José, Capim Açu e Cajazeiras
Acarauá	Queimadas	
	Telhas	
Itapipoca	São José	
	Buriti	
Fortaleza	Serviluz, Lagoa dos Corações, Praia do Futuro, Pirambu, toda região litorânea	

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) a partir da entrevista de Maria Amélia Leite e dos dados da CDPDH (2011) e dos Povos Indígenas no Brasil (2011).

Diante dos dados da FUNAI sistematizados no Gráfico 6, os territórios da Varjota, Tapera, Buriti, São José de Itarema e Queimadas correspondem a 55% dos Tremembé, concentrando-se em Itarema 75% da população indígena dessa etnia, em 2013.

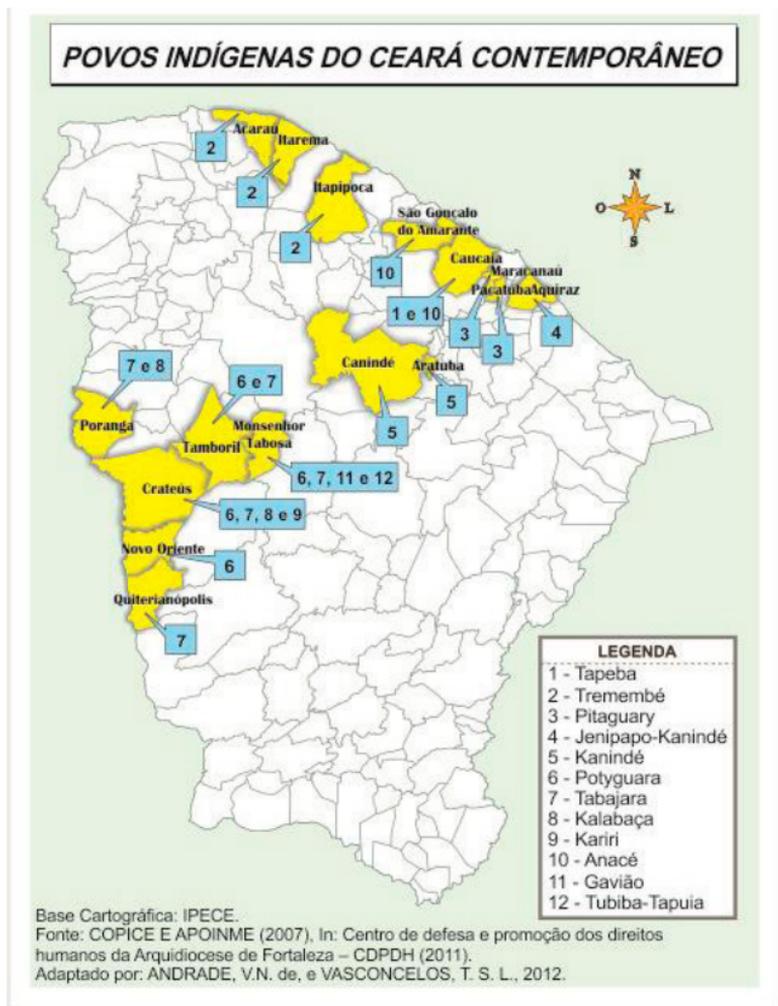


Territorializados (Gráfico 7 e Cartograma: POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ CONTEMPORÂNEO), os Tremembé somam-se às demais etnias no estado do Ceará, referentes às 8.184 famílias residentes em 6.840 domicílios, contemplando 29.348 pessoas autodeclaradas indígenas distribuídas espacialmente, entre os municípios de Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Boa Viagem, Canindé, Caucaia, Cratéus, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito, São Gonçalo do Amarante e Tamboril⁹⁹:



Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015), a partir dos dados da FUNAI (2013).

⁹⁹ A Figura 25 está baseada nos dados do CDPDH, que divergem dos dados do IBGE. Para o CDPDH há 12 etnias indígenas no estado do Ceará, enquanto para o IBGE há 13 etnias.



Fonte: Adptado por Victa Andrade e Tereza Vasconcelos (2012), baseadas nos dados do COPICE, APOINME (2007) e CDPDH (2011).

No início do século XVIII, o primeiro ponto de aporte dos índios Tremembé deu-se em Almofala, distrito de Itaipoca, como estratégia dos representantes da Coroa Portuguesa para a dominação e o controle político-ideológico dos

índios, por meio da catequização, o que favoreceu também a exploração indígena nas atividades preponderantes naquele período, como a pecuária. Denominadas, até hoje, como as “terras do aldeamento¹⁰⁰”, conforme Duarte *apud* Souza (2002, p. 111),

A origem de Almofala se prende à Carta Régia de 8.1.1697, do governo do Maranhão, que determinou a doação de sesmarias aos índios, concedendo a estes todas as terras que lhes fossem necessárias entre a barra do rio Aracatimirim, no Ceará, e o rio Timonha, no Maranhão. Referida medida foi sugerida ao rei de Portugal pelo jesuíta Assenso Gago e visava situar os Tremembé em aldeias permanentes. Em consequência, o padre José Borges de Novais, que não era da Companhia de Jesus e sim secular, fundou em 1702, uma missão da nação Tremembé, nas proximidades do rio Aracatimirim, [...].

No século XIX, a Lei de Terras (1850) legaliza a propriedade daqueles que a possuíam e institui a venda em condições monetárias. As terras indígenas, especialmente os aldeamentos missionários, estavam asseguradas como áreas para usufruto dos índios, o que viera, posteriormente, a necessidade de demarcação e regularização¹⁰¹.

100 Segundo Valle (2008, p. 3, grifos do autor), “*Terra do Aldeamento, Terra da Santa ou Terra dos Índios* são categorias territoriais que possuem significados étnico-políticos. Definem o território que teria sido doado aos índios no passado. Tem importância na reprodução das ideologias étnicas Tremembé, inclusive no contraste entre índios e “não-índios”, sobretudo na distinção entre os de *dentro* e os de *fora do Aldeamento*”.

101 De acordo com o Registro de Terras da Freguezia da Barra do Acaraú, Livro s/n, folha 101, registro nº 695, depositado no Arquivo Público do Estado do Ceará, as terras em nome dos Tremembé, em 18 de março de 1857 (LEITE NETO, 2006; PORTO ALEGRE, 2000).

Entremeado a esse processo histórico, no final do século XIX (1898) o deslocamento de dunas móveis soterrou, à época, o vilarejo de Almofala, fazendo com que casas, ruas e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Figura 23) desaparecessem, permanecendo, assim, por quase meio século (PORTO ALEGRE, 2000).

FIGURA 23. Igreja Nossa Senhora da Conceição de Almofala



Fonte: Tereza Vasconcelos, Almofala/2009.

Os Tremembé possuíam fortes ligações com a igreja, pois além dos mesmos terem trabalhado na construção do fixo geográfico, possuíam o sincretismo na religiosidade imputada pelos jesuítas, representando, de certo modo, um marco (i)material da posse e territorialização do povo Tremembé, que, após esse fato, migraram para outras localidades da região, a exemplo da “Lagoa Seca”, em Itarema. Essa

conjuntura agravou-se com as ordens impostas pela Colônia Portuguesa de retirar as imagens depositadas na igreja, o que gerara uma situação de afronta.

Os fatos contribuíram para o movimento das diásporas dos Tremembé, que migravam às margens de lagoas e rios, constituindo parte intrínseca das memórias dos Tremembé, quando evocam as lembranças da “terra tirada”.

Com o recuo das dunas e o desenterramento da igreja houve o retorno de alguns indígenas, que auxiliaram no processo de restauração. No entanto, conforme destaca Porto Alegre (2000, p. 8-9, grifos da autora), a terra tirada *para* os índios torna-se terra tirada *dos* índios, frente às conflitualidades e aos conflitos que se emanaram, diante desse contexto:

Muitos recuaram ainda mais para o interior da terra indígena, onde podiam continuar mantendo seus modos tradicionais de vida e restringir ao mínimo possível a convivência com a população regional, cujo contato evitavam, vivendo apartados. Os que insistiram em ficar no centro da aldeia passaram a se envolver crescentemente com os forâneos, enfrentando conflitos e problemas cada vez mais graves, numa relação interétnica marcada pela violência, o preconceito e a intolerância por parte dos não indígenas. De vinte anos para cá, a terra tirada *para os índios* foi se tornando rapidamente terra tirada *dos índios* e os problemas se aguçaram.

No Ceará, bem como em outras porções do Brasil, a negação à existência de indígenas contribuiu à invasão e tomada das terras. A ausência do reconhecimento pelos

outros, mas também a não autoidentificação contribuiu, inclusive, para intensificar a expansão de grupos empresariais nas terras Tremembé. Isso se apoiou na realidade social, pois enquanto há o autoreconhecimento, por meio da luta pela efetivação dos direitos da etnia, outros indígenas não se identificam, principalmente, pelo medo e preconceito ainda vivenciados, atualmente. As memórias do professor do território indígena da Varjota nos fazem compreender que essa realidade se integra aos resquícios de um passado que se reafirma no presente e que desvela, decerto, a contribuição indígena na formação socioespacial do Ceará:

Sim, mas o preconceito ele existe em todas as classes, em todos os cantos. Aqui, em Itarema, não é diferente. A gente sofre também. Eu estudei em Itarema, por exemplo, e sofri muito. Eu e os meninos, aqui, teve uma época até que a gente desistiu dos estudos. Por exemplo, lá na nossa turma: “- Ei, chegou os índio véi, nego, aí” e “- Como é que esses índio aí vão estudar com a gente, se num sabe nem falar? Se num sabe nem se vestir?” Eu sei me vestir de que jeito? Porque nós ia com a roupa lá, a farda da escola. Sim, igual a todos. O motorista do ônibus, pra você ter uma idéia, ele pegava todo mundo e aí descia pra pegar a gente na estrada. Que eu era índio, ele não era índio. Quando tava chovendo e ele passava na minha casa ele não parava. Ele ia passando bem devagarzinho. Eu tinha que me molhar pra poder pegar o ônibus, porque ele não parava. Ele não queria levar a gente. Eles [os motoristas] fizeram isso várias vezes. Era um sofrimento! (Sr. F. C. M. J. do Território Indígena de Varjota, Itarema/CE. En-

trevista realizada por Tereza Vasconcelos, em julho de 2013 em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembléia do Povo Tremembé).

Durante muito tempo as representações dos Tremembé foram reprimidas na tentativa de que, ao colonizá-los e, assim, “civilizá-los”, seus costumes ficassem esquecidos, não alcançando as futuras gerações, que não se reconheceriam como indígenas, tentativa esta já arquitetada e forjada pela representação do Estado, desde documentos como o Diretório Pombalino (1759), que normatizava e regulamentava a força de trabalho indígena transformando-os em “trabalhadores livres”, legalizando, de certa forma, a coerção sobre os povos indígenas e o Relatório Provincial de 1863, que declarava “extinta” a população indígena no estado do Ceará¹⁰² (LEITE NETO, 2006; PINHEIRO, 2008; VALLE, 2009).

No estado do Ceará, o *torém*, por vezes, foi considerado prática proibida, ideia incutida pelos jesuítas, que buscavam o cristianismo no meio da civilização indígena. Na realidade, tais hábitos reprimidos foram habilidosamente utilizados pelos latifundiários e invasores, utilizando-se das artimanhas: se não havia as danças, não havia índios e, portanto, as terras não tinham “donos”, tornando-as apropriadas para o domínio.

Trata-se o *torém* da dança que reproduz a relação indígena com as plantas e animais e que se apresenta como um dos elementos do movimento socioterritorial, mantendo, por

102 Atendendo a deliberação da XVII Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, ocorrida em dezembro de 2011 na Gameleira (São Benedito/CE), território indígena Tapuya-Kariri, foi realizada, em maio de 2012, audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará para tratar do Relatório Provincial de 1863, que dava como extinta a população indígena no Ceará.

exemplo, a vivacidade do território, motivos para a sociabilidade e o encontro, bem como a evocação da luta constante pela terra. Ao passo do *mocororó* (bebida de caju fermentada) e *aguaim* (maracá) a dança lúdica é realizada em roda com cantos¹⁰³, em grande parte, em língua tupi, reproduzindo o canto dos pássaros, o movimento dos animais e a reverência aos encantados. Essa observação também fora feita por Florival Seraine (1955, p. 76, grifos do autor) ao chegar a Almofala no ano de 1950, quando vivenciou as rodas de *torém* puxadas pelo torenzeiro José Miguel da Lagoa Seca:

Estivemos a palestrar com o José Miguel, antes do seu regresso à Lagoa Sêca, interpellando-o sobre certos passos e gestos do *Torém*. E foi admirável ouvirmos de sua própria boca aquilo que já sabíamos mediante o estudo – que, não raro, a dansa era imitativa, pantomímica, buscando os seus ancestrais reproduzir com aquêles movimentos coreográficos, ora o rastejar e o bote da cobra *caninana*, ora a atitude de uma *jaçanã* sôbre uma folha de aguapé, ora a carreira do *guaxinim*, assim por diante.

Para Maria Amélia Leite,¹⁰⁴ o *torém* tem maior expressividade quando realizado sobre as terras Tremembé. Desse modo, podemos inferir que, como diz Martins (1988,

103 “Água de manim/Ô manim acerecê/Ô jari mivê/Ô jari mivê/ Água de manim/Ô manim acerecê/ Água de manim/Ô manim acerecê” (Água de manim. In: OLIVEIRA JÚNIOR, 1998, p. 47).

104 O torém é o ritual sagrado, que é próprio deles. É misturado na língua tupi e português. Onde tem o torém tem o índio, onde tem o índio tem a terra. Animando o torém, animava a luta da terra e a luta da terra eles que tinham que ter coragem de lutar. Eles não podem dançar o torém fora da terra, eles dançam aqui [Fortaleza], mas não tem expressão nenhuma, é diferente o torém que eles dançam lá [Acaráú] (Entrevista concedida por Maria Amélia Leite, em novembro de 2009. Fortaleza/CE).

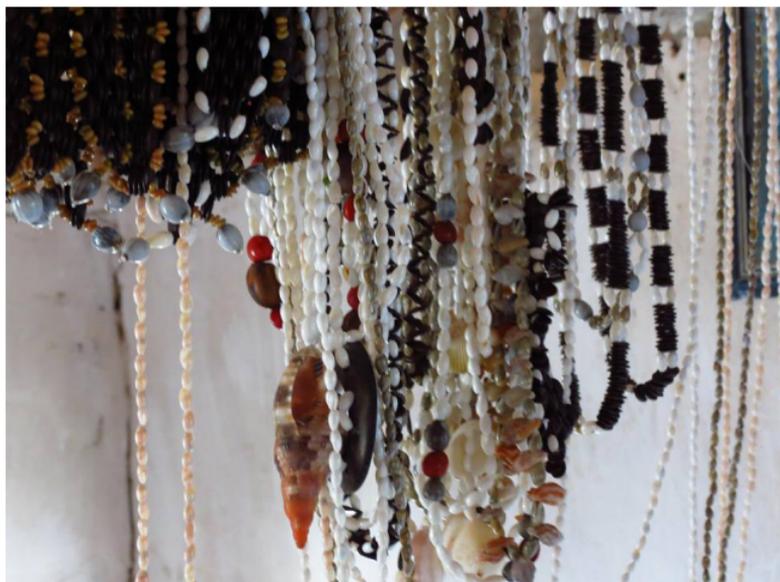
p. 36), “a condição de índio está inteiramente vinculada à definição do território”, delimitação esta realizada pelos indígenas, enquanto territorialização desses sujeitos sociais, anterior a qualquer demarcação oriunda do Estado, ante as relações que estabelecem com os territórios, ao possuírem relações com a terra, o mar, a agricultura de base familiar, pesca e o artesanato, que se apresentam no cotidiano Tremembé (Figuras 24 e 25).

FIGURA 24. Chico “Cabeludo” e o mar no cotidiano Tremembé



Fonte: Tereza Vasconcelos, maio /2013. Escola Diferenciada E. F. M. Maria Venâncio. Almofala/CE.

FIGURA 25. Artesanato de colares Tremembé da Dona Expedita



Fonte: Iago Barreto Soares, junho/2015. Almofala/CE.

A histórica concentração fundiária engendrada (em grande parte pelas ações dos fazendeiros, dentre estas a exploração da mão de obra indígena na pecuária) tem continuidade, ainda que com novas “roupagens”, a partir do turismo e das agroindústrias de coco, apontando que a territorialização indígena Tremembé não se deu (e não se dá) de modo abrandado, constituindo as conflitualidades e os conflitos inerentes a esse processo.

As reflexões contidas no Quadro 15, que nos leva a refletir sobre a necessidade dos elementos demarcatórios enfatizados por Porto Alegre (2000), demonstram que a invasão e a expropriação caminharam (e caminham) concomitantes, desde as sesmarias, invadindo as terras e os

territórios indígenas. Daí, o “Território-Todo”, conforme o entendimento do Sr. F. C. M. J. fragmenta-se e delimita-se em “Território-Partes” sob o risco de reduzir-se, ainda mais, pela expropriação física (concreta e material), ideológica e cultural (imaterialidade).

QUADRO 15. O “Território-Todo” em “Território-Partes”



<p>O fato de que a terra foi demarcada no “tempo dos índios velhos” é comprovado pela existência, ainda hoje, de alguns dos antigos marcos de posse colocados nas “extremas” da antiga sesmaria dos índios, os quais atestam a veracidade das histórias contadas e funcionam como prova do direito histórico e jurídico ao território dos antepassados. A localização dos marcos é conhecida por todos, denotando a preocupação em manter viva na memória grupal os lugares exatos onde foram encravadas as pedras, os buracos feitos nos troncos das árvores atravessadas pela agulha de medição, os travessões colocados nos córregos, o lugar do antigo cruzeiro (Porto Alegre, 2000, p. 3).</p>	<p>Eu, pra mim, o território ele é o “todo”. É o grande. Que aí esse é um problema seríssimo pra nós. Se hoje a gente fosse brigar pelo nosso território... Eu acho que hoje é quase impossível conseguir o nosso território, porque o nosso território vai da praia, que é onde a gente mora até a Serra da Ibiapaba, pegando o Rio Grande do Norte. Esse é o nosso território. Essa é a área que os índios viviam nela (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, em julho de 2013 em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembleia do Povo Tremembé).</p>
---	--

Fonte: Organizado por Tereza Vasconcelos (2015), a partir de Porto Alegre (2000) e dos trabalhos de campo.

As conflitualidades, lutas e os conflitos estão entrelaçados aos territórios indígenas Tremembé, nessa porção do estado do Ceará. A invasão, iniciada com o processo de subjugação jesuítica, absorve força com as fazendas de gado, a partir de famílias ditas “tradicionais”.

A própria condição migratória, bastante característica do processo de territorialização Tremembé, está relacionada

à expropriação a que foram historicamente submetidos os indígenas, reafirmada com intensidade durante os períodos de secas.

Ao traçar a formação genealógica da Terra Indígena (TI) Tremembé Córrego João Pereira, entre Itarema e Aca-raú, o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (BRASIL, 1999, p. 19) nos aponta, desse modo, os seguintes fluxos migratórios:

1 = Saída dos Tremembés “Nascimento” de Almofala para o Marco (cerca de 1820)

2 = Saída dos Tremembés “Suzana” de Almofala para o Córrego do João Pereira (1870)

3 = Saída dos Tremembés “Nascimento” do Marco para o Córrego do João Pereira (1901)

4 = Saída dos Tremembés “Teixeira” de Sabiaguaba para o Córrego do João Pereira (1957)

5 = Primeira Expulsão dos Tremembés “Teixeira” e de membros da família “Suzana” (1967)

6 = Retorno de membros da família “Teixeira” ao Córrego do João Pereira (1989)

7 = Saída de famílias Tremembés para Fortaleza, entre outras localidades (1985-1990).

Conforme o Relatório, os territórios que congregam o Córrego João Pereira foram formados, especialmente, pela territorialização das famílias Nascimento, Teixeira, Suzana e Santos oriundas, principalmente, das “terras do aldeamento” (Almofala). Praticando a agricultura de base familiar, também se depararam com a concentração fundiária ensejada e exercida por “punhados” de fazendeiros criadores de gado,

que se diziam “donos da terra”. Esse contexto relacionava-se, ao mesmo tempo, à significativa presença de camponeses, que se identificavam como posseiros, moradores e arrendatários, condições que os sujeitavam à necessidade de pagar a renda da terra, por meio do trabalho e/ou da divisão do alimento produzido. Aos vaqueiros, cabia situação diferenciada, inclusive de “confiança”, condição que, ainda assim, representava sujeição ao latifundiário. Os embates provindos desse panorama contextualizam a formação da terra e território indígena Córrego João Pereira.

Na década de 1950, a aquisição da Fazenda São José, por parte de fazendeiros locais provocou conflitualidades e conflitos com os Tremembé. Isso se deu porque tal fazenda integrava nas suas glebas, porções de terras de Capim-Açu — partícipes, atualmente, do Córrego João Pereira — ocupadas pelos Tremembé, desde o final do século XIX.

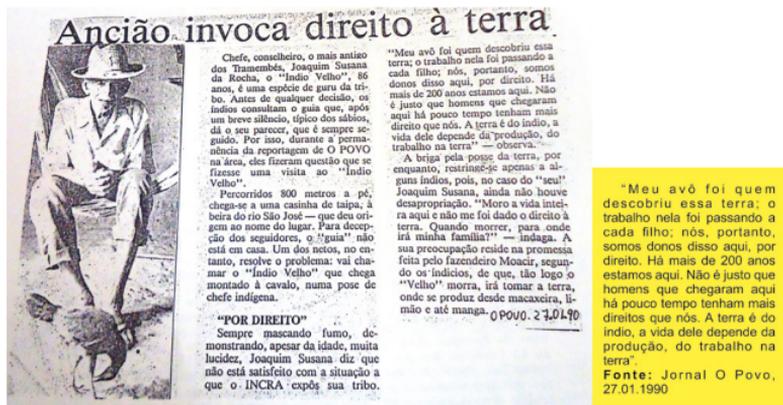
A intensificação das conflitualidades, que perdurou aos longos dos anos seguintes, se deu com a chegada da família Tremembé Teixeira no Capim-Açu, ainda em meados de 1950, contando, para tanto, de escritura de compra e venda expedida por Simão Tomé de Souza, antigo morador, o que não impediu de serem desterrados e desterritorializados, nos fins da década de 1960, pelos fazendeiros, contribuindo para que os Teixeira prosseguissem na diáspora, fruto da expropriação.

Nesse sentido, a desterração e desterritorialização caminharam junto à diáspora indígena, associada à expropriação. A desterração indica a perda física, concreta e material da terra e a desterritorialização revela a ameaça para o desequilíbrio e/ou para destruição do território nos seus aspectos materiais e imateriais.

As demais famílias Tremembé, como os Suzano e Santos permaneceram sujeitos ao sistema de pagamento da renda da terra na Fazenda São José, terras de Capim-Açu. Essa realidade histórica, utilizando-se do conceito de rugosidade de Milton Santos, vai enrugando-se nos territórios provendo e estimulando a passagem da tensionalidade à tensão territorial.

Diante desse contexto, o “estopim” ocorre, nos anos de 1980, com o Tremembé José Agostinho dos Santos, conhecido como “Patriarca” que decide se desvencilhar do pagamento da renda da terra, pois para o mesmo “*só tem direito à terra quem nela nasceu e produziu por toda a vida*” (Figura 26).

FIGURA 26. Ancião invoca direito à terra



Fonte: Jornal O Povo, 27.01.1990

“Meu avô foi quem descobriu essa terra; o trabalho nela foi passando a cada filho; nós, portanto, somos donos disso aqui, por direito. Há mais de 200 anos estamos aqui. Não é justo que homens que chegaram aqui há pouco tempo te-

nam mais direitos que nós. A terra é do índio, a vida dele depende da produção, do trabalho na terra”.

O conflito contribuiu para, posteriormente, a inserção da propriedade no plano de reforma agrária, que incluía, dentre os assentados os indígenas, inclusive os Teixeira, os moradores da fazenda e vaqueiros, bem como os capatazes do fazendeiro, que se tornaram vizinhos, provocando, à *posteriori*, outras conflitualidades e outros conflitos pela delimitação e demarcação do território indígena perante a situação.

Vale destacar, que a homologação da TI não promoveu a homogeneização do território, como algumas pessoas equivocadamente podem inferir, pois a unidade/parte (TI) na diversidade/no todo (sociedade) representa o reconhecimento étnico e o encontro de intencionalidades que podem se assemelhar, o que não significa, ainda assim, o consenso absoluto, não permitindo o diferente¹⁰⁵. Portanto, a conflitualidade e o conflito se constituem como elementos inerentes ao território, tendo em vista as relações de poder, assim como fora (e é) no Córrego João Pereira:

Este período de relações entre os índios não chegou a conformar uma única aldeia de grupos domésticos distintos. Ainda que se reconheçam mutuamente como de ‘uma família de índios’ com descendência na Almofala, os Tremembé destas localidades (São José, Capim-Açu, Cajazeiras e Telhas) identificam-se mutuamente através de designações como os ‘de lá’ em oposição a ‘nós, daqui’, dependendo de quem, para

105 Terra Indígena (TI) é a expressão utilizada pela FUNAI para relacioná-la ao processo fundiário, que a torna judicialmente como de posse permante indígena, perante a União.

quem e de onde fala o indivíduo. O mesmo ocorre entre os Tremembés que moram no Capim-Açu quando se referem aos Tremembés que vivem no São José e vice-versa. É por essa razão que se convém tratar o território Tremembé do Córrego do João Pereira como composto por duas glebas e quatro aldeias: (1) São José (2) Capim-Açu, (3) Cajazeiras (primeira gleba) e (4) Telhas (segunda gleba). Vale ressaltar que esta configuração entre aldeias e glebas, dividindo virtualmente os grupos domésticos indígenas em áreas distintas foi resultante não só do modo de organização social indígena através de linhagens que foram se apossando de trechos do córrego e áreas de mata, mas também das relações diferenciadas que tiveram alguns Tremembés com os fazendeiros que promoveram a expropriação de diversas famílias para implementação de suas fazendas de gado, ‘permitindo’ a outras a permanência na área desde que subordinadas ao sistema de patronagem, na condição de ‘moradores’. Este é o principal fator para a separação da área conhecida como ‘Cajazeiras’ do São José. Estes dois locais são em sua maioria ocupados por descendentes da linhagem dos Suzana, porém houveram várias secessões entre as famílias em virtude das ‘alianças’ com fazendeiros e com os assentados do INCRA (em sua maioria ex-empregados ou ex-moradores não índios do antigo fazendeiro Moacir Sales Moura). Nesse processo, a área referente a Telhas foi mantida à parte como outra ‘propriedade’ de outros fazendeiros. **Se a terra foi dividida, os índios também o foram** (BRASIL, 1999, p. 44-45, grifos nossos).

Muitas dessas diferenças estão associadas ao processo histórico de divisão e fragmentação, característico da civilização ocidental e da sociedade capitalista, o que gerou, inclusive, a necessidade da demarcação. Outras tantas estão associadas ao processo de territorialização. Daí, Bernardo Mançano Fernandes (2008) apontar a escala, enquanto importante aporte metodológico para se entender o(s) território(s). Nessa perspectiva, a passagem do depoimento de Sr. J. I. T. B. aponta o quão é importante delinear quem são os envolvidos, as relações permeadas e intencionalidades intrínsecas, a fim de compreender-se a escala, as dimensões e territorialidades, apresentando-se o território como multidimensional e multiescalar:

Na época era, mas hoje nós não temos conflitos pra fora. Mas temos conflitos internos, mas muito pequenos esses conflitos. De ordem de ocupação, questão de organização. O nosso conflito é maior, porque a nossa terra ainda não é cercada, então o nosso conflito ainda é com o pessoal 'de fora', porque é cercada só como perímetro. Hoje, nós tamo no processo de cercamento. A FUNAI cedeu o arame e nós estamos cedendo a mão-de-obra (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos. Córrego João Pereira, Acaraú/CE. Setembro/2013).

Na Praia de Almofala (Itarema), a urbanização associada ao turismo é observada por meio das tensionalidades e tensões territoriais. Com os Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca, as ações das verticalidades foram transversadas, por meio do turismo internacional. As ameaças, perseguições, dentre outras formas de violência, acirraram as

tensionalidades. Desse modo, os conflitos apresentados no território com a forma e o conteúdo das tensões territoriais fizeram-se sentir pelos Tremembé de São José e Buriti, mas também pelos pesquisadores, missionários e demais parceiros envolvidos¹⁰⁶. Um empreendimento turístico espanhol, que congrega, pelo menos, 13 hotéis cinco estrelas e 14 *resorts*, dentre outros estabelecimentos numa área Tremembé, buscavam adentrar a gleba de terra de 3,1 mil hectares. Para “conter a tensão” órgãos federais são invocados no sentido de impedir o conflito¹⁰⁷

Desse modo, inferimos que se sobrepujam históricas tensionalidades e tensões territoriais nos “palmilhados” trialhados e desejados pelo agronegócio do coco, ainda que sob diferentes facetas, por meio das ações e finalidades exercidas, sejam pelos fazendeiros e criadores de gado, empresários do turismo, Estado, seja pela monocultura do coco, uma das vias mais fiéis ao latifúndio, através das negociações e compras de fazendas, justapondo-se a este, dando continuidade e contiguidade as antigas relações de poder em outras configurações.

106 Tânia Pacheco (c. 2014), no texto “Jeovah Meireles: cearense, Tremembé, geógrafo, Jenipapo-Kanindé, professor, nordestino e doutor, mas, acima de tudo, um digno cidadão brasileiro!”, discorre acerca das ameaças àqueles que são considerados por grande parte da mídia como entraves ao desenvolvimento e progresso, por gerarem a análise e reflexão sobre tais processos.

Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1631> Acesso em: 21 jun. 2015.

107 Conforme parte da publicação no Jornal O Povo (14/11/2006), por Rita Célia Faheina (2006): “Clima tenso nas comunidades tremembés de São José e Buriti, no distrito de Marinheiros, em Itapipoca, a 138 quilômetros de Fortaleza. Cerca de 100 famílias residentes na área estão divididas quanto à origem étnica: alguns negam a descendência indígena, apóiam e trabalham para a construção do Complexo Turístico Nova Atlântida, de empresários espanhóis, enquanto a maioria luta para que o empreendimento não seja instalado nas terras próximas às margens do rio Mundaú e da praia da Baleia que, segundo as lideranças e a própria Fundação Nacional do Índio (Funai), é de direito da aldeia Tremembé”.

A produção industrial, utilização de técnicas e tecnologias consideradas modernizadas, exportação das mercadorias e associação de grupos empresariais, contando com o apoio do Estado, intensificam a concentração fundiária, com o domínio de glebas de terras, por parte desses grupos, com fazendas de monocultura do coco. Além disso, as relações de trabalho, afetando os Tremembé de Varjota, em Itarema, imprimem tensionalidades que levam à afirmação de que “[...] as firmas de coco tão fazendo o cão com nós”. Essa frase é proveniente do depoimento de L., quando esta nos diz que:

Aí, a luta foi crescendo e a cabeça do povo novo foi ‘saindo do lugar’, sabe como é?! **Foram criando outro pensar.** Daí, a firma começou a incentivar, emprego pra dentro, pra que o povo fique empregado lá pra dá mais força pra eles. A gente sabe que é uma luta nossa. A gente sabe. **A gente discute, mas só que com ‘gente’ ninguém pode, né? A firma lá hoje tá fazendo o ‘cão’ com nós!** Sempre ela fez e ela tá continuando. Sabe o quê que ela tá fazendo? O nosso povo, ela pega, né? Ela chama o povo pra lá. Ela diz: “- Tem tantas vagas lá”. O povo corre, corre pra lá. Tanto faz a gente dizer que não, que colocam o nome lá. Ela já bota aquelas pessoas pra trabalhar por três mês. Ela pega o nome daquela pessoa por três mês. Quando completa três meses, ela ‘joga’ fora aquela pessoa. Experiência, ela ‘joga’ fora e tem mais tantas vagas. Aí, coloca o nome e desse jeito assim que ela tá pegando o nome do povo de lá. Aí, uma coisa dessa daí que ela tá fazendo com a gente, ela tá cada vez mais criando força e pegando o nome de cada um que tem lá e

acabando, acabando mais com a nossa luta (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com L., Tremembé da Varjota. In: **2º Encontro dos Povos do Mar**, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012, grifos nossos).

Ao mencionar as relações de trabalho no âmbito de uma dessas agroindústrias de coco acerca dos períodos de experiências para a contratação, seguida pela demissão de índios empregados, especialmente, na derruba e colheita do coco, a entrevistada associa tais circunstâncias aos caminhos estratégicos utilizados para o desequilíbrio e possível enfraquecimento da luta indígena, fortalecendo, *pari passu*, as conflitualidades e tensionalidades, ou seja, a cotidianidade dessa situação. Assim, a monocultura do coco avança, ao passo que o agronegócio busca estabelecer uma monocultura da mente¹⁰⁸ (SHIVA, 2003), ensejando justificar as suas ações ao entranhar-se, nesses territórios, criando outro modo de “pensar”, pois a “cabeça do povo foi saindo do lugar”.

Essa associação da agroindústria de coco soma-se às expressões escutadas por Rigotto e Braga (2012), tais como “nosso maior mal”, “desgraça” e “terror”, apresentando o clima instaurado de tensionalidades nos territórios e nas territorialidades Tremembé¹⁰⁹.

108 Para Vandana Shiva (2003, p. 11), “As monoculturas da mente cristalizam-se em ideologias e valores. Estes, por sua vez, orientam e justificam as políticas, as estratégias, as técnicas e os métodos utilizados em programas para o antidesenvolvimento agrícola e florestal dos países do hemisfério Sul, particularmente dos países pobres, em que se instaura, à força, a dependência econômica e tecnológica”.

109 “Os Tremembés remetem-se à empresa como ‘nosso maior mal’ e ‘desgraça’ ou como um ‘terror’: ‘eu não conheço um terror no mundo igual a essa empresa pra nós’ (Pajé). A própria perda simbólica da liberdade em seu próprio território faz parte deste ‘mal’” (RIGOTTO e BRAGA, 2012, p. 202, grifos das autoras).

De acordo com Vasconcelos (2010), camponeses, agricultores familiares e indígenas presenciam o avanço sobre suas terras e territórios por monoculturas direcionadas, principalmente, à exportação, alterando o espaço geográfico e as relações sociais, desde a década de 1970. A Figura 27 representa uma das matérias jornalísticas divulgadas entre as décadas de 1980 e 1990, destacando umas dessas ações conduzidas por agroindústrias e fazendeiros, bem como as reações provenientes.

FIGURA 27. Agricultores fazem denúncias de expulsão de terras em Acaraú



Fonte: Jornal O Povo, 06.10.1984.

Dentre as agroindústrias relacionadas ao coco e enfatizadas pelos indígenas, nessa porção do estado do Ceará, destaca-se a D. S/A pelo avanço nas terras dos povos origi-

nários e pela expansão das atividades econômicas que, ao longo do seu processo de territorialização, fez-se acompanhada por tensionalidades e tensões territoriais construídas sobre territórios indígenas e camponeses. Essa interiorização da agroindústria iniciou-se com a compra de fazendas, que já possuíam histórico de concentração de terras em Itarema.

Atualmente, a agroindústria de coco, instalada desde o final da década de 1970 nas terras cearenses, controla três unidades fabris localizadas, respectivamente, em Itapipoca (CE), Linhares (ES) e Juazeiro (BA), bem como sete fazendas no estado do Ceará, concentrando 10 mil hectares.

As terras e os territórios Tremembé mais intensamente atingidos pela monocultura do coco estão na Tapera, Batedeira I e II, bem como na Varjota, localizadas em Itarema (ver detalhes na Figura 28 e no Mapa 2). Silva et al. (2002, p. 37), ressaltam que grande parte das lagoas utilizadas pelos índios Tremembé para lazer, pesca e lavagem de roupas “[...] localizam-se em áreas da Empresa Agroindustrial D., instalada na década de 1980, período a partir do qual não mais se permitiu a entrada dos índios para a utilização das lagoas, [...]”, (FIG. 29) o que nos dias de hoje fora modificado com o controle da entrada apenas para indígenas em alguns dias da semana, após a tensão territorial com as proibições exercidas pela empresa, como nos relata C. da Varjota:

Tinha gente que pescava e morria por causa dos veneno que eles jogava nos rio, porque recente nós tivemos uma audiência com o gerente da firma, por que lá do povo da Tapera e da Batedeira I e II, que é eles que cultivam lá nas lagoa lá. Aí, os índio entra e pesca, porque é de onde eles pesca. E lá

eles [da agroindústria de coco] têm ‘ciúme’ e num deixa pescar. Eles tira água com os motorzão plantado na lagoa. Lá, num entra ninguém de jeito nenhum. Fica vigia de dia e noite. Lá, eles [da agroindústria de coco] cercava até as planta de comida que a gente comia: murici, guagiru... Todas essas plantinha, né? E eles cercaro tudim. Pra entrar lá pra mói de apanharem fruta tem um cancelero pra eles se inscrever, pra eles entrar e sair pra eles ver a bolsa pra ver se num vai coco na bolsa. Aí, num dia eles [os índios] foram pescar e eles [da agroindústria] denunciaram lá o A. M., o C. N. [índios Tremembé], aí eles denunciaram esses dois índios lá da Batedeira II. A firma denunciou eles pra polícia como roubo, que eles tava entrando na lagoa, que a lagoa tava nos território deles pra eles respeitarem, aí eles chamaro nós lá na audiência, pro juiz. Aí, eles [da agroindústria] pediram paz, que era pra pescar mesmo, mas que tinha que entrar na cancela certa, que era pra num ter confusão, porque às vezes entrava um não-índio (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com C., Tremembé da Varjota. In: **2º Encontro dos Povos do Mar**, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012).

O cerceamento e cercamento das lagoas localizadas na Batedeira representam uma das conflitualidades e tensionalidades cotidianas, após tensão territorial “apaziguada” com negociação via as medidas de vigilância, por parte da agroindústria, da entrada e saída do território. Nesse contexto, entre os índios Tremembé e a agroindústria de coco, o conflito foi mediado por negociação, que, à priori, “solucio-

dades das lagoas cercadas pelo agronegócio do coco



Fonte: Tereza Vasconcelos, setembro/2013. Itarema/CE

O avanço da agroindústria de coco sobre as terras e os territórios indígenas Tremembé deu-se intermediada pelo Estado, através dos subsídios fiscais, o apoio dos representantes políticos locais e da ala conservadora da Igreja. Inicialmente, nos fins da década de 1970, com a compra de fazendas, que já estabeleciam relações de patronagem na região, os grupos empresariais motivados pela monocultura do coco deram continuidade e intensificaram as relações

constituintes da concentração fundiária. Um dos primeiros caminhos foi a expulsão, provocando a expropriação dos Tremembé da Tapera e mediações, bem como o ensejo pelo domínio e controle com a criação da “Vila D.”, que carrega na própria denominação o nome da empresa. Algumas das famílias amedrontadas com a situação se dispersaram, outras permanecem apertadas entre coqueirais, cercas e venenos sendo “empurradas” para o mangue que chega a adentrar as casas ou que é adentrado por estas, quando a “maré enche”, fazendo com que a água atinja as cozinhas dos Tremembé. Além da restrição nos quintais para plantarem e reproduzirem a família, em que reclamam não terem mais espaços, a presença constante de mosquitos e a degradação do manguezal constituem-se como elementos que fortalecem e são fortalecidos pelas tensionalidades.

Na década de 1980, desejosos pelo avanço de mais terras para a monocultura do coco, a agroindústria buscou atingir outros territórios como os camponeses da Lagoa do Mineiro, atualmente assentamento de reforma agrária e os Tremembé da Varjota. Nesse período, no âmbito da ebulição de conflitos e tensões territoriais, foi impetrado pelos Tremembé usucapião da terra, fruto da tensão territorial, a partir da mobilização do movimento socioterritorial motivados pelas ações da CPT, Diocese de Itapipoca, AMIT, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itarema e MST, além de parceiros missionários, pesquisadores e advogados.

Nos dias de hoje, essa situação encontra-se sob juízo. Desse modo, a tensão territorial dera lugar à tensionalidade, formando na Varjota um enclave, como compreende

Valle (2009), ao estar comprimida entre o rio Aracatimirim e as plantações de coco, conforme nos apresenta, mais à frente, o Mapa 2.

Nas estratégias utilizadas para a entrada da agroindústria de coco está o parcelamento do território diferentemente das antigas territorializações, que possuíam, inclusive, denominações criadas e legitimadas pelas comunidades, a exemplo, do Córrego Preto, os Amaro etc., ressaltadas pelas palavras de C., Tremembé da Varjota:

A minha mãe nasceu e me criou lá. Ela já tem mais de 80 anos. A mãe dela também, num foi? [pergunta pra colega do lado]. O pai dela também. Agora o meu pai, não. O meu pai não nasceu lá. Ele nasceu no Cachorro Magro. Aí, ele casou com ela e morreu lá [Varjota]. Ele já faleceu. E eu nasci e me criei. O meu marido é de lá. O meu sogro foi pegado a ‘dente de cachorro¹¹¹’. ‘Pegado a dente de cachorro’ lá. Aí, foi que todos moraram lá e apareceu essa D. [agroindústria de coco] por lá, atrás de invadir e até que tá, ficou lá! Tá lá e foi um processo muito grande, que se fosse te contar num terminaria hoje isso aí, essa história da D. lá. O que ela fez com a gente, o sofrimento que nois passemos lá. Porque lá na Varjota, aonde eu morava, a gente tinha os nome: era Amaro, ela aqui morava no Córrego Preto. Tudo era um lugar só, mas tinha essas divisãozinha. Aí, a D. [agroindústria de coco] entrou lá e ela invadiu até os nossos cercado. Invadiu

111 “Os Tremembé emitiam e formulavam relatos, narrativas orais, histórias, enunciados, juízos e lendas. Podiam ser também comentários, anedotas e provérbios. Dentre os diversos elementos semânticos, havia uma enorme discussão sobre as antigas ‘matas’, sobre a distinção entre ‘índios brabos’ e ‘mansos’. Aludiam com frequência à vulgata da ‘avó pegada a dente de cachorro’, que tinha sido ‘amansada’”. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tremembe/10063>> Acesso em: 05 jul. 2015.

os nosso cercado, abriu, derrubou as cerca, os animais entraram e comeram as plantaço. Nessa época, ninguém tinha nada, nada, nada [de material]. Só os filhos mesmo e mais nada (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com C., Tremembé da Varjota. In: **2º Encontro dos Povos do Mar**, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012).

Diante do real, o agronegócio do coco representa a verticalidade, a entrada do “estranho”, chegada/invasão de quem é de “fora”. É nessa escala que nos detemos a buscar compreender as tensionalidades e tensões territoriais, porque as conflitualidades e os conflitos exercidos por meio desse embate: verticalidades e horizontalidades é dado no território ou nos territórios, pois, nesse contexto, a cobiça pela terra se deu (e se dá), através de estratégias que perpassam pelo domínio do território nas vielas materiais e imateriais, como nos revela o Quadro 16, a partir dos ricos depoimentos dos Tremembé.

QUADRO 16. Terra, Trabalho e Território: as facetas das conflitualidades e tensionalidades pelo agronegócio do coco nos Tremembé

Por exemplo a D. [agroindústria de coco], quando ela veio se instalar aqui, ela enviou um ofício pra FUNAI e a FUNAI disse que eles não podia se instalar aqui, porque era terra indígena e, mesmo assim, eles passaro por cima. E, na época, foi despejado gente. Foi botado gente pra fora, né? Pra que a D. [agroindústria do coco], hoje, pudesse se instalar dentro do aldeamento. E, naquela época, a força do povo era pouca, porque não tinha ninguém que tivesse hoje exatamente o conhecimento. Essa rede de parceiros, que a gente tem hoje, que desse valor, né? Porque hoje quando se trata da questão indígena, até hoje é uma questão muito delicada, porque não é todo mundo que aceita essa questão não! Não é assim não. Hoje a gente ainda ta aí no rebuliço. E nós já tem é uma aposta, que no dia que a gente ganhar essa questão, o que é de coqueiro a gente vai meter o machado e vai cortar tudo! (Entrevista com Sr. F. M. do N. Praia de Almofala, Itarema/CE, maio de 2013. Por Tereza Vasconcelos).

Encurralados. Onde nós mora, entre Tapera, Batedeira e Varjota. Tem a estrada na Varjota. Aí, aqui da estrada pra chegar na empresa do coco, nós tem mais ou menos uns 3 km, nós na Varjota. Aí, pra cá, num dá nem um quilômetro e dá no rio, pra cá, aí nós vive aqui. E na Tapera, na Tapera não tem nenhum passo. Se você der um passo, da sua porta pra cá, você tá dentro da empresa. Se você der um passo pra lá, você tá dentro do rio. Na Tapera é assim. O arame da empresa do coco é nessa casa e essa casa é o pessoal da Tapera e no arame é a empresa e chegou ali na cozinha já é o rio, viu? Dentro da casa da gente. Na verdade, a empresa do coco ela está dentro das casas na Batedeira e na Tapera. Na Varjota eles tentaram passar o arame, mas eles passavam de dia e a noite a gente se reunia. Eu não porque eu era pequeno, mas meus pais, meus tios se reuniam, os pessoal mais velho e arrancavam as estacas e os arames juntava tudo e tacava fogo. Fizeram várias vezes, umas quatro ou cinco. Aí, eles desistiram.

A empresa mermo, ela tá com mais do triplo da terra que ela tinha. A nossa terra, que a gente briga por ela. Que é o que tramita na justiça ela é quatro mil e novecentos hectares de terra. Dessa terra, mais ou menos dois mil hectares de terra tão na empresa.

Tem, tem... Muita gente da Tapera, muita gente da Varjota, a única comunidade que não tem ninguém, que não trabalha ninguém dentro da empresa de coco é na Passagem Rasa e na Praia, lá na escola, o seu João Venâncio. Mas nas outras comunidades é muita gente, muito índio que trabalha dentro da empresa. Na Tapera é quase 80% do pessoal que tão dentro na empresa. Muito, muita gente. E a empresa faz é questão! Se eu quisesse hoje arrumar um emprego dentro da empresa, ela fazia era questão, porque vai brigar índio com índio, né?

São pião mesmo, né? A gente chama, né? Na linguagem popular. Não tem chefe de escritório, não tem feitor, gerente de turno. Não tem ninguém ocupando esses cargos lá, até pela escolaridade, né? Que eles fala. É, são pião, são vigia. Isso é pião pra correr atrás de trator e rebolar o coco dentro.

É precária, precária mesmo. Eles tem uns ônibus lá dentro do galpão, que eles tem lá dentro da empresa, que aí veio o Ministério do Trabalho disse que tinha que deixar os trabalhador lá onde eles vão trabalhar e depois ir buscar de volta. Inclusive meu irmão adoeceu dentro da empresa, essa é boa! Criou uma doença lá nos pés dele. Hoje os pés dele é tudo lascado. Não pode pegar sol, nem chuva, nem terra quente, nem fria, num pode ter nem alegria nem raiva. Ele pegou lá dentro da empresa.

É isso mesmo que a gente tá dizendo. Às vezes, ninguém compreende o porquê do nosso povo que o nosso povo trabalha dentro daquela empresa. A nossa terra ainda é pouca, mas nós temos terra pra plantar arroz, milho, feijão e temos os rios que dá pra gente pescar. Hoje praticamente nas nossas casas lá todo mundo tem o bolsa família, tem o aposentado em casa e dá pra ir levando e mesmo assim o povo prefere passar por esses sofrimento.

Nas costas! Porque é assim, tem os derrubadores do coco, aí ele vai na frente e derruba os coco, vem atrás a caçamba com os catadores, porque em cada caçamba vem três pião que eles chama, vem três trabalhadores, porque a máquina vai na frente e eles vem atrás pegando e botando no trator (Sr. F. C. M. J. do Território Indígena de Varjota, Itarema/CE. Por Tereza Vasconcelos, em julho de 2013 em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembleia do Povo Tremembé)

Eu tenho certeza, a gente tem certeza como pode chegar um pesquisador pesquisando por “baixo dos pano” cada trabalhador que tá trabalhando ali na firma, índio, porque que eles tão trabalhando na firma, o que é que significa. Porque eu tenho certeza que eles diz que tá precisando e por que é que eles tão ali, se eles querem sair da empresa. Eu tenho certeza que cada um ali vai dizer que não quer sair da empresa. Cada um vai dizer que aquela firma tá servindo demais. Cada um ali vai dizer que tava necessitando. E é isso que ela tá fazendo, se aproveitando de cada um deles, de cada um daqueles índios que tá ali, que vai pra lá morrer, porque lá é uma morte o que eles tão fazendo. O nosso povo tá quase todo morrendo de câncer! Morrendo de câncer! O nosso povo tá lá a maioria que tá morrendo é morrendo de câncer, que pega na firma. Ela pega o veneno e bota lá. Vai pra nossa água, vai pro nosso rio que é de onde a gente tira o sustento e povo trabalhando com veneno lá dentro da firma. Tem gente que cega, tem gente que cria aquelas ferida na perna por causa dos veneno. E é isso que tá acontecendo. A gente sai de lá, chega em casa e morre. Só que ela cria nome e força por causa deles (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com L., Tremembé da Varjota. In: 2º Encontro dos Povos do Mar, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012).

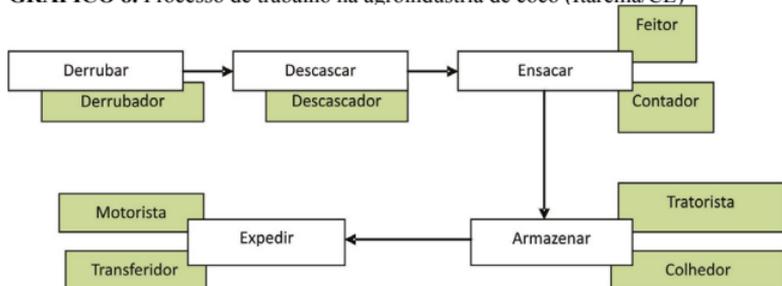
Quando ela [agroindústria de coco] entrou lá eu me lembro que meu filho mais velho ele podia ter uns 9 anos e o Eli [filho mais velho] hoje tá com 34 anos. Já tá com mais de 20 ano. Tem muitos que trabalha. Até nossos filhos trabalham. O que eu acho? Eu acho assim: os meus filhos eles foram uns meninos que foram criados sem pai, certo? Nesse tempo dessa invasão, que eles [agroindústria D. S/A] vieram lá o pai deles morreu, certo? Meus filhos eram tudo menino, tudo criança. Morreu [seu esposo] de doença mesmo. Ele enfraqueceu da luta que foi tão grande, tão forte que ele enfraqueceu sem comida, sem nada, meus pés [roçado] tudo... porque eles arrastaram tudo enquanto tinha das coisas da gente, né? Roça, feijão, essas coisa tudo, a gente ficou “espinado”, sem nada, ficou com a vida, ficamos com a vida. Nesse período mesmo, do trabalho que lutaram pra sobreviver com a família, ele enfraqueceu e deu a doença e ele morreu. Então, eu fiquei com esses nove filho. Trabalhando de enxada, aí foi quando o tempo que ela [D. S/A] entrou mermo, né? Pra atralhar. Até eu trabalhei pra cuidá deles, porque eu num tinha do que viver. Eu num tinha o que sobreviver com meus filhos. Trabalhei. Trabalhei, num vou mentir! Era encateando coco. Era o tempo do plantio, o tempo que eles estavam fazendo os canteiro de coco pra encanterar e plantar coco, aí o meu serviço era esse. E era nas vala, tinha os trabalhador cavando as vala e a gente puxando por baixo pra encanar, pra fazer a encanação das água. Trabalhava de 5 às 5. E foi, foi muita lá de nós que fiquemo sem nada, que trabalhamos pra sobreviver, porque nós num tinha do que viver. Num tinha o que a gente se apegar. De jeito nenhum! E a gente tinha que comer, minha fia. Era o jeito (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com C., Tremembé da Varjota. In: 2º Encontro dos Povos do Mar, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012).

Fonte: Entrevistas realizadas por Tereza Vasconcelos, ao longo dos trabalhos de campo

Essa realidade condiz com os estudos realizados por Rigotto e Braga (2012), por solicitação da AMIT e do Ministério do Trabalho e Emprego. Através do conhecimento

da divisão territorial do trabalho, as pesquisadoras identificaram as problemáticas associadas, especialmente às funções que, em grande parte, são ocupadas por indígenas, tais como: derrubador, descascador e colhedor dos cachos de coco (Gráfico 8). Ensacar e armazenar para expedir os frutos fica a cargo dos feitores, contadores, tratoristas e motoristas, funções ocupadas, em grande parte, por trabalhadores rurais que não se identificam como indígenas ou, ainda, por índios Tremembé que “ascendem” funcionalmente.

GRÁFICO 8. Processo de trabalho na agroindústria de coco (Itarema/CE)



Fonte: Rigotto e Braga (2012).

O trabalho exaustivo, intensificado pelo sistema de “metas”, as dores nas costas, a presença frequente de casos de hérnias inguinais, possivelmente formadas pelo peso dos cachos de cocos nas corridas atrás dos tratores, somam-se a falta de estruturas adequadas para refeições ou armazenamento dos alimentos e as diminutas instalações sanitárias disponíveis evidenciadas no período da pesquisa realizada (ano de 2009)¹¹².

112 “E cada um lerra [comida de casa]. Agora eles dão a bolsa, uma panelinha réia, um bichim réi, uma marmitinha. Dão um chapéu, dão um óculos, dão umas luva, dão bota, dão a roupa. Eles tão dando tudo agora, depois de tanto tempo que a gente vevi entrevistando o povo aí. Aí, agora eles tão dando tudo, porque antes nada! Nada disso. Era só ir pra lá e pronto! Num tinha nada, mas agora eles já

Com a entrada do agronegócio do coco nas terras Tremembé da Batedeira, Tapera e Varjota, evidenciamos que as tensionalidades seguiram-se de tensões territoriais e que, por sua vez, aportaram-se em novas/velhas tensionalidades num movimento cíclico territorial. Nesse imbricamento, tendo como elementos a Terra, o Trabalho e o Território, a presença cada vez mais presente e sistematizada dos movimentos socioterritoriais se apresenta como importante para o encontro de possibilidades.

5.1.1 Perímetro Irrigado Baixo-Acaraú: o Estado e a “destruição” criativa

Influenciado pelas águas do rio Acaraú, segundo maior rio em extensão do Ceará, o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, com 40.000 hectares de abrangência, foi planejado para atender o agronegócio da fruticultura, conforme o modelo dos perímetros irrigados instalados no Ceará, especialmente, a partir da década de 1990, tais como os Perímetros

tão dando essas coisa. [...] É sim! [trabalho manual] Com a mãozinha. Trabalho com a custa deles mesmo? Sem motor, sem nada? É sim! É com uma vara. Uma vara mais grande do ‘mundo’, de bambu pra tirar lá levantando pra ‘ruma de riba’, aleventar com toda a força. Com os braços dele pra tirar a lagarta do coqueiro, seja que tamanho for o coqueiro, pra tirar a lagarta lá da paia do coqueiro. Acho que é uma foice na ponta dessa vara de bambu, num sei de quantos metros.

Já tem rente lá que tá com esses ‘peito tudo aberto’, que reri pelos hospital, que vive se tratando e tão lá, porque eles num dão folga de nada! [...]. E o que é juntano coco, né? Juntano coco, também esse é que com a vara derrubando coco também, né? Derrubando coco com uma vara de bambu e uma foice na vara. Aí, com essa vara derrubando, derrubando lá e outros trabalhador juntando as penca de coco, um trator andando na frente sem parar. Um trator passando na carreira de coqueiro e o trabalhador juntando as penca de coco e correndo atrás levantando com toda força pra jogar dentro do trator. E é sem parar. O trator andano direto, num para. O trator passando andando e o trabalhador pegando a penca toda e jogando” (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, com L., Tremembé da Varjota. In: 2º Encontro dos Povos do Mar, Serviço Social do Comércio (SESC), Caucaia/CE, 2012).

Irigados Tabuleiro de Russas, Jaguaribe-Apodi e Araras Norte. Concebidos sob o viés do neoliberalismo, esses fixos geográficos surgem embrenhados a essa finalidade.

Dentre a produção agrícola, o Perímetro Irrigado destaca-se pelo cultivo da banana e coco, contribuindo para que o município de Acaraú, frente às estatísticas do IBGE e as demais produtividades agrícolas tenham acrescido a produção de coco de 7.500 para 24.459 frutos, numa escala temporal compreendida, entre os anos de 1990 a 2012. Dentre as agroindústrias estabelecidas no perímetro irrigado relacionadas à produção e beneficiamento do coco, encontra-se a Agroindústria E. (Figuras 30 e 31).

FIGURA 30. Destaque à monocultura do coco na paisagem



Fonte: Website da empresa

FIGURA 31. Fotografias aéreas da unidade fabril no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú



Fonte: Website da empresa

Nessa perspectiva, as tensionalidades e tensões territoriais estão presentes, desde a desapropriação à instalação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, localizado entre os municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco¹¹³, na porção Noroeste do estado do Ceará, em que, de acordo com o DNOCS, 83,63% das áreas irrigáveis estão presentes em Acaraú (VASCONCELOS, 2010).

Ao contrário dos demais perímetros nos quais os colonos e/ou irrigantes possuem somente as posses de terras, anos depois a serem negociadas com o DNOCS, no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú os proprietários, ao comprarem lotes agrícolas, recebem os títulos de terras, reconhecidos e legitimados no cartório da comarca de Acaraú (VASCON-

113 O município de Acaraú, conforme o Censo Demográfico (2014) divulgado pelo IBGE, conta com 60.684 habitantes e está a 253 km de Fortaleza, enquanto Bela Cruz e Marco possuem 31.956 e 26.219 habitantes, distantes 245 km e 220 km, respectivamente, de Fortaleza.

CELOS, 2010, p. 145). Desse modo, no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, implantado no ano de 2001, destacam-se os recursos utilizados na irrigação, provenientes do meio técnico-científico-informacional, o intenso *marketing* agrícola e a expansão do mercado de terras, aspectos evidenciados por meio dos fixos e fluxos geográficos relacionados à agricultura irrigada instaladas às margens da BR 402, na comunidade do Triângulo de Marco (Marco/CE), onde também se localiza o escritório do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú (DIBAU), representante do DNOCS e responsável pelo gerenciamento do perímetro.

As desapropriações iniciadas em 1987 para a construção do perímetro irrigado atingiram as comunidades de agricultores, pescadores, artesãos e indígenas, especialmente o território de Queimadas da etnia Tremembé, tendo em vista que suas terras estavam dentre aquelas selecionadas pelo DNOCS à fruticultura.

Alguns agricultores com os preços pagos às suas benfeitorias deslocaram-se para os municípios vizinhos, enquanto outros retornaram ao projeto sob a condição de reassentados, embora muitos tenham vendido os lotes agrícolas ou, ainda, tenham saído destes locais por não conseguirem manter os custos elevados com a irrigação, indo residir nas aglomerações subnormais dos municípios onde está localizado o perímetro. Foi o que ocorreu com os antigos moradores da comunidade do Triângulo de Marco, reassentados no perímetro e que possuíam como principal atividade a agricultura. Atualmente, residem na Vila dos Amaros (Marco/CE) sob condições precárias de moradia, por não conseguirem reativar a irrigação no lote agrícola.

Convivendo com as tensionalidades, alguns reassentados que, no início do projeto de irrigação, organizaram-se em associações a fim de conseguirem empréstimos, junto ao BNB para produzirem, especialmente, melões para a Holanda, receberam mandado de penhora dos seus lotes e benfeitorias, dentre essas a produção familiar, por não terem saldado as dívidas bancárias.

O fato ocorrera entre os 43 reassentados da Associação de Produtores do Acaraú (APA) que reclamam o não recebimento da produção agrícola negociada e intermediada, à época, pela Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará (SEAGRI) ao exterior. Essas conflitualidades/tensionalidades, que redundaram nessa situação contribuem, decerto, para motivar e constituir conflitos e tensões territoriais, a partir da (re)organização dos movimentos socioterritoriais formados pelos atingidos.

Harvey (2011) trata essas próteses que açambarcam os territórios e remodelam a natureza aos sabores dos interesses do capital, como “destruição criativa”. O autor ainda acrescenta que essa destruição de modo criativo e eficiente se personifica na figura do Estado e nas estruturas do capital ou, ainda, nos seus representantes. Assim, conforme Harvey (2011, p. 152):

Por mais que muitos agentes atuem na produção e reprodução da geografia da segunda natureza que nos cerca, os dois principais agentes sistêmicos no nosso tempo são o Estado e o capital. A paisagem geográfica da acumulação do capital está em perpétua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumula-

ção adicional (incluindo a especulação sobre a terra) e, só secundariamente, tomando em conta as necessidades das pessoas.

Para os integrantes de Queimadas da etnia Tremembé, em Acaraú, o perímetro representou a invasão das terras indígenas, durante os anos de 1990, contando, para tanto, do apoio do Estado, representado pelo DNOCS, no intuito de transformar as terras indígenas em terras de negócio, intensificando os conflitos a partir da conflitualidade promovida. O desconhecimento dos Tremembé foi uma das estratégias utilizadas pelo Estado para a entrada do perímetro, conforme o seguinte depoimento obtido por Vasconcelos (2010)¹¹⁴:

Então, quando foi em 1988, entra esse projeto Baixo Acaraú e foi concluído, segundo eles chamam, a indenização em [19]91, tempo dos cruzeiros novos. Na época, tinha 12 famílias aqui, os mais velhos. Aí o DNOCS chega alegando que ia dar um ‘cafezinho’ e atrás do ‘café’ vinha 516 cruzeiros novos, tudo bem, quem é que não gosta de dinheiro, prometendo que ninguém ia sair daqui? Não aturou seis meses e lá se vem os topógrafos abrindo as picadas e aí mandaram os 12 mais velhos assinar um termo e nós, doido para comer uma carniinha de porco, tudo bem! Aí nos reagimos e como nós não aceitamos fomos parar na justiça. Foi no tempo que nós alegamos que nós era índios, provamo que nos sono ín-

114 Salvo as peculiaridades, o processo de invasão, expropriação e exploração indígena no Ceará, bem como na América Latina muito se assemelha às formas sangrias utilizadas na América do Norte com os índios do Oeste Americano. Desse modo, Dee Brown em *Enterrem meu coração na curva do rio* (2011) [1970] discorre: “Suas maneiras são decentes e elogiáveis” e “O único índio bom é o índio Morto” apontando as facetas do colonialismo e da “civilização americana”.

dios e hoje somos reconhecidos mundial, mas teve ruim porque eles mandaram os 12 [índios] mais velhos assinar um termo e no termo dizia que era referente a uma indenização e eles [índios mais velhos] não entendia de nada, foram enganados. Como nós entramos na justiça, quando foi no dia 21 de março de 2005 lá se vem o despejo. E aí aqui, acolá. Perdeu a questão aqui, no dia 17 de março de 2005, lá na procuradoria da República do Estado do Ceará e aí a justiça deu 48 horas para a gente sair. Caiu num final de semana e aí na segunda feira, numa plena semana santa, olha aí a questão da Igreja! Mas o despejo não aconteceu, porque vinha 300 índios para cá, aí a missão [Missão Tremembé] foi lá no juiz e alegou que ia deixar acontecer esse problema aqui. (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos com Tremembé de Queimadas/Acaraú. Dezembro, 2009).

Desde 1927, os Tremembé territorializaram-se em Queimadas (Acaraú,CE), terras que, décadas depois, o Perímetro Irrigado Baixo Acaraú alegaria ser de domínio do DNOCS. As suas origens também se entrelaçam ao aldeamento de Almofala (Itarema,CE) de onde partiram influenciados e impulsionados, principalmente, pelo avanço das dunas sobre o povoado de Almofala no século XIX, pela seca de 1888 e, sobretudo, pelas expropriações de terras. A partir das diásporas, instalaram-se na Lagoa dos Negros, Telhas e Pedrinhas. A presença de água e mata nativa constituíam elementos importantes para a sobrevivência ao saciar as necessidades fisiológicas e também espirituais, por meio dos encantos que os Tremembé relacionam à natureza (BRIS-SAC e NASCIMENTO, 2005; PATRÍCIO, 2010).

A cobiça pela terra despertou atenção de fazendeiros, que se utilizaram da violência para dominar as terras próximas à Lagoa dos Negros, hoje assentamento de reforma agrária. Essa realidade fez com que os Tremembé, mais uma vez, se desterritorializassem chegando a “Queimadas”, assim denominado pelas condições semiáridas. Os depoimentos esclarecem as raízes do povo de Queimadas, ao mesmo tempo em que revelam as aspirações que essas terras já despertavam para proprietários da região:

Meu pai e meus tios diziam que no dia 12 de setembro do [19]27 eles chegaram aqui. Aí, ficaram e ficaram. Aqui porque eles chamam “Queimada” é porque tinha passado um fogo e essa terra tinha queimado tudo, só tinha uns paus em pé. Aí se arrancharam aqui. Isso no [19]27. Passou-se, passou-se, passou-se aí foram morrendo os véio. Chegaram aqui sete: Antônio Mariano, Chico Condorosa, Silvino Camilo, Félix, que é o meu pai, João Carneiro e Manoel Ferreira. Acho que já deu os sete. E Zé Maria. Na companhia vinha a Teresa Camilo, e a Joana, que eram moça véia, vinha a nossa avó que era a mãe Rita Camilo. Aí quando chegou aqui ficaram. Também a França, que era casada com o Zé Maria, dos sete. Aí ficaram aqui morando bem legal, comendo as cacinha e dormindo mal dormido, mas vivendo, que bem ou mal tudo é passadio pra pobre. E o que que acontece? Fiquemos nisso, fiquemos nisso e foram morrendo. Quando morreram os véio tudinho os homens, ficou as mulheres. Aí o povo mesmo do Acaraú se compadeceu delas e vamos fazer um documento desta terra antes dos tubarão. Aí fizeram no [19]57, da légua de terra como era que eles tinham che-

gado, mas botaram os confinantes logo. Do jeito que diz aqui: Manoel Duca da Silveira no Norte, Zé Emiliano de Freitas no Sul, Antônio Monteiro da Costa no Poente e a carroçal do Acaraú a Fortaleza; diz tudinho no documento. Aí as véia morreram e nós ficamos, e aqui tamos quando chega o DNOCS se apresentando (O sábio e já falecido Pajé Zé Tonheza, In: BRISSAC E NASCIMENTO, 2005, p. 14-15).

Como documenta Leite Neto (2006), com o surgimento dos cartórios os moradores de Queimadas garantiram uma porção de terras para seus plantios, o que veio a se agravar, posteriormente, com a entrada do DNOCS, de acordo com Z. integrante do território indígena:

Aí quando foi em 1957, apareceu os cartórios nas regiões, nas cidades, também atrás de um pedacinho de terra e aí acabaram dando uma escritura pública feita em 1957, mas por um pedaço acolá [...]. O documento reza que é uma légua de terra, isso em 1957, [...], e aí começaram a imprimir, sei que ficou aqui só no pedacim e para completar lá se vem o DNOCS, aí acabou de imprimir mesmo (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos. Acaraú, dez./2009).

As terras indígenas estavam dentre aquelas marcadas para a construção do perímetro e, assim, em 1991 o DNOCS começaram os trabalhos de desapropriação em Queimadas. Nesse ínterim, a criatividade exercida pelas técnicas e tecnologia para a construção do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú destacou-se por meio da destruição de serrotes, considerados pelos Tremembé, apoderados pelos encantados, relacionando

espiritualidade e natureza, assim como compreendem também as lagoas, matas e os animais. De acordo com Brissac e Nascimento (2005) esses serrotes considerados sagrados foram destruídos para se extrair terra e piçarra com a finalidade da construção da infraestrutura do perímetro, tais como as estradas. Nestas formações geológicas (serrotes) provinham plantas medicinais, que a partir dos saberes Tremembé contribuía para o trato de algumas enfermidades. Essa associação da natureza à proteção, alimento e espiritualidade nos é evidenciada, através dos ensinamentos de Antônio Félix¹¹⁵:

Era aí que eu queria sair, no caba DNOCS. Nós tinha dois serrotes como sagrado. Ninguém não brocava, só conservando ele para quando caísse uma pessoadoente. A gente ia tirar casca de pau lá. E o que o DNOCS fez? Ele meteu-lhe o trator e esbagaçou tudinho, tem só a laje embaixo. Acabou, acabou, pra fazer piçarreira pra aterrar isso aí. Num chega ocasião de dizer que o DNOCS indenizou nós com 6 mil conto pra esse povo. Cadê aquele serrote? Quantas carradas de pedra tu tirou d'acolá? E nós não dava ele pôr dinheiro nenhum que era de onde nós tirava as cascas de pau, as folhas... O DNOCS limpou tudo, tá só o limpão. Catingueira, a casca dela é bom pra quem sofre das urinas, faz o chá dela e toma pra urinar direito, a fulô pra gripe; o mufumbo, o sujeito leva um corte aqui, tá disparado botando sangue, pega morde um bocado de folha, mastiga, bota em riba, a rapa também serve; o marmeleiro, a rapa é bom pra dor de barriga, fez o chá, tomou, acabou-se, é ligeiro; an-

115 Antônio Félix foi um dos primeiros Tremembé de Queimadas. Há alguns anos faleceu em Queimadas, de onde não saiu.

gelca, arranca a raiz do lado do sol pra fazer garrafada pra mulher; emburana de cheiro, a semente torra pra botar num rapé, pra pisar com fumo pra tomar para estalecido, é o primeiro remédio, pra tomar no nariz; tiú amarga demais, serve pra reumatismo; batata-de-purga corta ela e ela tem uma resina, a resina o sujeito rapa e faz as piulinhas e aí é piula de batata e a rodinha a gente deixa secar e pisa no pilão, peneira no pano, faz a goma de batata chamada; papaconha eu não vou mentir, não tinha no serrote, tem nas capoeiras. Chá para as crianças, pra anemia: papaconha, Ave Maria! Pau-d'arco roxo serve até pra tuberculose. No serrote não tinha, mas encostado das Pedrinhas tem. Jucáinha, tinha. A casca do jucá pra pancada, o sujeito tira a casca e bota de molho. Aroeira, rapa ele e bota de molho, as vezes o sujeito tem pegado uma pancada e tem uma inflamação dentro. Esses é os remédios que nós usa. Aroeira é bom pra inflamação. O sabiá verde bota muito no umbigo das crianças. É da madeira, ele dá um pozinho. Jurema preta é a goma dela, pisa, machuca a casca, bota água, desce uma goma e a gente bota pra sarar ferimento. Almeixeira é só mais pra mulher. Não tinha jatobá, nem angico que é muito bom para quando o sujeito leva uma pancada. Quando os meninos levam pancada a gente vai atrás de pau-ferro nos outros cantos. Outro remédio pra puxar carnegão é a folha da xanana (BRISSAC e NASCIMENTO, 2005, p. 34-36).

Nesse contexto, as dificuldades pelas quais já passavam associadas, especialmente, pelo desconhecimento das normatizações jurídicas ocidentais por parte dos Tremembé

de Queimadas, fora utilizado como estratégia para que eles assinassem papéis de consentimento. Isso gerou, naquele momento, tensionalidades que, posteriormente, agravaram os conflitos e, portanto, tensões territoriais, entre todos os grupos Tremembé em embate com o DNOCS.

A questão foi mediada pela FUNAI, em Brasília, enquanto as famílias de Queimadas aguardavam a demarcação da Terra Indígena (912 hectares). Ao lado dos lotes do perímetro até o ano de 2008, não possuíam abastecimento hídrico adequado.

A instalação do perímetro irrigado contribuiu para adentrar conflitualidades no território de Queimadas, tais como a exploração da força de trabalho indígena e os malefícios causados pelos agrotóxicos utilizados na irrigação dos lotes vizinhos aos Tremembé. Segundo Vasconcelos (2010, p. 161), essa realidade se agrava, pois alguns Tremembé estavam dentre os contratados como diaristas nos lotes agrícolas, ao lado de outros trabalhadores oriundos de comunidades locais, até mesmo daquelas que resistiram à desapropriação de terras. Esses dados entram em consonância com o seguinte depoimento:

Primeiro lugar não foi muito bom o DNOCS próximo à gente, né? Tem muita aqui é poluição, veneno chegando, mosca, inseto chegou aí ‘adoidado’, pronto, foi o que ele trouxe. Com exceçãozinha de algum índio que hoje trabalha por lá, na diariazinha, certo? Até nós já andamo já ‘puxando na orelha’, mas eles dizem assim e a comunidade todinha: “- Como é que nós vamo viver nas Queimadas, se nós num tem um ganhozim de nada?” Então eu fui e disse que “- Você

podem se considerar um índio desaldeado, são daqui sim, mas não tão morando aqui”. Tem gente já se sentindo mal, com os osso doendo, por conta do veneno (Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos com Z., integrante do território indígena Tremembé de Queimadas, em Acaraú, dez./2009).

O uso intensivo de agrotóxicos constitui um dos graves problemas trazidos pela pulverização, tanto por vias aéreas, quanto pelo contato direto pelos trabalhadores atuantes nos lotes agrícolas. Além disso, o descarte das embalagens vazias dos venenos que, por muitas vezes, são encontradas nas aéreas circunvizinhas à Terra Indígena de Queimadas representa um dos riscos à que estão submetidos diretamente e diariamente os moradores desse território e demais comunidades (Figuras 32 a 34).

FIGURA 32. Morador de Queimadas destaca uma das embalagens vazias de agrotóxicos



Fonte: Tereza Vasconcelos, Acaraú/CE. Novembro, 2013.

FIGURA 33. O rótulo da embalagem aponta: “Este produto é MUITO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE (CLASSE II)”



Fonte: Tereza Vasconcelos, Acaraú/CE. Novembro, 2013.

FIGURA 34. Ao longo das ruas que circundam a Terra Indígena Tremembé de Queimadas identificam-se embalagens vazias de venenos (despejo irregular)



Fonte: Tereza Vasconcelos, Acaraú/CE. Novembro, 2013.

Essa realidade também se faz sentir pelas comunidades que, junto aos Tremembé, encontram-se “apertadas” entre canais, tubulações e lotes agrícolas. Nesse sentido, o Croqui 1 apresenta, na configuração do território planejado pelo Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, a situação da Lagoa de Santa Rosa, São Gerardo, Nova Morada, Canecão, Baixa do Meio, Escondido, Telha, Capim Açú, Cajazeiras, Oriente e Alpercatas, bem como de Queimadas¹¹⁶.

Atualmente, a Terra Indígena (TI) de Queimadas está identificada, delimitada e reconhecida, como posse permanentemente indígena, sendo encaminhada para demarcação, conforme Portaria nº 1.702 de 19 de abril de 2013 (BRASIL, 2013)¹¹⁷. No presente ano (2015), para findar o processo demarcatório com Decreto de Homologação em Diário Oficial da União necessita-se da desintrusão, fase que pode demandar conflitos e tensões no próprio território (BRASIL, 1996c). Apesar do processo de regularização fundiária, os vizinhos (lotes agrícolas) permanecem com as mesmas práticas e objetivos voltados ao modelo gerado e gerido pelo agronegócio.

116 A metodologia para a elaboração do Croqui 1 foi construída mediante a digitalização e o georreferenciamento dos territórios envolvidos, tendo como base a planta baixa do projeto original do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú.

117 Ver também: MELQUÍADES JR., *Jornal Diário do Nordeste*, 24.02.2012; PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRA NO CEARÁ AVANÇA (Samara dos Anjos, *Jornal O Povo*, 28/04/2013); Santiago (2013) em: *A festa de demarcação: índios Tremembé comemoram portaria declaratória da TI Tremembé de Queimadas* <<http://tremembedeacarau.blogspot.com.br/2013/05/a-festa-da-demarcacao-indios-tremembe.html>>

Nessa perspectiva, ainda que não tenham cessado as tensionalidades, as tensões territoriais contribuíram, de certa forma, para o florescimento de possibilidades para transformações, como demonstra a conquista que caminha à demarcação. Assim, práticas de convivência com a natureza e com o próprio território foram retomadas, ainda que a passos descontínuos à velocidade de expansão do agronegócio e dos venenos (agrotóxicos):

Só queria dizer que antes, a maioria todo aqui trabalhava nesse perímetro irrigado, justamente, por causa que a gente num tinha outra fonte de renda pra gente pra poder viver. Eu fui um que trabalhei três anos no perímetro com pulverização. Graças a Deus nunca me senti mal, mas depois de dois anos comecei a sentir tontura, dor de cabeça, às vezes. Trabalhava com veneno forte sem equipamento, diarizinha pouca, mas tem que sobreviver. Hoje não. Hoje a gente já tá com grupo que trabalha agroecologia, aqui dentro que é o grupo da gente, meu mermo também e aí a gente foi trabalhar com agroecologia, sem veneno. A gente trabalha com gosto. Certo que ao redor da gente as plantas da gente sempre vai ser... por conta da mosca. A gente procurou não colocar veneno, mas a gente tá trabalhando com um grupo grande pra combater com repelente natural: macunã, piticum, com a pimenta. É um produto que a gente tem que usar quase que diariamente, por causa que nosso arredor é só lote, só veneno. Pulveriza um lote bem aqui, acho que pela aqui todo mundo aqui se envenena, porque o cheiro é forte, com certeza! Quem é que não sente? Tem lote vizinho aqui a comunidade. Um trator

polverizando isso aqui por trás todim. [...]. Mas, a gente tá tentando fazer o máximo possível de reflorestamento na comunidade, na aldeia, trabalhando com meio ambiente. Tá trabalhando com a terra fértil pra gente não precisar de veneno, adubo, essas coisas (Relato de E., integrante do território indígena Tremembé de Queimadas, em Acaraú, nov./2011).

A expropriação histórica das terras e o “envolvimento” de grupos indígenas, pelo agronegócio, demonstram que os Tremembé não estão isolados desse processo que se desenrola no campo cearense, haja vista o avançar do modo de produção capitalista na agricultura sobre esses povos, na busca de dissolver as suas territorialidades, ao gerar conflitualidades e conflitos, tensionalidades e tensão nos territórios.

O autoreconhecimento, a consciência do grupo étnico a que pertencem e resistência impulsionaram a luta e retomada da terra, que tiveram como “estopim” o conflito, nessa perspectiva, a possibilidade para a transformação daquela realidade/conflitualidade. No entanto, vale ressaltar que a tensão territorial não nasce e se desenvolve desvinculada da tensionalidade.

Para Maria Amélia Leite, a identidade e a cultura possuem fortes relações com a articulação das lutas e a resistência no/pelo território:

Tem uma frase linda do movimento indígena, em 1981, quando começou o movimento indígena se articular a nível nacional: **Eu sou o que você é sem deixar de ser quem eu sou.** Ela é profundamente reveladora exatamente da questão da resistência. Eles

sabem quem eles são, eles sabem que a terra é deles, que eles são diferentes dos outros, não são desiguais, são diferentes. A questão da resistência leva em consideração a identidade que tem essa relação profunda com o espiritual, que é a cultura, que é um ramo, um caminho da espiritualidade. A espiritualidade indígena os padres não conseguiram acabar (Entrevista realizada em nov/2009, com Maria Amélia Leite, na AMIT, por Tezera Vasconcelos, 2010, grifos nossos).

O depoimento evidencia que, embora embutidos e imbuídos no/pelo sistema capitalista, muitas vezes como forma de sobrevivência (“*Eu sou o que você é*”), isso não significa a destruição dos territórios indígenas (“*sem deixar de ser quem eu sou*”), nem muito menos nos possibilita denominá-los de não resistentes. A resistência está cristalizada nos seus territórios (materialidade engrenada e vascularizada pela imaterialidade) e caminha lado a lado a não-negação da diferença, enquanto, sobretudo, integrante do processo dialético, que desaba a “fábula” da homogeneização global.

5.2 O movimento das conflitualidades e dos conflitos: tensionalidades e tensões territoriais

O caminho de volta ao passado permite vislumbrar que, no Ceará, a territorialização das lutas dos indígenas e camponeses possuem raízes, desde o final do século XIX, com acontecimentos como a Guerra dos “Bárbaros” e com outros movimentos que se deram no restante do Brasil, tais como Canudos (1896-1897), na Bahia; e a Guerra do Contestado (1912-1916), na região Sul, que foram importantes,

considerando-se a formação socioespacial do Ceará como parte do todo brasileiro.

Nesse sentido, dá-se a compreensão dos movimentos socioterritoriais, bem como o próprio movimento das conflitualidades e conflitos que ocorrem no(s) e pelo(s) território(s) cearense(s) como parte da formação brasileira, historicamente. Desse modo, assim como entende Martins (1995, p. 16):

Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse “passado” só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse “passado” é uma arma de luta do presente. Esse “passado” só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente “no futuro”, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação.

Entre as décadas de 1940 a 1960 presenciou-se no campo brasileiro a efervescência das lutas camponesas, que seguiram adiante nos anos posteriores, salvaguardadas por muitos preceitos apreendidos naquele período. Os debates políticos eram suscitados, a partir do acentuado caráter ideológico e criativo conteúdo dos folhetins, nas poesias e cantigas dos violeiros, tornando-se uma metodologia que se destacava, pois nos dizeres de Francisco Julião (2009, p. 282):

Como justificar que uma comunidade de analfabetos tenha podido conservar durante séculos seu folclore, seus cantos, narrativas, histórias, suas poesias e epopéias? Foram o violeiro, o cantador e o folhetinista os veículos que transmitiram de geração em geração aquele rico acervo que reclama muitos Câmara Cascudo e Leonardo Mota para que não se perca, nem se deteriore, em contacto com o linguajar sofisticado de uma sociedade em decadência.

A utilização de uma linguagem clara e simples para assuntos de suma importância, que seriam desdobrados aos e pelos camponeses, foi uma das estratégias elaboradas pelas Ligas Camponesas, sob a liderança do camponês José Francisco de Souza (Zezé da Galiléia) e o advogado e deputado Francisco Julião, iniciadas em Pernambuco, no Nordeste brasileiro e ampliadas para o restante do país. Era necessário que eles detivessem conhecimento dos fatos, inclusive que se davam internacionalmente, mas era fundamental a compreensão do sentido e da essência da luta. Assim, a metodologia de trabalho nas Ligas Camponesas era feita da seguinte forma:

Lutávamos em três frentes: no campo, na Justiça e na Assembléia. No campo, mantendo contato direto com os camponeses, escrevendo boletins, como o “Guia do Camponês”, o “ABC do Camponês”, a “Cartilha do Camponês”, a “Carta de Alforria do Camponês”. Na Justiça, promovendo ou contestando ações que se multiplicavam rapidamente com o alastramento das Ligas por outros municípios do estado. Na Assembléia, fazendo denúncias e protestos

contra as violências, as arbitrariedades, as prisões e os assassinatos impunes dos camponeses que se destacavam pela coragem e resistência contra o capanga e a polícia (JULIÃO, 2009, p. 277).

Os primeiros formatos das Ligas no mundo ocorreram na Revolução Camponesa na Alemanha, pois agregava camponeses que questionavam as opressões promovidas pelos nobres e senhores feudais, com o pagamento exacerbado de impostos, dízimos à Igreja e os tributos pelo uso da terra. Dessa forma, as explorações advinham de todas as partes e influenciou, sobremaneira, a formação e consolidação do movimento, representativo dos séculos XV a XVI, com influências, inclusive, no século XX (JULIÃO, 2009; ENGELS, 2010).

No Brasil, as tentativas de organização das lutas camponesas aconteceram de modo muito intenso no final da década de 1940 e detinham como principais objetivos a criação de sindicatos rurais. Os compromissos propostos pelo governo de Getúlio Vargas com a ampliação das leis trabalhistas voltadas aos operários da cidade direcionadas aos trabalhadores do campo não vingaram e, assim, os sindicatos rurais permaneceram na inconstitucionalidade; os homens e mulheres do campo no anonimato perante as leis brasileiras, pois nem mesmo a Consolidação das Leis Trabalhistas era obedecida pelos proprietários das fazendas e engenhos. Conforme Stédile (2011), os sindicatos de trabalhadores rurais, baseado numa legislação de caráter urbano, foram implantados inicialmente em Itajuípe (BA), Campos (RJ), Barreiros (PE) e no estado de São Paulo. Nesse bojo, ainda estavam à busca pelo cumprimento do Estatuto da Terra.

O motivo desencadeado para a formação das Ligas Camponesas já estava germinado em Pernambuco, desde a década de 1930, tendo em vista que, com a diminuição dos preços do açúcar, tornou-se prática dos engenhos o arrendamento de terras a sitiantes, que pagavam a renda cultivando produtos alimentares destinados à sua família e ao abastecimento nas feiras. Após a II Guerra Mundial, os preços do açúcar no mercado voltaram a crescer, fazendo com que os senhores de engenho se tornassem fornecedores de cana-de-açúcar. Assim, se fazia imperioso para a expansão da cultura canavieira a “limpeza dos terrenos”, com a expropriação dos camponeses (ANDRADE, 2005).

A atmosfera de insatisfação para os camponeses somada à ausência de uma legislação que determinasse e controlasse o infundável poder dos fazendeiros, coronéis e militares aquecia o debate em torno dos encontros nas comunidades rurais.

As Ligas Camponesas ampliaram-se por todas as regiões brasileiras, permanecendo até os anos de 1964, com o golpe da ditadura militar, muito embora os seus ideários tenham permanecido nas mais diversas lutas camponesas, que foram ganhando “colorações” variadas aqui e acolá no Brasil. Nesse instante, já havia ampliado o número de sindicatos rurais.

A apropriação e o domínio das terras pelo capital se davam com a expropriação dos territórios indígenas e camponeses, pois, na medida em que eram retirados de seus lugares, não perdiam apenas a terra em que plantavam os alimentos, mas, sobretudo, os referenciais históricos e geográficos que possuíam, despontando, assim, conflitualidades e conflitos.

Nesse ínterim, no campo brasileiro, os casos de perseguições, desaparecimentos, sequestros, assassinatos, prisões e incêndios, dentre outras formas de violência, atingem indígenas, camponeses, trabalhadores rurais, pesquisadores, missionários, advogados, dentre outros. Para a CPT, esses elementos estão relacionados às verticalidades que buscam se impor sobre as horizontalidades, os territórios e as territorialidades construídas “tradicionalmente” ou, como compreendemos, os territórios entrelaçados à cultura, história de lutas e políticas construídas nos e aos lugares.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (2015, p. 13) os conflitos correspondem às “ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas”. Assim, a concepção de conflito está inter-relacionada às ações de resistência e embate, podendo ser desvelado em diferentes escalas¹¹⁸.

A conflitualidade, ou seja, a cotidianidade do embate, bem como o conflito, a proeminência da possibilidade de transformação, buscam no espaço geográfico o meio para se desenvolverem, tendo no território o recorte espacial em que se configuram. Nesse sentido, o território constitui-se em pa-

118 A entrevista realizada com representante da FUNAI nos diz: “Pois é. Eu fui numa casa lá de um evangélico, que ele estava querendo construir um templo e não dava pra construir em processo de demarcação e a comunidade não quer, também. E eu fui conversar com a liderança. Pra eles, o problema não é ser ‘crente’, o problema é que quando passa, muitas vezes, a ser ‘crente’, passa também, muitas vezes, a abominar a cultura e as tradições. Aí, cria um problema e prejudica o movimento de luta pelas terras. São os conflitos internos” (Por Tereza Vasconcelos. Itarema/CE, setembro de 2013).

vimento e concretude em que ocorrem essas dinâmicas, mas também substrato imaterial em que estas se desenvolvem, pois recorrem com frequência, como vimos, às instâncias superestruturais para alcançarem-se os objetivos, quando não é o próprio território o enfoque e objetivo das conflitualidades ou, ainda, o estopim dos conflitos.

Daí inferirmos a conflitualidade e o conflito numa perspectiva geográfica, compreendendo-os como **tensionalidades** e **tensões territoriais** num movimento dialético e, portanto, possível de ser cíclico. Afinal, o espaço é tensão estrutural, a partir dos elementos de localização, distribuição e seletividade apoiados nas contradições (em termos de dialética) da unidade-diversidade, homogenia-heterogenia e identidade-diferença (MOREIRA, 2006). Coadunamos e nos apoiamos, assim, com os pensamentos de Lefebvre (1973, p. 19, grifos do autor): “É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. *É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico*”.

As reflexões de Lefebvre (1973), Barreira (1992), Fernandes (2013; 2004), Fernandes (1993) e Moreira (2006) acerca das conflitualidades e conflitos reforçam a nossa concepção da tensionalidade e tensão territorial enquanto pares dialéticos, não os concebendo como processos necessariamente sequenciais e lineares, mas que não estão fragmentados, dinamizando o espaço geográfico e o território, considerando as temporalidades e espacialidades. Conforme verificamos, a partir do Quadro 17 os territórios estão em movimento.

Numa dinâmica territorial, dão-se as conflitualidades e os conflitos no espaço geográfico. As tensionalidades e as tensões territoriais, dessa forma, movimentam-se, por meio do embate e confronto do que se apresenta como “de fora” ao que é “de dentro”, do “novo” ao “velho”, do que se contradiz, considerando a perspectiva dialética. Portanto, o discurso de uma coesão territorial, como já nos dizia Lefebvre (1973), revela-se como uma das estratégias do Estado, através da pretensa homogeneidade ou, ainda, da não presença do “jogo de forças” do poder no território.

QUADRO 17. Aporte teórico: tensionalidades e tensões territoriais

CONFLITUALIDADES	CONFLITOS
“As frustrações daí derivadas criam estados diferenciados de conflitualidade social, potenciando múltiplas saídas, desde a aceitação do <i>status</i> desvalorizado à entrada na luta social” (Fernandes, 1993, 790, grifo do autor).	O conflito não está separado do desenvolvimento.
“Pela sua constituição e pelo seu funcionamento, as sociedades vivem em estado de permanente conflitualidade, tanto mais acentuada quanto mais complexas se apresentam” (Fernandes, 1993, p. 790).	O conflito por ser territorial não se limita apenas ao enfrentamento.
Os focos de conflitualidade tendem cada vez mais a estenderem-se.	O enfrentamento é um momento do conflito.
“A distribuição desigual do poder, na medida em que este propicia outros objectivos, origina, com frequência, estados de conflitualidade. Isso ocorre tanto a nível do poder político, entre os actores políticos, que são essencialmente os partidos, como a nível do poder difuso na sociedade” (Fernandes, 1993, p. 791).	“Nesta leitura crítica debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida” (Fernandes, 2004, p. 2).
“A conflitualidade surge com a consciência despertada para a existência da desigualdade ou para a recusa do estigma. Existem graus diferenciados de consciência de conflito e de contradição. Nem sempre os estados de privação e de desintegração geram, de facto, condutas de luta” (Fernandes, 1993, p. 792).	A maior parte dos assentamentos é resultado dos conflitos, que promovem desenvolvimento.

<p>“É a conflitualidade que promove a coesão e serve de base à luta social” (Fernandes, 1993, p. 792).</p>	<p>O conflito pode, em algumas circunstâncias, estar associado à produção e reprodução das famílias.</p>
<p>“A forma normal de impedir o desenvolvimento da conflitualidade social consiste em diminuir a visibilidade das suas causas” (Fernandes, 1993, p. 792).</p>	<p>“Neste contexto, o conflito, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da conflitualidade, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo” (Fernandes, 2004, p. 8, grifos do autor).</p>
<p>“A diminuição da visibilidade das diferenciações sociais, geradoras de conflitualidade, pode ser produzida também por acção das ideologias” (Fernandes, 1993, p. 792).</p>	<p>O conflito nasce, a partir da determinação da relação social dominante, que gera a conflitualidade.</p>
<p>“Nem todas as situações de conflitualidade dão origem a conflitos reais, assim como nem toda a eclosão de conflitos encontra formas institucionalizadas de sua resolução” (Fernandes, 1993, p. 795).</p>	<p>A desigualdade gera conflito.</p>
<p>“Todos os domínios da vida social são pontilhados por relações de conflitualidade. Todos eles potenciam assim a eclosão de lutas sociais. Mas nem todos provocam a emergência de movimentos sociais” (Fernandes, 1993, p. 796).</p>	<p>“O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate” (Fernandes, 2004, p. 26).</p>
<p>“A <i>conflitualidade</i> é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do <i>controle político</i> e de modelos de desenvolvimento” (Fernandes, 2004, p. 5, grifos do autor).</p>	<p>“O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos” (Fernandes, 2004, p. 26).</p>

<p>“A <i>conflitualidade</i> e o desenvolvimento acontecem simultâneos” (Fernandes, 2004, p. 6, grifos do autor).</p>	<p>“O conceito de desenvolvimento territorial que não contém a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um <i>conceito-fashion</i>. Território é um termo autológico. Construí-lo significa dominá-lo” (Fernandes, 2004, p. 410, grifos do autor).</p>
<p>“Em todo o século XX, <i>conflitualidade</i> e <i>desenvolvimento</i> coexistiram, embora fossem tratados separadamente” (Fernandes, 2004, p. 7, grifos do autor).</p>	<p>“Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado” (Fernandes, 2004, p. 46).</p>
<p>“A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando <i>conflitualidade</i>, promovendo <i>desenvolvimentos</i>” (Fernandes, 2004, p. 9, grifos do autor).</p>	<p>“A coexistência de projectos e de quadros condicionantes, que apóiam ou contrariam os possíveis trajectos, é potenciadora de tensões e de conflitos. A trama social desenvolve-se dentro destas coordenadas. São elas que nos fornecem a explicação, quer da emergência da <i>conflitualidade</i>, quer do aparecimento de eventuais movimentos sociais. É esta complexa questão que nos propomos, de seguida, analisar e demonstrar” (Fernandes, 1993, p. 787).</p>
<p>Processo alimentado pelas contradições e desigualdades.</p>	<p>“A vida social é feita também de conflitos e de atitudes de mudança” (Fernandes, 1993, p. 787).</p>
<p>O movimento da <i>conflitualidade</i> promove a territorialização – desterritorialização – reterritorialização.</p>	<p>“No processo de produção e reprodução da sociedade, relação dialética: o conflito tende a gerar mudança e esta produzir o conflito” (Fernandes, 1993, p. 788).</p>
<p>Movimento de destruição e recriação de relações sociais.</p>	<p>Conflito: afirmação do direito à diferença.</p>

<p>“Desde essa compreensão pode-se distender ou tensionar a questão agrária, como forma de administrá-la. O tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento, que aumenta a <i>conflitualidade</i> por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Quem perde com o tensionamento da questão agrária são os camponeses, que são presos, assassinados, expropriados e suas organizações políticas entram em refluxo. A distensão da questão agrária é gerada por um modelo de desenvolvimento, que diminui a <i>conflitualidade</i>, desconcentrando terra e riquezas” (Fernandes, 2004, p. 10, grifos do autor)</p>	<p>O conflito pode ter origem na luta pela obtenção dos mesmos direitos.</p>
<p>“A história ensina que na <i>conflitualidade</i> da questão agrária não existem trégua perene nem rendição total, há transigência e intolerância” (Fernandes, 2004, p. 10, grifo do autor).</p>	<p>“Para além da consciência de conflito ou de contradição, é necessária a identificação da causa que a provoca” (Fernandes, 1993, p. 792).</p>
<p>“A conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades” (Fernandes, 2004, p. 22).</p>	<p>O conflito é fator simultâneo de solidariedade interna e de fracionamento em relação ao exterior.</p>
<p>“O conceito de conflitualidade é essencial para compreender a questão agrária, porque estorva possíveis visões linear-negativas na leitura do problema. Para compreender a conflitualidade é fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que na solução de conflitos emerge tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos” (Fernandes, 2004, p. 26).</p>	<p>“Tem sido esta imediata e directa apreensão da fonte do conflito que confere ao movimento sindical a sua capacidade de mobilização e a sua força” (Fernandes, 1993, p. 792).</p>
<p>“Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo” (Fernandes, 2004, p. 26-27).</p>	<p>“Aparecem hoje, como campo propício ao surgimentados conflitos, as reivindicações, os antagonismos e as tensões. E estes são fenômenos que surgem em todas as actividades humanas” (Fernandes, 1993, p. 792).</p>

<p>“Todos os domínios da vida social são pontilhados por relações de conflitualidade. Todos eles potenciam assim a eclosão de lutas sociais. Mas nem todos provocam a emergência de movimentos sociais. É sobretudo quando os conflitos atingem uma energia que não pode ser contida pelas agências de institucionalização existentes ou ocorre em áreas não facilmente institucionalizáveis que os movimentos sociais podem aparecer e adquirir especial importância” (Fernandes, 1993, p. 796)</p>	<p>“Nem todas as sociedades toleram o mesmo grau de tensão. Elas encontram meios formais e informais de institucionalização dos conflitos. Mesmo com a existência de um ordenamento jurídico e de tribunais, aparecem outras modalidades de solução de antagonismos, dando origem a um direito informal. O costume não oferece, porém, nem apreciação nem a segurança da norma jurídica. É ao direito que compete dizer até onde pode ir o conflito” (Fernandes, 1993, p. 794).</p>
<p>A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos.</p>	<p>“Há que ter em conta os conflitos que se dirigem à obtenção de um fim e os que se destinam à libertação de uma tensão” (Fernandes, 1993, p. 794).</p>
<p>A conflitualidade está natureza do território.</p>	<p>O conflito pode ser gerador mudanças.</p>
<p>“Este é outro caráter da conflitualidade: o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao consenso” (Fernandes, 2004, p. 36).</p>	<p>“Na base do conflito que normalmente desencadeia os movimentos sociais estão as relações de inclusão/exclusão, aberto/fechado e humanização/desumanização” (Fernandes, 1993, p. 798).</p>
<p>A conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais.</p>	<p>“Os conflitos que estão na base dos movimentos sociais correspondem desde então a relações de dominação” (Fernandes, 1993, p. 800).</p>
<p>“O movimento da conflitualidade não é totalmente mensurável, mesmo com todos os esforços dos agentes de pastorais da CPT, dos técnicos do Inera e da grande cobertura que a mídia nacional dá à questão agrária” (Fernandes, 2004, p. 36).</p>	<p>“O conflito não pode, aliás, confundir-se com a crise. Esta traduz um processo de rompimento com uma dada situação, com a perturbação do equilíbrio normal da sociedade, enquanto o conflito se exprime no afrontamento de vontades e de poderios, procurando uns negar os outros” (Fernandes, 1993, p. 805).</p>
<p>“A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade” (Fernandes, 2004, p. 38, grifo do autor).</p>	<p>“Quando estes conflitos adquirem alguma intensidade, provocam a luta social. Mas, se um conflito não dá necessariamente origem a uma luta, também esta não promove, só por si, o desencadear de um movimento” (Fernandes, 1993, p. 814).</p>

Fonte: Tereza Vasconcelos (2015), a partir das leituras de Bernardo Mançano Fernandes (2013; 2004) e António Teixeira Fernandes (1993).

Nessa perspectiva, o Gráfico 9 denota as expressividades das conflitualidades e dos conflitos. Possuindo elementos dialeticamente intrínsecos às duas categorias é a perenidade e cotidianidade que demarca o que denominamos tensionalidade enquanto a tensão associa-se ao conflito.

<p>CONFLITUALIDADES:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Múltiplas saídas; - Sociedade em permanente conflitualidade; - Consciência despertada; - Base à luta social; - Invisibilizada, muitas vezes; - Ideologia; - Nem todas as situações de conflitualidade dão origem a conflitos; - Processo de enfrentamento perene; - Simultaneidade; - Te/des/reterritorialização; - Destruição e recriação; - Distensão; - Cotidianidade; - Propriedade dos conflitos; - Está na natureza do território; - Historicidade e espacialidade; - Não é totalmente mensurável.
<p>CONFLITOS:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento; - Enfrentamento: momento do conflito; - Escalas geográficas e dimensões da vida; - Reprodução das relações sociais de produção; - Desdobramento e não unilateralidade; - Desigualdade; - Negociação, manifestação, luta, diálogo, superação, vitória, derrota ou “empate”; - Conjugação de força; - Privilégios, interesses, direitos, reivindicações e lutas; - Integrante da vida social; - Atitudes de mudança; - Dialética; - Consciência do conflito; - Solidariedade interna e fracionamento exterior; - Movimento, mobilização e força; - Antagonismos e tensões; - Obtenção de um fim; - Libertação de uma tensão.

Fonte: Tereza Vasconcelos (2015), a partir das leituras de Bernardo Mançano Fernandes (2013; 2004) e António Teixeira Fernandes (1993) (Destaques nossos).

No Ceará, desde o século XVII as tensionalidades e as tensões territoriais apresentaram-se, por meio dos enfrentamentos das situações de etnocídios e genocídios, com a guerra dos “bárbaros”, o movimento dos índios Kariri e Tremembé, bem como com os “Tapuios” no Piauí, Ceará e Maranhão, contando com Mandu Ladino na destruição de fazendas de gado, entre Pernambuco, Maranhão, Piauí e Ceará (1712-1719), durante o século XVIII (OLIVEIRA e FREIRE, 2006).

O embate conduzido ao confronto pelas tensões territoriais atingiu indígenas, camponeses e trabalhadores rurais, territorializados nos mais diferentes recantos do estado. O envolvimento de latifundiários, posseiros e, ainda, a frequente presença de algumas empresas de diferentes setores econômicos e do Estado nos desvela que, nessas situações, a tensionalidade se revela, por meio da tensão territorial, ou seja, da configuração do conflito, que se apresenta ano após ano, de acordo, por exemplo, com os dados da CPT.

Nesse sentido, a tensionalidade abre caminhos para instituir a tensão territorial que, quando não dialogada, a partir das raízes dos focos de conflitos, podem indicar a proeminência das tensionalidades ao gerar de outras tensões territoriais.

Desse modo refletimos, por exemplo, a partir das tensionalidades e tensões territoriais relacionadas aos índios Tapeba, em Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), apertados e “espraiados” pela oligarquia, que controla a política local e pela intensa urbanização, bem como seus desdobramentos, tais como o acesso às drogas (bebidas alcoólicas e entorpecentes), prostituição, dentre outros ou, ainda, com os camponeses e agricultores familiares de Alto

Santo, Iracema e Potiretama localizados no Jaguaribe, que se veem ameaçados com a instalação da barragem do Figueiredo. Nos Tremembé da Barra do Mundaú, integrando indígenas de Buriti e São José, em Itapipoca, as Figuras 35 e 36 apresentam as estratégias das tensões territoriais para alcançar os recursos midiáticos, repercutindo o embate com empreendimentos turísticos internacionais, tendo em vista a invisibilidade desses movimentos socioterritoriais. Quando não “resolvidas” as questões que representaram o estopim das tensões, ecoam novas/velhas tensionalidades.

FIGURA 35. “Funcionários da Funai mantidos em aldeia indígena são liberados”

ITAPIPOCA 06/12/2014 - 10h37

Funcionários da Funai mantidos em aldeia indígena são liberados

Os indígenas protestavam por celeridade na resolução de conflitos com não-indios e com a empresa espanhola Nova Atlântida, que mantém empreendimentos turísticos em suas terras

NOTÍCIA 0 COMENTÁRIOS



Thiago Paiva
thiagopaiva@opovo.com.br

ITAPIPOCA

Funcionários da Funai mantidos em aldeia indígena são liberados

🔖 (0)

ACIDENTES

Carro atropela animal e incendeia em Itapipoca

🔖 (0)

EM ITAPIPOCA

Colisão entre veículos mata motociclista

🔖 (0)

Foram liberados os **quatro funcionários** da Fundação Nacional do Índio (**Funai**) que estavam sendo mantidos nas **aldeias São José e Buriti, em Itapipoca**, por índios Tremembés, desde a manhã de sexta-feira, 5. Os indígenas protestavam por celeridade na resolução de conflitos com não-índios e com a empresa espanhola Nova Atlântida, que mantém empreendimentos turísticos em suas terras. Após receberem um documento por email, enviado por representantes da Funai em Brasília, com garantias de resolução do impasse, eles permitiram que os funcionários deixassem o local, por volta das 20 horas de ontem.

"Não tivemos um resultado imediato como queríamos, mas esperamos que eles cumpram o que prometeram. Faz muito tempo que a gente aguarda por uma resolução. Agora eles garantiram que o processo vai andar mais rápido. Não agimos com violência, nem maltratamos eles. Mas essa era a nossa única arma naquele momento. Nossa única forma de protestar", disse Erbene Rosa Verissimo, uma das lideranças indígenas.

Uma audiência com o Ministério Público Federal (MPF) foi agendada

Fonte: Jornal O Povo, 06/12/2014.

FIGURA 36. “Funcionários da Funai são liberados por índios”

TREMEMBÉS 07/12/2014

Funcionários da Funai são liberados por índios

NOTÍCIA 0 COMENTÁRIOS

Foram liberados os quatro funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) que estavam sendo mantidos nas aldeias São José e Buriiti, em Itapipoca (147 quilômetros de Fortaleza), por índios Tremembés, desde a manhã de sexta-feira, 5. Os indígenas protestavam por celeridade na resolução de conflitos com os não-índios e com a empresa espanhola Nova Atlântida, que mantém empreendimentos turísticos nas terras. Não houve feridos.

Após receberem um documento por e-mail com garantias de resolução do impasse, enviado por representantes da Funai em Brasília, os índios permitiram que os funcionários deixassem o local, por volta das 20 horas da sexta.

“Não tivemos um resolução imediata como queríamos, mas esperamos que eles cumpram o que prometeram. Faz muito tempo que aguardamos por uma solução. Não agimos com violência, nem maltratamos eles. Mas essa era a nossa única arma, única forma de protestar”, disse Erbene Rosa Veríssimo, uma das lideranças indígenas.

Uma audiência com o Ministério Público para terça-feira, às 9 horas, em Itapipoca e da comunidade indígena serão ouvidas.

BREVES
Refinaria Abreu e Lima inicia produção (0)

TREMEMBÉS
Funcionários da Funai são liberados por índios (0)

A BRANCA DE NEVE
Teatro RioMar é inaugurado com musical no estilo Broadway (0)

“Não tivemos um resolução imediata como queríamos, mas esperamos que eles cumpram o que prometeram. Faz muito tempo que aguardamos por uma solução. Não agimos com violência, nem maltratamos eles. Mas essa era a nossa única arma, única forma de protestar”, disse Erbene Rosa Veríssimo, uma das lideranças indígenas.

Fonte: Jornal O Povo, 07/12/2014.

De acordo com Barreira (1992, p. 129), caminhando sobre as trilhas e atalhos do poder no sertão do Ceará:

A aceitação ou oficialização de uma área como sendo de “tensão social” representa o reconhecimento legal dos conflitos pelo Es-

tado. É a negação de uma ordem secular, na qual o arbítrio dos proprietários de terra era a “lei do sertão”: Essa lei não possibilitava e não permitia a oficialização de um conflito porque implicava o estabelecimento de regras que não emanavam exclusivamente dos proprietários. A onipotência e a impunidade dos donos de terra começavam a ter fissuras na medida em que o Estado oficializava uma área de tensão social.

A partir das ideias do autor, inferimos que a oficialização das tensões territoriais é um desdobramento dos conflitos e da conquista dos territórios, contribuindo para a regularização fundiária por parte do Estado. Essa ação arregimenta-se em decorrência dos desmandos advindos pelos latifundiários, que criam normas e leis a serem seguidas.

Os assentamentos de reforma agrária no Ceará florescem em meio a essas tensões territoriais, que eclodem trazendo consigo as históricas tensionalidades por meio das rugosidades, com os tempos pretéritos enraizados na formação socioespacial do Ceará. Concebemos que essa “oficialização” do Estado, por meio da tensão social instaurada, é entremeada pela marcha do campesinato cearense, em que se ressaltou, especialmente, a violência no campo¹¹⁹. Assim, Santos (2007, p. 75) traça um paralelo, relacionando os assentamentos de reforma agrária como frutos das linhas de fratura dessa realidade, pois, na concepção do autor: “Na sociedade brasileira, contra o dispositivo da violência observam-se linhas de fratura que possibilitariam a passagem

119 É no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns, que se localizam grande parte dos projetos de reforma agrária. Nessas regiões, historicamente também se apresentou o latifúndio e a violência do campo, conforme os estudos de Barreira (1992) e Alencar (2005).

a outros dispositivos: a emergência de lutas sociais contra a violência representa essas linhas de fratura”.

Para tanto, a importância dos movimentos sociais e missionários, das comissões pastorais e eclesiais de base, dos sindicatos, das associações, das organizações não-governamentais, dentre tantos outros grupos presentes e atuantes no Ceará. Na motivação e mobilização estão as ações organizadas pela CPT Fortaleza que, desde a década de 1970, dialoga acerca das tensões territoriais no estado do Ceará. No jornal *História do Chão* publicado, entre os anos de 1980 e 1990 estão reunidos matérias, cartas e informativos, acerca das tensionalidades e tensões territoriais no campo e, também, na cidade.

As ações da Igreja Católica possuíram influências na formação dos sindicatos rurais. Assim, surgiram no Nordeste o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), o Serviço de Assistência Rural (SAR) no Rio Grande do Norte, bem como outras ações no Ceará e no Maranhão, onde se destacam nomes como de Dom Antônio Fragoso, Dom Helder Câmara e dos Padres Crespo e Servat (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011). Vale salientar que, nesse período, muitas dissidências ocorreram entre os religiosos. Aqueles empenhados a favor das comunidades originárias e camponesas, especialmente na década de 1970, dispuseram-se na formação do CIMI e da CPT, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Juventude Agrária Católica (JAC).

Nos territórios indígenas Tremembé, como da Varjota em Itarema, as ações dos missionários¹²⁰ e pastorais, em que

120 Dentre esses missionários do campo, destaca-se a participação efetiva de Florêncio Braga junto ao povo Tremembé, até os dias atuais, compondo a AMIT.

se destacam o CIMI, a CPT, as CEBs e os missionários que anos depois comporiam a AMIT, foram muito importantes para o processo de autoreconhecimento indígena e a conscientização do que representava a invasão do agronegócio do coco, antes mesmo da chegada mais incisiva da FUNAI e do INCRA. Esse período marca a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itarema, em que, inclusive, o primeiro dirigente era representado por Tremembé¹²¹. Assim, destaca Valle (2008, p. 10, grifos do autor):

Pode-se afirmar que os componentes da *Comunidade da Varjota* passaram a se identificar como indígenas a partir da constante presença missionária, iniciada em 1986. Até mesmo os líderes da *Comunidade* explicaram-me que vieram a se *reconhecer* como índios depois do início da prática missionária. Esses agentes vêm incentivando sua diferenciação étnica, conseguindo estabelecer uma franca normatização de suas práticas, fato que não aconteceu de forma tão direta entre os *torenzeiros* de Almofala. Os missionários conseguiram que as mulheres da Varjota organizassem atividades culturais de perfil étnico, criassem sinais diacríticos, como artesanato “indígena” e até produzissem o *torém* da *Comunidade*, cuja organização era basicamente feminina e jovem, uma das várias características que contrastam com a dança mantida tradicionalmente na Almofala.

No estado do Ceará, o MST, há 26 anos, constrói espaços de esperança por meio das lutas e conquistas, conforme sistematizou Alencar e Diniz (2010), tendo como ponto

121 Segundo Messeder (1995), o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itarema foi José Raimundo, Tremembé da Varjota.

de início das suas atuações os STTRs de Quixeramobim, Quixadá e Canindé em diálogo com representantes do MST Nacional.

É a partir das ações desses sujeitos de (re)produção do território, que, muitas vezes, o Estado pronuncia-se. Em grande parte das tensionalidades e das tensões territoriais está inserido, seja como principal motivador das conflitualidades, seja como estimulador dos conflitos ao associar-se aos interesses de assimilação do capital pelos territórios¹²².

Como elementos de formação dos movimentos estão as lutas pelo acesso a água e terra ou à permanência nela e melhores condições de trabalho. O Quadro 18 apresenta a situação dos territórios indígenas no estado do Ceará (2013) ocupados tradicionalmente. Em grande parte dos casos não há providências ou estão aguardando a formação dos Grupos de Trabalhos (GTs) para iniciarem-se os processos. Atualmente, apenas o Córrego João Pereira constitui-se Terra Indígena (TI) regularizada, ou seja, homologada em Diário Oficial como de posse permanente indígena. Atentamos para o termo “Terra Indígena (TI)” utilizado para referir-se ao processo de regularização fundiária.

122 De acordo com Fernandes (2004, p. 8, grifos do autor), “Vale a pena lembrar a etimologia da palavra conflito. Ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças”.

QUADRO 18. Situação das Terras Indígenas no estado do Ceará (2013)

TERRA E TERRITÓRIO INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (HA)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Anacé	Anacé	Caucaia	0,0000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada
Córrego João Pereira	Tremembé	Acaraú, Itarema	3.162,3901	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Lagoa da Encantada	Kanindé	Aquiraz	1.731,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Mundo Novo/Viração (Serra das Matas)	Potiguara	Mon-senhor Tabosa, Tamboril	0,0000	Em estudo	Tradicionalmente ocupada
Pitaguary	Pitaguari	Mara-canaú, Pacatuba	1.727,8686	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Taba dos Anacé	Anacé	Caucaia, São Gonçalo do Amarante	543, 0000	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Tapeba	Tapeba	Caucaia	5.383,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Tremembé da Barra do Mundaú	Tremembé	Itapipoca	3.580,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Tremembé de Almofala	Tremembé	Itarema	4.900,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Tremembé de Queimadas	Tremembé	Acaraú	767,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada
TERRITÓRIO INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO	FASE DO PROCEDIMENTO		MODALIDADE
Carnaúbau	Tapuaia Cariri	São Benedito	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação		Tradicionalmente ocupada
Cariri do Crato (Poço Dantas)	Cariri	Crato	Sem providência		Tradicionalmente ocupada
Crateús (São José, Vila Vitória, Maratoã, Terra Livre, Nova Terra, Planaltina, Altamira, Pedra Viva, Terra Prometida) ³	Potiguara, Tabajara, Calabaça, Cariri e Tupinambá	Crateús	Sem providências		Tradicionalmente ocupada/ Parcialmente pleito para aquisição
Imburana e Cajueiro	Tabajara e Calabaça	Poranga	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação		Tradicionalmente ocupada

Kanindé de Aratuba	Canindé	Canindé	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação	Tradicionalmente ocupada/ Parcialmente desapropriada (INCRA)
Kanindé de Kanindé	Canindé	Canindé	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação	Tradicionalmente ocupada
Nazário (Serra das Melancias)	Tabajara	Cratêus	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação/Área objeto de transferência do INCRA para a FUNAI	Tradicionalmente ocupada
Olho D'Água dos Canuto	Tabajara	Mon-senhor Tabosa	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação	Tradicionalmente ocupada
Paupina	Potiguara	Fortaleza	Sem providência	Tradicionalmente ocupada
Poranga	Tabajara e Calabaças	Poranga	Sem providência	Tradicionalmente ocupada
Monte Nebo e de Novo Oriente	Potiguara	Cratêus	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação	Tradicionalmente ocupada
Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Quiterianópolis	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação	Tradicionalmente ocupada
Umari	Cariri	Cariri	Aguardando constituição de GT para a realização da Identificação e Delimitação	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015), a partir dos dados da FUNAI, Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e Jornal Diário do Nordeste (20.08.2012).

Os objetivos e as intencionalidades dos movimentos perpassam a construção e reprodução do território e, portanto, das condições elementares e fundamentais para o desenvolvimento deste, tais como as temáticas referentes à educação, saúde, soberania alimentar, cultura, dentre outros assuntos importantes. Nesse contexto, afloram e se expandem os movimentos socioterritoriais indígenas e camponeses que se dinamizam e possuem como base de reprodução o espaço geográfico, envolvendo as dimensões política,

econômica e cultural. Daí nos valermos das reflexões desenvolvidas por Fernandes (2005; 2004) e Pedon (2013; 2009) sobre os movimentos socioterritoriais.

É imprescindível essa apreciação, fato que contribui para que Fernandes (2005, p. 279) proponha a categoria movimento socioterritorial na Geografia, porquanto, essa ciência nos possibilita uma análise mais esclarecedora, tendo em vista que “[...], além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos”, reconhecendo a importância dos estudos de Medeiros (2004; 1989), acerca do histórico dos movimentos sociais.

Ainda, de acordo com Fernandes (2004, p. 44):

Movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realização de ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia. Em seu processo de recriação se espacializam e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos.

Pedon (2009, p. 190-191) aponta que as agendas dos movimentos socioterritoriais, a partir das intencionalidades criam suas identidades, que são formuladas no interior de um quadro de tensão territorial caracterizado pela conflitualidade e representadas pelo “momento” do conflito.

A repressão política e militar a esses movimentos socioterritoriais dá-se em decorrência, dentre outros fatores, pe-

las discussões, envolvendo temas como propriedade privada. Esses movimentos constituir-se-iam pelos homens dos “espaços-tempos lentos”, pois conforme Ribeiro (2007, p. 32):

O tempo é tido por lento e o espaço por fechado ou mais propriamente por delgado, trançado à exclusiva reprodução orgânico-material do grupo e sem que houvesse intenção do progredir material que trouxesse o interesse por mais elementos materiais e de subsistência que não os que já se tinha por costume (cultura) de cultivar. O que não significa crer que fosse prescindível a dinamicidade da relação têmporo-espacial, nem que a história e a geografia desses povos não pudessem ser refeitas: a curiosidade leva à descoberta e ela a novas noções e necessidades culturais (saber vem do sabor, do experimentar).

As diferentes dimensões do poder se traduzem nas tensionalidades, nos interesses individuais e coletivos em questão, no estopim e desenrolar das tensões territoriais e, sobretudo, nos instrumentos de lutas. Os entremeios das tensões, muitas vezes, se dão mediante a “limpeza dos territórios” como forma de eliminar os elementos geradores das conflitualidades, bem como dos conflitos.

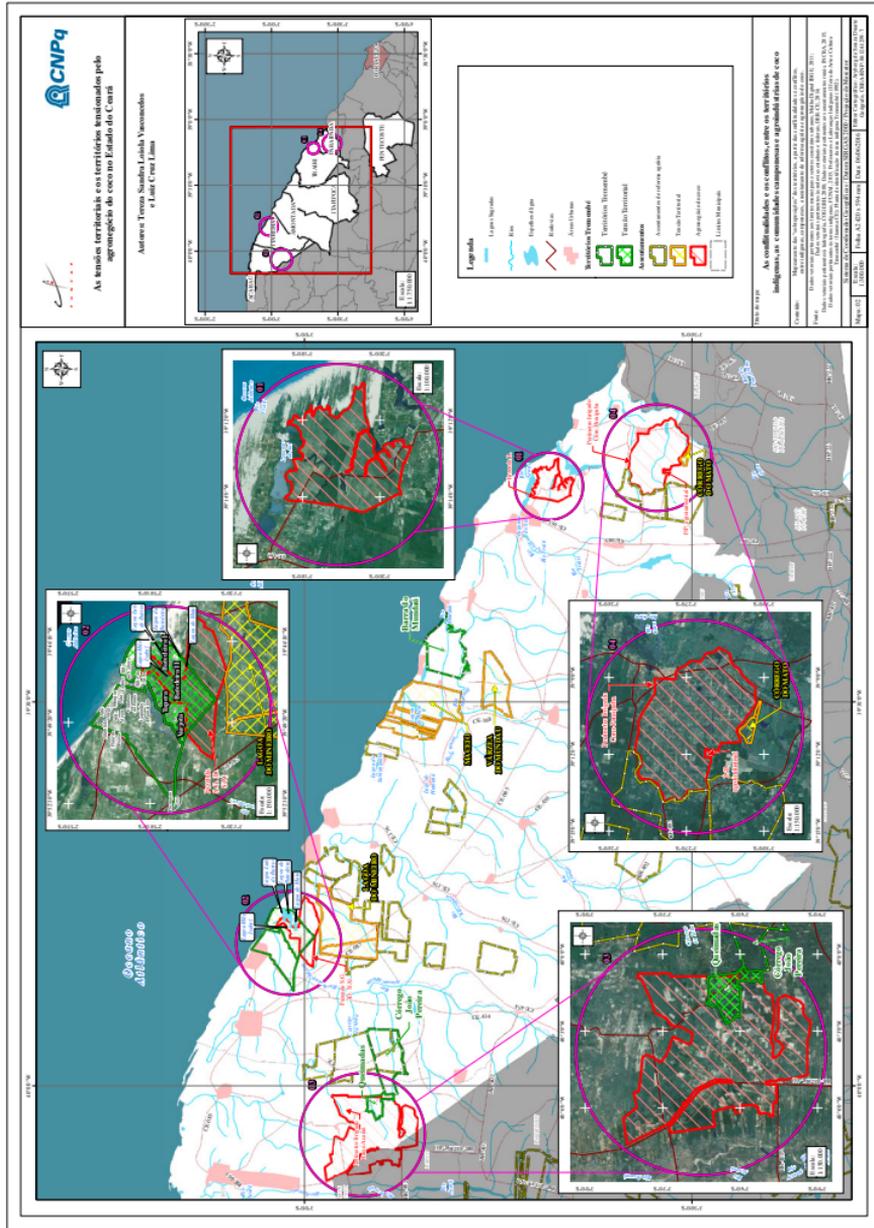
A identificação das “sobreposições” dos territórios contribuiu para a espacialização das tensionalidades e tensões territoriais a partir das conflitualidades e conflitos que envolvem territórios indígenas, camponeses, assentamentos de reforma agrária, Estado (perímetros irrigados) e agroindústrias de coco no Ceará. A invasão, a concentração, o cercamento e o cercamento exercidos pela monocultura do

coco espremem territórios e territorialidades, muitos destes construídos anteriormente à chegada dos projetos de irrigação e empresários do agronegócio. Essa realidade se des-
ponta no Mapa 2, região que concentra os “palmilhados” do coco e, *pari passu*, as lutas históricas no estado do Ceará¹²³.

Mediante a essa espacialização, nos é possível identificar que no espaço geográfico estudado há uma concentração das tensionalidades e tensões territoriais envoltas ao avanço da monocultura do coco nas terras ocupadas tradicionalmente por indígenas, camponeses, pescadores e trabalhadores rurais, frente à presença marcante de assentamentos de reforma agrária e povos indígenas Tremembé, bem como do agronegócio.

123 A metodologia do Mapa 2 consistiu no cruzamento de informações oficiais pertinentes aos limites das áreas dos assentamentos de reforma agrária e das terras indígenas, contando com os apontamentos e as indicações por parte dos próprios indígenas sobre os limites de seus territórios. Nesse ínterim, os Tremembé apontaram as áreas de seus territórios que foram invadidas e tomadas pelo agronegócio. No trabalho de campo foi feito o georreferenciamento para identificar as fazendas e propriedades particulares enfocando o cultivo do coco que estavam em conflitos ou com fronteiras limítrofes às áreas mencionadas, anteriormente. Com o mapeamento do agronegócio do coco, das áreas de assentamentos de reforma agrária e dos territórios Tremembé foram feitas espacializações dos locais de ocorrência dos conflitos territoriais, dando destaque aos recortes espaciais de maior expressividade destes conflitos.

Tensões Territoriais e Territórios Tensionados pelo Agronegócio



Conforme o Mapa 2, fazendas, agroindústrias e projetos de irrigação que possuem dentre as principais produções agrícolas o coco proliferam o uso de venenos por meio dos agrotóxicos; cercam e cerceam lagoas, fontes de pesca e dos encantados; destroem espaços considerados como sagrados, a exemplo dos serrotes, onde também se cultivavam plantas consideradas medicinais; bem como possibilitam o desajuste entre os territórios, contribuindo para o nascedouro das tensionalidades e o agravamento para as tensões territoriais.

Em Itarema, com os Tremembé da Varjota, Batedeira I, II e da Tapera, o feitiço pelo domínio das lagoas por parte da Fazenda S. G, representante da agroindústria de coco D. S/A, incute o enfrentamento que pode conduzir à tensão territorial, como fora nos idos da formação do assentamento de reforma agrária Lagoa do Mineiro, reação e resistência importante para impedir a expropriação mediada pelos latifundiários da região. A Fazenda B. avançou no estado do Ceará, em Trairi, concentrando terras voltadas, em grande parte, à monocultura do coco, provocando tensão territorial, especialmente com os trabalhadores que reclamam o pagamento dos seus direitos trabalhistas. Na cidade de Acaraú, o território dos Tremembé de Queimadas é entremeado pelo “esquadrinhado” do agronegócio com os lotes agrícolas do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. As estratégias do agronegócio do coco também se apresentam no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, situado em Paraipaba, quando as agroindústrias, como a P/P. agroindustrial, utilizam-se das terras de domínio público.

Os desequilíbrios nas relações territoriais, as ameaças e perseguições e infelizmente, até mesmo, os assassinatos representam os caminhos pelos quais, muitas vezes,

caminham essas tensionalidades (conflitualidades) e buscam “calar” a proeminência das tensões territoriais (os conflitos) ou, ainda, as aquecem. Assim, essas mesmas características podem associar-se à deflagração dos conflitos, possibilitando “novas” conflitualidades, numa espécie de movimento cíclico em que se dinamizam as conflitualidades — os conflitos — e as conflitualidades nos territórios ou, como tratamos em Vasconcelos (2015), as tensionalidades — as tensões — e as tensionalidades numa dialética que se apresenta territorial.

Ainda que a violência seja um dos primeiros elementos evidenciados nos territórios tensionados e nas tensões territoriais, pelos quais se mobilizam grande parte dos movimentos socioterritoriais, outros aspectos caracterizam tais movimentos, como podemos identificar, por meio do Quadro 19, que apresenta o modo de vida Tremembé de Queimadas ao considerar que o tempo da agricultura, pesca, caça e das festas necessita interagir e se relacionar, portanto, ao tempo da natureza¹²⁴. Além disso, demonstra o sincretismo religioso presente entre os territórios indígenas Tremembé, quando comemoram datas inseridas no calendário do catolicismo e das religiões de origem africana.

124 Dentre as festas dos Tremembé, está a “Festa do Murici e do Batiputá”, que ocorre em janeiro nos Tremembé de São José e Buriti; comemoração da posse da terra, em Telhas no mês de abril; inauguração da escola diferenciada e reafirmação da Educação Indígena, em Queimadas, bem como a demarcação da terra em abril e a “Marcha de Resistência e Luta” no dia 07 de setembro, em Almofala.

QUADRO 19. Modo de vida Tremembé de Queimadas

Período do ano	Agricultura	Coleta	Pesca	Caça	Festas
Janeiro	Plantio de milho, feijão, Roça (mandioca), jerimum, macaxeira, pepino, gergelim e sorgo.		Traira, cará, mussú e iú.	Não caçam por que é época de reprodução da cutia, peba, tatu, jacu e preá.	Reisado (Santo Reis), Missa para as Almas (começo de mês) e Torém (1º sábado do mês).
Fevereiro					Torém.
Março	1ª limpa da roça de mandioca.		Não pescam por que é o mês da enchente.		Torém, Semana Santa, comemoração do dia do índio.
Abril	Colheita do feijão verde, milho, pepino e jerimum.	Guabiraba	Traira, cará, mussú, iú e cará.		Torém, novena do mês de maio e mês de Maria.
Mai	2ª limpa da roça de mandioca.	Podem ir fazer serviço fora da terra em parte do mês, mas nunca o mês todo.	Traira, cará, mussú, iú, piáu, cangati e piranha.		Torém, fogueira de Santo Antônio, São Pedro e São João, Festa do Raimundão da Jurema (encantados).
Junho	Colheita de milho (seco), feijão, sorgo, gergelim e macaxeira.				Torém.
Julho	Colheita: mandioca ("fainhadá").			Nambu, juriti, peba, tejo, tatu, jacu, cutia, preá, cassaco.	Torém, 15 de agosto (Iemanjá).
Agosto	Limpa da roça da capoeira.	1ª segunda feira de agosto, o dia próprio para arrancar a batata de purga (para fazer o purganie). Coleta do fruto do croatá.	Traira, cará, mussú, iú, piáu, cangati, piranha, cart e camarão pitu.		Torém, festa do Velho Légua (encantados).
Setembro	Início da broca, destocar as capoeiras, "bater" os cajueiros.	Caju, castanha, grão de galo e mocororó.			Torém, dia das Crianças, festa de São Francisco.
Outubro	Encerramento das brocas e das farinhas.	Castanha, grão de galo, manga e mocororó.			Torém, reza em casa para os anjos do Cemitério dos Pagozinhos e visita ao Cemitério da Lagoa dos Carneiros.
Novembro	Queima de roçados. Produção de novo roçado.	Castanha e mocororó. Integralmente à coleta de castanha de caju.	Não pescam por que se dedicam integralmente à coleta de castanha de caju.		Torém, festa de Santa Luzia, Natal, Ano Novo.
Dezembro	Cercar os roçados.	Murici, ameixa, fruta do marifim e caju.		Não caçam por que é época de reprodução da cutia, peba, tatu, jacu e preá.	

A espiritualidade e os traços imateriais caracterizam fortemente as mobilizações indígenas e camponesas. A espera por condições melhores é transferida à fé e a imaterialidade, muito característica ainda hoje nos territórios. Mas, sobretudo, representa o encontro e a sociabilidade e, portanto uma alternativa para discussões mais amplas e críticas da realidade, para além das crenças que também devem ser respeitadas.

Os espaços considerados pelos Tremembé como sagrados constituem-se em espaços de lutas, integrando ações que contribuem para o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais. Os vestígios de estruturas habitacionais antigas encontradas por Brissac e Nascimento (2005), a localização dos serrotes, destruídos pelo Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, as primeiras residências e a festa da demarcação se despontam no território de Queimadas. No Córrego João Pereira, o cemitério de São José e a Escola Diferenciada Indígena apresentam-se como partes dos fixos construídos nesses espaços sagrados e de lutas. Na Praia de Almofala, a Igreja Nossa Senhora da Conceição tornou-se marco, que se associa à Escola Diferenciada Indígena Maria Venâncio, o cemitério e a presença de rezadeiras, dentre outros elementos que destoam o direito às diferenças. Na Tapera e Batedeira, as lagoas são consideradas empoderadas pelos encantos e nos Tremembé da Barra do Mundaú, como é conhecido São José e Buriti, em Itapipoca, os pontos de apoio e a área de retomada destacam que o “sagrado” e a “luta” se coadunam. Assim, as memórias, os antepassados, os primeiros desbravadores, a sociabilidade, as festas, dentre outros se revelam como evidências de um passado vivo no presente (Mapa 3)¹²⁵.

125 O Mapa 3 foi concebido mediante aos trabalhos de campo e ao georreferenciamento dos locais apontados pelos territórios presentes na área de estudo. Os

Desta feita, a imaterialidade perpassa as condições materiais e as discussões referentes à coletividade, compreendendo o indivíduo no todo. A sabedoria popular no território entrelaça-se às atividades culturais desenvolvidas no assentamento de reforma agrária Lagoa do Mineiro, enquanto as ações dos movimentos socioterritoriais revelam as tensões relacionadas à construção do território, conforme nos explicita o depoimento:

Tudo [as letras, as poesias e os poemas]. Tudo envolve a luta. O que originou o nome da escola. E os alunos? [...]. Diz assim: “- O quê que originou a escola que eu to estudando nela hoje? A escola de Ensino Médio da região? O que deu origem a ela”? Aí eles vêm: “- Ela é fruto da luta do MST dos trabalhadores e trabalhadoras, lutando por Educação do Campo”. Isso nunca sai da cabeça deles, pronto! Primeiro, eles traz esse depoimento. Segundo: “- Ela tem o nome do Francisco Araújo Barros, porque foi um homem que foi assassinado, degolado, em defesa da luta do assentamento e por ser a primeira obra pública estadual construída num assentamento deu-se a ela esse nome, essa homenagem a Francisco Araújo Barros”. [...]. A mística que eu digo é os momentos que nós temos toda segunda-feira na escola. Nós temos um momento de organicidade na escola. Toda organicidade tem mística, tem música, tem poesia, tem teatro. Toda segunda-feira das sete até as oito e quarenta. Aí, das oito e quarenta nós temos as atividades normais. Às oito e quarenta.

pontos foram todos georreferenciados com a utilização de um receptor GPS de navegação. Os relatórios circunstanciados foram, também, de grande relevância.

Canta o hino do MST, as turmas, todo mundo. A gente concentra todos os terceiros anos da escola, todos os segundos anos, todos os primeiros anos (Entrevista realizada com M. I. M. S. N. por Tereza Vasconcelos no Assentamento Rural Lagoa Mineiro, em Itarema/CE. Setembro, 2013).

As assembleias, reuniões e seminários apresentam-se como estratégias e instrumentos de lutas dos movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas. Nos Tremembé representam os encontros para se discutirem as temáticas relevantes ao grupo, dialogarem acerca das tensionalidades e tensões territoriais nas suas diferentes escalas, ampliarem-se a “teia” de relações com parceiros — aqueles interessados em conhecer e contribuir com o movimento —, retratar a historicidade e, sobretudo, fortalecer os laços de etnicidade.

Desse modo, compreendemos, assim como Fernandes (2005; 2004) e Pedon (2013; 2009), que os movimentos socioterritoriais possuem no âmago das ações o território na sua amplitude, ao consideramos as dimensões política, econômica e cultural, construindo identidades, ao longo dos envolvidos, intencionalidades e instrumentos de ações, assim como identificamos entre os Tremembé a partir das assembleias anuais indígenas, dos seminários de educação escolar Tremembé e das reuniões de mobilizações (Figuras 37 a 40).

A marcha da luta e resistência desvela-se também como instrumento do movimento socioterritorial. Ocorrendo no dia 07 de setembro de cada ano e contrastando com a “Independência do Brasil”, envolvem todos os territórios Tremembé e camponeses da região e representam as lutas históricas dos Tremembé, a saída dos índios do aldeamento em direção à Igreja de Almofala, bem como as tensionalidades e tensões territoriais, tendo no ano de 2013 o seguinte tema: “X Marcha de Resistência e Autonomia do Povo Tremembé em Protesto a degradação ambiental e implantação de parques eólicos no aldeamento de Almofala”.

FIGURA 37. As mulheres se pintam, preparando-se para a V Assembleia dos Tremembé



Fonte: Tereza Vasconcelos. Itapipoca/CE, julho de 2013.

FIGURA 38. V Assembleia dos Tremembé em área de retomada indígena



Fonte: Tereza Vasconcelos. Itapipoca/CE, julho de 2013.

FIGURA 39. X Marcha da Luta e Resistência: os Tremembé chegam à Igreja de Almofala



Fonte: Tereza Vasconcelos, Itarema/CE, setembro de 2013.

FIGURA 40. Seminário de Educação Escolar Tremembé (Almofala, junho/2005)

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR TREMEMBÉ
LOCAL: E I T Maria Venância - Praia de Almofala
DATA: 24 a 27 de junho de 2015

Queremos uma Escola que não mude o nosso jeito de ser.
(Diana Tremembé)

DIA 24/06/2015 - Quarta-feira

DIA 26/06/2015 - Sexta-feira
6:30hs: Café da manhã
8:00hs: Início dos trabalhos
Tema: Currículo e Diversidade
Expositora: Sonhã Nobre
Coordenação: Tremembé de Itapipoca

DIA 27/06/2015 - Sábado
6:30hs: Café da manhã
8:00hs: Início dos trabalhos
Tema: Convênio ou outras formas de pagamento dos Auxiliares de Serviço das Escolas Tremembé.
Expositor: Vicente - Coordenador Geral do CITA (Conselho Indígena Tremembé de Almofala).

Fonte: Divulgação do Seminário de Educação Escolar Tremembé.

Nesse contexto, apesar da incorporação de elementos do modo de produção capitalista nos territórios indígenas, haja vista não estarem isolados na sociedade, o *torém* emerge e permanece como expressão política, afirmação étnica aos de “fora” e elemento de sociabilidade e autodescoberta, entre os integrantes dos Tremembé, nos apontando a intrínseca relação entre cultura, território, territorialidade e resistência, como nos apontam os *toréns* por ocasião da demarcação da Terra Indígena de Queimadas (Acaráú/CE) e da V Assembleia Anual Indígena Tremembé, associando-os, também, à sociabilidade e à festa pelo encontro.

Os ritos, as danças e músicas expressam, por vezes, o encontro, a consciência do “território em si” e as lutas na busca de assegurar os modos de vida e o próprio território, como podemos observar na cantoria do Sr. F. J. do N., por ocasião da Assembleia anual Tremembé ocorrida em julho de 2013, nos Tremembé de São José (Itapipoca/CE), área de retomada de terra invadida por empresa espanhola de turismo:

Oh, Jurême. Oh, Juremá. Vamo “matar” a força dele pra daqui eles se afastar. Oh, Jurême. Oh, Juremá. Vamo “matar” a força dele pra daqui eles se afastar. Os índios vão trabalhar é na mata do terreiro. Vamo tirar esse povo daqui, que é o povo estrangeiro. Vamo tirar esse povo daqui, que é o povo estrangeiro.

Desse modo, em algumas situações, como estas, o conflito e as tensões territoriais são impulsionadores dos levantes e, também, geradores de alternativas e estratégias. Nessa perspectiva, portanto a conflitualidade/tensionalidade

e o conflito/as tensões territoriais podem estar integradas às possibilidades de caminhos para possíveis transformações, pois, por meio dessas tensões territoriais, muitos povos e comunidades buscam as mais diferentes alternativas¹²⁶. Assim, direitos já estabelecidos na Constituição Federal de 1988, mas não consolidados na realidade estão sendo germinados, tais como a regularização fundiária e o acesso à Educação. A Escola Diferenciada Tremembé de Queimadas é uma das conquistas pela luta dos Tremembé.

Ao passo que o trabalho assalariado torna-se uma faceta cada vez mais real no campo brasileiro, o reconhecimento de territórios indígenas e a reprodução do camponato também são cada vez mais presentes. O que os move contribuindo para o reconhecimento dos seus territórios são as suas ancestralidades, os laços de parentesco, as práticas de sociabilidade e, até mesmo, as conflitualidades, como princípio dialético das diferenças próprias de cada indivíduo, consciente que é uno, mas, ao mesmo tempo, é o todo. É nas frechas dos conflitos e das tensões territoriais que se encontram as alternativas de permanência nos territórios ou, ainda, na busca de (re)construção deles mesmos. A nossa reflexão perscruta o envolvimento dessas dinâmicas no modo de produção, contrariando a tese do desaparecimento do camponato, pela diferenciação interna, conduzida pela total proletarianização e na sua transformação em “pequenos burgueses” (LENIN, 1988), algo não diferente do que se di-

126 De acordo com Santos (2007, p. 96): “As lutas sociais contra as violências expressam as possibilidades de uma governamentalidade, fundada na sociedade civil e na construção social da cidadania, buscando-se a reconstrução de relações de sociabilidade mediante outras bases de solidariedade. Nossa sociedade vivencia processos históricos complexos, não-lineares, de consolidação da democracia, aos quais as lutas sociais contra as violências têm aportado um sentido cultural e socialmente emancipatório”.

funde, desde o Relatório Provincial de 1863, definindo como “extinta” a população indígena do estado do Ceará (VALLE, 2009). Segundo Ribeiro (1973, p. 15):

Há ainda, quem espere e confie que elas venham a dissolver-se por assimilação no conjunto da população nacional como gente indistinguível das demais. Os que alimentam, ainda, estes projetos ocidentalistas, não devem esquecer que os indígenas sobreviventes nas Américas são gentes que, de algum modo, resistiram à brutalidade compulsiva da civilização europeia ao longo dos séculos. Contra eles foram utilizadas todas as armas de extermínio, de desenraizamento e de degradação nas guerras de extermínio mais cruéis e nos atos de genocídio mais espantosos que registra a história humana.

Na nossa compreensão, os debates necessitam considerar os elementos que traduzem as heterogeneidades com suas múltiplas variáveis, tais como os objetivos da produção, comercialização, a utilização da técnica e, especialmente, os laços com a atividade agrícola e a propriedade da terra, as alternativas germinadas, assim como, especialmente, o histórico político das lutas sociais, pois “[...] — todos temos direito à igualdade — sem que nos indaguemos acerca dos *diferentes modos de sermos iguais*, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam”, como dialoga Porto-Gonçalves (2012, p. 64, grifos do autor).

Diniz (2010, p. 43), ao discutir as contribuições teóricas para a compreensão do campesinato, amplia o debate ao apresentar a sua concepção quando esta nos diz que os

camponeses constituem-se em sujeitos sociais. A nosso ver, as territorialidades indígenas, bem como as outras que se utilizam dos saberes da agricultura camponesa como fontes de vida também entram em consonância com as ideias de Diniz (2010).

As sabedorias nos Tremembé são exercidas e reproduzidas pelos “troncos velhos”, assim chamados os indígenas idosos associando-os aos troncos das árvores, que dão sustentáculo aos brotos e frutos, dentre eles a tia Chica e o Zé Miguel da Lagoa Seca; o Sr. Susana e o Patriarca (Córrego João Pereira); o Sr. Félix (Queimadas); a Navegantes e o Sr. Isídio (Varjota); o Sr. Calixto (Taperia); a Dona Rita, o Sr. Brega e Sr. Henrique (Batedeira); a Dona Bela, Dona Expedita e o Cumpade Caçador (Praia de Almofala); a Dona Antônia Linhares (Barra do Mundaú), dentre tantos outros que enraízam o encontro aos espaços de esperanças. Nos territórios dos assentamentos de reforma agrária, estes são representados pela Dona Chiquinha Louvado e pelo Sr. Antônio (Lagoa do Mineiro); Dona Tica, Sr. Júlio, Sr. Chico Batista, Dona Maria do Carmo e Sr. Ernesto (Várzea do Mundaú), entre muitos, que assim podem ser invocados, bem como nos territórios em que a campesinidade se revela com Sr. Chico Caipira, por exemplo. Os “troncos velhos” também são verificados entre os parceiros ao utilizarmos a expressão dos Tremembé, enquanto metáfora respeitosa para referir-se à força e as lutas que influenciaram os movimentos, em que se apresentam Maria Amélia Leite (AMIT) e Irmã Maria Alice (CPT) ¹²⁷.

127 “Havia o uso igualmente de metáforas botânicas que serviam na manutenção de um plano de continuidade/descontinuidade entre os ‘índios velhos’ e os ‘novos’. Os Tremembé costumavam empregar os termos ‘troncos velhos’, ‘ramos/bróios/

Oferecendo-nos aportes importantes, o arcabouço teórico apresentado apoia a construção do nosso pensamento de que, no processo de reestruturação socioespacial, o modo de produção dominante busca hegemonizar-se sobre as formas de organização social que possuem bases de reprodução diferenciadas e ao buscar se materializar no espaço geográfico imprime, dessa forma, territórios tensionados e tensões territoriais ante o embate entre as horizontalidades e verticalidades, forças internas e externas, endógenas e exógenas. Esse embate e diferenciações contribuem para elencar as alterações nos territórios indígenas e camponeses, mas também possibilitam o identificar dessas territorialidades e de suas estratégias na perspectiva de uma Geografia dialética.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Ceará apresenta-se como um palimpsesto em que as conflitualidades e os conflitos estão escritos com diferentes “colorações” ao longo do tempo e do espaço geográfico, manuscritos sobre rugosidades constituídas pelas materialidades e imaterialidades, que ao serem impressas nos territórios, revelam com proeminência as tensionalidades e as tensões territoriais.

Os estudos considerando a formação socioespacial nos contribuíram para o entendimento que o espaço é des-

brotos' (novos), 'cachos', 'raiz', 'dentro da raiz/tronco'. Todos estabeleciam visualização e imagens botânicas que, metaforicamente, contrastavam 'velho' e 'novo'. Era o 'puxar', tal qual o sangue, alguma coisa (a 'parte') dos 'troncos velhos' e da 'raiz' para os 'índios novos'". Disponível em: <<http://pib.socioambienta.org/pt/povo/tremembe/1063>> Acesso em: 05 jul. 2015.

truição, recriação, acúmulo, coexistência. Na sua dinamicidade característica, o movimento faz parte da produção e reprodução das relações sociais que necessitam do substrato espacial para se desenvolverem, para além da produção das coisas e dos objetos.

Nesse sentido, é na reestruturação socioespacial que nos foi possível, por meio de um olhar aguçado, indicar as rupturas, os sujeitos/agentes sociais envolvidos, as intencionalidades e os territórios construídos através desses processos.

Assim, os conceitos de formação e reestruturação socioespacial nos possibilitaram compreender os caminhos trilhados e territórios arregimentados pelos índios e camponeses no estado do Ceará, bem como as relacionadas tensionalidades e tensões territoriais, entendendo que na atualidade esses fatos histórico-geográficos apropriam-se de “novas” roupagens, mas não abandonam todas as vestes do passado.

O agronegócio do coco engendrado no Ceará e destacado internacionalmente pelas bases industriais, pelos projetos de irrigação, recursos midiáticos, pelo apoio vultoso do capital financeiro e do Estado, avançam a partir da monocultura assentada numa região em que se desponta o histórico de subjugação do trabalho e modo de vida indígena e camponês, por meio da concentração de terras.

Desse modo é que nas ribeiras dos rios Acaraú, Aracatimirim, Aracatiaçu e Curu formaram-se os pretensos “donos” da terra, desde as sesmarias. É por meio, por exemplo, da concentração de punhados familiares, que repetidamente constatamos, que os integrantes dessas famílias denominadas como “tradicionalistas” são, também, os mesmos que ocupam ano após ano os cargos políticos locais, estaduais

e regionais, através da titulação das propriedades, principalmente quando estas são postas à venda e/ou à desapropriação para fins de reforma agrária e/ou homologação de terras indígenas.

Consideramos que o período colonial é demarcatório, por meio da matança indígena, fato que contribuiu para o genocídio e etnocídio de muitos índios, dentre esses os Tremembé, que conhecem os resquícios desse passado no presente, com os preconceitos e as disputas territoriais presenciadas. Os assentamentos de reforma agrária nas fissuras dos “palmilhados” do coco apresentam, de certa forma, a oficialidade das tensões territoriais numa região, onde despontam as conflitualidades e os conflitos, além das belezas naturais, da fertilidade da terra e proeminência de rios e lagoas.

As diferentes intencionalidades e estratégias de desenvolvimento das agroindústrias de coco, dos perímetros irrigados, indígenas, camponeses, agricultores familiares e ainda os colonos do perímetro irrigado com elementos de campesinidade relacionam-se aos embates do que se apresenta como “de fora” e o “de dentro”. Desse modo, o pulsar e a vascularidade das conflitualidades e dos conflitos se dá no território, quando não é este o ensejo dos desejos e feitiches, ao ser visto como mercadoria. Daí, o enfoque das lutas, quando consideram o território apropriado histórico e geograficamente em contraposição ao domínio do território estranhado.

No caso do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba a necessidade de terras para plantar e da territorialização para fins de reprodução familiar influenciou o deslocamento de camponeses e trabalhadores rurais que adentraram no novo

ritmo e cotidiano de trabalho, mas que, no entanto, conservaram traços de campesinidade.

As categorias *tensionalidades* e *tensões territoriais* derivam dessa perspectiva, ou seja, do entendimento que é no território e, portanto substrato espacial, em que o agronegócio busca avançar. Nesse sentido, o território apresenta-se como a rede em que são tramadas e reveladas as relações de forças e, sobretudo, as vias pelas quais o Poder se entranha, por meio das ideologias, das superestruturas. Foi e é dessa forma que o agronegócio do coco se expande e avança nos territórios indígenas e camponeses do estado do Ceará, tendo em vista que uma das estratégias mais incisivas é por meio do desajuste familiar, dos embates entre os integrantes dos territórios, alterando as territorialidades, construindo conflitualidades cotidianas.

Dessa forma, concebemos a conflitualidade como a distensão, provocando lesões no organismo - o território como corpo dos processos tensionalizados. Na intensidade desses processos e ao embate e reação dos movimentos socioterritoriais, que constroem estratégias, tais como as assembléias, reuniões, ocupações, retomadas, dentre outros em que se deflagram as tensões territoriais. Assim, tais tensionalidades e tensões despontam-se como cimento e argamassa das contrafinalidades que se organizam.

Não podemos deixar de destacar que, muitas vezes, o estopim dessas tensões ou o próprio desenvolvimento destas se dá acompanhada de perseguições, assassinatos, dentre outras expressões da violência física e psicológica. O que denotamos ao relacionar a importância das tensões territoriais é a necessidade de nos voltar e volver à raiz e a dialética

dessas conflitualidades e dos conflitos, pois é a partir daí que se desencadeiam os processos de tensionalidades e tensões territoriais e, principalmente as reações, organizações e mobilizações dos movimentos socioterritoriais de onde insurgem possibilidades e espaços de esperança. Nesse sentido, os movimentos criam suas agendas, ao passo, que constroem também territórios e territorialidades, em que nestas se despontam os encontros, as sociabilidades, as festas, ações ricas em política e cultura.

O que desvendamos, a partir das tensionalidades e tensões territoriais geridas e geradas pelo agronegócio do coco é que este intensificou a “destruição criativa” - para utilizarmos a expressão de David Harvey - ao utilizar-se dos mecanismos da tecnologia e dos aparatos da financeirização do território. Ao inserirem-se num acúmulo de relações histórico-geográficas, aqueles que representam o agronegócio se aproveitam das velhas estruturas e estratégias para dominação. Nesse sentido, estão a compra de fazendas, muitas destas já inseridas no contexto de tensionalidades e tensões territoriais para destinar glebas de terras ao monocultivo agrícola, e o cercamento e cerceamento dos territórios já presentes aproveitando-se das artimanhas para a “monocultura da mente”, como concebe Vandana Shiva.

As atuais exigências que nos impõem como “modernas”, possuem nos seus cerne problemáticas alargadas e expansivas nos territórios. A busca pela modernização caracteriza-se pelo embate contínuo entre o “novo” e o “velho”, induzido pela técnica e pela produtividade. O primeiro projetado com o que é estrangeiro, exterior, moderno e, como tal, passível de servir ao progresso, enquanto que o segundo

é concebido como o local, endógeno e, por vezes, ultrapassado, portanto atrasado.

Essa contraposição revela não apenas uma passagem e ruptura do tempo, mas também as conflitualidades e os conflitos inerentes, em que os “vencedores”, muitas vezes, representam aqueles assentados sob o modelo de progresso, enquanto os “vencidos” correspondem à parcela da sociedade destoante, heterogênea e diferenciada desses padrões.

Esses modelos civilizados/civilizatórios empreendidos pelas ordens ocidentais ganham aparente impulso com o expandir do modo de produção capitalista, atingindo a ciência, pesquisa e o cotidiano das pessoas na cidade e no campo, que vêem os seus modos de vida alterados, permanecendo, no entanto, rugosidades materiais encorpadas pela imaterialidade dos laços enraizados, bem como demandas sociais que, não sanadas, contribuem aos levantes da sociedade.

A construção da ciência, o método científico empreendido e seus paradigmas não estão dissociados dessas questões, perpassando às conjecturas políticas e econômicas de cada período histórico-geográfico. Nessas circunstâncias, decerto, o sentido dos conceitos e categorias também se modificara. Dessa forma, podemos dialogar, acerca dessas questões que perpassam alguns conceitos. Mas como compreender os territórios, a partir das diferentes escalas, usos e apropriações territoriais? Como compreender as heterogeneidades, enquanto princípio da dialética? E, ainda, nesse ínterim, analisar as conflitualidades e os conflitos na perspectiva geográfica?

A diferença está no movimento, na interação e não exatamente no contraste. Integra a dialética no/do espaço e evidencia-se na reprodução das relações sociais de produção, porquanto é (re)produzido pela sociedade. Assim, estrategicamente, o modo de produção capitalista recria formas antigas sob conteúdos “novos”, a fim de explorá-lo ainda mais. Portanto, muitas vezes, a unidade, a representação e a identidade acabam por acortinar, ainda mais, as diferenças, dando viés a certa homogeneidade. Daí, o ardid da identidade e o desafio de compreender o par dialético “[...] sem que a diferença desapareça na homogeneidade-identidade por um puro ardid formal da razão” (MOREIRA, 2007, p. 172).

Ao cuidar das “identidades”, consideramos que elas estão além de sua base econômica e não podem se compreendidas desvinculadas dos seus contextos. *Mister* entende-las desigual e combinadamente no âmago de suas territorialidades e territórios construídos. Necessários, portanto, relacionar aos aspectos políticos, econômicos e culturais de diferentes temporalidades. Daí, considerarmos o território, enquanto multidimensional e relacional.

Os movimentos socioterritoriais, por meio das lutas indígenas e camponesas na atual formação socioespacial, contribuem para provocar debates teóricos profícuos, que podem ganhar ressonância e contribuir para inserir a questão indígena e camponesa, num dos cerne das discussões, entre territórios tensionados e as tensões territoriais, compostos por materialidades e imaterialidades, mas, sobretudo, enquanto possibilidades de transformações.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial** (1500-1800). Brasília: Fundação Biblioteca Nacional (Ministério da Cultura), S/D. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>> Acesso: 29 ago.2014.

AGRICULTORES fazem denúncias de expulsão de terras em Acaraú. **O Povo**, Fortaleza, 06 out. 1984.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST-Ceará, 20 anos de marchas. **Mercator**, volume 9, número 20, 2010: set./dez. p. 133-148.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. 374 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução: Beatriz Resende. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANCIÃO invoca direito a terra. **O Povo**, Fortaleza, 27 jan. 1990.

ANDRADE, Domitila. Perímetro está sem água para irrigação desde janeiro. **O Povo**, Fortaleza, 03 agosto. 2014

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. rev. e aumentada. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220

ANJOS, Samara dos. Processo de demarcação de terra no Ceará avança. **O Povo**, Fortaleza, 28 abril 2013.

ARAÚJO, Ney Bittencourt de; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antonio. **Complexo agroindustrial:** o “agrobusiness” brasileiro. Participação de: Elísio Contini, José Luiz Tejon Megido e Corioloano Xavier. São Paulo: Agrocere, 1990.

ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (orgs). **Povos Indígenas no Brasil:** 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 50-54

ASSOCIAÇÃO do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP). **Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba** – versão 32. Paraipaba: ADICP, 2007.

BARBOSA, Carla Gonçalves Antunha. O território do conhecimento tradicional indígena. In: SUZUKI, Julio Cesar; MARQUES, Marta Inez Medeiros; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Geografia agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 363-376

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder:** conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BOTTOMORE, Tom; HARRIS, Laurence; KIERNAN, V. G.; MILLIBAND, Ralph. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Tradução de: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Clássicos Cearenses. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Seção 1, Edição nº 76 de 22.04.2013**. p. 34. Distrito Federal: 2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/53391239/dou-secao-1-22-04-2013-pg-34/pdf>> Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1970, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 11 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm> Acesso em: 16 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT); Coordenação Geral de Implantação (DTI/SIPRA). **Projetos de Reforma Agrária, conforme fases de implementação**. Brasília: MDA; INCRA, 2012. Disponível em: << http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2013.

BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. 5ª ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Distrito Federal: 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em: 13 mar. 2012.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil:** situação e diretrizes. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2008. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4acc1ad-1463-40fd-8a71-e05f6a29d55c&groupId=10157> Acesso em: 24 abr 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Transferência do imóvel FAÍSA DNOCS para o INCRA.** Imóvel: Córrego do Mato. Município: Paraipaba-CE. Fortaleza: INCRA, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Córrego Novo. Município: Acaraú/Itarema-CE. Processo: nº 54130.001468/2004-05. Fortaleza: INCRA, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional de Distrito Federal e Entorno (SR/28). Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária. Serviço Público Federal. **Relatório agrônomo de vistoria.** Imóvel: Pantanal. Município: Pentecoste-CE. Brasília: INCRA, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Zabele/Flores. Município: Paraipaba-CE. Fortaleza: INCRA, 2004.

BRASIL. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Córrego do João Pereira.** Grupo Técnico Portaria Fundação Nacional do Índio/FUNAI nº 10, 13 de janeiro de 1999 (DOU, seção 2, 15 de janeiro de 1999). Brasília: 1999.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Marrecas. Município: Amontada-CE. Processo: 147/98. Fortaleza: INCRA, 1998c.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Lagoa da Cruz. Município: Itapipoca-CE. Processo: 350/97. Fortaleza: INCRA, 1998b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Croatá/Ramada. Municípios: Amontada/Itapipoca-CE. Processo: 2231/96. Fortaleza: INCRA, 1998a.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Volta/Lagoa dos Negros. Municípios: Itarema e Acaraú-CE. Fortaleza: INCRA, 1997e.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Relatório técnico.** Imóvel: Fazenda Lagoa dos Veados. Município: Amontada-CE. Fortaleza: INCRA, 1997d.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avalia-**

ção. Imóvel: Fazenda Vedóia. Município: Amontada-CE. Processo: 2230/96-75. Fortaleza: INCRA, 1997c.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Macaco. Município: Itarema-CE. Processo: 21430006699/89-72. Fortaleza: INCRA, 1997b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Lagoa Grande/Cachoeira/Serrinha. Município: Pentecoste-CE. Fortaleza: INCRA, 1997a.

BRASIL. **Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Presidência da República: Distrito Federal, 1996c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm> Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Córrego dos Cajueiros. Município: Itapipoca-CE. Processo: 2836/96-17. Fortaleza: INCRA, 1996b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Melancias. Município: Itarema-CE. Fortaleza: INCRA, 1996a.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação.** Imóvel: Pachicu. Município: Itarema-CE. Processo: nº 001343/94. Fortaleza: INCRA, 1995e.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Patos-Lugar Bela Vista. Município: Amontada-CE. Processo: 1341/94. Fortaleza: INCRA, 1995d.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Córrego das Aroeiras. Município: Amontada-CE. Fortaleza: INCRA, 1995c.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Mofumbo. Fortaleza: INCRA, 1995b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Cachimbo ou Jardim. Município: Amontada-CE. Processo: SR (02) 1342/94. Fortaleza: INCRA, 1995a.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Escalvado/Santo Amaro de Baixo. Município: Itapipoca-CE. Processo: 0281/88. Fortaleza: INCRA, 1994c.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Rajada. Município: Itapipoca-CE. Fortaleza: INCRA, 1994b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.**

Imóvel: Fazenda Várzea do Mundaú. Município: Trairi-CE. Fortaleza: INCRA, 1994a.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Lagoa do Jardim. Município: Amontada-CE. Fortaleza: INCRA, 1993.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Croatá/Ramada. Município: Itapipoca-CE. Fortaleza: INCRA, 1988b.

BRASIL. Ministério de Estado Extraordinário para assuntos de irrigação. **Portaria/PR/PRONI/nº 382 de 08/10/1987** que estabelece, para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), os critérios básicos para seleção dos irrigantes. Brasília: Ministério de Estado Extraordinário para assuntos de irrigação, 1987d.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Três irmãos ou Tapera. Município: Itapipoca-CE. Fortaleza: INCRA, 1987c.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda de vistoria e avaliação.** Imóvel: Fazenda Lagoa das Quintas. Município: Trairi-CE. Fortaleza: INCRA, 1987b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Lauda técnico de vistoria e avaliação.** Imóvel: São José. Município: Itarema-CE. Fortaleza: INCRA, 1987a.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Relatório**. Imóvel: Lagoa do Mineiro. Município: Itarema-CE. Fortaleza: INCRA, 1986f.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Relatório técnico de imóveis rurais**. Imóvel: Salgado Comprido. Município: Amontada-CE. Fortaleza: INCRA, 1986e.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação**. Empresa Agrinord. Município: Itapipoca-CE. Fortaleza: INCRA, 1986d.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Relatório técnico de imóvel rural**. Imóvel: Fazenda Macaco. Município: Itapipoca-CE. Fortaleza: INCRA, 1986c.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação**. Imóvel: Sabiaguaba. Município: Amontada-CE. Fortaleza: INCRA, 1986b.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência Regional do Ceará (SR 02); Divisão de Recursos Fundiários (SR 02 R). **Laudo de vistoria e avaliação**. Imóvel: Taboca/Laginhas. Município: Itapipoca-CE. Fortaleza: INCRA, 1986a.

BRASIL. Ministério do Interior: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1970** - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. Fortaleza: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

BRASIL. Vale do Rio Curu, **Projeto Curu-Paraipaba 2ª etapa II Socioeconomia**.

BRISSAC, Sérgio Góes Telles; NASCIMENTO, Marcélia Marques do. **Parecer Técnico nº 01/05**. Estudo antropológico dos Tremembé da Terra Indígena de Queimadas, município de Acaraú, Ceará. Ceará: Ministério Público Federal; Procuradoria da República do Ceará, abril de 2005.

BRITO, Thaís. Irrigação consome 62% da água no Ceará; 13% vai para a indústria. **O Povo**, Fortaleza, 06 fev. 2015.

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. Tradução de Geraldo Galvão Ferraz e Lola Xavier. Porto Alegre: L & PM, 2011.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento juscelinista: “cinquenta anos em cinco”. In: BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 1999. p. 229-255

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos - planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Banco do Nordeste, 2008.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**, nº 9. São Paulo: USP, 1992. p. 57-66

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 7ª ed. São Paulo: 1997.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2ª ed. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **NERA**. Presidente

Prudente: UNESP, 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2012.pdf> Acesso em: 05 set. 2012.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (orgs). **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 41-49.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CEARÁ. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH). **Bacias hidrográficas: caracterização**. Disponível em: <<http://portal.cogerh.com.br/categoria2>> Acesso em: 16 ago. 2014.

CEARÁ. Governo do Estado. **Diretrizes para programa de governo – 2011/2015**. Fortaleza: [s.n.], 2011.

CEARÁ. Governo do Estado. **Diretrizes para programa de governo – 2008/2012**. Fortaleza: [s.n.], 2008.

CEARÁ. Governo do Estado. **Ceará cidadania: crescimento com inclusão social - 2003/2007**. Fortaleza: [s.n.], 2003.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento sustentável: 1998/2002**. Fortaleza: [s.n.], 1995.

CEARÁ. Governo do Estado. **Ceará melhor: 1991/1994**. Fortaleza: [s.n.], 1991.

CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de Mudanças: 1987/1991**. Fortaleza: [s.n.], 1988.

CLAVAL, PAUL. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: CPT, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos do Campo – Brasil, 2013**. Goiânia: CPT, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Espinhoso caminho para a liberdade**: Conflitos do Campo, 1990. Goiânia: CPT, 1991.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. **O sertão não virou mar**: Nordeste, globalização e imagem pública da nova elite cearense; São Paulo: Annablume; Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), 2005.

CRUZ, Maria Clara da. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a Geografia. **Revista GEOgraphia**, ano V, nº 9, 2003. p. 67-83

DATAS de **Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928/ Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. 2 CD-ROOM (Coleção Manuscritos/Arquivo Público do Ceará, v.03). Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006.

DINIZ, Aldiva Sales. Contribuições teóricas para compreensão do campesinato. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, vol. 12, nº 1. Sobral: 2010. p. 35-46

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DISCURSO de posse do governador **Tasso Ribeiro Jereissati**. Fortaleza: 1994.

ELIAS, Denise. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. In.: FELDMAN, Sarah e FERNANDES, Ana (orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 135-150

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In.: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado.(Orgs.) **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução: as guerras camponesas na Alemanha; Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. Coleção: Assim lutam os povos, vol.1 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAHEINA, Rita Célia. Órgãos federais tentam impedir conflito em área tremembé. **O Povo**, Fortaleza, 14 nov. 2006.

FALTA de demarcação das terras indígenas gera crimes e violência. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 agosto. 2012.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba**. Fortaleza: Editora Tropical, 1997.

FERNANDES, António Ferreira. Conflitualidade e movimentos sociais. **Análise Social**, vol. XXVIII (123-124). Portugal: 1993. p. 787-828

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. vol. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-237.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Sobre a tipologia de territórios**. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf> Acesso em: 12 dez. 2012. [2009]

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do Território. **NERA**. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf> Acesso em: 14 ago. 2012. [2008]

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6, nº 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 273-283

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera>> Acesso em: 14 ago. 2012. [2004]

FERNANDES, Bernardo Maçano. Porteira fechada. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos do Campo, 2000**. Goiânia: CPT, 2001. p. 32-33.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 28, 1º sem. 2012. p. 87-104

FOSTER, John Bellamy. O metabolismo entre a natureza e a sociedade. In: FOSTEN, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 199-246

FREITAS, Bernadete Maria Coelho de. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe -Apodi: uma face da atual Reestruturação Socioespacial do Ceará**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FUNCO-MONZOTE, Fernando R. A questão agrária e a agroecologia. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA**. Uberlândia: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2012 [palestra].

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Coleção Alagadiço Novo. 2ª ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: UFC, 1984.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da Conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande. In.: **SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 25-44.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GRAMSCI, Antônio. 1. Caderno 13 (1932-1934): breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 13-59

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de: Adail Ubi-rajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HERZOG, Pierre. El punto de vista de un economista. **Cuardenos de Pasado y Presente/39**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores S.A, 1973. p. 197-200

HULSMAN, Lodewijk. O comercio holandês com os índios do Ceará. In: Terto de Amorim, J. (Org.). **O Siará na rota dos Neerlandeses**. Fortaleza; Utrech: J. Terto de Amorim-Augusto César Bastos Barbosa, 2014.

JULIÃO, Francisco. Que são ligas camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2009. p. 271-298

JÚNIOR, Melquídes. Delimitação fundiária: regularização de terras indígenas avança no Estado. Fortaleza: **Jornal Diário do Nordeste**, 24.02.2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1107674>> Acesso em: 24 fev. 2012.

KAGEYAMA, Angêla. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (orgs). **Agricultura e Políticas Públicas**. 2ª ed. Brasília: IPEA, 1996. p. 113-221.

KIST, Benno Bernardo [*et al.*]. **Anuário brasileiro da fruticultura 2012**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 9ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda., 2011.

LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Coleção: Biblioteca de Ciências Sociais. Argentina: CLACSO, 2005.

LATOUR, Bruno. Crise. In: LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 7-19

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3ª ed. Paris: Editions Anthropos, 1986.

LEFEBVRE, Henri. Capítulo V – Lógica concreta (dialética). In: LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 170-241

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Tradução de: Antônio Ribeiro e M. Amaral. Cadernos “O homem e a sociedade”. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. O conceito de estrutura em Marx. In: Bastide, Roger (coord.). **Usos e sentidos do termo estrutura – nas ciências humanas e sociais**. Tradução de: Maria Heloiza Schabs Cappellato. São Paulo: Editora Herder & EDUSP, 1971. p. 101-108

LEITE NETO, João. **Índios e Terras – Ceará: 1850-1880**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o** (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume; Edições UFC, 1995.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Revue Confins* [Online], 14 | março/2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7424>> Acesso em: 07 set 2012. p. 1-13

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de: José Paulo Neto. Coleção: Os economistas. 3ª ed. São Paulo: nova cultural, 1988.

LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Para.** Por uma AGB em Movimento. São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

LIMA, Luiz Cruz; MORAIS, Jáder Onofre de; SOUZA, Marcos José Nogueira de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará.** Fortaleza: Editora FUNECE, 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo.** Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), nº 2, v.1, dezembro, 1996. p. 101-111. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf> Acesso em: 20 ago 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. Objeto desta Investigação. In: LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital:** estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 11-26

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** Tradução de: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Danilo Araújo; RODRIGUES, Márcio dos Santos. Os indígenas brasileiros e a luta pela terra. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; BRAGA, Pauliane de Carvalho (Orgs.). **Sentimentos da terra** - Imaginação da Reforma Agrária, Imaginação de República. Belo Horizonte: PROEX – UFMG, 2013, v. 1. p. 79-86

MARTINS, Carlos Roberto; JESUS JÚNIOR, Luciano Alves de. **Evolução da produção de coco no Brasil e o comércio internacional** – Panorama 2010. Sergipe: EMBRAPA, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 13-23

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Boletim Geog. Teorética**, 10 (19). Rio Claro: 1980, p. 31-47.

MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MARTINS, Mônica Dias. A experiência desenvolvimentista no Vale do Curu. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (orgs.). **Modernização excludente.** Coleção Paradigmas da agricultura cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 137-159

MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Vale do Curu.** 2000. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de: Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção Capitalista.** Livro 1, vol. 1. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Tradução de: João Maia. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

MARX, Karl. A transformação da mais valia em renda da terra In.: **O capital: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista.** Livro 3. São Paulo: Biblioteca do Pensamento Socialista, 1978. p. 252- 274 (versão digital).

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.** livro 1, vol. 2. Tradução: Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo. Nômadias (Col), núm. 20. Bogotá, Colombia: Universidad Central, 2004. p. 210-218

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELQUÍADES JÚNIOR. Escassez de água causa queda de 35% na produção de coco. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 mai. 2014.

MELQUÍADES JÚNIOR. Regularização de terras indígenas avança no Estado. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza 24 de fevereiro de 2012.

MENDES, Virzângela Paula Sandy. **Os projetos de vida da juventude do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba: entre o sonho e a realidade**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. **Etnicidade e diálogo político: a emergência dos Tremembé**. 1995. 161f. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1995.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de: José Massano; Manuel Palmeirim. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Editora Annablume, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). As perversidades do agronegócio para a sociedade brasileira. In: **MST Informa**, nº 109, 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2951>> Acesso em: 17 dez 2014.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação ambiental e a desertificação no Nordeste brasileiro: o contexto da Bacia hidrográfica do rio Acaraú-CE**. 2006. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: SUZUKI, Julio Cesar; MARQUES, Marta Inez Medeiros; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29- 70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, vol. 15, n. 43. São Paulo: set./dez., 2001. p. 185-206

OLIVEIRA, Francisco Alberto de; GUAZZELLI, Eleonora Silva; CARNEIRO, Fernando Marcelo. **Síntese informativa dos Perímetros Irrigados do DNOCS (ano agrícola 2013)**. Fortaleza: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção (DP); Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas (CTA); Serviço de Monitoramento da Produção (MP), 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na Formação do Brasil**. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gerson Augusto. **Torém**: brincadeira dos índios velhos. São Paulo: Editora Annablume, 1998.

PACHECO, Tânia. **Jeovah Meireles: cearense, Tremembé, geógrafo, Jenipapo-Kanindé, professor, nordestino e doutor, mas, acima de tudo, um digno cidadão brasileiro!** Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1631> Acesso em: 21 jun 2015.

PAIVA, Thiago. Funcionários da Funai são liberados por índios. **O Povo**, Fortaleza, 07 dez. 2014.

PAIVA, Thiago. Funcionários da Funai mantidos em aldeia indígena são liberados. **O Povo**, Fortaleza, 06 dez. 2014.

PATRICIO, Marlinda Melo. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Tremembé de Queimadas, Acaraú/ CE**. Brasília: FUNAI, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e/é vida:** a Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2003. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: UNESP, 2013.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 240 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PINAZZA, Luiz Antônio; ARAÚJO, Ney Bittencourt. **Agricultura na virada do século XX:** visão de agribusiness. São Paulo: GLOBO, 1993.

PINHEIRO, Francisco José. **Documentos para a história colonial, especialmente a indígena do Ceará (1690-1825).** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680 – 1820).** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **A grandeza índia do Ceará** (org. de Floriano Martins). Fortaleza: Edições UFC, 2010.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Índios Tremembés. **Revista Instituto do Ceará.** Fortaleza, 1951. p. 257 – 267

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** reforma urbana e controle social (1860-1930). 5ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Evocações da terra tirada: memória social e consciência política na tradição oral dos índios Tremembé. **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Rio de Janeiro: out, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDRE, Edgar (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina: CLACSO, 2005. p. 3-6

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

QUEZADO, Rozanne. Tremembé do Córrego São José denuncia INCRA em Itarema. **O Povo**, Fortaleza.

QUÍJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDRE, Edgar (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina: CLACSO, 2005. p. 107-130

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Atica, 1993.

RANGEL, Lúcia Helena. Violência contra os povos indígenas no Brasil. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **A violência contra os povos indígenas no Brasil** (relatório 2003-2005). Brasília: Distrito Federal, 2006. p. 9-12

RIBEIRO, Darcy. Etnicidade: indigenato e campesinato. In: **Revista de cultura Vozes**, vol. LXXIII, nº 8, outubro/1973. p. 5-18.

RIBEIRO, Júlio Cezar. A Geografia do modo de produção comunista primitivo. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 14, v.2, 2007. p. 23-34

RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* **Dossiê Abrasco**. Parte 3 - Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes. Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO): Porto Alegre, 2012.

RIGOTTO, Raquel; BRAGA, Lara de Queiroz Viana. Indígenas Tremembé e “Trabalho Escravo” na monocultura do coco: relatório de um estudo sobre o conflito e as suas repercussões na saúde. **cadernos CES-17**, 2012, @cetera :194-204.

SAMPAIO, José Levi Furtado. Discutindo a integralização dos saberes frente ao poder. **Revista Rede Eletrônica do PRODEMA (REDE)**, vol. 1, nº 1, dezembro/2007. p. 99-102

SANDRONI, Paulo (Org.). Conferência de Bretton Woods. In: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTIAGO, Ronaldo. **A festa da demarcação: índios Tremembé comemoram portaria declaratória da TI Tremembé de Queimadas** (2013). Disponível em: <<http://tremembedeacarau.blogspot.com.br/2013/05/a-festa-da-demarcacao-indios-tremembe.html>> Acesso em: 28 dez. 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. As lutas contra as violências. **Política & Sociedade**, nº 11 – outubro de 2007. p. 71-100.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Coleção: Milton Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008 d.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de: Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008 c.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 2008 b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008 a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994b. p. 15-20

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da Crítica da Geografia e a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERAINE, Florival. Sobre o Torém. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXIX. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1955. p. 72-87

SERENI, Emilio. La categoria de “FormacionEconômico-Social”. In: El concepto de “formación económico-social”. **Cuardenos de Pasado y Presente/39**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores S.A, 1973. p. 55-96

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação-o velho e onovo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia Ltda., 2003.

SILVA, Edson Vicente da *et al.* Caracterização dos elementos naturais da paisagem e utilização dos recursos naturais. In: SAMPAIO, José Levi Furtado; VERÍSSIMO, Maria Elisa Zanella; SOUZA, Maria Salete de. (orgs.) **A Comunidade Tremembé:** meio ambiente e qualidade de vida. Fortaleza: INESP, 2002. p. 18-59

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da; AIRES, Max Maranhão Piorsky (orgs). **Direitos humanos e a questão indígena no Ceará – Relatório do Biênio 2007-2008.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vila dos Índios no Ceará Grande:** Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

SILVA, José Graziano da (org.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: Instituto de economia; PRONI, 1989.

SIQUEIRA, Luiz Alberto; ARAGÃO, Wilson Meneses; TUPI-NAMBÁ, Evandro Almeida. **A introdução do coqueiro no Brasil: importância histórica e agrônômica**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 47). Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/download/Documentos47.doc>> Acesso em: 17 jan. 2013.

SOJA, Edward William. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 15-62

SOUZA, Maria Salete. A ocupação da área e o povo Tremembé. In: SAMPAIO, José Levi Furtado; VERÍSSIMO, Maria Elisa Zanella; SOUZA, Maria Salete de. (orgs.) **A Comunidade Tremembé: meio ambiente e qualidade de vida**. Fortaleza: INESP, 2002. p. 111-120

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 11 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Atual, 2011.

STOPPINO, Mario. Poder. In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varrialle *et al.* 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. p. 933-943

STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará, II parte, Notícias históricas. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, v. 77, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1963.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **A guerra dos bárbaros**. Coleção Mossoroense. Série C, vol. 1578. 3ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.10, p. 67-93, 2000 Disponível em: <http://www.unicamp.br/ce marx/criticamarxista/D_Teixeira.pdf> Acesso em: 25 mai 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). Fortaleza: UECE, 2010 [Palestra]

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estevão Martins (org.) **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: SECULT; Museu do Ceará; IMOPEC, 2009. p. 107- 154.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Historicidade, mobilização política e reconstrução identitária: compreendendo as demandas étnicas Tremembé (Ceará). **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, Bahia: junho, 2008. p. 1-21.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

VASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho. **Dinâmica sucessória de agricultores familiares: dilemas vivenciados por famílias de colonos do projeto Curu-Paraipaba, CE**. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola Vasconcelos; LIMA, Luiz Cruz. A Reestruturação Socioespacial como aporte metodológico de análise do território cearense. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 99-107, jul./dez., 2011.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação Socioespacial do Ceará**: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo). In.: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução: Beatriz Resende. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 43-174

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. Da negligência à urgência: o Ceará sob domínio neerlandês. In: Terto de Amorim, J. (org.). **O Siará na rota dos Neerlandeses**. Fortaleza/Utrecht: J. Terto de Amorim-Augusto César Bastos Barbosa, 2014. p. 115-126

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v.1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217-238

WOORTMANN, Klaas. “Com parentes não se neguecia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

Acessos à internet

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) (<http://www.adece.ce.gov.br/>)

Agência de reportagens e jornalismo investigativo (PUBLICA) (<http://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-a-meacada-por-resort-espanhol/>)

Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) (<http://www.anai.org.br/>)

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) (<http://www.cdph.org.br>)

Companhia de Integração Portuária do Ceará (CEARÁPORTOS) (<http://www.cearaportos.ce.gov.br/>)

Comissão Pastoral da Terra (CPT) (<http://www.cptnacional.org.br/>)

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) (<http://www.cogerh.com.br/>)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>)

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (<http://www.dnocs.gov.br/>)

Dossiê dos Perímetros Irrigados do Nordeste (<http://dossieperimetrosirrigados.net/>)

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (<https://www.fao.org.br/>)

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (www.funai.gov.br)

International Trade Centre (ITC/Trademap) (<http://www.trademap.org/>)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<http://www.ibge.gov.br/home/>)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (<http://www.incra.gov.br/>)

Jornal Diário do Nordeste (<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/>)

Jornal O Povo (<http://www.opovo.com.br/>)

Jornal Paraipaba (<http://jornalparaipaba.blogspot.com.br/>)

Povos Indígenas do Brasil (PIB) (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tremembe/1065>)

Rede de Justiça Ambiental (<http://www.justicaambiental.org.br>)

Sococo (http://www.sococo.com.br/pt/o_coco/)

Territórios da Cidadania -(<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community>)

Tremembé de Acaraú (<http://tremembedeacarau.blogspot.com.br/2013/05/a-festa-da-demarcacao-indios-tremembe.html>)

SOBRE A AUTORA

Tereza Vasconcelos possui graduação em Geografia/Licenciatura Plena (2007) e Mestrado Acadêmico em Geografia (2010) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), tendo defendido, em 2015, a Tese de Doutorado em Geografia no Programa de Pós-Graduação da UECE (PROP-GEO/UECE) intitulada: “Por onde andam os coqueirais?” Os territórios tensionados e as tensões territoriais no Estado do Ceará. A pesquisa de doutorado fez parte do projeto: A expansão do agronegócio no estado do Ceará, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, compõe o corpo docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus do Itaperi. Como parte das atividades acadêmicas, integra os Grupos de Pesquisa: Sistemas técnicos e espaço e o Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional (NuGAR), ambos ligados ao PROPGEO/UECE e à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros, respectivamente.

